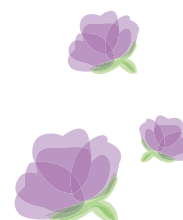


Gênero na
Amazônia

Belém, n. 15, janeiro/junho, 2019





Construindo a Rede de Estudos
de Gênero na Amazônia

GEPEM – Grupo de Estudos e Pesquisas “Eneida de Moraes” sobre Mulher e Relações de Gênero



Coordenação

Maria Angelica Motta Maués (UFPA)

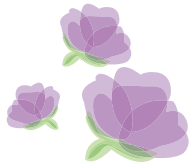
Maria Luzia Miranda Álvares (UFPA)

Telma Amaral Gonçalves (UFPA)

Adelma Pimentel (UFPA)

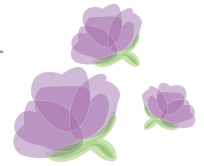
Conselho Científico

Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel (UFPA); Adriane Lima (UFPA); Alda Britto da Motta (UFBA); Ana Alice Alcântara Costa (UFBA) - *In Memoriam*; Cecília Sardenberg (UFBA); Celecina de Maria Sales (UFC); Cristina Donza Cancela (UFPA); Denise Machado Cardoso (UFPA); Eunice Ferreira dos Santos (UFPA); Gema Galgani Esmeraldo (UFC); Glória de Lourdes Rabay (UFPB); Hildete Pereira de Melo (UFF); Iraildes Caldas Torres (UFAM); Jorge Lyra (UFPE); Jussara Reis Prá (UFRGS); Laura Duque Arrazola (UFRPE); Ligia Melo (Fundação Joaquim Nabuco); Luanna Tomaz de Souza (UFPA); Marcia Tavares (NEIM/UFBA); Margarete Edul Lopes (UFAC); Maria Ângela D’Incao (UNESP); Maria Angelica Motta-Maués (UFPA); Maria Cristina Alves Maneschy (UFPA); Maria de Nazaré dos Santos Sarges (UFPA); Maria Luzia Miranda Álvares (UFPA); Maria Mary Ferreira (UFMA); María Rosal Nadales (Universidad de Córdoba/Espanha); Mercedes Arriaga Flórez (Universidad de Sevilla/Espanha); Scarleth Yone O’hara Arana (UFPA); Telma Amaral Gonçalves (UFPA).



REVISTA GÊNERO NA AMAZÔNIA

Belém, n. 15, janeiro/junho, 2019



Editoras

Maria Luzia Miranda Álvares é Professora Associada 3 (IFCH/UFPA); graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará; mestrado em Planejamento do Desenvolvimento/NAEA e doutorado em Ciência Política/IUPERJ. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em estudos eleitorais e partidos políticos, participação política das mulheres e relações de gênero. É coordenadora do GEPEM/UFPA e coordenadora do Observatório Regional Norte da Lei Maria da Penha.

Eunice Ferreira dos Santos é Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); graduada em Letras; mestrado em Teoria Literária; doutorado em Letras (UFMG); vice-coordenadora do GEPEM e coordenadora do GT-Gênero, Arte/Literatura e Educação/GEPEM. Desenvolve pesquisa sobre a autoria feminina na história literária do Pará.

Maria Angelica Motta Maués é Professora associada 2 (IFCH/UFPA); graduada em História pela Universidade Federal do Pará; mestrado em Antropologia Social/UnB; doutorado em Sociologia/IUPERJ. Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/PPGSA. Atua na área de antropologia, com ênfase em gênero, família, infância e identidade. Coordena a Linha de Pesquisa do GEPEM - Gênero, Identidade e Cultura.

Telma Amaral Gonçalves é graduada em Ciências Sociais/UFPA; mestrado em Antropologia/PPGCS/UFPA; doutorado em Ciências Sociais/PPGCS/UFPA. Professora Adjunto 4/UFPA, com experiência na área de Antropologia, atuando nos seguintes temas: gênero, casamento, conjugalidade, afetividade, sexualidade, namoro e diversidade sexual. Líder do grupo de estudos e pesquisas com crianças, infâncias e juventudes/JUERÊ. Coordena a linha de pesquisa Gênero, Corpos e Sexualidades – GEPEM/UFPA, ambos inscritos no GDP/CNPq.

Adelma Pimentel é PHD em Psicopatologia e psicologia do desenvolvimento pela UEVORA-PT. Docente da faculdade de Psicologia/UFPA. Coordenadora do NUFEN (Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas). Linha de pesquisa: fenomenologia – teoria e clínica.

Copyright ©-2012-2019/Gepem. Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9610/ 19.02.1998.

STAFF EDITORIAL

Edição

Maria Luzia Miranda Álvares
Maria Angelica Motta-Maués
Telma Amaral Gonçalves
Adelma Pimentel

Web Designer

Leandro Machado de Sousa

Projeto Gráfico

Ana Carolina Álvares Branco

Formatação Eletrônica

Ana Carolina Álvares Branco

Capa (criação e arte)

André Stenico

Copidesque e Tradução

Ana Paula Alvares Costa (inglês e espanhol)

Revisão Técnica

Ana Carolina Álvares Branco

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) (Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Gênero na Amazônia / Universidade Federal do Pará/ GEPEM.
- n. 15 (jan./jun., 2019). - Belém: GEPEM, 2019.

ISSN 2238-8184

1. Mulheres - Amazônia - Condições sociais - Periódicos.

CDD - 22. ed. 305.4209811

GEPEM

Cidade Universitária José da Silveira Neto (UFPA/IFCH - Altos).
Av. Augusto Corrêa, n.1 - Guamá - Belém/PA- 66075-110
Fone: (91)3201-8215.

E-mails: generonaamazonia@gmail.com; aninha.branco@hotmail.com;
luziamiranda@gmail.com

Sites: www.generonaamazonia.ufpa.br/www.generonaamazonia.com

Blogs: www.gepemacontece.blogspot.com.br/; www.observe-regional-gepem.com

fanpage: www.facebook.com/projetogepem/

Dossiê/Dossier

APRESENTAÇÃO 9
Políticas para as Mulheres: um olhar sobre o desmonte em andamento 12
Políticas para las Mujeres: una mirada del desmontaje en curso	
Policies for Women: a look into the ongoing dismantlement	
Sônia Malheiros Miguel	
<i>As Vereadoras das Capitais Brasileiras: um balanço dos 20 anos da lei de cotas (1996 - 2016)</i> 33
Las Concejalas de las Capitales Brasileñas: 20 años de la ley de cuotas (1996 - 2016)	
Women's Representation on Councils in Brazilian Capital Cities: 20 years of the law on quotas (1996 - 2016)	
Maria Lúcia Moritz	
<i>O Legado de D. Noca nas Mulheres que Fazem Política: um olhar a partir das relações de gênero</i> 49
El Legado de D. Noca en las Mujeres que Hacen Política: una mirada a partir de las relaciones de género	
The Legacy of D. Noca in Women who Make Politics: a look at gender relations	
Maria Mary Ferreira	
<i>Uma Mulher Indígena: notas sobre a participação de Sônia Guajajara nas eleições presidenciais de 2018</i> 69
Una mujer indígena: notas sobre la participación de Sônia Guajajara en las elecciones presidenciales de 2018	
An indigenous woman: notes on Sônia Guajajara's participation in the presidential elections of 2018	
Ananda Louzeiro de Souza	
Ana Shirley Penaforte Cardoso	
Otacílio do Amaral Filho	

Por Estudos Feministas Amazônicos e Anticapacitistas: ampliando percepções 83

Por Estudios Feministas Amazónicos y Anticapacitistas: ampliando percepciones

For Amazonic Feminist Studies and No-Ableism: expanding perceptions

Kamilla Sastre da Costa

Gênero e Ciberespaço na Panamazônia: o caso da rede “CiberAmazonas” a partir de teorias feministas de ativismo transnacional 95

Género y Ciberespaço en la Panamazônia: la red “CiberAmazonas” a través de las teorías feministas de activismo transnacional

Gender and Cyberspace in the Panamazon: “CiberAmazonas” through the feminist theories of transnational activism

Brenda Moreira Marques

Brenda Thainá Cardoso de Castro

Educar para Igualdade de Gênero em Projeto de Extensão Universitária: a experiência do grupo Zo’ é em Castanhal - Pará 109

Educar para la Igualdad de Género en Proyecto de Extensión Universitaria: la experiencia del grupo Zo’ é en Castanhal - Pará

Education for Gender Equality in a University Extension Project: the Zo’ é group’s experience in Castanhal - Pará

Lílian Silva de Sales

Danila Guedes Azevedo

Daniela Araújo Santos

Mulheres no curso de Licenciatura Integrada em Matemática e Física da Universidade Federal do Oeste do Pará: mapeando trajetórias sob a perspectiva de gênero 120

Mujeres en la Carrera de Formación de Profesores en Matemáticas y Física de la Universidad Federal del Oeste del Pará: investigando trayectorias bajo la perspectiva de género

Women in the Teacher Formation Course on Mathematics and Physics of the Pará’s West Federal University: mapping life trajectories under the perspective of gender

Amanda Cantal

Glauco Pantoja

Afeto e (Des)Humanização: a literatura negra lésbica como instrumento de luta 133

Afecto y (Des)Humanización: la literatura negra como herramienta de lucha
Affection and De(Humanization): the black lesbian literature as fighting tool

Agatha Leticia Eugênio da Luz

Juliana Damasceno de Miranda

Aiana Hana Sarges Silva

A Trajetória de Vida de Mulheres Negras em Instâncias de Poder na Amazônia Paraense (1995-2015) 144

La Trayectoria de Vida de las Mujeres Negras en las Instancias de Poder de la Amazonia del Pará (1995-2015)

The Life Trajectory of Black Women in Instances of Power in the Paraense Amazon (1995-2015)

Maria de Nazaré Costa da Cruz

Corpos Políticos: a importância da estética em meio à construção das narrativas de mulheres negras e gordas 162

Cuerpos Políticos: la importancia de la estética en medio de la construcción de las narrativas de mujeres negras y gordas

Political Bodies: the importance of aesthetics in the construction of the narratives of black and fat women

Maria Luiza Reis Mendonça

“O resto é drag”: um estudo acerca da subversão da identidade das mulheres nos feminismos 177

“El resto es drag”: un estudio acerca de la subversión de la identidad de las mujeres en los feminismos

“The rest is drag”: a study about the subversion of women’s identity in feminisms

Débora Passos de Oliveira

Milena Beatriz Fernandes Muraro

Quando e Quantos Filhos Ter? Lições a Partir de um Estudo Qualitativo entre Casais de Baixa Escolaridade em Machadinho d'Oeste (RO) 192

¿Cuándo y cuántos hijos tienen? Lecciones a partir de un estudio cualitativo entre parejas de baja escolaridad en Machadinho d'Oeste (RO)

When and how many children to have? Lessons from a qualitative study among low schooling couples in Machadinho d'Oeste (RO)

Angelita Alves de Carvalho

Laura L. R. Wong

Um Retrato da Memória de Eneida em "Cão da Madrugada" 208

Una Representación de la Memoria de Eneida en "Cão da madrugada"

A Depiction of Eneida's Memory in "Cão da madrugada"

Evelim Mendes dos Santos

Bruxaria e Normalização: a perseguição às mulheres e ao conhecimento tradicional frente à hegemonia do discurso médico. 218

Brujería y Normalización: la persecución de las mujeres y de los conocimientos tradicionales hacia la hegemonía del discurso médico.

Witchcraft and Normalization: the persecution of women and traditional knowledge towards the hegemony of medical discourse.

Clara Gianni Viana Costa

Victória Santos de Faria Veloso

Ana Christina Darwich Borges Leal

NORMAS DE PUBLICAÇÃO 228

Dossiê: Mulheres, Política e Poder

A chamada de trabalhos para a 15ª Edição eletrônica da Revista Gênero na Amazônia considerou fomentar o debate sobre a situação das mulheres em diferentes manifestações de política e poder. O sentido restrito sobre esses dois conceitos tem definido áreas específicas para analisar a questão das mulheres e o enfoque de gênero na representação parlamentar e majoritária. Nesse aspecto, pensa-se, contudo, em um diferencial hierarquizado pela presença masculina favorecendo a desigualdade nas representações políticas de um modo geral, com base nos estereótipos que submetem as mulheres, sendo essa uma das causas principais dos obstáculos que esse gênero enfrenta na sociedade. Postos de direção e de alta responsabilidade expressos em posições de liderança são marcados pela desigualdade de acesso desse gênero. Mundos sociais diferem e demonstram que o processo de desigualdade política tem fundamentos num sistema vertebrado pelo patriarcalismo cuja retórica assume regras determinantes de condutas no relacionamento entre homens e mulheres, ou seja, ao definir a constituição da esfera pública para a participação de “cidadãos” na “política”, diferentemente da esfera privada, naturalmente assumida pelas mulheres, estabelece regras diferenciadas de inclusão e de exclusão dos membros do *demos* (então chamados “indivíduos”) na *polis* moderna. Mas a concepção de política e de poder transcendem as normativas idealizadas, prescrevendo ausências e situando-as no mundo da existência humana, necessitando que sejam alçadas complexidades diferenciadas, afetando outras ações e práticas nas relações sociais e culturais de gênero. Quer dizer que há necessidade que sejam desveladas as várias interações da condição socio-racial, econômica, geracional, educacional, cultural, no lazer, nas várias áreas de conhecimento, apontando-se as limitações contextuais que afetam a percepção da potência da política e do poder que cada um/a possui nas suas ações e práticas enquanto humanas/os. Dessa forma, ao ampliar o sentido conceitual política e poder, considera-se que estes fazem parte dos direitos dos indivíduos que tendem a expressá-los conforme sejam configuradas as suas necessidades. Ou seja, como diz Foucault (1979), sendo uma prática social expressa por um conjunto de relações pensando o poder como uma “coisa” que alguns têm e outros não, as relações com essa “coisa” se espalham pela sociedade constituindo-se em micropoderes que favorecem posições políticas de resistência. Essa envergadura traduz-se em um ponto positivado do poder e da política. Resistência, não subserviência.

É nesse aspecto que o Edital da 15ª edição da revista registrou o tema do Dossiê com ampla perspectiva de abordagem sobre **Mulheres, Política e Poder**. No sumário, evidencia-se a transversalidade dessa concepção expressa em resultados de pesquisa empírica e bibliográfica, relatos de experiência, estudos em desenvolvimento, projetos de extensão, estudos de caso, oferecendo às leitoras e leitores perspectivas das diversas proposições e contribuições temáticas e teóricas de feminismos de autoras brasileiras, latino-americanas, europeias, norte-americanas, estudiosas da interseccionalidade avançando em temas como a racialidade, feminismo negro, sexualidade em vários aspectos. Isto significa levar às leitoras e leitores o entendimento de que o foco dos estudos sobre política e poder tangencia abordagens identitárias, e de marcadores geracionais, e de raça e de classe. Ou seja, contempla-se a exigência ampliada do significado que é social, político e, principalmente, de relações de poder estabelecidas na

sociedade, cuja reflexão ampliada permite objetivar argumentações para o enfrentamento da desigualdade, do preconceito, da discriminação, da violência política que se tornou tão recorrente em ações abusivas e misóginas no Brasil, principalmente na arena institucional do novo governo desde 2018.

Nesse aspecto, com temas atuais e plurais, este volume apresenta uma diversidade de artigos: faz o balanço dos 20 anos da lei de cotas (1996 – 2016), no âmbito municipal, nas capitais brasileiras; tece reflexões sobre a história recente das políticas para as mulheres no governo federal, com o desmonte e o enfraquecimento dos organismos nacionais após o golpe de 2016; analisa a participação da indígena Sônia Guajajara, candidata à vice-presidência da República nas eleições de 2018; apresenta o percurso histórico da primeira prefeita brasileira, Dona Noca, que governou o município de São João dos Patos (MA) em 1934.

Ampliando as temáticas com o foco na densidade política, há uma discussão reflexiva sobre a deficiência como mais um fator que esmiúça e isola um grupo seletivo dos demais movimentos feministas, revelando e denunciando o descaso, principalmente do meio médico, com mulheres de classe baixa, negra e com deficiência pouco visível.

Outro texto expõe estudos sobre “a atuação das “CiberAmazonas” na Panamazônia (2017-2018), rede (ciber)feminista formada durante o VIII Fórum Social Panamazônico (2017), por mulheres ribeirinhas, quilombolas, indígenas e urbanas, do Brasil, Colômbia, Equador e Peru, que lutam em defesa dos recursos naturais e da justiça de gênero.”. As novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs) possibilitaram a divulgação de dados e pautas feministas de mulheres panamazônicas em prol de um bem em comum – tornando-se uma ferramenta de luta.

A formação política com trocas de experiência e produção de materiais didáticos foi o mote de um projeto de extensão universitária da UFPA - “Educar para Igualdade de Gênero” - que ao tempo em que organizou um grupo de estudo com docentes da rede pública do ensino municipal de Castanhal (PA), fortaleceu a organização do Grupo Zo'é, baseado nas experiências da teórica bell hooks (2013) na “comunidade de sala de aula”. O artigo revela a atuação do grupo enquanto coletivo feminista e a forma que tomou na luta pela igualdade de gênero no município.

A percepção de obstáculos quanto à escolha profissional de mulheres que pretendem ingressar em cursos considerados das “ciências duras” está em um artigo que reflete ser, esta área, de ingresso majoritário de profissionais homens, confirmado pelo último Censo da Educação Superior. Isso ocorre devido à compreensão cultural da naturalização de componentes biológicos sobre a imagem feminina e a exclusão horizontal desse gênero nessas áreas de ciências exatas.

O volume apresenta pesquisa bibliográfica sobre questões étnico-raciais-lésbicas, considerando as relações de poder refletidas na literatura, contribuindo para o apagamento e desumanização de sujeitos, em especial, da mulher negra lésbica; uma outra reflexão bibliográfica focando, ainda, nas redes sociais trata sobre mulheres negras e gordas que, pela linguagem corporal, se dispõem a construir suas narrativas e ferramenta política na luta antirracista e

anti-gordofóbica. Outro estudo analisa a história de vida de três mulheres negras da Amazônia paraense que assumem, por tempo determinado (1995-2015), instâncias de poder em espaços hierarquizados.

De grande significação é um estudo bibliográfico que remete ao diálogo entre algumas concepções sobre as teorias de gênero e, a partir disso, examina os feminismos subvertendo a identidade do sujeito feminista, desconstruindo, assim, o conceito de gênero. Em Simone de Beauvoir, Judith Butler e Maria Rita Kehl, o texto explora as proposições conceituais das autoras e atravessa o momento atual.

Entre os artigos diversos, chama atenção a análise comparativa do processo de planejamento por filhos entre casais de contextos rurais com menor nível de escolaridade em Machadinho d'Oeste (RO), com entrevistas e acompanhamento, pelas autoras, das preocupações e situações vivenciadas pelos depoentes para que ocorra (ou não) esse processo.

Eneida de Moraes, sua vida como escritora e militante é mapeada no estudo das memórias subterrâneas presentes em suas crônicas e sua evolução como pessoa/escritora, num texto que remete a esses escritos no decorrer de sua vivência literária.

A relação entre bruxaria e ciência médica favoreceu uma investigação de como se deu o início da estruturação da Medicina Social atual, perpassando pela desmoralização dos conhecimentos femininos sobre o próprio corpo (pelas parteiras, curandeiras etc), a fim de legitimar uma instituição basicamente masculina e com tendência a favorecer o sistema capitalista, objetificando os corpos femininos e passando a ter total legitimidade quanto ao seu tratamento perante a sociedade.

Ao expor as sínteses desse coletivo de temas que compõem um Dossiê e Artigos Diversos registramos, com satisfação e orgulho, os estudos, pesquisas e reflexões que estão sendo desenvolvidos neste pedaço da Amazônia. A sua publicização se torna um compromisso desta revista.

Que a leitura seja promissora! Vamos a ela!

Belém/PA (Amazônia/Brasil), 2019.

Maria Luzia Miranda Álvares

Doutora em Ciência Política. Docente voluntária da Faculdade de Ciências Sociais/UFPa.

Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa "Eneida de Moraes" sobre Mulher e

Relações de Gênero-GEPEM

Ana Carolina Álvares Branco

Especialista em Produção Audiovisual/Estácio Belém.

Graduada em Design de Produto/IESAM.

Políticas para as Mulheres: um olhar sobre o desmonte em andamento¹

Políticas para las Mujeres: una mirada del desmontaje en curso

Policies for Women: a look into the ongoing dismantlement

Sônia Malheiros Miguel

Resumo: Este artigo apresenta algumas reflexões sobre a história recente das políticas para as mulheres no governo federal, tendo como linha condutora o seu desmonte após o golpe de 2016, iniciado na gestão de Michel Temer e aprofundado no governo de Jair Messias Bolsonaro. Para tanto, torna visível a queda expressiva do número de mulheres no primeiro escalão do governo, a radical redução dos espaços de participação social, o enfraquecimento dos organismos nacionais responsáveis pelas políticas para as mulheres e o desmonte das próprias políticas que vinham sendo desenvolvidas nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Palavras-chave: Desmonte. Política. Mulheres. Participação. Institucionalização.

Resumen: Este artículo presenta algunas reflexiones sobre la historia reciente de las políticas para las mujeres promovido por el gobierno federal, teniendo como línea conductora su desmontaje en curso después del golpe de 2016, iniciado en la gestión de Michel Temer y profundizado en el gobierno de Jair Messias Bolsonaro. Para ello, hace visible la caída expresiva del número de mujeres en el primer escalón del gobierno, la radical reducción de los espacios de participación social, el debilitamiento de los organismos nacionales responsables por las políticas para las mujeres y el desmonte de las propias políticas que venían siendo desarrolladas en los gobiernos de Luiz Inácio Lula da Silva y Dilma Rousseff.

Palabras clave: Desmontaje. Política. Mujeres. Participación. Institucionalización.

Abstract: This article presents some reflections on the recent history of policies for women in the context of the Brazilian federal government. It follows the dismantling of policies after the 2016 coup, which began in Michel Temer's administration and deepened in the Jair Messias Bolsonaro government. The article unveils the significant decline in the number of women in high-level governmental positions, the radical reduction in the forums of social participation, the weakening of national bodies responsible for policies for women, and the dismantling of policies implemented in the governments of Luiz Inácio Lula da Silva and Dilma Rousseff.

Keywords: Dismantlement. Policies. Women. Participation. Institutionalization.

¹ O mote inicial para este artigo foi apresentação feita em mesa realizada no Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 e 13^o.

Sônia Malheiros Miguel – Graduada e Licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Sociais - área de concentração Sociologia/ Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente integra a equipe do Cfemea – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, onde já trabalhou de 1995 a 2003. Compôs a equipe da Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República de 2003 a 2016. E-mail: soniammiguel@gmail.com

INTRODUÇÃO

O momento por que passa o Brasil é muito difícil. Refletir sobre esta realidade e preservar a nossa história faz parte, nesse momento, da resistência ao obscurantismo. Por isso, este artigo, além de alinhar algumas reflexões sobre a história recente das políticas para as mulheres no governo federal, inclui um levantamento detalhado das mulheres que estiveram à frente de ministérios, secretarias e órgãos ligados à Presidência da República.

O golpe de 31 de agosto de 2016, que retirou a Presidenta Dilma Rousseff do poder, escancarou as portas para grandes retrocessos, como consequência imediata. A quebra da regra democrática das eleições definirem quem nos governa foi o primeiro deles. A partir daí, com a subida de Michel Temer ao poder, passamos por uma avalanche de medidas que desmantelaram dezenas de políticas públicas que vinham sendo executadas com o objetivo de diminuir as desigualdades e ampliar direitos. E a recente eleição de Jair Messias Bolsonaro só agrava esse quadro. Os primeiros meses de seu governo não deixam dúvidas em relação a essa afirmação.

É sistemático o desmonte de políticas sociais que retiraram milhões de pessoas da pobreza extrema, proporcionaram o acesso à casa própria, melhores condições de vida e moradia para segmentos expressivos da população e ampliaram o acesso às universidades, entre esses o Programa Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Programa de Cisternas, Farmácia Popular, Programa Mais Médicos, FIES², PRONATEC³, PROUNI⁴, Cotas, Ciência sem Fronteiras.

São muitos os exemplos dessas políticas nos governos Lula e Dilma, e são muitas as decisões tomadas nesses três últimos anos pelo governo Temer e, agora, pelo governo Bolsonaro no sentido de desfazê-las, com medidas que tiram direitos e penalizam, em especial, as populações mais empobrecidas. Medidas que desoneram o capital de tributos e subtraem direitos das trabalhadoras e trabalhadores, que taxam os pobres e anistiam a dívidas dos ricos.

Para citar alguns poucos, mas expressivos exemplos, no período Temer temos, em dezembro de 2016, a promulgação pelo Congresso Nacional da [Emenda Constitucional nº 95/2016](#) (PEC do Teto dos Gastos Públicos)⁵ que, entre outras coisas, congelou os investimentos em saúde e educação por 20 anos. E a chamada reforma trabalhista ([Lei 13.467/2017](#)), aprovada pelo congresso nacional e sancionada por Michel Temer em 13 de julho de 2017, que retirou direitos conquistados na década de 1940 pelas trabalhadoras e trabalhadores, quando da aprovação da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

Jair Bolsonaro, por sua vez, vem aprofundando de maneira vertiginosa esse desmonte. Uma de suas primeiras medidas foi extinguir o Ministério do Trabalho. E o seu vice-presidente, General Mourão, vem defendendo abertamente a extinção do décimo terceiro salário e do adicional de férias, como parte de uma “implementação séria da reforma trabalhista”⁶. A proposta de reforma da previdência ([PEC 6/2019](#)), apresentada pelo Poder Executivo em 20 de fevereiro de 2019, é outro contundente exemplo, ao reforçar as desigualdades, agravar exclusões e manter privilégios.

O incentivo à violência é outra característica extremamente preocupante do atual governo. Incentivo nas palavras e atitudes. A liberação da posse de armas, logo após assumir o poder, com

² Programa de Financiamento Estudantil.

³ Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

⁴ Programa Universidade para Todos.

⁵ Antiga PEC nº 241/2016, na Câmara dos Deputados, e PEC nº 55/2016, no Senado Federal.

⁶ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/vice-de-bolsonaro-mourao-critica-13o-salario-e-fala-em-reforma-trabalhista-seria.shtml>

a publicação do [Decreto nº 9.685, de 15 de janeiro de 2019](#) e, mais recentemente, a liberação do porte de armas para advogados, caminhoneiros, políticos (de presidente a vereador), proprietários rurais, jornalistas policiais, entre outros; e o “excludente de ilicitude” previsto no “pacote anti-crime”⁷ apresentado pelo governo, tornando legítima a morte praticada por policiais quando em serviço, se as mesmas forem executadas sob “escusável medo, surpresa ou violenta emoção”, nos dão a dimensão do problema.

O [Decreto nº 9.785, de 07 de maio de 2019](#), que autoriza o porte, permite o uso de armas de fogo semiautomáticas ou de repetição, libera a aquisição de até quatro armas e cinco mil munições por ano, permite que menores de 18 anos pratiquem o “tiro esportivo” com a autorização de apenas um responsável, e, não por acaso, libera a importação.

Com armas e licença para matar, não é difícil imaginar no que vai se transformar esse país. Se o extermínio da população negra e pobre já é uma realidade sem essas medidas, imagina o potencial destrutivo com elas. Se o feminicídio já é uma gritante realidade na vida das brasileiras que vivem os horrores da violência doméstica, é evidente que a liberação da posse de armas trará, como uma de suas trágicas consequências, o aumento, também, do número de mulheres assassinadas por seus maridos ou ex-maridos, companheiros, namorados.

Mas nossos problemas não param por aí. O princípio da participação popular, tão batalhado e incorporado no processo de discussão da Constituinte com a aceitação, pelo seu Regimento Interno, das emendas populares e com a inclusão no seu texto final de diferentes artigos que asseguravam mecanismos de participação no processo decisório, a exemplo de referendos, plebiscitos e conselhos gestores de políticas públicas, também vem sendo sistematicamente desmontado.

Nos primeiros meses do governo Bolsonaro, o fim e o esvaziamento de conselhos de direitos e organismos governamentais que traziam essa participação cidadã como pressuposto democrático vinha sendo questionado. Em 10 de abril de 2019, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para discutir a situação dos conselhos, comitês e comissões vinculadas ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão deu 10 dias para a ministra se explicar.

Diferentes Requerimentos de Informações da Câmara dos Deputados indagam sobre o precário funcionamento de conselhos, a exemplo do [RIC 130/2019](#), que trata da suspensão das atividades do CONADE – Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência ou do [RIC 372/2019](#), sobre modificações na Comissão de Anistia.

Para marcar, de uma vez por todas, que o modelo da participação social não é a proposta de seu governo, ao “comemorar” os primeiros cem dias de gestão, Bolsonaro publicou o [Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019](#) que “Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal”, indicando no Art. 2º que, inclui-se no conceito de colegiado: conselhos, comitês, comissões, grupos, fóruns, entre outros. O Art. 5º informa que, a partir de 28 de junho de 2019, ficam extintos todos os colegiados criados antes da gestão de Bolsonaro. E, para não deixar dúvidas de suas intenções, o Art. 10 revoga o [Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014](#), que instituiu a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS.

Criado no governo Dilma, a Política Nacional tinha como primeira diretriz geral o reconhecimento da participação social como direito da cidadã e do cidadão e expressão de sua

⁷ Integrado pelos Projetos de Lei nº 881/2019 e nº 882/2019 e Projeto de Lei Complementar nº 38/2019.

autonomia. A participação social em nossa sociedade é um espaço disputados por todas aquelas e aqueles que não estão devidamente representados no sistema político, exatamente por lutarem por direitos, justiça e igualdade. São mulheres, negros e negras, indígenas, população LGBT, trabalhadores rurais sem terra, trabalhadores sem teto que, pela via da participação social, tinham um canal para a defesa de seus interesses em diálogo com um governo entendia a construção da política para além dos gabinetes.

Assistimos a retirada e a ameaça a direitos já conquistados, o enfraquecimento das políticas sociais e de distribuição de renda, a liberação assustadora de mais de uma centena de agrotóxicos, a entrega de áreas de preservação e demarcação, a privatização desenfreada e o desmantelamento das ainda frágeis redes democráticas de participação.

O golpe de 2016 colocou no centro do poder, exclusivamente, os grupos políticos representantes do grande capital empresarial, rural e financeiro e as igrejas aliadas a esses interesses, grupos esses que não reconhecem limites, nem mesmo os impostos pela Constituição Federal. E são vários os exemplos que demonstram os retrocessos que vem causando, também, no campo dos direitos e políticas para as mulheres. De pronto temos o reduzidíssimo número de mulheres no primeiro escalão do Executivo Federal, aqui incluídos os ministérios e as secretarias e órgãos ligados à Presidência da República.

A primeira mulher que ocupou o cargo de ministra no Brasil foi Esther de Figueiredo Ferraz, durante a ditadura militar no governo do general João Batista Figueiredo (1979-1985), assumindo o Ministério da Educação e Cultura por dois anos e meio. Figueiredo indicou 47 pessoas nos seis anos em que ficou no poder. As outras 46 foram homens.

Já na Nova República, José Sarney, nos cinco anos em que permaneceu no cargo (1985-1990) também designou uma única mulher como ministra entre os 76 indicados. Dorothea Werneck, que assumiu o Ministério do Trabalho já no terceiro ano de governo, ficando no cargo por exatos um ano, dois meses e 14 dias.

Fernando Collor de Melo (1990-1992), ao assumir, indicou duas mulheres para compor o seu ministério. Margarida Maia Procópio, para o Ministério de Ação Social, e Zélia Cardoso de Melo, para o cobiçado Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Ficaram cerca de um ano e meio no cargo e foram as duas únicas mulheres entre os 57 indicados por Collor de Melo.

Pelo governo Itamar Franco (1992-1994), passaram meteoricamente três mulheres: Yeda Crusius, Luiza Erundina e Margarida Coimbra do Nascimento, respectivamente, ministras do Planejamento, da Secretaria da Administração Federal e do Trabalho. Faço referência ao meteor, pois as três ficaram apenas entre dois e quatro meses nos cargos. Itamar indicou 65 pessoas nos dois anos em que esteve no poder.

Fernando Henrique Cardoso indicou quatro mulheres ao todo. Duas no seu primeiro mandato (1995-1998): Dorothea Werneck, que ficou um ano e quatro meses à frente do ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo; e Claudia Costin, que foi ministra interina da Administração e Reforma do Estado, ficando quatro meses e alguns dias no cargo. Duas mulheres (uma delas ocupou o cargo interinamente) entre 67 indicados, representando 3% do gabinete que integrou o primeiro mandato de FHC.

No segundo mandato de FHC (1999-2002), duas mulheres ocuparam cargos no primeiro escalão, uma delas como interina. Anadyr de Mendonça Rodrigues dirigiu a Controladoria-Geral

da União por um ano e oito meses, e Mary Dayse Kinzo comandou interinamente por dois meses o Ministério da Integração Nacional. Duas mulheres entre 71 indicados, 3% do Gabinete⁸.

Nos dois mandatos de Lula (2003-2010), esse quadro começa a se alterar um pouco. Foram 15 as mulheres indicadas para assumir um posto no primeiro escalão do governo. Sete no primeiro (2003-2006), sendo uma interina, num total de 71 indicados, representando 8% do Gabinete. É no governo Lula que, pela primeira vez, as mulheres negras ocupam o cargo de ministra. Benedita da Silva, Marina Silva⁹ e Matilde Ribeiro, três de uma vez só, 21 anos depois da primeira mulher (branca) assumir esse posto. Benedita da Silva fica um ano à frente da Secretaria de Assistência Social. Marina Silva e Matilde Ribeiro integram o gabinete durante todo o primeiro mandato do presidente Lula.

No segundo mandato de Lula (2007-2011), oito mulheres em um total de 72 indicações, representando 11% dos indicados, integraram o gabinete presidencial. Entre essas, permaneceram duas mulheres negras: Marina Silva, como ministra do Meio Ambiente, e Matilde Ribeiro, como ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Mas é com a Presidenta Dilma (2011-2016) que o número de mulheres no primeiro escalão aumenta de maneira mais significativa. Vinte e três mulheres ocuparam pastas no gabinete presidencial nos cinco anos e meio do governo, aí incluídas as quatro mulheres que ocuparam o cargo interinamente. Durante seu primeiro mandato, 15 mulheres se fizeram presentes, sendo uma delas interina, representando 16% das 79 pessoas que passaram por seu gabinete. Dilma iniciou o seu primeiro mandato com nove mulheres ocupando pastas no primeiro escalão e terminou com seis. Sete, se contarmos a ministra interina da Cultura. Entre as indicadas, apenas uma mulher negra, Luiza Helena Bairros, ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Pelo segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff, passaram 11 mulheres, sendo que três ocuparam seus cargos interinamente, entre 85 indicados nesses pouco mais de um ano e quatro meses de governo. Iniciou com seis mulheres e terminou com oito, quatro delas indicadas já em pleno processo de impeachment. A sub-representação das mulheres negras se mantém no segundo mandato também. Mais uma vez, apenas uma mulher negra integrou a equipe, Nilma Lino Gomes, titular da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos.

Chama a atenção que, no período em que se discutia o impedimento, a Presidenta indicou várias mulheres para ocuparem cargos interinamente. Naquele momento, por diferentes motivos, titulares deixaram seus cargos. Alguns para assumir a defesa da presidenta Dilma, como foi o caso do ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, outros, por se associarem ao golpe, como foi o caso dos ministros indicados pelos partidos da base do governo que, no processo do impeachment, rompem com a Presidenta, a exemplo do PP, PMDB e PRB¹⁰.

Após o golpe, fica evidente o retrocesso no número de mulheres integrando os ministérios, secretarias e demais órgãos ligados à Presidência. O primeiro anúncio do ministério de Michel

⁸ No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, outras duas mulheres assumiram Secretarias de Estado, mas estas não eram ligadas à Presidência da República: Wanda Engel Aduan foi Secretária de Estado de Assistência Social, cargo de Natureza Especial que integrava a estrutura do Ministério da Previdência e Assistência Social; e Decreto de 29 de maio de 2002 (DOU 31/05/2002, Seção 2, página 1) nomeia Solange Bentes Jurema para assumir o cargo de Natureza Especial de Secretária de Estado dos Direitos da Mulher, criado na estrutura do Ministério da Justiça, conforme Medida Provisória 37, de 8 de maio de 2002.

⁹ Conforme declarado no registro de candidatura ao Tribunal Superior Eleitoral.

¹⁰ Respectivamente Partido Progressista, Partido do Movimento Democrático Brasileiro e Partido Republicano Brasileiro.

Temer foi um choque: 24 homens brancos. Nenhum negro. Nenhuma mulher. À época, o Ministro Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, questionado sobre essa ausência, chegou a afirmar que as mulheres também ocupavam cargos importantes na gestão e citou como exemplo a chefe de gabinete de Michel Temer ser uma mulher¹¹. Nos dois anos e 123 dias em que ficou no poder, Temer indicou 76 pessoas para assumirem o primeiro escalão do governo, entre essas, apenas duas mulheres: Luislinda Valois, no Ministério de Direitos Humanos e Grace Mendonça, na Advocacia-Geral da União¹².

Jair Bolsonaro, por sua vez, segue o mesmo caminho. Para justificar somente duas mulheres no seu ministério – Damares Alves, no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e Tereza Cristina, no Ministério da Agricultura – teve a desfaçatez de afirmar: “Pela primeira vez na vida o número de ministros e ministras está equilibrado em nosso governo. Temos 22 ministérios, 20 homens e duas mulheres. Somente um pequeno detalhe: cada uma dessas mulheres que estão aqui equivale por dez homens”^{13 14}.

Quarenta anos e 12 governos se passaram desde que a primeira mulher ocupou o cargo de ministra. E, até hoje, somadas todas, tivemos 7% de mulheres indicadas para os gabinetes presidenciais. Um total de 57 mulheres em 781 indicados. Se tirarmos as mulheres que ocuparam mais de uma pasta ou foram indicadas para mais de um mandato, temos um total de 42 brasileiras que já integraram o primeiro escalão. E vejam que aqui estamos sendo bastante condescendentes, pois neste total estão incluídas as mulheres que ficaram poucos meses nos seus cargos, entre elas três que ocuparam o posto por poucos dias.

Nosso melhor momento foi no governo da presidenta Dilma Rousseff. No primeiro mandato, 13 mulheres integraram o governo em algum momento, ocupando 11 das 39 pastas. Dilma chegou a anunciar que gostaria de chegar a um terço de mulheres no ministério, quando foi eleita em 2010, mas não conseguiu quebrar a resistência quando das negociações com os partidos¹⁵. No segundo mandato, 10 mulheres ocuparam 11 pastas, de um total de 42.

Entre as 42 mulheres que até hoje integraram o primeiro escalão do governo temos seis mulheres negras, o que representa 14% das indicadas e 1% do total de indicados. Benedita da Silva, Marina Silva, Matilde Ribeiro, Luiza Helena Bairros, Nilma Lino Gomes e Luislinda Valois, sendo que três delas ocuparam a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial.

Se olharmos para os cargos ocupados por essas mulheres, nos chama a atenção a permanência por longos períodos de mulheres à frente de algumas pastas, a exemplo do Ministério do Meio Ambiente, comandado por Marina Silva durante todo o primeiro mandato de Lula e parte do segundo e Izabella Teixeira, que assumiu como ministra do Meio Ambiente no último ano do governo Lula, seguindo com Dilma até o final do seu governo; ou da Casa Civil, cargo ocupado

¹¹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/13/ministerio-sem-mulheres-no-governo-temer.htm>

¹² Em janeiro de 2018, Michel Temer chegou a indicar uma terceira mulher, Cristiane Brasil, para assumir o Ministério do Trabalho. Mas ela não conseguiu tomar posse por decisão do STF, que acolheu ação popular que questionava a nomeação por esta ser contrária ao princípio da moralidade, já que Cristiane Brasil tinha condenações na Justiça Trabalhista.

¹³ Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/jornal-globo-news/videos/v/bolsonaro-diz-que-ministerio-e-equilibrado-porque-cada-ministra-vale-por-dez-homens/7441149/>

¹⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-minimiza-baixo-numero-de-ministras-valem-por-10-homens-23508579>

¹⁵ Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/politica/noticias-politica/09112010-dilma-quer-um-terco-de-mulheres-no-ministerio-folha/>

por Dilma Rousseff nos governos Lula e, em seguida, por Erenice Guerra, Gleisi Hoffmann e, interinamente, por Eva Chiavon; ou a presença significativa de 11 mulheres à frente das pastas de Política para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, algumas por mais de um mandato, como Ideli Salvatti, Nilcéa Freire e Matilde Ribeiro.

Desde o primeiro mandato do presidente Lula, o número de mulheres ocupando cargos no primeiro escalão vinha em linha ascendente, mas, com o golpe, essa tendência se rompeu. Isso é um retrocesso. Não só, mas também do ponto de vista quantitativo isso é inaceitável. Não é democrático um país que desconhece a capacidade de mais de 50% da população. Um país patriarcal e racista, pois, se olharmos os dados do ponto de vista da presença de homens negros e mulheres negras, o quadro é ainda mais dramático. Tínhamos acreditado que a defesa da exclusão política das mulheres já tinha saído de cena, mas parece que nos enganamos. Os que agora assumiram o poder defendem a exclusão em alto e bom som. Para dar um único, mas, significativo exemplo, a agora Ministra Damares Alves, titular do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, afirmou em entrevista publicada em março de 2018 que as mulheres nasceram para serem mães¹⁶ e que o modelo ideal de sociedade as deixariam apenas em casa, sustentadas pelos homens¹⁷.

Tínhamos avançado, ainda que timidamente, numa política de presença e, também, em alguma medida na política de ideias. E o que estamos vendo agora é o desmonte das duas. Como afirma Anne Phillips (1995), “É na relação entre ideias e presença que nós podemos depositar nossas melhores esperanças de encontrar um sistema justo de representação, não numa oposição falsa entre uma e outra”.

Para além do número de mulheres ocupando espaços de poder, se olharmos para a trajetória de institucionalização do organismo nacional responsável pelas políticas para as mulheres, marcado no seu viés governamental pela criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher¹⁸ e pela criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, também fica visível o desmonte que está sendo feito nesse campo.

Vale ressaltar que tanto a criação do Conselho quanto da Secretaria foi resultado da permanente pressão dos movimentos feministas e de mulheres por políticas públicas que enfrentassem as diferentes expressões da desigualdade e da violência contra as mulheres; a insuficiência (para alguns grupos populacionais, até mesmo a ausência) de serviços públicos no campo da saúde em geral e da saúde sexual e reprodutiva em particular; a sub-representação histórica das mulheres em espaços de poder e decisão; a relação desigual no mundo do trabalho; uma educação discriminatória e sexista.

Nos governos Lula e Dilma, tivemos um diferencial com as políticas sendo construídas em diálogo com os movimentos de mulheres e feministas, formatadas nas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres e assumidas pelo governo como um todo nos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres que indicavam as responsabilidades dos diferentes ministérios na sua execução. Foram quatro conferências no período (2004, 2007, 2011 e 2015), precedidas de conferências estaduais e municipais, num processo amplo e bastante democrático de consulta. As conferências

¹⁶ Matéria publicada na Folha de São Paulo em 6/12/2018: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/ministra-de-direitos-humanos-diz-que-mulher-nasceu-para-ser-mae-e-ideologia-de-genero-e-morte.shtml>

¹⁷ Matéria publicada em O Globo, em 21/11/2018: <https://oglobo.globo.com/brasil/cotada-para-ministra-diz-que-mulher-nasce-para-ser-mae-infelizmente-tem-que-ir-para-mercado-de-trabalho-23272762>

¹⁸ Para uma leitura aprofundada da história do Conselho, recomendamos a tese de doutorado de Fabrícia Faleiros Pimenta: Políticas feministas e os feminismos na política: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985-2005) defendida na Universidade de Brasília em 2010. E o Documento para Discussão sistematizado por Gilda Cabral, sobre Os mecanismos institucionais para a defesa dos direitos da mulher (2002).

eram coordenadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e pela Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Desde sua criação, os conselhos de direitos e os mecanismos governamentais responsáveis por políticas para as mulheres foram questionados. Em diferentes momentos dessa curta história, foi discutida sua extinção e medidas concretas foram tomadas no sentido de seu esvaziamento. Isto se expressa, também, na legislação que os institui.

O primeiro marco nacional do processo de institucionalização das políticas para as mulheres se deu no governo Sarney, por meio da [Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985](#), que cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, “com a finalidade de promover, em âmbito nacional, políticas que visem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País”.

O artigo 2º da Lei vinculava o CNDM ao Ministério da Justiça, com autonomia administrativa e financeira. A lei previa um conselho deliberativo, uma assessoria técnica, uma secretaria executiva e a possibilidade de requisitar servidores de órgãos e entidades da administração direta e indireta. O artigo 8º instituía o Fundo Especial dos Direitos da Mulher, destinado a gerir recursos e financiar as atividades do CNDM.

Mas essa autonomia “ampla, geral e irrestrita” não durou muito tempo. Um mês depois, o [Decreto nº 91.696, de 27 de setembro de 1985](#), dispõe sobre a autonomia administrativa e financeira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, de que trata a Lei nº 7.353/1985 e, no seu artigo primeiro, já afirma que a autonomia do CNDM é limitada. Nos primeiros anos do governo Sarney, o Conselho teve à sua disposição uma estrutura que permitia minimamente desenvolver o trabalho, com uma atuação bastante importante, por exemplo, no processo de elaboração da Constituição de 1988. Mas isso também não se sustenta.

No último ano do governo Sarney, cortes no orçamento do Ministério da Justiça, que repercutem drasticamente no orçamento do CNDM, somados a tensões entre a visão do Conselho e as posturas do governo, levam a uma desestruturação do Conselho. Em julho de 1989, questionando o processo de renovação das conselheiras que não seguiu as regras previstas no Regimento Interno a Presidenta do CNDM, à época, Jacqueline Pitanguy, coloca seu cargo à disposição, apoiada por grande parte da equipe que renuncia coletivamente.

Collor de Melo, por sua vez, logo após assumir, edita a [Medida Provisória nº 150, de 15 de março de 1990](#) (convertida na [Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990](#)), que dispunha sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e debilitava ainda mais o CNDM, inviabilizando o prosseguimento dos trabalhos. Entre as medidas tomadas, o Art. 23 reconhece o CNDM como órgão específico do Ministério da Justiça e o Art. 52 revoga o art. 2º da Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985, que assegurava a autonomia administrativa e financeira do CNDM. Itamar Franco (1992-1995), que assumiu após o impeachment de Collor de Melo, não alterou a lei promulgada por Collor, mantendo o CNDM sem autonomia administrativa e financeira e sem estrutura.

Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), que sucedeu Itamar, também não alterou a legislação do CNDM e, no final de sua gestão, cria na estrutura do Ministério da Justiça a SEDIM – Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher e o cargo de natureza especial de Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher ([MP nº 37 de 08 de maio de 2002](#), convertida na [Lei nº 10.539 de 23 de setembro de 2002](#)). A SEDIM não teve tempo de dizer a que veio, pois, com a eleição de Luiz

Inácio Lula da Silva, foi substituída pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, primeiro organismo de política para as mulheres, ligado diretamente à Presidência da República.

Criada como “órgão de consulta do Presidente da República”, no primeiro dia do governo Lula, pela [Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003](#) (convertida na [Lei nº 10.683, de 2003](#)), a então Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres era responsável por assessorar a Presidência da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres. O Art. 22 detalhava as competências da SEPM:

À Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres, bem como elaborar e implementar campanhas educativas e antidiscriminatórias de caráter nacional, elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo federal e demais esferas de governo com vistas à promoção da igualdade, articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres, promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem o cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos a igualdade das mulheres e de combate à discriminação, tendo como estrutura básica o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o Gabinete e até três Subsecretarias.

A Exposição de Motivos da Medida Provisória afirma que “assegura-se, no caso das Secretarias Especiais, os direitos, vantagens e prerrogativas de Ministros de Estado, de modo a se evitar distinções não razoáveis, mas sem a multiplicação desnecessária de ministérios”.

Em 24 de março de 2010, a [Medida Provisória nº 483](#) (convertida na [Lei nº. 12.314, de 19 de agosto de 2010](#)), editada no início do governo da Presidenta Dilma Rousseff, transforma a SEPM em órgão essencial da Presidência da República. Com essa mudança, a Secretaria ganha um novo status na estrutura do Governo Federal, sendo equiparada aos demais Ministérios. Perde o título de “Especial” no nome e os cargos de direção mudam de denominação, a exemplo da Secretária Especial, que passa para Ministra.

A ascensão da SPM ao nível de Ministério, em 2010, reforçou o compromisso do Estado brasileiro com a institucionalização das políticas públicas para igualdade de gênero. Mas sua existência e atuação sempre foi objeto de disputas e questionamentos de setores conservadores (mas não somente eles) que, de dentro do governo, procuravam enfraquecê-la. E isso foi num crescendo à medida que esses setores se fortaleciam.

Em abril de 2016, já como consequência nefasta da disputa que se dava no interior do governo e cedendo às pressões, a Presidenta Dilma Rousseff, sob o argumento de “racionalizar a máquina pública”, por meio da [Medida Provisória nº 696, de 02 de outubro de 2015](#) (convertida na [Lei nº 13.266, de 05 de abril de 2016](#)), extingue as Secretarias de Políticas para as Mulheres, de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos e cria o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Entre suas competências a “formulação, coordenação, definição de diretrizes e articulação de políticas para as mulheres, incluindo: (...) 2. planejamento de gênero que contribua na ação do Governo federal e das demais esferas de governo para a promoção da

igualdade entre mulheres e homens”. Como parte da estrutura do novo Ministério a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, presidido pela Secretária Especial de Políticas para as Mulheres.

Essa mudança acontece em pleno processo de realização da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que tinha como foco central o fortalecimento da Política Nacional para as Mulheres e, entre seus objetivos específicos, “estimular a criação e o fortalecimento dos organismos governamentais municipais, estaduais, do Distrito Federal e a Secretaria de Políticas para as Mulheres”. A fusão da SPM, SEPPIR e SDH teve um efeito cascata nos organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres. Logo em seguida, vários estados e municípios seguiram o exemplo nacional e fundiram, também, seus organismos estaduais ou municipais de políticas para as mulheres com outras áreas.

Além do equívoco do ato em si – a junção das três Secretarias –, um texto mal elaborado, feitos às pressas e confuso é encaminhado para o Congresso Nacional. Como consequências das disputas que ali se estabeleceram, as mulheres sofrem mais uma perda. Em 18 de fevereiro de 2016, foi aprovado pelo Plenário da Câmara de Deputados, destaque do Partido Republicano Brasileiro – PRB que retirou do texto-base já aprovado da Medida Provisória 696/2015 a expressão “gênero” do artigo que tratava das responsabilidades da SPM.

A SPM, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e os movimentos feministas e de mulheres se posicionaram contra essa retirada, mas não obtiveram sucesso. E a tentativa de fazer com que a Presidenta vetasse também não, sob a justificativa de que, como foi uma supressão, não teria o que ser “vetado”. Ficou acordado o compromisso de a Presidenta enviar mais adiante uma “retificação” do texto, o que não chegou a ocorrer.

Quando das discussões desse novo ministério, as disputas já se deram em relação ao nome. Era ventilado Ministério da Cidadania, mas as três Secretarias, já incomodadas e insatisfeitas com a junção, brigaram para ao menos estarem visíveis no nome. Com isso acordado, quem encabeçaria a “lista” foi também objeto de disputa. Apesar de o combinado ter sido Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, a primeira versão saiu com Direitos Humanos à frente: Ministério de Direitos Humanos, Mulheres e Igualdade Racial.

Em outubro de 2015, no ato de posse dos novos ministros, o cerimonial, ao se referir ao novo ministério, coloca em primeiro lugar os Direitos Humanos. A Presidenta, incomodada com essa mudança, ao iniciar seu discurso afirma: “Eu queria fazer uma retificação. Nós erramos a ordem. As mulheres vão entender porque estou insistindo na ordem: é Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos”¹⁹.

Outro absurdo aprovado pelo Plenário da Câmara quando da discussão da Medida Provisória 696/2015, que criava o novo ministério, foi o destaque do Bloco Parlamentar PRB – PTN – PMN – PTC – PT do B – PSL²⁰ que definia que a atuação do Ministério deveria estar em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e com os direitos e liberdades reconhecidos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

¹⁹ Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-posse-dos-novos-ministros>

²⁰ Partido Republicano Brasileiro - PRB, Partido Trabalhista Nacional - PTN, Partido da Mobilização Nacional - PMN, Partido Trabalhista Cristão - PTC, Partido Trabalhista do Brasil - PTdoB (atual Avante) e Partido Social Liberal - PSL.

A referência, especificamente, ao chamado Pacto de São José da Costa Rica, como é conhecida a Convenção Americana de Direitos Humanos (documento dos anos 1960, que reflete fortemente a hegemonia conservadora nas Américas), era inadmissível para a então Secretaria de Políticas para as Mulheres e para os movimentos de mulheres e feministas, pois, no seu Artigo 4º, o Pacto afirma o direito à vida “desde o momento da concepção”, proibindo toda e qualquer forma de aborto, o que vai contra legislação brasileira que aceita a interrupção da gravidez no caso de risco de vida para a mulher, gravidez resultante de estupro e fetos anencéfalos. A pressão da SPM e dos movimentos feministas fizeram com que essa referência fosse vetada.

Na versão final da Lei nº 13.266/2016, a Secretaria Nacional da Juventude, que tinha seu tema incluído entre as responsabilidades do novo ministério, consegue incluir também o seu nome na lista, ficando Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos.


Mas o recém-criado Ministério não chegou a ser efetivado. Veio o golpe e, logo após, a [Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016](#) (convertida na [Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016](#)), extingue o “Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos”, transferindo suas competências, órgãos e entidades subordinadas para o recém-transformado Ministério da Justiça em Ministério da Justiça e Cidadania, ressalvadas aquelas competências relativas a políticas de juventude. Passando, portanto, o CNDM e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para o Ministério da Justiça e Cidadania, esta última com a competência de “acompanhamento e implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento de acordos, convenções e planos de ação firmados pelo País, nos aspectos relativos à igualdade entre mulheres e homens e ao combate à discriminação”.

Essa alteração também não tem tempo de ser efetivada. Em menos de cinco meses, mais uma mudança: a [Medida Provisória nº 768, de 02 de fevereiro de 2017](#), cria o Ministério dos Direitos Humanos e extingue as Secretarias Especiais do Ministério da Justiça e Cidadania. Entre as inúmeras competências do novo Ministério dos Direitos Humanos, a “formulação, coordenação, definição de diretrizes e articulação de políticas para as mulheres, incluídas atividades antidiscriminatórias e voltadas à promoção da igualdade entre homens e mulheres”. E, na sua estrutura, a agora Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Mas também essa mudança não se sustenta. Menos de três meses depois, a [Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017](#) (convertida na [Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017](#)), retira a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres do Ministério de Direitos Humanos e a realoca na Secretaria de Governo da Presidência da República, que passa a ter entre suas competências “formular, coordenar, definir as diretrizes e articular políticas públicas para as mulheres, incluídas atividades antidiscriminatórias e voltadas à promoção da igualdade entre homens e mulheres”. Mais uma alteração, com a Secretaria perdendo poder, estrutura, orçamento e equipe.

Logo em seguida, a quinta mudança, ainda no governo Temer, com o [Decreto nº 9.417, de 20 de junho de 2018](#), transferindo a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher da Secretaria de Governo novamente para o Ministério dos Direitos Humanos.

Por fim, no governo Bolsonaro, a sexta mudança em menos de dois anos. A [Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019](#), cria o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos



Humanos integrado na sua estrutura básica, entre outros, pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Não é por acaso que o novo ministério é da “mulher” e não das mulheres no plural; e da “família” e não das famílias no plural.

Olhando a trajetória institucional do organismo responsável pelas políticas para as mulheres, após o golpe de 2016, não é difícil entender a sua inoperância, afinal, como desenvolver qualquer trabalho com seis mudanças em menos de dois anos?

Os grupos que articularam o golpe que se consumou, nesse primeiro momento, com o afastamento da Presidenta Dilma Rousseff não é uma novidade no cenário político brasileiro. Integrava a base e nunca deixou de disputar a linha central dos governos Lula e Dilma. Não vivíamos em um “mar de rosas” nos 13 anos dos governos do PT - as disputas internas eram permanentes e intensas.

Os que tomaram o poder de forma antidemocrática (pois pelas urnas já fazia algum tempo que não obtinham sucesso) já integravam o governo e tentavam imprimir sua visão elitista, conservadora e fundamentalista, disputando no dia a dia os rumos do País. O fortalecimento desses grupos pode ser acompanhado nos vários acordos adotados e recuos dos governos Lula e Dilma em relação a pautas que aprofundavam a democracia, assegurando direitos a populações e grupos antes marginalizados. Vejamos aqui alguns exemplos que dizem diretamente às mulheres.

Em 13 de novembro de 2008, o governo Lula firma, na Cidade do Vaticano, acordo com a Santa Sé, relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil. Negociado quando da visita do Papa ao Brasil e promulgado pelo [Decreto nº 7.107, de 11 de fevereiro de 2010](#), este acordo concede isenção tributária a instituições católicas, assegura o ensino religioso nas escolas públicas de ensino fundamental, agredindo o princípio da laicidade do Estado e trazendo consequências negativas para pautas importantes das mulheres brasileiras (mas não só delas), a exemplo do debate sobre os direitos sexuais e reprodutivos, aí incluído o direito ao aborto gratuito, legal e seguro²¹.

Esse acordo também sustentou os argumentos que levaram o Supremo Tribunal Federal, em setembro de 2017, a tomar uma decisão contrária quando da análise da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 4439/2010 que questionava, tendo por base a Constituição Brasileira, o ensino religioso confessional nas escolas públicas brasileiras. Decisão esta que, mais uma vez, afronta o princípio da laicidade.

No governo Dilma a pressão aumentou, já em maio de 2011, mais um recuo, após pressão das bancadas religiosas no Congresso, levou à retirada de material didático que estava sendo produzido para ser distribuído nas escolas, como parte do programa Brasil sem Homofobia. O até hoje famoso “kit gay que seria distribuído às crianças” era, na verdade, dirigido aos professores, mas a desinformação e a má-fé venceram mais uma vez, e a Presidenta cedeu às pressões e suspendeu a publicação do material.

Em 2014, na saga insana que se instalou contra a discussão de gênero, esses mesmos grupos forçaram a retirada do Plano Nacional de Educação da diretriz que propunha a superação das desigualdades educacionais "com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual". O Congresso aprovou e a Presidência da República sancionou. Retirada essa que se repetiu no texto de diferentes planos estaduais e municipais.

²¹ Para um olhar mais aprofundado sobre o tema, ver publicação do CFEMEA de 2009: Brasil e Vaticano, o (Des) acordo Republicano, que reúne diferentes artigos.

O golpe pode ter sido “formalizado” com a decisão do Congresso sobre o impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, mas na vida das mulheres (e não só nas delas) ele já estava em processo. Ainda que reconheçamos o caráter processual do Golpe, não há dúvida que, com a retirada da Presidenta Dilma Rousseff da Presidência, o grupo que assumia a interlocução com os movimentos sociais, que tencionava a parte mais conservadora do governo para a efetivação de políticas públicas que incidissem na redução das desigualdades – de classe, raça, gênero – foi afastado do poder e, com isso, se intensificou o desmonte das políticas sociais e de afirmação de direitos, sem obstáculos intragoverno.

No período dos governos de Lula e Dilma é inegável que obtivemos avanços na institucionalização das políticas para as mulheres. Entre esses avanços, podemos citar: a incorporação da perspectiva de gênero nos Planos Plurianuais e a articulação com os diferentes ministérios para que a suas políticas tivessem uma perspectiva de gênero; a realização das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres e a elaboração dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres com base nos seus resultados; a ampliação das ações e o fortalecimento das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, de promoção da igualdade no mundo do trabalho e de incentivo à participação das mulheres e meninas na Ciência.

A ampliação dos recursos orçamentários aplicados nas políticas para as mulheres e no enfrentamento às desigualdades entre mulheres e homens, assumidos pelos diferentes ministérios que se comprometeram com as ações previstas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Como bem afirma documento elaborado pelo CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, que recupera a história de incidência política do Centro nesse campo:


Em todos esses anos, consolidou-se e cresceu inegavelmente a institucionalidade para as políticas para as mulheres; multiplicaram-se os órgãos e os serviços públicos destinados ao enfrentamento da violência; aumentaram substancialmente os recursos alocados no Orçamento da União relacionado ao financiamento dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (VIEIRA et al, 2014).

Mas essas políticas não estiveram imunes aos dois anos e pouco do governo golpista, e continuam não sendo no recém-empossado governo Bolsonaro. Muito pelo contrário, pois este é o aprofundamento e a consolidação no poder dos grupos que articularam o golpe de 2016.

Durante o governo Temer, os programas desenvolvidos pela Secretaria de Políticas para as Mulheres foram esvaziados ou paralisados. A publicação do resultado da 4ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres²², realizada nos últimos dias do governo Dilma, e a adequação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres às suas decisões foi deixada de lado. Programas que vinham sendo implementados há mais de uma década, com a compreensão da necessidade de continuidade das políticas públicas para que se consiga dar escala às mesmas, foram suspensos ou mantidos “na geladeira”.

O Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero é um bom exemplo. Foi instituído em 2005 pela Secretaria de Política das Mulheres (SPM-PR), no âmbito do Programa Mulher e Ciência, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI); a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI/MEC); a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e a ONU Mulheres. Consistia em um concurso de redações, arti-

²² Realizada em Brasília, de 10 a 12 de maio de 2015.



gos científicos e projetos pedagógicos na área das relações de gênero, mulheres e feminismos e teve por objetivo estimular e fortalecer a reflexão crítica e a pesquisa acerca das desigualdades existentes entre homens e mulheres em nosso país e sensibilizar a sociedade para tais questões. A décima primeira edição do Prêmio, que deveria ter sido lançada em 2016, já não aconteceu.

No campo do enfrentamento à violência contra as mulheres, temos outros tristes exemplos: o esvaziamento do Ligue 180, número que fornece informações sobre os serviços existentes, a exemplo de delegacias, e recebe denúncias de violência contra as mulheres; e a descontinuidade na implantação das Casas da Mulher Brasileira, ou mesmo a desativação de algumas poucas que já estavam em funcionamento. A atual ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, já afirmou, durante audiência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher na Câmara dos Deputados, realizada em 16 abril de 2019, que não existem recursos para a continuidade das Casas da Mulher Brasileira.

Os exemplos dos desmontes das políticas para as mulheres, iniciados após o golpe de 2016 e aprofundado no atual governo Bolsonaro, são muitos e merecem um estudo à parte. Mais do que nunca, precisamos nos debruçar sobre essa história recente, para avaliar a experiência desses últimos anos. Para tanto, é fundamental registrar e preservar essa história, pois os que atualmente estão no poder já demonstraram, mais de uma vez, que a verdade não é sua preocupação. Basta o episódio do chamado às “comemorações do golpe de 1964” para termos certeza dessa postura ou o ataque permanente às universidades públicas, feitos pelos ministros da Educação e pelo próprio presidente para termos certeza de que a extinção do senso crítico e de parte da história é, também, um dos objetivos do governo Bolsonaro.

ANEXO A - MULHERES NO COMANDO DE MINISTÉRIOS E DEMAIS ÓRGÃOS LIGADOS À PRESIDÊNCIA

Presidente	Cor	Nome	Posse	Exoneração	Tempo no cargo ²³	Ministérios, secretarias e órgãos ligados à Presidência
Figueiredo	Branca	Esther de Figueiredo Ferraz	24/08/1982	15/03/1985	2 anos e 6 meses	Educação e Cultura
Sarney	Branca	Dorothea Werneck	13/01/1989	15/03/1990	1 ano e dois meses	Trabalho
Collor	Branca	Margarida Maia Procópio	15/03/1990	20/01/1992	1 ano e 11 meses	Ação Social
Collor	Branca	Zélia Cardozo de Melo	15/03/1990	10/05/1991	1 ano e 1 mês	Economia, Fazenda e Planejamento
Itamar	Branca	Yeda Rorato Crusius	26/01/1993	10/05/1993	3 meses	Planejamento
Itamar	Branca	Luiza Erundina	28/02/1993	20/05/1993	3 meses	Secretaria da Administração Federal
Itamar	Branca	Margarida Coimbra	21/12/1993	03/03/1994	2 meses	Transportes
1º FHC		Dorothea Werneck	01/01/1995	30/04/1996	1 ano e 4 meses	Indústria, do Comércio e do Turismo
1º FHC	Branca	Claudia Maria Costin ²⁴	24/06/1998	04/11/1998	4 meses	Interina Administração e Reforma do Estado
2º FHC	Branca	Anadyr de M. Rodrigues	02/04/2001	01/01/2003	1 ano e 8 meses	Controladoria-Geral da União
2º FHC	Branca	Mary Dayse Kinzo	05/04/2002	05/06/2002	2 meses	Interina Integração Nacional
1º Lula	Preta	Marina Silva	01/01/2003	31/12/2006	4 anos	Meio Ambiente
1º Lula	Preta	Matilde Ribeiro	01/01/2003	31/12/2006	4 anos	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
1º Lula	Branca	Dilma Vana Rousseff	01/01/2003	21/06/2005	2 anos e 6 meses	Minas Energia

²³ Tempo no cargo: Foi arredondado a não ser que a permanência no cargo seja menor que um mês, nesses casos foram mantidos os dias.

²⁴ Assume quando do afastamento de Bresser Pereira para cuidar da campanha de Fernando Henrique Cardoso. Decreto de 4 de novembro de 1998 (DOU de 5/11/1998) nomeia Bresser Pereira novamente para o cargo de ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado. Portanto estamos considerando esta a data de exoneração da ministra interina Claudia Costin, mesmo tendo encontrado a Portaria nº 3.206, de 5 de novembro de 1998 (DOU de 6/11/1998) ainda em seu nome. Despacho do ministro Bresser Pereira, em 6 de novembro de 1998 (publicado no DOU de 09/11/1998), autoriza o afastamento da Secretária Executiva do Ministério Claudia Maria Costin.

1º Lula	Branca	Emília T. Fernandes ²⁵	01/01/2003	23/01/2004	1 ano e 1 mês	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
1º Lula	Preta	Benedita Sousa da Silva	01/01/2003	23/01/2004	1 ano e 1 mês	Secretaria Especial da Assistência e Promoção Social
1º Lula	Branca	Sandra Meira Starling	08/01/2003	31/07/2003	7 meses	Interina Trabalho
1º Lula	Branca	Nilcéa Freire ²⁶	23/01/2004	31/12/2006	3 anos	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
1º Lula		Dilma Vana Rousseff	21/06/2005	31/12/2006	1 ano e 7 meses	Casa Civil
2º Lula		Nilcéa Freire	01/01/2007	31/12/2010	4 anos	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
2º Lula		Dilma Vana Rousseff	01/01/2007	31/03/2010	3 anos e 3 meses	Casa-Civil
2º Lula		Marina Silva	01/01/2007	13/05/2008	1 ano e 4 meses	Meio Ambiente
2º Lula		Matilde Ribeiro	01/01/2007	06/02/2008	1 ano e 1 mês	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
2º Lula	Branca	Marta Suplicy	23/03/2007	03/06/2008	1 ano e 2 meses	Turismo
2º Lula	Branca	Márcia Helena C. Lopes	31/03/2010	31/12/2010	10 meses	Desenvolvimento Social e Combate à Fome
2º Lula	Branca	Izabella Teixeira	01/04/2010	31/12/2010	9 meses	Meio Ambiente
2º Lula	Branca	Erenice Guerra	01/04/2010	16/09/2010	6 meses	Casa Civil
1º Dilma	Branca	Helena Chagas	01/01/2011	03/02/2014	3 anos e 1 mês	Secretaria de Comunicação Social
1º Dilma	Branca	Miriam Belchior	01/01/2011	31/12/2014	4 anos	Planejamento, Orçamento e Gestão
1º Dilma	Branca	Tereza Campello	01/01/2011	31/12/2014	4 anos	Desenvolvimento Social e Combate à Fome

²⁵ Corrigida a informação disponível na Wikipédia. Decreto de 23 de janeiro de 2004 (DOU de 23/01/2004 - Edição Extra) exonera Emília Fernandes e empossa Nilcéa Freire. Casa Civil publica retificação no DOU de 27/01/2004, Seção 2, página 1, pois a exoneração não foi à pedido como saiu publicado no Decreto.

²⁶ Corrigida a informação disponível na Wikipédia. Decreto de 23 de janeiro de 2004 (DOU de 23/01/2004 - Edição Extra) empossa Nilcéa Freire e exonera Emília Fernandes. Casa Civil publica retificação no DOU de 27/01/2004, Seção 2, página 1, pois a exoneração não foi à pedido como saiu publicado no Decreto.

1º Dilma		Izabella Teixeira	01/01/2011	31/12/2014	4 anos	Meio Ambiente
1º Dilma	Preta	Luíza Helena Bairros	01/01/2011	31/12/2014	4 anos	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
1º Dilma	Branca	Maria do Rosário	01/01/2011	01/04/2014	3 anos e 3 meses	Secretaria de Direitos Humanos
1º Dilma	Branca	Ana de Holanda	01/01/2011	13/09/2012	1 ano e 8 meses	Cultura
1º Dilma	Branca	Iriny Lopes	01/01/2011	10/02/2012	1 ano e 1 mês	Secretaria de Políticas para as Mulheres
1º Dilma	Branca	Ideli Salvatti	01/01/2011	10/06/2011	5 meses	Pesca e Aquicultura
1º Dilma	Branca	Gleisi Hoffman	08/06/2011	02/02/2014	2 anos e 7 meses	Casa Civil
1º Dilma		Ideli Salvatti	10/06/2011	01/04/2014	2 anos e 9 meses	Secretaria de Relações Institucionais
1º Dilma	Branca	Eleonora Menicucci	10/02/2012	31/12/2014	2 anos e 11 meses	Secretaria de Políticas para as Mulheres
1º Dilma		Marta Suplicy	13/09/2012	11/11/2014	2 anos e 1 mês	Cultura
1º Dilma		Ideli Salvatti	01/04/2014	31/12/2014	9 meses	Secretaria de Direitos Humanos
1º Dilma	Branca	Ana Cristina Wanzeler	11/11/2014	31/12/2014	2 meses	Interina Cultura
2º Dilma		Tereza Campello	01/01/2015	12/05/2016	1 ano e 4 meses	Desenvolvimento Social e Combate à Fome
2º Dilma		Izabella Teixeira	01/01/2015	12/05/2016	1 ano e 4 meses	Meio Ambiente
2º Dilma	Branca	Kátia Abreu	01/01/2015	12/05/2016	1 ano e 4 meses	Agricultura, Pecuária e Abastecimento
2º Dilma		Eleonora Menicucci	01/01/2015	02/10/2015	9 meses	Secretaria de Políticas para as Mulheres
2º Dilma	Preta	Nilma Lino Gomes	01/01/2015	02/10/2015	9 meses	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
2º Dilma		Ideli Salvatti	01/01/2015	16/04/2015	4 meses	Secretaria de Direitos Humanos

2º Dilma		Nilma Lino Gomes	02/10/2015	12/05/2016	7 meses	Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos
2º Dilma	Branca	Eva Maria Dal Chiavon	22/03/2016	12/05/2016	1 mês	Interina Casa Civil
2º Dilma	Branca	Emília Maria R. Curi	14/04/2016	12/05/2016	11 dias	Interina Ciência, Tecnologia e Inovação
2º Dilma	Branca	Maria Fernanda Coelho	14/04/2016	19/04/2016	18 dias	Interina Desenvolvimento Agrário
2º Dilma	Branca	Inês da Silva Magalhães	20/04/2016	12/05/2016	11 dias	Cidades
Temer	Branca	Grace Mendonça	09/09/2016	31/12/2018	2 anos e 4 meses	Advocacia-Geral da União
Temer	Preta	Luislinda Valois Santos	03/02/2017	19/02/2018	1 ano e 1 mês	Direitos Humanos
Bolsonaro	Branca	Damara Regina Alves ²⁷	01/01/2019			Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Bolsonaro	Branca	Tereza Cristina ²⁸	01/01/2019			Agricultura, Pecuária e Abastecimento

As informações aqui disponíveis (nomes, cor, datas de posse e exoneração, cargo) foram coletadas e checadas em diferentes fontes (Verbetes disponíveis no Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas - CPDOC/FGV, listas da Wikipédia, Plataforma Lattes, matérias publicadas na imprensa). Sempre que identificada alguma dúvida, contradição ou ausência de informação foi acessado o Diário Oficial da União para confirmar, corrigir ou completar os dados. Será bem recebida qualquer complementação ou correção

²⁷ Em exercício até a data da entrega do artigo.

²⁸ Em exercício até a data da entrega do artigo.

ANEXO B - QUADRO CONSOLIDADO DE MULHERES INDICADAS NOS GOVERNOS

Presidência da República	Ministérios	Secretarias ligadas à Presidência	Órgãos ligados à Presidência	Total de pastas	Total de pastas ocupadas por mulheres	% de pastas ocupadas por mulheres	Total de indicados*	Total de mulheres indicadas	% mulheres indicadas
João Batista Figueiredo (1979-1985)	18	01	04	23	01	4%	47	01	2%
José Sarney (1985-1990)	21	01	03	25	01	4%	76	01	1%
Fernando Collor de Melo (1990-1992)	15	09	04	28	02	7%	57	02	4%
Itamar Franco (1992-1995)	17	03	04	23	03	13%	65	03	5%
1º Fernando Henrique Cardoso (1995-1999)	23	04	05	31	02	6%	67	02	3%
2º Fernando Henrique Cardoso (1999-2003)	21	03	04	28	02	7%	71	02	3%
1º Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007)	24	07	05	36	06	17%	71	08	11%
2º Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2011)	24	08	05	37	06	16%	72	08	11%
1º Dilma Rousseff (2011-2015)	24	10	05	39	11	28%	79	15	19%
2º Dilma Rousseff (2015-2016)	25	11	06	42	11	26%	85	11	13%
Michel Temer (2016-2019)	23	02	04	29	02	7%	67	02	3%
Jair Bolsonaro (2019-)	16	02	04	22	02	9%	24	02	8%
Total	251	61	53	363	49	13%	781	57	7%

* No total de indicados não foram incluídos Luiz Inácio Lula da Silva e Cristine Brasil, pois os dois não chegaram a tomar posse.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Felipe; PRAZERES, Leandro; MARCHESAN, Ricardo. Ministro de Temer justifica ausência de mulheres no governo: "não foi possível". *UOL*, 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/13/ministerio-sem-mulheres-no-governo-temer.htm>>. Acesso em: 30 de abril de 2019.

ARAUJO, Maria Celina D'. Os ministros da Nova República - Notas para entender a democratização do Poder Executivo. *Paper apresentado ao II Consad*, Brasília, 6 a 8 de maio de 2009.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. Ministra disse que mulher nasceu pra ser mãe e ideologia de gênero é a morte. *Folha de S. Paulo*. 6 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/ministra-de-direitos-humanos-diz-que-mulher-nasceu-para-ser-mae-e-ideologia-de-genero-e-morte.shtml>>. Acesso em: 27 de abril de 2019.

CABRAL, Gilda. *Mecanismos institucionais para a defesa dos direitos das mulheres*. Documento para Discussão. Assessora Técnica do CFEMEA. Brasília, 21 de novembro de 2002. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigos-tesesdissertacoes/solucao_em_rede/mecanismos_institucionais.pdf>. Acesso em: 15/04/2019.

Dilma quer um terço de mulheres nos ministérios. Agência Patrícia Galvão. Reprodução de matéria da *Folha de S. Paulo*. 9 de novembro de 2010. Disponível em: <<https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/politica/noticias-politica/09112010-dilma-quer-um-terco-de-mulheres-no-ministerio-folha/>>. Acesso em: 7 de maio de 2019.

Globo News. Matéria sobre as comemorações do Dia internacional da Mulher no Palácio do Planalto. 8 de março de 2019. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/jornal-globo-news/videos/v/bolsonaro-diz-que-ministerio-e-equilibrado-porque-cada-ministra-vale-por-dez-homens/7441149/>>. Acesso em: 1º de abril de 2019

GULLINO, Daniel. Bolsonaro minimiza baixo número de mulheres: 'valem por 10 homens'. *O Globo Brasil*, 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-minimiza-baixo-numero-de-ministras-valem-por-10-homens-23508579>>. Acesso em: 2 de maio de 2019.

PHILLIPS, Anne Phillips. De uma política de ideias a uma política de presença. *Rev. Estud. Fem.* vol. 9, nº 1. Florianópolis, 2001, p. 268-290. <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8615.pdf>>

PIMENTA, Fabrícia Faleiros. *Políticas feministas e os feminismos na política: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985-2005)*. 2010. 312 f. Tese (Doutorado em História) Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de posse dos novos Ministros. 5 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-posse-dos-novos-ministros>>. Acesso em: 15 de abril de 2019.

SACONI, João Paulo. Cotada para ministra diz que “mulher nasce para ser mãe” e “infelizmente tem que ir para o mercado de trabalho”. *O Globo*. 21 de novembro de 2018: Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/cotada-para-ministra-diz-que-mulher-nasce-para-ser-mae-infelizmente-tem-que-ir-para-mercado-de-trabalho-23272762>>. Acesso em: 3 de maio de 2019.

SETO, Guilherme. Vice de Bolsonaro, Mourão critica 13º salário e fala em reforma trabalhista 'séria'. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 de set. de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/vice-de-bolsonaro-mourao-critica-13o-salario-e-fala-em-reforma-trabalhista-seria.shtml>>. Acesso em: 20 de abril de 2019.

VIEIRA, Célia; CABRAL, Gilda e OLIVEIRA, Guacira Cesar. *Orçamento Mulher – Uma história de 12 anos de incidência política do Cfemea*. CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Brasília, 2014, 59p.

As Vereadoras das Capitais Brasileiras: um balanço dos 20 anos da lei de cotas (1996 – 2016)

Las Concejalas de las Capitales Brasileñas: 20 años de la ley de cuotas (1996 – 2016)

Women's Representation on Councils in Brazilian Capital Cities: 20 years of the law on quotas (1996 – 2016)

Maria Lúcia Moritz

Resumo: As mulheres ainda enfrentam muitas dificuldades para participar do poder e o espaço da política permanece predominantemente masculino. A implementação da “lei de cotas”, no Brasil, gerou uma profícua discussão em torno de sua (in)eficácia. Propomos contribuir debatendo dados empíricos sobre as vereadoras eleitas (1996 - 2016) em cinco capitais. O foco no âmbito municipal é porque a vereança costuma ser a porta de entrada da maioria das mulheres que iniciam suas carreiras na política. A metodologia é a quali-quantitativa, e as variáveis demográficas, partidárias e regionais, serão debatidas comparativamente.

Palavras-chave: Vereadoras. Lei de Cotas. Capitais Brasileiras. Eleição Municipal.

Resumen: Las mujeres aún enfrentan muchas dificultades para participar del poder y el espacio de la política permanece predominantemente masculino. La implementación de la “ley de cuotas” en Brasil ha generado una profícua discusión alrededor de su (in)eficacia. Proponemos contribuir debatiendo datos empíricos sobre las concejalas electas (1996 - 2016) en cinco capitales. El foco en el ámbito municipal es porque la edilidad suele ser la puerta de entrada de la mayoría de las mujeres que inician sus carreras en la política. La metodología es la cuali-cuanti y las variables demográficas, partidarias y regionales serán debatidas comparativamente.

Palabras clave: Concejalas. Ley de Cotas. Capitales Brasileñas. Elección Municipal.

Abstract: Women still have to face prejudice in positions of power and gender inequality in politics is widespread. Since the “Law on Quotas” was passed, extensive and productive discussion on its effectiveness has taken place. This paper proposes to contribute ideas to the debate, offering new empirical data on female councillors elected - from 1996 to 2016 - in five Brazilian state capitals. The focus on municipal representation is considered because local representation is usually the start for women pursuing a career in politics. The methodology is the quali-quantitative, variables from demographic, political and regional fields will be discussed comparatively.

Keywords: Female Councillors. Law on Quotas. Brazilian State Capitals. Capital Cities. Municipal Elections.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas é visível as conquistas obtidas pelas mulheres, entretanto, sua participação nas instâncias decisórias ainda é bastante tímida e tem avançado muito lentamente. Com o intuito de reverter essa histórica desvantagem política de gênero, movimentos feministas e de mulheres, em diversos países, passaram a debater e reivindicar a adoção de ações afirmativas. A lei de cotas é fruto dessas reivindicações e a década de 90 pode ser considerada um marco na ampliação dos direitos das mulheres. Foi a partir da Conferência de Beijing (1995) que a política de cotas se disseminou por vários países da América Latina, entre eles o Brasil¹.

Para fins deste artigo, vamos focar o recorte da sub-representação política das mulheres e a possibilidade de superação através da adoção de cotas. Esse sistema tem caráter transitório e, após período determinado ou ao cumprir a meta estipulada, ele se extingue. De forma geral, os países que adotaram o sistema de cotas aumentaram presença feminina na esfera parlamentar, entretanto, devemos destacar que as cotas produzem resultados diversificados. De acordo com Mala Htun (2001), por exemplo, na Argentina e no Paraguai houve um aumento significativo de mulheres na Câmara dos Deputados e no Senado, respectivamente, já *nas Câmaras dos Deputados da Bolívia, do Brasil, do Panamá e nos Senados da Bolívia e da Venezuela, as cotas produziram pequenos efeitos* (Hunt, 2001: 227). São várias as razões que levam a esses distintos resultados e a eficácia da lei de cotas depende de diversos fatores, tais como: sistema eleitoral (lista fechada x lista aberta), regramento (forma como a lei é escrita), organização interna dos partidos, organização dos movimentos/atores sociais (maior ou menor capacidade de pressão), entre outros. Sendo assim, o maior ou menor grau de sucesso das cotas está diretamente relacionado aos arranjos institucionais (sistema partidário e eleitoral) e aos aspectos não-institucionais (características socioculturais) de cada país.

O binômio sub-representação feminina e impacto das cotas já foi bastante estudado e algumas respostas já foram obtidas, mesmo não havendo consenso em torno delas (ÁLVARES, 2008; ARAÚJO, 2001, 2005, 2006a e 2006b, 2009a e 2009b; MIGUEL, 2000 e 2001; MIGUEL e BIROLI, 2010; MORITZ e SCHULZ, 2013; PINTO e MORITZ, 2009; PINTO, MORITZ e SCHULZ, 2013). Um dos pontos convergentes é que a adoção das cotas, por si só, não é suficiente para reverter a situação de desvantagem das mulheres na esfera política. Clara Araújo (2002) chama a atenção para a *tendência de concentrar toda a ação por ampliação da presença política em torno das cotas, conferindo a essa estratégia uma missão/atuação “salvacionista”, no que tange ao acesso das mulheres às instâncias de decisão política* (ARAÚJO, 2002: 151). O problema da sub-representação política das mulheres é multicausal e sua superação depende de diversos fatores que vão além da adoção do sistema de cotas unicamente. Ao fazer um balanço em torno da eficácia das ações afirmativas, as autoras Archenti e Tula (2008) afirmam que

Pueden identificarse três tipos de condicionamientos para la efectividad de las leyes de cuotas: a) ciertos rasgos de la cultura política, b) las características particulares del sistema electoral, y c) los contenidos de las normas que establecen la acción afirmativa (ARCHENTI y TULA, 2008: 14).

De acordo com as autoras, a vertente culturalista está associada aos valores, costumes e crenças existentes na sociedade e o quanto essa dimensão subjetiva condiciona a prática política.

¹ A Argentina foi pioneira na América Latina a adotar a *ley de cupo*, depois ela foi adotada em mais outros 10 países do continente.

Especialmente no contexto latino-americano, onde predomina uma “cultura política patriarcal”, isso afeta negativamente a eficácia das cotas na medida em que as mulheres na esfera da representação podem sofrer certos constrangimentos, como por exemplo, serem forçadas pelos partidos a renunciar ao cargo, abrindo a vaga para que os suplentes homens venham a assumir o mandato. A eficácia da lei de cotas também é impactada pelo seu viés normativo, isto é, se a lei é uma recomendação ou uma obrigação e se ela contempla, ou não, o chamado “mandato de posição”. Uma legislação será mais efetiva quando tiver o caráter de obrigatoriedade e/ou prever sanções em caso de seu descumprimento.

Do ponto de vista institucional, algumas características do sistema partidário e eleitoral são importantes para o resultado mais ou menos efetivo das cotas. Entretanto, estudos demonstram que algumas associações são mais consistentes e outras ainda carecem de comprovação empírica. Por exemplo, não há convergência de opinião quanto ao impacto positivo na correlação entre candidaturas femininas e o tipo de lista (aberta ou fechada) ou com a magnitude dos distritos (grandes ou pequenos). Algumas autoras (ARAÚJO, 1999; HTUN, 2001) têm destacado que as cotas são mais eficazes nos sistemas que adotam a lista fechada, desde que venha acompanhado da obrigatoriedade de posição, como é o caso da Argentina. Se não houver este condicionante, as mulheres podem ser colocadas ao final da lista partidária, o que compromete a eficácia das cotas. A ideologia partidária é um dos poucos consensos existentes, e os estudos vêm sinalizando que as candidatas têm mais chance de se elegerem se estiverem vinculadas a partidos grandes e/ou filiadas a legendas de esquerda².

Em tese, o arcabouço institucional brasileiro (sistema proporcional, lista aberta e pluripartidarismo) teria características favorecedoras à eleição de mulheres, no entanto, o que observamos é uma representação feminina numericamente irrisória. Passados 22 anos desde a implementação das cotas no Brasil, recém chegamos ao patamar de 15% de mulheres na Câmara dos Deputados³. Isso nos leva a pensar na interação de um conjunto de variáveis para dar conta das razões da sub-representação política das mulheres. Aos fatores institucionais, devemos incorporar outros aspectos e que também produzem impacto sobre a reserva de vagas por gênero, entre eles, devemos levar em consideração o recrutamento partidário, o financiamento de campanha, a trajetória política das candidatas e sua rede de apoio. Clara Araújo (2009a) também aponta o peso e a importância dos aspectos socioeconômicos, culturais e políticos (institucional) na decisão das mulheres de se candidatarem a postos eletivos. A partir de outra perspectiva, Miguel e Biroli (2010) contribuem com o debate e destacam três eixos explicativos para as razões da sub-representação política feminina: (a) o caráter patriarcal subjacente às instituições políticas liberais; (b) os padrões culturais e de socialização; e (c) os constrangimentos estruturais à participação política das mulheres. O caráter cultural refere-se à construção do espaço político como masculino e, dessa forma, inibidor do surgimento da “ambição política” entre as mulheres. Também, Speck e Sacchet (2012) destacam a importância da “ambição” na perspectiva eleitoral feminina, de acordo com os autores, *as mulheres seriam também educadas para uma vida menos autônoma e distante da cultura da ambição necessária para entrar na disputa política* (SPECK e SACCHET, 2012: 168).

No que se refere aos constrangimentos estruturais, Miguel e Biroli (2010) argumentam que, via de regra, as mulheres têm menos acesso aos recursos econômicos e menos tempo livre do que

² Entre as autoras que destacam essa associação, estão Araújo (2006a e 2006b; 2008); Archenti e Tula (2008); Norris (1993; 1996); Schmidt e Araújo (2004).

³ Percentual atingido na eleição de 2018.

os homens para se dedicarem à política. Ambos recursos são fundamentais para aqueles que entram em uma disputa eleitoral, porém as mulheres já chegam em desvantagem a esse processo político e, frente a isso, suas chances de vitória estariam reduzidas. Também abordando a importância da variável “tempo livre”, Felisbino, Bernabel e Kerbauy (2012) afirmam que,

as atividades laborais das mulheres comprometem uma relação mais estreita com os partidos e sabemos que a participação no seio da legenda partidária é importante para criar laços nas disputas políticas. Em outras palavras, se a interação da mulher com o partido é baixa, conseqüentemente diminui as chances do sexo feminino de participar das atividades políticas. (FELISBINO, BERNABEL e KERBAUY, 2012, p.223).

Além de dinheiro e tempo livre, redes de contatos é outro importante recurso para participar da política e disputar cargos eletivos, independente do gênero. A possibilidade de construir uma rede de contatos depende da inserção dos indivíduos no mundo do trabalho e do seu ativismo social, tanto em movimentos sindicais como em associações comunitárias. Como, muitas vezes, as mulheres estão mais afastadas dessas atividades, elas têm mais dificuldade em construir essas redes. De acordo com Miguel e Biroli (2010, p.668) *a importância de tais contatos explica por que, para as mulheres que ingressam na carreira política, o capital de tipo familiar – as redes de apoios herdadas de pais, irmãos ou maridos – é tão importante. A falta de um ou mais desses recursos afeta diretamente aqueles que ingressam na carreira política.*

Com o propósito de oferecer uma contribuição sobre os avanços obtidos pelas mulheres na esfera da representação parlamentar, apresentamos, neste artigo, dados empíricos sobre as carreiras femininas no âmbito local. Para tal, selecionamos as vereadoras eleitas em Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre e Rio de Janeiro, entre 1996 e 2016. Apenas as titulares foram consideradas para fins da nossa análise, independente se houve algum tipo de afastamento no exercício do mandato e de quando isso ocorreu. Também, nessa análise, só está sendo considerada a filiação partidária das representantes à época de cada uma das eleições; migrações partidárias ocorridas durante o exercício do mandato estão sendo desconsideradas. A cada eleição, foram listadas todas as vereadoras eleitas, totalizando 161 casos; mas, ao final, identificamos 96 nomes em função das reeleições de algumas mulheres no decorrer desses 20 anos.

Nossa escolha recaiu sobre o âmbito municipal porque a esfera local é menos refratária à participação política feminina, e o foco no Legislativo decorre deste Poder ser entendido como uma instituição fundamental para o processo de empoderamento das mulheres, tendo em vista que este é um espaço decisivo para interferir nas decisões políticas e na construção de políticas públicas, especialmente aquelas direcionadas às questões de gênero. A hipótese norteadora é que a maioria das mulheres que se elege vereadora possui participação política anterior, ou seja, ela está envolvida em algum tipo de ativismo. Portanto, são mulheres com inserção social e com algum capital político. Acreditamos que a vereança é a porta de entrada das mulheres para o campo da representação e, a partir daí, elas investem e desenvolvem suas carreiras políticas. Além desta introdução, o texto está dividido em duas seções: na primeira apresentamos um panorama das vereadoras eleitas nas cinco capitais brasileiras nos últimos 20 anos; e, a seguir, debatemos sua forma de ingresso na política e a permanência/progressão dessas mulheres na carreira. Finalizamos com algumas notas conclusivas.

1. Panorama das Vereadoras das Capitais Brasileiras (1996 - 2016)

Como desdobramento da Conferência de Beijing e da organização dos movimentos feministas e de mulheres, em setembro de 1995, o Congresso Nacional brasileiro aprovou o sistema de cotas partidárias⁴. Inicialmente, a reserva de vaga nas listas partidárias era de 20% e, a partir de 2000, o percentual mínimo passou a ser de 30%. Entre 1996 e 2008, quase nenhum partido no Brasil atingiu o índice previsto de candidaturas femininas, isso se deu em função da falta de previsão legal de sanção às legendas partidárias que não atingissem o referido patamar⁵. Para reverter este cenário, as organizações feministas pressionaram por reformulação da norma em vigor e, em 2009, a legislação passou por alterações. Entre essas, passou a ser obrigatório aos partidos e coligações o cumprimento do percentual mínimo de 30% de mulheres nas listas eleitorais. Outras alterações introduzidas foram: (a) a garantia de 5% do fundo partidário para a criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação feminina; e (b) a reserva de 10% do tempo de propaganda eleitoral às mulheres-candidatas. Essas mudanças geraram uma expectativa positiva para o pleito de 2010, onde se esperava um aumento no número de candidaturas femininas e, consequentemente, a eleição de mais mulheres para o Poder Legislativo. Entretanto, as novidades introduzidas não surtiram integralmente o efeito esperado. Houve sim um significativo crescimento numérico de candidaturas femininas em 2010⁶, mas o mesmo não ocorreu no número de eleitas. A bancada das mulheres no âmbito federal, nesse ano, ficou no mesmo patamar da eleição 2006, apenas 45 deputadas foram eleitas. Um pequeno crescimento ocorreu somente na disputa de 2014, quando a representação parlamentar feminina passou para 51 eleitas (10%). Esse pífio desempenho colocava o Brasil na 154ª posição no ranking mundial em participação de mulheres no Parlamento⁷.

Nas eleições municipais de 1992, foram eleitas 3.952 vereadoras, quatro anos depois, em função da lei de cotas, houve um salto no número de mulheres eleitas para as Câmaras Municipais: passaram de 7,4% para 11,1% dessas vagas. Desde então, a representação política das mulheres na esfera local vem crescendo, porém, em ritmo muito lento, conforme fica evidenciado na tabela a seguir.

Tabela 1 – Percentual de Vereadoras x Eleição (1992 - 2016)

	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016
% eleitas	7,4	11,1	11,6	12,7	12,5	13,3	13,5
N vereadoras	3.952	6.536	7.001	6.555	6.504	7.648	7803

Fonte: TSE

⁴ Trata-se da Lei n. 9.100, aprovada em 29 de setembro de 1995. A autora do projeto foi a então deputada federal Marta Suplicy (PT/SP).

⁵ A ausência de punição pelo descumprimento da lei de cotas foi um dos temas presentes na literatura que debate a ausência de sua efetividade. (ARAÚJO, 2005, 2009).

⁶ Em 2006, para a Câmara dos Deputados, foram 12,7% de candidaturas femininas; em 2010, atingiu 19,1% e, em 2014, foram 30,4% de mulheres candidatas. Fonte: TSE. Acesso em 10/03/2017.

⁷ Na América Latina, o desempenho brasileiro só está melhor que Haiti e Belize, ranking apontado pela União Interparlamentar/ON. Fonte: www.ipu.org. Acesso em 31/03/2018

Mesmo que a cada eleição municipal a representação feminina venha se ampliando, o percentual de mulheres eleitas ainda é pequeno e está muito longe dos 30% de candidaturas definido pela legislação brasileira. A exemplo do que acontece nas esferas regional e federal, a discrepância entre o percentual de candidatas que se apresentam para a disputa eleitoral e o índice de mulheres que efetivamente se elegem também se repete no plano local. Uma resposta plausível para isso é que muitos partidos lançam “candidatas laranjas” ou candidaturas nada competitivas, visando apenas cumprir a exigência legal das cotas. Além dos condicionantes institucionais que ajudam a compreender a sub-representação política feminina, também devemos considerar a falta de recursos financeiros para sustentar suas campanhas eleitorais, o baixo investimento que os partidos fazem em formação política das mulheres, a escassez de tempo livre para se dedicarem à política e a falta de redes de apoio.

Os dados da tabela 1 apontam para um cenário geral, mas o índice de elegibilidade de mulheres para as Câmaras Municipais varia muito entre as cinco regiões brasileiras, onde o Norte e Nordeste apresentam os melhores desempenhos. Ao analisar as chances de eleição das mulheres para o cargo de vereador e sua correlação com o nível de desenvolvimento dos municípios, Lino, Alves e Silva (2013) afirmam que,

As regiões Norte e Nordeste, (...) continuam muito à frente das outras regiões mesmo dezesseis anos após a inclusão da primeira política de cotas nas eleições, mostrando que a relação entre desenvolvimento econômico e menor desigualdade de gênero não se aplica para o caso das eleições municipais. A região Sul conseguiu reverter a inferioridade em relação à região Sudeste, deixando esta (...) com apenas 10,9% das mulheres eleitas – o percentual mais baixo do Brasil. (LINO, ALVES e SILVA, 2013, p.55)

Ao desagregar a unidade de análise para as cinco capitais selecionadas, percebemos que a lei de cotas as impactou de forma distinta. Isto é, em Fortaleza, Manaus e Goiânia a representação das mulheres diminuiu entre 1992 e 1996, no Rio de Janeiro, foi mantido o mesmo número de vereadoras e houve crescimento apenas em Porto Alegre. Os dados podem ser visualizados na próxima tabela.

Tabela 2 – Distribuição Vereadoras x Capital x Eleição (1992 - 2016)

Capitais	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Rio de Janeiro	11,9%	11,9%	19,0%	26,0%	25,5%	15,7%	13,70%
Porto Alegre	9,1%	15,1%	18,2%	19,4%	11,1%	13,9%	11,10%
Fortaleza	12,2%	9,8%	9,8%	12,2%	9,8%	16,3%	11,60%
Manaus	12,1%	9,1%	12,1%	17,1%	17,1%	14,3%	9,70%
Goiânia	9,50%	6,1%	3,0%	11,8%	8,60%	11,1%	14,30%

Fonte: TSE

Os percentuais acima demonstram que, ao longo de sete disputas eleitorais, o Rio de Janeiro foi a cidade onde as mulheres tiveram o melhor desempenho nas eleições municipais, chegando a ocupar ¼ dos assentos da Câmara Municipal em duas legislaturas (2004 e 2008). Mas, no pleito de 2012, há uma queda significativa na representação feminina e uma nova queda volta a ocorrer em

2016, as razões disso merecem um estudo à parte, o que foge aos propósitos do presente artigo. Entre 1996 e 2016, haviam 287 vagas em disputa no Legislativo do Rio de Janeiro e as mulheres conquistaram 54 dessas cadeiras, ou seja 18,8%. Outra capital que a participação política das mulheres teve destaque foi Porto Alegre, onde, por três eleições consecutivas (1996, 2000 e 2004), a bancada feminina se ampliou e chegou a dobrar de tamanho. Esse crescimento, em parte, pode ser atribuído ao desempenho do PT que, nos pleitos de 1996 e de 2000, teve a metade da sua bancada composta por mulheres, contribuindo, assim, para a ampliação da representação política desse grupo. Entretanto, desde 2008, a bancada feminina vem encolhendo e chegou a 11,1% em 2016. Em números absolutos, Porto Alegre elegeu 31 vereadoras (14,8%) dentre os 209 assentos disponíveis nas últimas duas décadas. Uma possível explicação para esse declínio também pode estar relacionada ao desempenho do PT nas urnas, onde o partido vem sofrendo derrotas em Porto Alegre desde 2004, tanto nas disputas pelo Executivo da capital como no encolhimento da sua bancada no Legislativo Municipal.

Dentre as cinco capitais estudadas, Fortaleza se mostra com o desempenho mais oscilante no período estudado: a bancada feminina diminuiu de tamanho com a aplicação das cotas em 1996, depois cresceu, voltou a encolher, até que, no pleito de 2012, deu um salto e apresentou um crescimento de 6,5 p.p no número de vagas conquistadas pelas mulheres, voltando a diminuir a representação das mulheres em 2016. Dos 250 assentos existentes na Câmara Municipal entre 1996 e 2016, as mulheres ocuparam apenas 29 (11,6%). Número semelhante foi o total de vereadoras que Manaus elegeu (28), mas seu desempenho é proporcionalmente melhor (13,2%) do que Fortaleza, isso porque, no Legislativo de Manaus, há menos vagas em disputa (212). Goiânia, a mais nova dentre as cidades selecionadas, é onde as mulheres apresentavam o pior desempenho até 2012: apenas 14 vereadoras foram eleitas nas últimas cinco eleições municipais, mas, em 2016, seu desempenho foi o melhor entre as cinco capitais, totalizando 19 vereadoras (9,5%) em 20 anos. Apesar do baixo desempenho em geral, nas eleições de 2004 e de 2016, houve um expressivo crescimento no número de vereadoras para a Câmara Municipal de Goiânia.

Três aspectos chamam a atenção a partir dos resultados apresentados: primeiro, mesmo que tenha havido desde 1996 uma melhora nos índices de vereadoras eleitas em todas as cinco Câmaras Municipais, a representação política das mulheres permanece em um patamar muito baixo. O segundo ponto é que, no ano de 2004, houve um ponto de inflexão, aumentando o número de vereadoras em todas as capitais selecionadas. Isso se deve a uma alteração legal que ampliou o número de vagas nas Câmaras Municipais, dessa forma, mais vagas disponíveis acabaram por favorecer a eleição de mais mulheres⁸. Esse resultado poderia não ter ocorrido, pois mais vagas em disputa podem tornar a competição mais acirrada e, sendo assim, haveria a necessidade de mais capital econômico para investir na campanha eleitoral (ARAÚJO, 2006a, 2006b, 2009 e 2012). Cabe destacar que mais competitividade e a necessidade de maior aporte financeiro são condições desfavoráveis às candidaturas femininas. O terceiro ponto, e não menos preocupante que os anteriores, é que nenhuma das cinco capitais apresenta uma curva de crescimento constante na base das mulheres detentoras de mandato parlamentar, tendo como principal marca um desempenho pendular – ora uma capital avança, ora outra recua. E o resultado da eleição de 2016 traz um dado preocupante: quatro das cinco capitais estudadas tiveram um recrudescimento na representação política das mulheres.

⁸ A Câmara Municipal do Rio de Janeiro tinha 42 vagas e ampliou para 51; no Legislativo de Porto Alegre, eram 33 e passou para 36 assentos; em Manaus, eram 33 e ampliou para 41 vagas; e, em Goiânia, passou de 33 para 35 cadeiras na Câmara de Vereadores.

Tendo em vista que os homens continuam monopolizando os partidos e as mulheres enfrentam muitos obstáculos na vida partidária, parece-nos importante analisar o pertencimento ideológico das vereadoras eleitas nas capitais selecionadas. Estudos vêm sinalizando que as mulheres têm mais chance de se elegerem se estiverem filiadas a partidos de esquerda (FELISBINO, BERNABEL e KERBAUY, 2012; MORITZ e SCHULZ, 2013; SCHULZ e MORITZ, 2015). Isso pode ser atribuído a três fatores: (a) possível maior incorporação das mulheres na elite partidária; (b) sua histórica permeabilidade às minorias, permitindo, assim, que esses segmentos estejam entre seus filiados e trabalhem junto aos diversos setores sociais buscando conquistar representação política, e (c) eleitorado de esquerda está mais predisposto a votar em mulheres. Sendo assim, o esperado é que a maioria das vereadoras das capitais esteja vinculada aos partidos de esquerda. Na tabela a seguir, apresentamos a identificação partidária dessas vereadoras.

Tabela 3 – Distribuição Vereadoras x Partido x Eleição (1996 - 2016)

Partido	1996	2000	2004	2008	2012	2016	Total
PMDB	3	6	4	4	5	3	25
PT	3	7	6	3	2	2	23
PSDB	4	1	2	3	2	2	14
PPB/PP	3	1	2	3	2	2	13
PFL/DEM	1	2	5	1	1	1	11
PTB	3	1	1	2	2	0	9
PCdoB	2	0	2	1	2	1	8
PPS	0	0	3	0	2	0	5
PL/PRONA/PR ⁹	0	3	3	1	1	1	9
PTC	0	0	0	1	3	1	5
PDT	0	0	1	3	0	0	4
PMN	0	1	1	1	0	0	3
PV	0	0	1	1	1	0	3
PSOL	0	0	0	1	2	2	5
PRP	0	0	0	2	2	2	6
Outros ¹⁰	0	1	3	3	3	8	18
Total	19	23	34	30	30	25	161

Fonte: TSE

Tomando-se isoladamente o desempenho de cada partido político, temos PMDB e PT como as siglas que, em 20 anos, mais elegeram vereadoras (25 e 23, respectivamente). Num segundo grupo, com desempenho intermediário (entre 10 e 19 eleitas), encontram-se PSDB, PPB/PP e PFL/DEM e, por fim, um conjunto de 19 siglas que elegeram entre uma e nove vereadoras. Novamente, o que mais chama atenção é o pífio desempenho dos partidos em geral, nenhum deles consegue formar uma bancada feminina expressiva em qualquer dos pleitos analisados. Mesmo entre os partidos grandes, detentores de muitas vagas nos Legislativos nos três níveis, a representação das mulheres é muito baixa, caso do PMDB, PT e PSDB. Merece um estudo à parte a análise da eleição de mulheres filiadas a pequenos partidos, pois se identifica o crescimento dessas representantes de forma pulverizada entre esses partidos, especialmente no pleito de 2016. Como o tamanho dos

⁹No final de 2006, PL e PRONA se uniram e formaram o PR.

¹⁰Na categoria “Outros” estão os seguintes partidos: PHS, PMB, PSD, PSC, PEN, PRTB, PPL, PRB, PTC.

partidos não se revela uma variável explicativa, o mais interessante é analisar o viés ideológico como porta de entrada das mulheres na esfera representativa, conforme consta na próxima tabela.

Tabela 4 – Distribuição Vereadoras x Capital x Bloco Ideológico (1996 - 2016)

Capital	Esquerda	Centro	Direita
Rio de Janeiro	6	21	27
Porto Alegre	22	5	4
Fortaleza	9	8	12
Manaus	7	2	19
Goiânia	9	6	4
Totais (N)	53	42	66

Fonte: TSE

Mesmo sabendo da complexidade que envolve o enquadramento ideológico dos partidos atualmente no Brasil¹¹, assumimos aqui os riscos desta divisão e, para o presente artigo, estamos considerando partidos de Esquerda as seguintes legendas: PT, PDT, PPS, PCdoB, PV, PSB, PHS, PMN, PPL e PSOL; ao Centro do espectro ideológico estão PMDB e PSDB; e, à Direita, agrupamos as demais 15 siglas¹². Já foi afirmado que os partidos de esquerda são mais receptivos às candidaturas de mulheres e, tomando como referência o desempenho isolado dos partidos, essa assertiva se mostra verdadeira, sendo o PT um claro exemplo. Entretanto, quando analisamos as legendas por eixo ideológico, fica evidenciado que o bloco centro-direita, que congrega 17 siglas, tem o domínio da representação feminina, onde 2/3 das vereadoras eleitas são filiadas a partidos desse campo ideológico. Ao analisarmos o desempenho de cada bloco ideológico nas respectivas capitais, alguns dados chamam a atenção. Por exemplo, os partidos de esquerda têm forte representação feminina em Porto Alegre (41,5%), enquanto a direita se destaca, principalmente, no Rio de Janeiro (41%) e em Manaus (28,8%). O caso de Porto Alegre é emblemático, são 22 vereadoras vinculadas ao campo das esquerdas. Essa performance pode ser associada aos 16 anos que o Partido dos Trabalhadores esteve à frente da prefeitura porto alegreense¹³ e ao tamanho da sua bancada na Câmara Municipal. Usando da mesma associação entre partidos que elegem prefeitos e tamanho da bancada feminina no Legislativo, identifica-se que ela também é válida para o caso do Rio de Janeiro, capital que, desde 1996, alterna prefeitos vinculados a partidos do Centro (PMDB) e da Direita (PFL/DEM e PTB)¹⁴. Entretanto, essa correlação não é possível de ser estabelecida para as demais capitais estudadas.

2. Carreira política das vereadoras: ingresso e progressão

Dando continuidade à análise sobre as vereadoras eleitas nas cinco capitais, passaremos a analisar suas carreiras políticas através de duas importantes variáveis: forma de ingresso no campo político e a mobilidade na esfera da representação. Aqui se faz necessário uma dupla explicação.

¹¹ Estamos aqui adotando a mesma nomenclatura elaborada por KRAUSE, Silvana, MACHADO, Carlos e MIGUEL, Luís Felipe. (orgs.). 2017. *Coligações e disputas eleitorais na Nova República: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Ed. UNESP; pp. 383 - 394.

¹² As legendas incluídas nesse grupo são: PPB/PP, PTB, PFL/DEM, PEN, PTC, PTdoB, PTN, PRONA/PL/PR, PRB, PRP, PRTB, PSC, PSD, PSL e PSDC.

¹³ O PT comandou a Prefeitura de Porto Alegre de janeiro de 1989 à janeiro de 2005.

¹⁴ Em 1996, César Maia foi eleito prefeito pelo PMDB, foi sucedido por Luiz Paulo Conde (PFL). Em 2004, César Maia voltou à Prefeitura, dessa vez, filiado ao PTB e, antes de encerrar seu mandato, migrou para o DEM. Em 2008, o eleito foi Eduardo Paes, do PMDB, reeleito quatro anos depois.

Para analisar a forma como as mulheres entram na política, tomaremos como base as 96 mulheres eleitas entre 1996 e 2016¹⁵. Entretanto, as 15 novatas que se elegeram pela primeira vez em 2016 nas respectivas Câmaras Municipais ficarão de fora da análise quando abordarmos a questão da progressão na carreira, tendo em vista sua condição de iniciante.

Estudos sobre Gênero e Política têm indicado que as mulheres no Brasil possuem três “portas de entrada” na política (PINTO, 1994). Seu ingresso na política pode ocorrer através de relações familiares, de militância (social, sindical, estudantil), ou uma terceira via que aqui estamos denominando de *outsider*. Deste grupo, fazem parte aquelas mulheres que adquiriram destaque na sua vida profissional (empresárias, comunicadoras, esportistas), as celebridades (cantoras, artistas) e, mais recentemente, as líderes religiosas vinculadas às igrejas (neo) pentecostais (Pastoras e Bispas). A partir das informações coletadas junto aos *sites* oficiais¹⁶ das vereadoras das capitais, foi identificado que a maioria delas ingressou na política pelos seus laços familiares. Ou seja, são “herdeiras” do espólio político dos maridos (ou ex), pais/mães ou irmãos. No entanto, é pequena a prevalência desse grupo (34,5%) sobre as outras duas categorias. As vereadoras *outsiders* aparecem em segundo lugar (30,2%) e aquelas com histórico de militância totalizam 29,2%. Como se percebe, as 96 vereadoras estão divididas entre as três categorias de forma muito equilibrada. A Tabela 5 mostra a distribuição das vereadoras entre as três formas de ingresso na política nas respectivas capitais.

Tabela 5 – Distribuição Vereadoras x Forma de Ingresso x Capital (1996 - 2016)

Capital	Forma de Ingresso na Política			Sem Informação (6,2%)
	Militância (29,2%)	Herdeira (34,4%)	Outsider (30,2%)	
Rio de Janeiro	4	12	7	0
Porto Alegre	12	3	4	0
Fortaleza	4	8	7	2
Manaus	5	6	6	3
Goiânia	3	4	5	1
Totais (N)	28	33	29	6

Fonte: elaboração própria

Se, por um lado, há um equilíbrio na distribuição entre as três categorias, quando olhamos para cada capital, identificamos um cenário com especificidades. Por exemplo, em Porto Alegre há uma situação que não se repete em nenhuma das outras capitais, havendo um forte predomínio de vereadoras com histórico de militância; ao todo são 12 mulheres. A grande maioria delas possui participação política anterior à conquista do primeiro mandato e estão vinculadas aos partidos de esquerda. Marenco e Serna (2007) encontraram resultado semelhante ao analisar a carreira política dos deputados federais brasileiros, chilenos e uruguaios. Segundo esses autores, *nas bancadas dos partidos de esquerda (PT, PS, PPD, EA), mais de 70% dos deputados participaram de algum tipo de associação coletiva antes de ingressar ao Congresso* (MARENCO e SERNA, 2007, p.98).

¹⁵ Ao longo dos 20 anos de vigência das cotas, as mulheres conquistaram 161 vagas nas Câmaras Municipais, entretanto, devido a reeleição de algumas delas, foram identificados 96 nomes.

¹⁶ A busca de informações se deu junto aos sites das Câmaras Municipais, páginas pessoais das vereadoras e aos seus *blogs* durante as campanhas eleitorais. Na medida do possível, essas informações também eram confrontadas com os dados constantes junto ao Tribunal Regional Eleitoral e Tribunal Superior Eleitoral.

Já no Rio de Janeiro e em Fortaleza, a maioria das vereadoras tem seu ingresso na política marcado pelos seus vínculos familiares. Nas duas cidades, as “herdeiras políticas” são maioria. Em Manaus, o cenário é um pouco distinto, as representantes femininas têm como perfil serem “herdeiras” ou *outsiders*. E, em Goiânia, também há uma pequena maioria de vereadoras do tipo *outsider*.

Os dados acima apresentados invalidam a hipótese levantada inicialmente, onde foi afirmado que a maioria das vereadoras possuía participação política anterior à conquista do seu primeiro mandato. O que constatamos é que menos de 1/3 dessas mulheres tiveram algum tipo de militância na sua trajetória¹⁷. Ficou evidenciado que a principal alavanca para as mulheres se lançarem na política local e serem bem-sucedidas nas urnas está nos laços familiares e no capital político herdado de seus pais e maridos (ou ex). Estudos que tratam de candidaturas femininas destacam a importância das redes de apoios herdadas de pais, irmãos ou maridos e mostram que, no Brasil, o capital familiar *foi identificado como origem do capital político de 40,8% das deputadas federais brasileiras de 1987 a 2002* (MIGUEL e BIROLI, 2010, p. 668). Em pesquisa mais recente, Miguel, Marques e Machado (2015), analisaram comparativamente a carreira política de deputados e deputadas federais no Brasil eleitos entre 2000 e 2008, e constataram que (...) *há um crescimento monótono e significativo da presença de família política em cada uma das eleições sob análise. (...) A presença de família política é, de fato, maior entre as mulheres (53,1%), mas está longe de ser pouco relevante para os homens (39,5%)*. (MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015, p. 730).

Independente da forma de ingresso na política, a expressiva maioria dessas mulheres se manteve fiel ao partido pelo qual se elegeu, portanto, são mulheres com fortes vínculos partidários. Mesmo entre aquelas vereadoras que trocaram de legenda (17%), na grande maioria dos casos, a migração ocorreu apenas uma vez. Essa variável é importante porque sinaliza o investimento que a representante faz na vida partidária e busca desenvolver laços para as futuras disputas eleitorais.

A outra linha investigativa refere-se à mobilidade dessas mulheres na carreira política. Ao tomarmos a vereança como a porta de entrada das mulheres no campo da representação, é esperado que elas deem continuidade às suas carreiras. Excluindo da base de análise as 15 vereadoras que conquistaram seu primeiro mandato em 2016, foram identificadas 28 mulheres que se mantiveram apenas como vereadoras e que, entre 1996 e 2016, conquistaram dois ou mais mandatos, desenvolvendo uma carreira apenas em nível local e atrelada à esfera legislativa. Não foi possível identificar quais as razões que levaram essas mulheres (34,5%) a restringirem sua atuação ao plano municipal, mas temos que ter presente que as mulheres na vida pública enfrentam dificuldades de várias ordens, desde obstáculos dentro de seus partidos, passando pelas condicionantes da vida privada até o nevrálgico ponto do financiamento de campanha¹⁸. Ao tratar da especificidade da inserção feminina no campo político, Miguel e Biroli afirmam: *as mulheres se defrontam com dilemas e empecilhos que lhes são próprios, para além daqueles comuns também aos homens*. (MIGUEL e BIROLI, 2010; p.662).

As mulheres são mais afetadas pela questão econômica à medida que as disputas mais competitivas exigem maior quantidade de aporte financeiro, e as mulheres têm menor capacidade de arrecadar fundos, dada a sua entrada tardia na arena político-eleitoral. Dessa forma, em uma disputa eleitoral, as candidatas já largam em desvantagem em relação aos homens e tem suas chances de vitória diminuídas. Fecha-se, assim, um círculo vicioso que agrava ainda mais a desigualdade de

¹⁷ As principais formas de militância identificadas entre as vereadoras foi: Movimento Estudantil, Movimento Sindical e ativismo social variado (desde movimentos comunitários até defesa de grupos específicos).

¹⁸ Os autores Sacchet e Speck têm se dedicado a analisar a relação entre patrimônio financeiro e desempenho eleitoral. (2010b; 2012).

gênero na arena política¹⁹. Além de ter menos acesso a recursos financeiros, as mulheres também carecem de outro tipo de recurso: elas têm menos tempo livre para se dedicarem à política. Isso decorre da dificuldade enfrentada cotidianamente pelas mulheres em como conciliar a vida pública com as demandas da vida privada. Como afirmam Perissinotto e Miriade (2008, p.3), *o problema é que as mulheres carecem de um recurso político fundamental, qual seja, tempo para dedicar-se às tarefas partidárias*.

Excluindo o grupo das 28 vereadoras que se mantêm na carreira local, estamos frente a uma maioria de 53 mulheres (65,5%) que deixam de exercer a vereança. Ou seja, duas em cada três vereadoras não permanecem na esfera municipal desempenhando a representação. A indagação que surge é: qual o caminho seguido por elas? Abandonaram a arena político-eleitoral ou deram prosseguimento às suas carreiras e lançaram-se a cargos mais altos na hierarquia institucional?

A partir dos dados coletados, foi possível identificar três grupos: um grupo denominado de “desaparecidas/*missing*”, outro definido como “derrotadas/persistentes” e um terceiro chamado de “vitoriosas”. As “desaparecidas/*missing*” são aquelas mulheres que conquistaram um mandato eletivo e, depois de uma única experiência como vereadoras, abandonaram a vida pública. Este foi o caso de 18 mulheres (22,2%). Essas desistentes foram mais frequentes em Manaus e Fortaleza: seis em cada uma dessas capitais²⁰. Entre as “desaparecidas”, encontramos duas situações: aquelas mulheres que, efetivamente, se retiram da vida pública depois de quatro anos como vereadoras e aquelas que tentaram se reeleger ao final do 1º mandato, mas não foram bem-sucedidas nas urnas e desistiram da vida pública.

O grupo denominado “derrotadas/persistentes” agrega 15 mulheres (18,5%). Nessa categoria, estão as vereadoras que tentaram se reeleger por mais de uma vez e foram derrotadas em todas as tentativas. Apesar dos sucessivos fracassos nas urnas, elas são persistentes e seguem tentando obter novos mandatos a cada eleição. Este caso é mais frequente no Rio de Janeiro e em Manaus, seis e quatro mulheres, respectivamente. Também temos um subgrupo “híbrido”: são àquelas ex-vereadoras que recebem um “prêmio de consolação”, ou seja, são vereadoras que tentaram se reeleger ou disputaram eleições para outros cargos e não obtiveram sucesso, mas, mesmo assim, tentam manter-se na vida política. Os partidos não as abandonam e elas são nomeadas para ocupar cargos na Administração Pública. A maioria dessas mulheres se torna Secretária Municipal ou Estadual. O PT é o partido que mais usa desse recurso. De certa forma, quando os partidos lançam mão dessas nomeações, estão fazendo duas sinalizações: (a) o reconhecimento dessa mulher enquanto quadro partidário, e (b) o partido está fazendo um investimento nessas filiadas. Em outro momento, elas poderão atender a um chamado partidário e voltar a entrar no circuito eleitoral. Nesse subgrupo “híbrido”, foram identificadas oito mulheres (9,9%), a maioria com passagem pela Câmara Municipal de Porto Alegre.

Por fim, a categoria “vitoriosas” o próprio nome já as define, são vereadoras que, não só conseguiram se manter na vida político-eleitoral, como ascenderam a cargos eletivos mais elevados. Desse grupo, fazem parte 19 mulheres (23,4%), especialmente oriundas do Rio de Janeiro e de Porto Alegre. Elas conquistaram postos majoritários ou se elegeram para outros cargos legislativos. O principal destino eleitoral dessas ex-vereadoras foi a Assembleia Legislativa, onde nove tornaram-se Deputadas Estaduais, enquanto que outras atingiram cargos mais elevados, chegando ao Senado (2) e à Câmara dos Deputados (7). Apenas uma trocou a representação parlamentar pelo Poder

¹⁹ No presente artigo, não está sendo considerada a alteração legal que criou o fundo eleitoral, pois essa data do ano de 2017.

²⁰ Em Porto Alegre, foram quatro e, no Rio de Janeiro, apenas duas mulheres.

Executivo, tornando-se Prefeita²¹. É importante salientar que foi selecionado somente o cargo mais elevado que cada vereadora conseguiu chegar, e restrito até o pleito de 2014.

Os achados até aqui reforçam a assertiva traçada na Introdução do presente artigo: a vereança é a porta de entrada das mulheres para o campo da representação e é a partir de onde elas desenvolvem suas carreiras políticas. Essa afirmação encontra respaldo quando nos debruçamos sobre as trajetórias políticas das 28 mulheres que permaneceram com uma carreira local e sobre as 19 ex-vereadoras que investiram e ascenderam na hierarquia institucional. Como já foi dito, esse grupo totaliza 58% das vereadoras eleitas entre 1996 e 2016. Somente uma pequena parcela (22,2%) desistiu da vida pública, e, para essas mulheres, a vereança pode ser considerada sua porta de entrada e de saída do sistema político.

NOTAS CONCLUSIVAS

O caminho percorrido no presente artigo evidenciou que o campo político ainda é um reduto predominantemente masculino e as mulheres estão à margem da esfera representativa. Mesmo tendo sido adotado medidas para reverter a histórica e desproporcional desvantagem de gênero, o sistema de cotas no Brasil tem se mostrado insuficiente, em que pese, necessário. Essa política afirmativa em duas décadas não tem conseguido, sozinha, reverter a arcaica e excludente estrutura de poder existente no país. A representação política feminina tem avançado lentamente nas três esferas e, no caso das vereadoras, sua presença nas Câmaras Municipais passou de 7,4% para apenas 13,5%, em 20 anos.

Com base nos dados coletados, procuramos oferecer uma contribuição sobre a representação política das mulheres em nível local, enfocando cinco capitais brasileiras (1996 e 2016). Foi identificado que a implantação da lei de cotas impactou de forma diferenciada os resultados eleitorais nas cidades selecionadas: em três capitais houve diminuição no percentual de mulheres eleitas entre o pleito de 1992 e o de 1996, e, em apenas uma, houve crescimento entre um pleito e outro. Também verificamos que nenhuma dessas capitais apresenta uma constante curva ascendente na base das vereadoras eleitas, ao contrário, ocorre um movimento oscilante com avanços e recuos, mostrando, assim, os limites da eficácia da legislação em vigor.

Algumas variáveis foram selecionadas a fim de comparar o perfil político-partidário das vereadoras das capitais. Foi verificado que PMDB e PT são os partidos que isoladamente mais elegem mulheres para as Câmaras Municipais, o que vem ao encontro dos achados de outros estudos que afirmam que as mulheres têm mais chance de se eleger quando vinculadas a partidos grandes e/ou de esquerda. Entretanto, quando analisamos os três blocos ideológicos, percebemos que o panorama se modifica: é o campo do centro-direita que tem o predomínio no número de vereadoras eleitas nas últimas seis eleições. Mesmo necessitando incorporar outras variáveis, uma das possibilidades explicativas é a relação entre partido/coligação que assume a Prefeitura e o desempenho obtido para o Legislativo. Cabe destacar que Porto Alegre é a exceção entre as capitais estudadas e foge ao perfil ideológico mencionado, nessa cidade, o viés à esquerda é o preponderante. Também foi observado que a maioria das vereadoras se mantém fiéis aos partidos pelos quais se elegeram e, mesmo quando há migração, a maioria das representantes troca de legenda apenas uma vez. O que sinaliza que essas mulheres fazem um investimento partidário, talvez visando apoios em disputas

²¹ Este foi o caso de Luizianne Lins (PT) que, depois de exercer o cargo de vereadora por dois mandatos consecutivos (1996 à 2000), elegeu-se prefeita de Fortaleza em 2004 e foi reeleita em 2008. Somente em 2014, fora do período da pesquisa, conquistou seu primeiro mandato como Deputada Federal.

eleitorais futuras, e reconhecendo que os partidos são atores importantes para a continuidade de carreiras políticas.

A hipótese norteadora do artigo é que a maioria das mulheres que se elege para as Câmaras Municipais possui participação política anterior e, como desdobramento, acreditamos que a vereança é a porta de entrada das mulheres no campo da representação política, a partir da qual desenvolvem suas carreiras políticas. Para validar tal esquema, recorreremos à análise de duas variáveis. A primeira, trata da forma de ingresso das mulheres na política e, a segunda, aborda sua mobilidade na carreira.

A partir do mapeamento das formas de entrada na política das vereadoras das capitais, foi identificadas três “portas de ingresso”, e a distribuição das representantes entre essas três categorias dá-se de forma equilibrada. As “militantes” (29,2%), mais vinculadas aos partidos de esquerda; as “herdeiras políticas” (34,4%), cujo ingresso é marcado pelos seus laços familiares, especialmente ex/maridos e pais; e as denominadas *outsiders* (30,2%), aquelas que se destacam na sua vida profissional e usam desse capital específico para entrar no campo político. Os dados levantados apontam para uma pequena vantagem do grupo das “herdeiras políticas”, sendo mais frequentes no Rio de Janeiro e em Fortaleza. A pequena prevalência das “herdeiras” leva a refutar parcialmente a hipótese, inicialmente, levantada.

A segunda variável analisada para validar o eixo norteador do presente artigo refere-se à permanência ou à progressão das vereadoras na carreira política. Foi possível distinguir três grupos: as “desaparecidas/*missing*”, as “derrotadas/persistentes”, e as “vitoriosas”. Essa categoria inclui 19 vereadoras que deram continuidade às suas carreiras e conquistaram outros cargos mais elevados na hierarquia institucional, elegendo-se, na maioria das vezes, para as Assembleias Legislativas. A essas, devem ser somadas as 28 vereadoras que permaneceram atuando na esfera da representação local. Isto significa que 58% das mulheres que iniciam como vereadoras desenvolvem uma carreira política, sejam progredindo ou mantendo-se atuante na esfera municipal. Sem deixar de considerar que as mulheres que fazem parte do grupo das “derrotadas” estão permanentemente se esforçando para reconquistarem um mandato eletivo. Várias dessas ex-vereadoras assumem postos na Administração Pública, indicadas pelos seus partidos. Sendo assim, podemos concluir que a hipótese levantada foi parcialmente validada.

REFERÊNCIAS

- ÁLVARES, Maria Luzia. 2008. Mulheres Brasileiras em Tempos de Competição Eleitoral: Seleção de Candidaturas e Degraus de Acesso aos Cargos Parlamentares. *DADOS*, vol. 51 (4): 895-940.
- ARAÚJO, Clara. 2001. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. *Estudos Feministas*, vol. 9 (1): 231- 252.
- ARAÚJO, Clara. 2002. Ações Afirmativas como estratégias políticas feministas. In: C. Bruschini e S. Unbehaum (orgs.), *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC: Ed.34, p. 144 – 166.
- ARAÚJO, Clara. 2005. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Sociologia e Política*. Vol. 24: 193-215.

- ARAÚJO, Clara. 2006a. Condicionantes institucionais das políticas de cotas. In: G. Soares e L. RENNÓ (orgs.), *Reforma Política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: FGV, p. 111 – 132.
- ARAÚJO, Clara. 2006b. Gênero, poder e política: rupturas e diálogos com a representação institucional. *Saberes e fazeres de gênero - entre o local e o global*, pp. 207-223.
- ARAÚJO, Clara. 2008. Mujeres y elecciones legislativas en Brasil: las cuotas y su (in)eficacia. In: N. Archenti e M. I. Tula (Eds.). *Mujeres y política en América Latina: sistemas electorales y cuotas de género*. Buenos Aires: Heliasta, p. 87 – 106.
- ARAÚJO, Clara. 2009a. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 2: p. 23-59.
- ARAÚJO, C. 2009b. Mulheres e Representação Política: a experiência das cotas no Brasil, In: *Coordenação Interdisciplinar de Estudos Culturais – CIEC*, Rio de Janeiro.
- ARAÚJO, Clara e BORGES, Doriam. 2012. O “gênero”, os “elegíveis” e os “não-elegíveis”: uma análise das Candidaturas para a Câmara Federal em 2010. In: J. E. ALVES, C. PINTO e F. JORDÃO (orgs.), *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP/SPPM, 2012, p. 337 - 385.
- ARCHENTI, Nélica; TULA, Mária Inés. 2008. La ley de cuotas en la Argentina: un balance sobre logros y obstáculos. In: N. Archenti e M. I. Tula (Eds.). *Mujeres y política en América Latina: sistemas electorales y cuotas de género*. Buenos Aires: Heliasta, p. 9 – 30.
- FELISBINO, Riberti de A., BERNABEL, Rodolpho T. e KERBAUY, Maria Teresa. 2012. Somente um deve vencer: as bases de recrutamento dos candidatos à Prefeitura das Capitais brasileiras em 2008. *Sociologia e Política*, v.21 (41): p.219-233.
- HTUN, Mala. 2001. A Política de Cotas na América Latina. *Estudos Feministas*, v.1 (2): p.225 – 230.
- KRAUSE, Silvana, MACHADO, Carlos e MIGUEL, Luís Felipe. (orgs.). 2017. *Coligações e disputas eleitorais na Nova República: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Ed. UNESP.
- LINO, Thais B.; ALVES, José E. e SILVA, Denise B. 2013. Mulheres nas eleições para as Câmaras Municipais no Brasil em 2012. *Gênero na Amazônia*, 4 (2): 51-72.
- MARENCO, André e SERNA, Miguel. 2007. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo no Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 22 (64): 93 – 111.
- MIGUEL, Luís Felipe. 2000. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 15 (44): 91-102.
- MIGUEL, Luís Felipe. 2001. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. *Estudos Feministas*, 1: 253-267.
- MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. 2010. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Estudos Feministas*, 18(3): 653-679.
- MIGUEL, Luis Felipe, MARQUES, Danusa e MACHADO, Carlos. 2015. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil. *Dados*, 58(3): 721 – 747.

MORITZ, Maria Lúcia e SCHULZ, Rosângela. 2013. Quando as mulheres são bem votadas: o caso das deputadas federais no RS/2010. *Gênero na Amazônia*, 4(2): 123 – 152.

NORRIS, Pipa. 1993. Conclusión. In: P. Norris e J. Lovenduski (eds.). *Gender and Party Politics*. Londres: Sage.

NORRIS, Pipa. 1996. Legislative Recruitment. In: N. Le Duc e P. Norris (eds.). *Comparing Democracies*. London: Sage.

PERISSINOTTO, Renato e MIRÍADE, Angel. 2008. *Caminhos para o parlamento: candidatos eleitos nas eleições para deputado federal em 2006*. Caxambu, 32º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Caxambu.

SCHULZ, Rosângela e MORITZ, Maria Lúcia. 2015. Mulheres vitoriosas na política: estudo comparativo entre as candidaturas ao cargo de deputado estadual no RS em 2010. *Sociologias*, 39 (2): 370 – 402.

SCHMIDT, G. e ARAÚJO, Clara. 2004. *The Devil in the details. Open list voting and gender quotas in Brazil and Perú*. Las Vegas, XXV Congresso da LASA.

SPECK, Bruno e SACCHET, Teresa. 2012. Patrimônio, instrução e ocupação dos candidatos: uma análise das candidaturas de mulheres e homens nas eleições gerais de 2010 no Brasil. In: J. E. ALVES, C. PINTO e F. JORDÃO (orgs.), *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP/SPPM, 2012, p.167-206.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – RS (TRE/RS). Disponível em: <<http://www.tre.rs.gov.br>>. Acesso em 05 – 15 jun. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Disponível em: <<http://www.tse.gov.br>>. Acesso em 15 – 30 ago. 2018.

O Legado de D. Noca nas Mulheres que Fazem Política: um olhar a partir das relações de gênero

El Legado de D. Noca en las Mujeres que Hacen Política: una mirada a partir de las relaciones de género

The Legacy of D. Noca in Women who Make Politics: a look at gender relations

Maria Mary Ferreira

Resumo: A sub-representação das mulheres é apontada como um dos fatores que incidem sobre o pequeno número de projetos legislados e apresentados pelos executivos para equacionar os problemas afetados por este segmento social, notadamente, a violência doméstica e sexual e projetos que visem alterar a disparidade entre mulheres e homens nas instâncias de representação. Os argumentos apresentados por alguns partidos de que as mulheres não gostam ou não querem fazer política são questionados neste estudo, cujo objetivo é investigar, mapear e articular, através de pesquisa e extensão, estudos e formação capazes de refletirem a situação da sub-representação, na perspectiva de contribuir com o processo de empoderamento de mulheres maranhenses. Neste artigo em questão, apresentamos os resultados da pesquisa realizada em São João dos Patos (MA), conhecido pela forte presença de Dona Noca, primeira prefeita brasileira, que governou este município em 1934. Os dados apresentados demonstram que as mulheres estão alterando os indicadores e enfrentando a sociedade patriarcal ao colocarem seu nome para concorrer a cargos eletivos.

Palavras-chave: Protagonismo Político. Representação Feminina. Política. Dona Noca. Maranhão.

Resumen: La sub-representación de las mujeres son señaladas como uno de los factores que inciden en el pequeño número de proyectos legislados y presentados por los ejecutivos para abordar los problemas afectados por este segmento social, especialmente la violencia doméstica y sexual y los proyectos que apuntan a alterar la disparidad entre mujeres y hombres en las instancias de representación. Los argumentos presentados por algunos partidos de que las mujeres no les gusta o no quieren hacer política son cuestionados en este estudio cuyo objetivo es investigar, mapear y articular a través de investigación y extensión, estudios y formación capaces de reflejar la situación de la sub-representación en la perspectiva de contribuir con el proceso de empoderamiento de mujeres maranhenses. En este artículo, en cuestión, presentamos los resultados de la investigación realizada en São João dos Patos (MA), conocido por la fuerte presencia de Dona Noca, primera prefecta brasileña, que gobernó este municipio en 1934. Los datos presentados demuestran que las mujeres están alterando los indicadores y enfrentando a la sociedad patriarcal al colocar sus nombres para concurrir a cargos electivos.

Palabras clave: Protagonismo Político. Representación Femenina. La Política. Dona Noca. Maranhão.

Abstract: The underrepresentation of women is pointed out as one of the factors that affect the small number of projects legislated and presented by executives to address the problems affected by this social segment, especially domestic and sexual violence and projects that aim to change the disparity between women and men in instances of representation. The arguments presented by some parties that women do not like or do not want to do politics are questioned in this study whose objective is to investigate, map and articulate through research and extension, studies and training capable of reflecting the situation of underrepresentation in the perspective of contributing with the maranhense women's empowerment. In this article, we present the results of the survey carried out in São João dos Patos (MA), known for the strong presence of Dona Noca, the first Brazilian woman mayor, who governed this municipality in 1934. Data shows that women are changing the indicators and confronting the patriarchal society by putting their names to run for elective offices.

Keywords: Political Protagonism. Female Representation. Politics. Dona Noca. Maranhão.

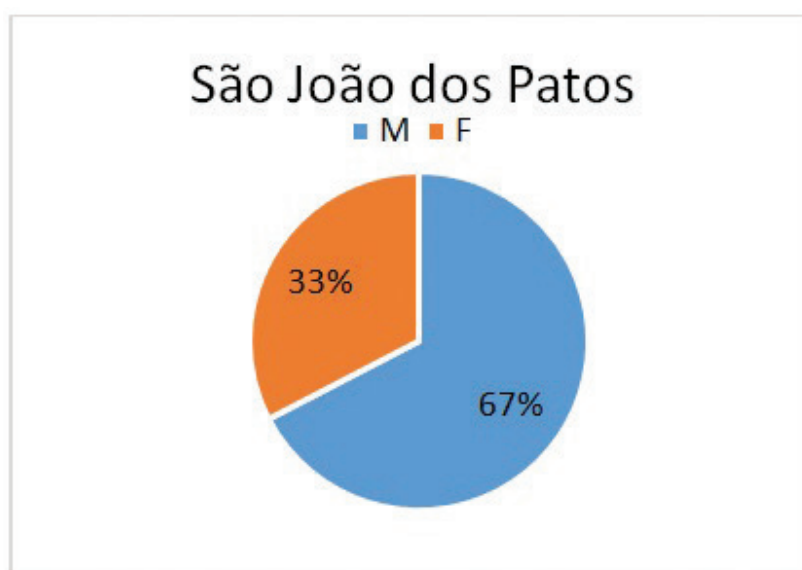
Maria Mary Ferreira – Professora Associada do Departamento de Biblioteconomia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Sociologia pela UNESP/FCLAr. Pós-Doutorado na Universidade do Porto/Portugal com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). E-mail: mmulher13@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A sociedade é constituída por grupos sociais que, desde os seus nascimentos, são ensinados a desenvolver papéis socialmente estabelecidos, papéis estes que diferenciam homens e mulheres. Aos homens foram atribuídas características de força, poder e eloquência, enquanto às mulheres eram atribuídas a passividade, o recato e a fala mansa. Em São João dos Patos, entretanto, a história de Joana da Rocha Santos – Dona Noca – foge dos padrões determinados pela sociedade patriarcal. Sua ascendência na política no início do século XX demonstra uma trajetória completamente diferente do que tradicionalmente se constituiu como lugar de mulher.

A presença de D. Noca, mesmo considerando o período em que exerceu seu mandato de prefeita, em 1934, ainda é lembrada e referenciada pelos políticos de São João dos Patos; porém, no atual contexto, o número de mulheres que estão à frente da política é pouco expressivo. Os dados da última eleição demonstram que, neste município, dos 46 candidatos registrados no Tribunal Regional Eleitoral apenas 15 eram do sexo feminino e 31 do sexo masculino, o que corresponde a 33% e 67% respectivamente (Gráfico 1).

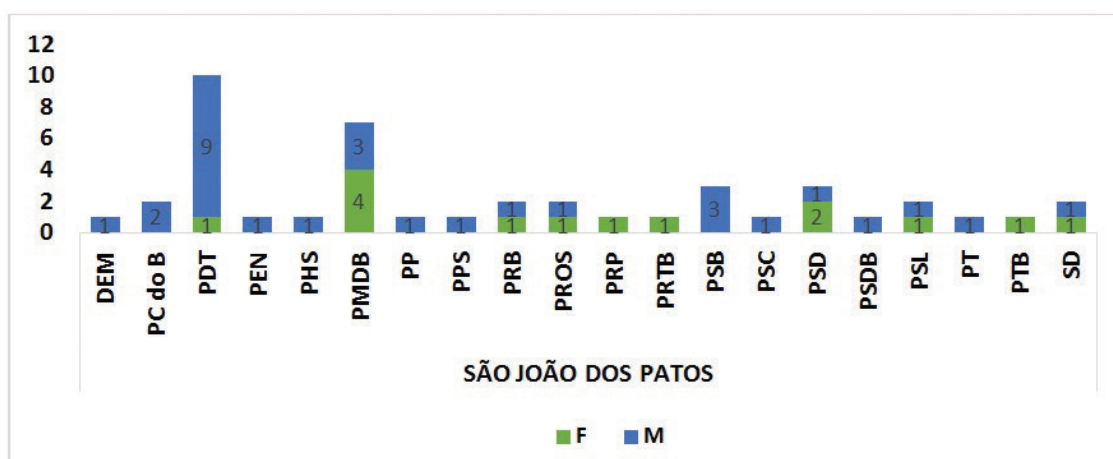
Gráfico 1: Eleição 2016: N° de Candidatos por Sexo em São João dos Patos



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (2016).

Observamos, a partir do gráfico 2, que o partido que mais lançou mulheres foi o PMDB. Este partido lançou quatro mulheres e três homens, seguido do PSD, que lançou duas mulheres e um homem. Observamos que partidos como o PDT lançaram nove homens e apenas uma mulher, o que expressa o pouco investimento deste partido em candidaturas femininas. Grande parte dos partidos não cumpriram a Lei das Cotas, conforme pode ser observado no Gráfico 2. Neste pleito, foram eleitas três vereadoras e sete vereadores.

Gráfico 2: Eleição 2016: Candidaturas por Partido em São João dos Patos



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (2016).

Os dados acima citados são reflexo da cultura patriarcal que incide nos indicadores atuais e no baixo percentual de participação feminina na política formal. Tudo isso desvela a sub-representação feminina, que tem afetado sobremaneira a vida das mulheres, isso porque a sub-representação feminina na política contribui para que as políticas e projetos que possam intervir em suas realidades enquanto gênero não tenham ressonância nos espaços de decisão.

Diante disso, neste estudo refletiremos sobre as relações de gênero vivenciada no município de São João dos Patos (MA), o protagonismo das mulheres lideranças dessa cidade e a necessidade de empoderamento das mulheres desse município para o seu exercício político, como forma de transformação da realidade vivenciada por elas.

A título de esclarecimento, enfatizamos que os resultados apresentados neste estudo foram construídos em dois momentos: primeiramente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica através de leitura de textos que discorressem sobre mulher, poder, política e gêneros; além de levantamentos do histórico do município estudado, que possibilitou conhecer alguns dos indicadores que interferem de forma mais direta na vida dos munícipes. No segundo momento, foi desenvolvida uma pesquisa de campo com as lideranças e a população de São João dos Patos. Foram aplicadas entrevistas com 11 lideranças desse município, com o objetivo de construir um perfil das mulheres. Por fim, foram aplicados 78 questionários com a população de São João dos Patos, buscando, assim, entender a visão da população sobre a política local e sobre o que pensam a respeito da participação políticas das mulheres, bem como saber sobre quais as demandas e políticas os munícipes teriam em relação às mulheres.

Para melhor compreensão, este texto está dividido em sete partes, nas quais apresentamos uma breve caracterização do município iniciado, uma pequena reflexão sobre a biografia e o legado de D. Noca. Os itens seguintes são dedicados a apresentar dados referentes ao que pensam as mulheres indicadas pelos entrevistados com capacidade de construir processos de mudanças e protagonizar ações intervencionistas no município de São João dos Patos. O item final é dedicado a ouvir a população sobre que tipo de projetos as mulheres poderiam legislar visando construir uma sociedade onde as mesmas possam viver com mais liberdade e respeito.

1. Caracterização do Município de São João dos Patos

O município de São João dos Patos localiza-se no sudeste do Maranhão. É banhado pelo rio Parnaíba. Sua cidade-sede está localizada a pouco mais de 30 km das margens do rio Parnaíba, contornada por serras e lagoas. Próximo às lagoas de São João e dos Patos, foram assentadas as fazendas São João e Patos, que deram origem à sede do município e à sua nomenclatura (SANTOS NETO, 2006).

Em meados do século XIX, houve um expressivo crescimento das povoações referentes às fazendas de São João e dos Patos, tornando-as praticamente uma única unidade populacional. Em 1888, São João dos Patos foi considerado, pela Câmara Municipal de Passagem Franca, como o principal povoado passagensense. Com a intenção de obter rendas e regalias para o seu município, a Câmara de Passagem Franca tornou São João dos Patos um distrito, para, logo em seguida, em virtude do rápido crescimento, favorecer a emancipação, fato que vai ser efetivado através do Decreto Estadual de nº 130 de 19 de março de 1892. Desse modo, há exatamente cento e vinte e sete anos foi criado o município de São João dos Patos, emancipado do município de Passagem Franca. Seus primeiros governantes foram Francisco Pereira Sá Sobrinho, um dos líderes do movimento emancipatório e pertencente a uma família que ajudara a fundar e consolidar a cidade de Passagem Franca – Antônio (Tunico) da Rocha Santos e Celso Rocha Santos (SANTOS NETO, 2006).

O município de São João dos Patos possui área territorial de 1.482,661 km², com 24.928 habitantes. Situada na microrregião das Chapadas dos Altos de Itapecuru, faz limite com os municípios de Passagem Franca, Nova Iorque do Maranhão, Pastos Bons, Barão de Grajaú, Paraibano e Sucupira do Riachão (IBGE, 2010; CIDADES-BRASIL, 2016). É um município também conhecido pela qualidade e beleza dos seus bordados, pela qualidade das peças produzidas e por ser a confecção artesanal de bordados uma atividade predominantemente feminina, cuja prática hereditária faz parte da cultura local e contribui para que esta cidade seja reconhecida como a capital dos bordados no Maranhão (SÃO JOÃO, 2017).

2. Dona Noca, uma prefeita que marcou a História do Maranhão (1934-1951)

Em 1929, o até então prefeito de São João dos Patos, Antônio da Rocha Santos (Tunico), foi assassinado, o que abalou a política da cidade; esta situação resultou na emergência ao poder de Joana da Rocha Santos, conhecida como “Dona Noca”, que assumiu a liderança da sua família e de seu município, se tornando, em 1934, prefeita de São João dos Patos. Tal fato tem um grande significado para a história da cidade, isso porque Dona Noca foi a segunda prefeita do Brasil e da América do Sul (SANTOS NETO, 2006).

A influência exercida por D. Noca durante mais de duas décadas foi tema de várias matérias jornalísticas como a da *Revista do Globo* (1951, p.15), que chama a atenção para a importância da prefeita, embora seja denominada de forma pejorativa de “coronela do sertão”.

Durante dezesseis anos ela ocupou o cargo de prefeito na sua terra, São João dos Patos; e foi a primeira mulher a dirigir os negócios municipais numa unidade brasileira. Mas nem por ter deixado a prefeitura D. Noca deixou de governar o município, onde até agora nada se faz sem a sua ordem, autorização ou aprovação, tácitas ou expressas. Sua casa, um vasto casarão [...] é há um tempo prefeitura, delegacia de polícia e tribunal onde são julgadas com um agudo sen-

so de justiça salomônica. É também uma casa de negócios, pois em D. Noca, uma coronela¹ do sertão, a comerciante revela-se à primeira vista.

Nos estudos de Ferreira (2010), a autora faz referência a uma crônica escrita por Raquel de Queiroz, escrita em 1950, a qual revela que a formação dessa líder política foi favorecida pela educação dada pelo seu pai, que a acostumou desde menina a tomar decisões e a fazer escolhas, pois acreditava em “liberdade feminina e igualdade entre os sexos e criou a filha de acordo com o que pensava”. Quando o pai morreu, Dona Noca assumiu os negócios da família, sendo convidada pelo interventor da época a assumir a administração da cidade; o convite foi formulado após D. Noca, então com trinta e dois anos, ter se dirigido até o interventor para reclamar da situação política do município. Ao comentar a administração da prefeita, Queiroz (1950, p.122) enfatizou que:

[...] consertou o errado, e fez o que não se fazia, abriu estradas, limpou a cidade, fomentou a instrução, melhorou as ruas, ergueu prédios. Tão forte é seu prestígio naquela terra, que de 1934 para cá podem mudar as situações políticas do país e do Estado, mas D. Noca não muda. Continua na chefia do município inalteravelmente

Sua presença e importância extrapolam os limites de São João dos Patos, tendo atuado em vários momentos de luta no Maranhão. A presença de Dona Noca na greve de 1951² também é destacada como uma força política contra o vitorinismo, demonstrando que o sertão também se rebelava contra as forças políticas do oligarca que dominava o Maranhão naquele momento histórico:

[...] Mas não era só a capital que era rebelde; lá no sertão também estourou a revolta das Oposições Aliadas lideradas por Joana da Rocha Santos, a “Dona Noca”, em São João dos Patos. Diz a história que sua casa era o quartel general dos revoltosos. Foi preparada uma reação com um deslocamento de tropas, com cerca de 12 mil homens, que iriam rumo a São Luís para derrubar Eugenio Barros. Havia uma senha, que seria o sinal de alerta para estourar a revolta, que era: “Adélia será operada dia 18”. Só que as tropas foram derrotadas pelos PMs, mas Raimundo Bastos, “o comandante Bastos”, do Exército da Libertação não foi preso e a revolta foi reprimida.

¹ O repórter autor da matéria também se encarrega de traduzir o sentido de coronel. “O coronel no sentido brasileiro da palavra, com suas responsabilidades políticas, seu imenso prestígio eleitoral, sua fortuna, suas ameaças, mas sempre capaz de uma finura admirável quando se trata de sugerir ao forasteiro as suas alcandoradas virtudes [...] Conheci a D. Noca prefeita, a mulher de uma consciência cívica incomum, cuja administração em São João dos Patos contém lições relevantes” (GLOBO, 1951, p.17).

² A greve de 1951, no Maranhão, foi um movimento articulado pelas oposições contra a posse do governador Eugênio Barros (PST), ligado a Victorino Freire, “vitorioso” em eleições marcadas por denúncias de fraude. As Oposições Coligadas apresentaram como candidato Saturnino Bello, ex-interventor (1946-7) e ex-vice-governador (1947-50), que rompera com a situação em virtude de sua não indicação como candidato ao governo pelo vitorinismo. Aproveitando-se das dissidências abertas no seio do grupo dominante, as oposições vislumbraram em “Satú” Bello a possibilidade de finalmente alcançarem o governo estadual. Dessa forma, o pano de fundo dos acontecimentos seria “o padrão clássico da política maranhense, qual seja, as disputas intraoligárquicas pelo controle do aparelho estatal para a consecução de seus objetivos públicos e/ou privados” [...] Foi um movimento de grande repercussão nacional e internacional. A greve provocou desabastecimento na cidade devido à escassez da oferta de alimentos, problemas no fornecimento de água e luz elétrica, além de sérios prejuízos a todas as atividades econômicas, abrindo a possibilidade de colapso total. (COSTA, p.4).

Dona Noca foi, sem dúvida, uma mulher que marcou a vida da cidade, tornando-se conhecida em toda a Região; exerceu com parcimônia seu mandato de prefeita e contribuiu para o desenvolvimento da cidade e a melhoria da condição de vida da população. Os comentários de Santos Neto (2006, p. 133) ilustram bem essa assertiva.

Outro fator de peso nesse processo de cidade com mais características de urbanidade na região, sem dúvida nenhuma, é a presença e a concepção político-administrativa da líder Noca da Rocha Santos, sabiamente avançada para o tempo, notadamente seu despreço pelo latifundismo improdutivamente arraigado. Sua paixão e luta por estradas, pela educação, pelo ordenamento urbano, por previdência ajudam explicar a melhor condição urbana dos Patos (anos 50) em relação aos vizinhos.

3. Empoderamento feminino e política

Todos os seres humanos, indiscutivelmente, nascem macho ou fêmea. É através da educação e dos processos de socialização que se tornam mulheres ou homens. Essa definição de feminino e masculino é resultado de papéis socialmente construídos, determinados pelas relações de gênero, que delimitam as atitudes, características e funções que cada indivíduo deve possuir e que vai se reproduzindo na sociedade, naturalizando-as (SAFFIOTI, 1987).

A compreensão da categoria gênero é extremamente importante para compreender os processos de construção da subordinação das mulheres, pois, a partir desta categoria, é possível ter mais clareza de que os papéis sexuais que regem a relação de homens e mulheres não é algo biologicamente inerente ao ser, mas uma construção determinada pelo modelo político, econômico e social de uma comunidade.

O conceito de gênero resulta de uma construção social decorrente da determinação de papéis impingidos aos homens e às mulheres a partir das diferenças sexuais, uma vez que recebem conotações específicas em termo de valores e normas, que moldam a formação dos meninos e das meninas obedecendo a padrões determinados pelos estereótipos que naturalizam o masculino como dominador, provedor, racional e o feminino como emotivo, doce, inseguro. (FERREIRA; 2016, p.58).

A partir desta categoria, é possível perceber como os homens assumem comportamentos de dominadores, fortes, racionais e, portanto, destinados ao mundo público, onde demonstram poder e domínio sobre a fala, a economia, a política, o discurso. O mundo privado, o mundo das mulheres, é caracterizado como local de “dominação” feminina, onde as mulheres exercem o seu papel de mãe, esposa, cumprindo suas “obrigações” domésticas (FERREIRA, 2016). Observamos que, no que se refere a D. Noca, esta fugiu dos padrões estabelecidos e ainda hoje se pode considerar que fez a diferença nesta Região onde atuou.

A presença de D. Noca foi uma exceção, uma vez que a sociedade continua destinando às mulheres o mundo das coisas com menor valor, as coisas invisíveis, razão porque seu reconhecimento como sujeito político ainda se constitui um projeto distante, conforme apontam os dados acima citados e as reflexões de Ferreira (2010, p. 49):

A ausência das mulheres nos espaços representativos da sociedade reflete na formação das mentalidades e no sentimento de inferioridade incorporado pela própria mulher e pelos demais sujeitos sociais. A partir desses espaços, é possível perceber como essas distinções entre o que é ‘permitido’ e o que é ‘negado’, continuam invisíveis e fazem com que as mulheres encontrem dificuldades para romper com este ‘destino determinado’ que as exclui de participar da vida pública.

Diante disso, afirma-se a importância de lutar por igualdade de gênero, onde mulheres e homens usufruam de iguais oportunidades para poderem interferir no desenvolvimento dos municípios, como fez D. Noca no início do século XX em São João dos Patos.

4. O perfil das lideranças femininas em São João dos Patos

A luta histórica das mulheres para participar da vida política das nações tem surtido efeito positivo em alguns países. Porém, no Brasil, em comparação com 193 (ONU, 2018) outros países existentes, é inegável que as brasileiras estão sub-representadas. A visão patriarcal de que tais espaços de poder são inatos à atuação dos homens tem, ainda hoje, dificultado a inserção das mulheres para ocupar cargos de liderança. Ter mulheres lideranças nas esferas políticas é um dos primeiros passos para se alcançar uma sociedade mais democrática e igualitária, onde todos possam ser vistos e ouvidos (FERREIRA, 2010; e SOUZA, 2012).

Diante disso, traçamos o perfil das mulheres lideranças do município de São João dos Patos, a partir de pesquisa de campo realizada em fevereiro de 2018. O objetivo deste perfil é dar visibilidade à presença das mulheres neste município e, em especial, àquelas indicadas como lideranças em sua cidade, bairros e áreas onde atuam. Neste perfil, estão presentes líderes comunitárias, candidatas a cargos eletivos, filiadas a diversas correntes partidárias, mulheres consideradas por suas comunidades como protagonistas de lutas por direitos, moradia, condições de vida melhores para suas comunidades. Vale destacar que não foi possível entrevistar algumas mulheres indicadas, em virtude do tempo ou por estarem fora da Cidade quando da visita da equipe ao município.

Tabela 1 – Perfil das mulheres lideranças de São João dos Patos

Liderança	Idade	Estado Civil	Nº de filhos	Religião	Raça/Etnia
1	54	Divorciada	1	Evangélica	Branca
2	47	Casada	0	Católica	Parda
3	58	Solteira	0	Católica	Branca
4	38	Casada	2	Católica	Parda
5	53	Casada	3	Católica	Parda
6	56	Casada	2	Católica	Negra/Parda

Fonte: Ferreira. Relatório de Pesquisa, 2019.

É possível observar que a maioria das mulheres se encontra na faixa etária acima de 50 anos, ou seja, a maioria das mulheres que exerce o papel de liderança política se encontra na fase adulta. Isso demonstra que ainda há uma baixa participação da juventude feminina nos espaços políticos. Esse fato se explica em virtude de ser esta a fase em que as mulheres em geral mais se dedicam à política, conforme estudos de Ferreira (2016) e Costa (1998). É o momento em que já cumpriram com as responsabilidades de educação dos filhos e se sentem mais disponíveis à participação política.

A maioria das lideranças femininas de São João dos Patos são casadas e possuem filhos, e isso explica, também, a inserção tardia nos espaços públicos. As mulheres são consumidas pelas responsabilidades delegadas ao seu gênero: elas são responsáveis por cuidar da casa, dos filhos, dos maridos, trabalhar fora, e, por essa razão, a sua participação política acaba por ser exercida no momento em que diminuem essas responsabilidades, principalmente com os filhos, que nesta fase estão adultos e, conseqüentemente, lhes sobra mais tempo. Porém isso não a isenta de uma dupla jornada, pois agregam aos serviços domésticos a carreira política.

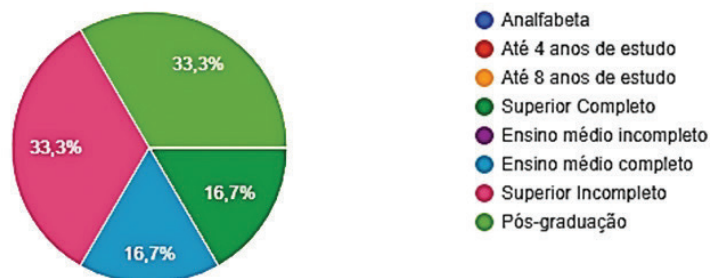
As mulheres entrevistadas, em sua maioria, são de religião católica, e se constitui a religião com maior número de adeptos. Em São dos Patos, observamos uma forte presença das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs que desenvolvem ações sociais de forma sistemática. A contribuição da Igreja Católica neste município é bastante significativa, assim como a inserção das mulheres nos movimentos religiosos; porém, observa-se que, embora as bancadas evangélicas tenham crescido progressivamente, diferentemente das igrejas católicas, nas bancadas evangélicas há um número ainda muito pequeno de mulheres sendo vistas como protagonistas (FERREIRA, 2015).

Em relação à cor/etnia das entrevistadas, a maioria das mulheres se considera parda. Essa situação resulta da história do povo brasileiro, que é marcada por um longo processo de miscigenação que resultou em uma grande parcela da população de cor parda.

Gráfico 3 – Formação Educacional das mulheres lideranças de São João dos Patos

1.6 - Formação educacional

6 respostas



Fonte: Ferreira. Relatório de Pesquisa, 2019.

Observou-se que 33,3% das lideranças entrevistadas possuem nível superior completo com pós-graduação e 33,3% estão cursando o nível superior. Isso demonstra que, a exemplo do que vem se constituindo no Brasil nas diferentes regiões do País, as mulheres têm mais tempo de estudo e conhecimento formal que os homens. Esse fato tem sido bastante destacado nos estudos da ciência política, que chamam a atenção para a capacidade das mulheres de pensar problemas das cidades em virtude do tempo dedicado aos estudos, que certamente incide sobre sua capacidade de compreender a realidade vivida pelo seu município, conseguindo identificar os problemas e buscar possíveis soluções (FERREIRA, 2015). No que se refere à filiação partidária, nota-se que 66,7% das entrevistadas são ou já foram filiadas a partidos políticos, porém é necessário o esclarecimento de que o direito de filiação das mulheres é algo que foi conquistado com muita luta e que, no processo de consolidação de sua cidadania com a Constituição de 1988, muitos enfrentamentos tiveram que ocorrer para terem reconhecida sua capacidade de gerenciar e legislar.

É sempre bom recordar que foi na década de 70, com o ressurgimento e pressão dos movimentos feministas, que os partidos foram forçados a reconhecer a relevância do eleitorado feminino e a exigência da filiação de mulheres, tendo em vista que, antes, os partidos eram formados predominantemente por homens e a participação feminina era totalmente vetada (COSTA, 1998), embora, como mencionado, a conquista do voto tenha sido um direito aprovado em 1932. Isso demonstra que as mulheres têm conquistado os seus espaços, de forma gradativa, com muito esforço, mostrando que sua atuação nos espaços de poder também deve ser parte do projeto de democracia que vem sendo delineado no País.

Percebemos que grande parte das entrevistadas que responderam são filiadas a partidos políticos, estão inseridas em partidos de centro, mostrando um certo avanço na luta contra a cultura machista ainda presente nos partidos políticos. Dentre os partidos relatados estão: o Partido Verde (PV), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o Democratas (DEM). Porém, ao questioná-las se assumiram algum cargo de representação no Diretório Municipal, 100% das entrevistadas enfatizaram que não. Este dado é um indicador importante para compreender a questão da sub-representação, tendo em vista que os cargos de poder no partido dão visibilidade e também projetam as candidaturas.

Uma das estratégias implementadas pelo Estado brasileiro para superar a sub-representação das mulheres foi a Lei 9.100/95, conhecida popularmente como Lei das Cotas, que possibilitou a efetivação do direito das mulheres em participar da política partidária, além de levantar discussões sobre a participação política das mulheres no Brasil (COSTA, 1998). Ao serem questionadas sobre o seu posicionamento em relação à Lei das Cotas para as mulheres na política, as entrevistadas relataram o seguinte:

“Muito bom, as mulheres precisam de mais espaço” (LIDERANÇA 1).

“Considero que deveria tomar outro modo de conduzir a Lei, não precisa ser assim” (LIDERANÇA 2).

“Eu acho necessária, porque as mulheres conhecem as dificuldades mais que os homens” (LIDERANÇA 3).

“Eu acho extremamente necessária, pela situação excludente que a mulher vive na sociedade; então é uma luta imprescindível. Por nós ocuparmos tantos espaços de trabalho com muitas limitações e preconceito, ao mesmo tempo nós cuidamos da casa, da família; nós ganhamos salários inferiores, têm mulheres que vivem em situações de extrema opressão, violência psicológica e física. Então é extremamente necessária essa política de cotas, para que as mulheres tenham seus direitos garantidos” (LIDERANÇA 4).

“Não concordo. Pois acredito que as mulheres têm condições de lutar e mudar” (LIDERANÇA 5).

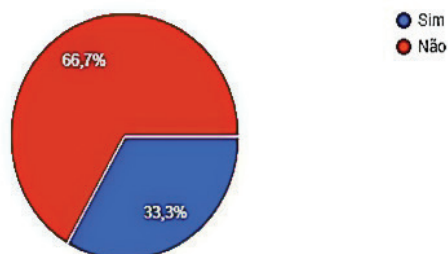
“Concordo, as mulheres melhoram a política. Vejo que a mulher é mais organizada e não se envolve tanto em corrupção” (LIDERANÇA 6).

Observa-se que a maioria das mulheres entrevistadas concorda com a Lei das Cotas, demonstram ser esclarecidas da necessidade dessa lei para a efetivação do direito de participação política das mulheres, além de considerarem que ela facilita a inserção feminina nos partidos. As entrevistadas deixam claro que consideram as mulheres extremamente capazes de exercer as funções políticas com competência.

Gráfico 4: O que os Partidos têm feito para ampliar a participação das mulheres

3.0 - Seu partido tem feito alguma ação para favorecer a participação das mulheres?

6 respostas



Fonte: Ferreira. Relatório de Pesquisa, 2019.

Ao serem questionadas sobre as ações de incentivo à participação das mulheres na política desenvolvidas pelos partidos políticos em que são filiadas, 66,7% das entrevistadas responderam que o partido do qual elas participam não desenvolvem nenhum tipo de ação que favorece a participação das mulheres. Isso esclarece que os partidos, por mais que tenham agregado mulheres às suas cotas, ainda não compreenderam a necessidade de desenvolver ações voltadas para as mulheres para que, assim, haja uma transformação social. Em São João dos Patos, as lideranças entrevistadas não fazem parte dos diretórios dos partidos em que estão filiadas, e isso explica em grande parte a falta de ações partidárias que busquem envolver as mulheres, estimulando sua participação. Ou seja, os partidos políticos não criam meios de favorecer a participação das mulheres, o que leva à sub-representação feminina, conforme afirma Costa (1998, p. 196): “Os partidos permanecem sendo estruturas essencialmente masculinas, às quais as mulheres são incorporadas quando a conjuntura assim o exige”.

Ao perguntamos sobre quais ações podem ser desenvolvidas para ampliar a participação política feminina no município, 83,3% das mulheres lideranças apontaram: desenvolver formação política para as mulheres. Estudos publicados que têm abordado esta temática enfatizam a necessidade de os partidos construírem “Programas de capacitação que visem potencializar a participação política das mulheres”, visto que “são essenciais para diminuir o espaço existente entre homens e mulheres em termos de acesso ao poder político” (SOUZA, 2012, p. 191). Isso deixa claro que as mulheres lideranças do município de São João dos Patos têm clareza da necessidade de dar às mulheres o entendimento preciso para uma boa atuação política, e sabem que, para alcançar um cargo de liderança, as mulheres precisam lutar e se qualificar para demonstrar que são capazes tanto quanto os homens; isso advém de um passado histórico que negou às mulheres o direito de serem ouvidas nos espaços públicos de discussão, sendo ocupados exclusivamente por homens. “O homem encontra-se no processo político há muito mais tempo que a mulher. Este espaço é ocupado pelo homem de forma muito mais tranquila” (SOUZA, 2012, p. 184).

Mais do que ocupar um espaço na política, é necessário desenvolver ações que beneficiem as mulheres. É indispensável às mulheres que ocupam cargos eletivos a consciência de que elas, além de representarem toda a população, representam as mulheres. Por serem mulheres, elas compreendem que a todo instante lhes são negados diversos direitos e que, por essa razão, carecem de uma representante que conheça as suas demandas e desenvolva ações para intervir sobre elas.

Questionadas se percebiam alguma diferença na ação e atitude das mulheres que estão na política formal, 66,7% responderam que sim, percebiam diferenças nas ações e atitudes de mulheres que estão na política formal. *“Acho que quando a mulher envereda com convicção na política, ela tem mais garra na luta, mais firmeza na atuação; tem mais propósito, luta mais por aquilo [em] que acredita” (LIDERANÇA 4).*

Eleger mulheres é extremamente relevante para que haja a efetivação da democracia no Brasil, e para permitir tornarem-se democráticos os espaços que ainda carregam as inferências do patriarcado. É necessário ter clareza que são as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais, onde são pensadas as políticas públicas, que podem transformar a situação de subalternidade e violência vivenciada pelas mulheres (FERREIRA, 2016).

Frente a isso, perguntamos às entrevistadas se elas nutriam a pretensão de candidatarem-se a cargos eletivos. As respostas indicaram que somente 33,3% das entrevistadas pretendem pleitear um cargo eletivo. 66,7% afirmaram que não, não pretendem ser candidatas a um cargo eletivo. O elevado percentual de mulheres lideranças que não pretendem ser candidatas a cargos eletivos é uma realidade preocupante, e demonstra que ainda há muito a ser superado neste município para que as mulheres possam, realmente, conceber os espaços de decisão como um espaço inato a elas. Os dados refletem ainda a falta de política de gênero nos partidos, conforme as próprias entrevistadas indicaram. O interesse das mulheres deve ser despertado através de ações não apenas para o cumprimento da Lei das Cotas, mas para garantir o pleno exercício da democracia. A ausência de mulheres nas Câmaras e em cargos representativos reflete o disfuncionamento da democracia participativa, conforme apontou Chantal Mouffe (1999). Urge, portanto, um reposicionamento dos partidos em São João dos Patos para que as mulheres possam se sentir mais estimuladas a participar.

5. A visão da população de São João dos Patos sobre a presença das mulheres na política.

Neste segundo momento da pesquisa, analisamos a visão da população do município de São João dos Patos sobre a presença das mulheres na política. Foram entrevistadas 78 pessoas, sendo 63 mulheres e 15 homens, moradores da região central do município. A partir dos dados apresentados, é possível traçar pontos para as campanhas das mulheres nas próximas eleições, que, se espera, sejam mais representativas em termos de participação.

Em relação à faixa etária, 24,4% dos entrevistados são pessoas de 20 a 30 anos de idade; 19,2% possuem 41 a 50 anos; 17,9% têm de 31 a 40 anos e 15,4% possuem 51 a 60 anos, o que demonstra uma expressividade da população adulta do município. Diante do questionamento do número de filhos dos entrevistados, 35,1% possuem de 1 a 2 filhos; 23,4% têm de 3 a 4 filhos; 14,3% possuem mais de 5 filhos e 27,3% não têm filhos. A maioria dos entrevistados possui de 1 a 2 filhos, dado que se encontra dentro da realidade brasileira, que vem diminuindo gradativamente o percentual de filhos por família. Outro dado importante é o adiamento dos jovens em terem filhos, uma vez que 27,3% informaram não terem filhos.

No tocante à raça/etnia, 66,2% da população autodeclara-se parda; 13% branca; 11,7% negra; 2,6% amarela e 6,5% não soube se autodeclarar. Os dados gerais apontam que 77,9% são negros e pardos, o que é um reflexo da historicidade do estado do Maranhão, que é constituído majoritariamente por esses grupos étnicos. Em relação à religião, 76,7% declararam ser católicos; 11% protestantes e 12,3% declararam não ter religião.

No que se refere à formação educacional da população, 26,9% cursaram o ensino médio completo, porém, 14,1% não concluíram o ensino médio; 16,7% possuem até 8 anos de estudo; 16,7% têm até 4 anos de estudo e 6,4% são analfabetos. Dentre esses entrevistados, 6,4% possuem

o ensino superior completo e 3,8% fizeram pós-graduação. É perceptível que a média de estudo do município é muito baixa, e a probabilidade de aumento desse percentual não é animador, tendo em vista que somente 9% possuem ou estão cursando o ensino superior. Esse é um dado que deve ser levado em consideração nas campanhas eleitorais, dada a necessidade de elevar os índices de educação no município, haja vista que todo e qualquer desenvolvimento socioeconômico está relacionado com a elevação dos níveis educacionais.

Em relação à renda familiar, houve um certo receio por parte dos entrevistados em responder o questionamento de quanto esta seria, porém, após uma breve explicação de que essa renda seria a soma dos salários de todos os que residiam na casa, eles acabavam por responder. Dos entrevistados, 68,1% responderam que sua renda familiar é de um salário mínimo, e 15,3% recebem dois salários mínimos. Podemos perceber, pelas informações recebidas, que a renda familiar da população de São João dos Patos é baixa, embora saibamos que, neste quesito, muitos tendem a omitir, pois associam renda a salário, e, muitas vezes, não consideram renda outros ganhos que são agregados pelo exercício de atividades que complementam as despesas mensais da família.

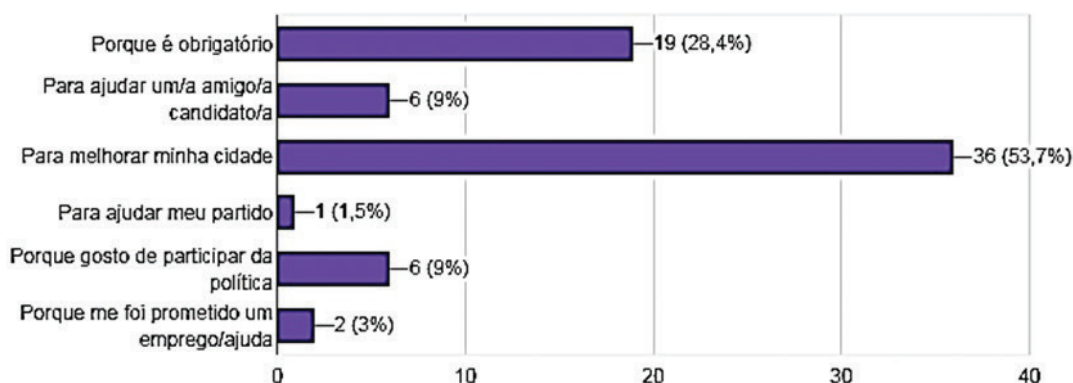
5.1. Como a população percebe a política municipal

No que se refere à visão sobre a política municipal, perguntamos, primeiramente, se o entrevistado havia votado nas últimas eleições para prefeitos e vereadores e quais foram as motivações de seus votos. Observou-se que 83,3% dos entrevistados responderam que sim, votaram nas últimas eleições. Mas, ao questionar sobre a motivação para votar, as respostas trazem pontos para refletir a política local. Vejamos:

Gráfico 5 – Motivação de voto

3.1 Quais os motivos que você votou?

67 respostas



Fonte: Ferreira. Relatório de Pesquisa, 2019.

Diante das respostas dadas, 53,7% das pessoas responderam que votaram com a intenção de melhorar a cidade e 28,4% disseram que votaram por obrigação. Isso mostra que há preocupação, por parte da maioria da população, em melhorar a sua cidade, porém ainda há uma parcela grande de pessoas que votam por ser obrigatório. Outro resultado preocupante são os 3% que afirmaram votar pela promessa de emprego ou ajuda. Isso serve como denúncia para a triste realidade de compra de voto que ainda existe no Brasil e no Maranhão. Sobre esse ponto, o Tribunal Regional Eleitoral realizou uma pesquisa em 2014, cujos dados revelam que:

[...] compra e venda de votos ainda é uma realidade no Brasil, uma vez que pelo menos 28% dos entrevistados revelou ter conhecimento ou testemunhado essa prática ilegal. A pesquisa foi realizada pela empresa Checon Pesquisa/Borghini e ouviu quase dois mil eleitores de 18 a 60 anos em sete capitais, incluindo o Distrito Federal, de todas as regiões brasileiras e das classes sociais A, B, C e D. (PESQUISA, 2015, p. 1).

O fenômeno da compra de votos, que durante algum tempo foi encoberto por diversos setores da sociedade, vem sendo denunciado há décadas. Um estudo que se tornou referência sobre o tema é *“Coronelismo, Enxada e Voto”*, de Victor Nunes Leal, censurado pelos militares nos finais dos anos setenta por se tratar de uma obra que refletia as mazelas de um coronelismo que frutificou no Brasil e que, ainda hoje, se faz presente nas oligarquias que se mantêm nos municípios brasileiros e maranhenses a partir da troca de favores. Para Speck (2003, p. 3)

A manipulação das eleições populares foi uma prática comum na transição para os regimes de democracia representativa. Com a conquista dos princípios da soberania popular e do sufrágio universal, o processo eleitoral ganhou um peso sensível na evolução política. Afinal, seria este mecanismo que definiria a distribuição do poder político em regimes representativos, substituindo princípios como a hereditariedade ou a usurpação do poder. Mas, via de regra, as noções da liberdade de escolha, da competição eleitoral e da administração isenta, associadas à noção de eleições, ainda estavam longe de descrever o contexto social e político no qual os processos eleitorais se realizavam. Nas democracias emergentes, as possibilidades de manipulação das eleições populares são múltiplas.

Não tem sido fácil para a sociedade coibir este fenômeno. O exemplo mais concreto foi o esforço empreendido pela Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Nas eleições municipais de 1996, a CNBB defendeu na Campanha "Fraternidade e Política" o uso consciente do voto como ferramenta para influenciar os rumos da política brasileira. Embora não tenha conseguido erradicar o problema, entretanto, segundo Speck (2003, p. 3), pode-se considerar como resultado a aprovação da Lei 9.840/99, “que passou a vigorar a partir das eleições municipais de outubro de 2000”. Mas, como se pode observar, mesmo com essa medida, a compra de voto ainda é uma prática permissível no Brasil e em grande parte dos municípios maranhenses.

Em relação à satisfação da população frente ao trabalho exercido pelos governantes, 40,8% afirmam não estarem satisfeitos com o trabalho dos vereadores do seu município e 30,3% declararam não acompanhar. No tocante ao trabalho exercido pela prefeita da cidade, 65,4% responderam não estar satisfeitos, e podemos notar que a quantidade de insatisfação é alta.

É papel do prefeito e prefeita cumprir sua plataforma de campanha. Deve buscar esforços para realizar uma gestão que assegure o desenvolvimento de seu município a partir de serviços públicos de qualidade, que atendam às necessidades da população, e a implementação das políticas públicas de responsabilidade dos municípios” (FERREIRA, 2015, p. 55).

Embora o número de insatisfeitos seja elevado, observamos em nossa visita à cidade que o município tem uma estrutura razoável de órgãos que prestam serviços à população. O número de mulheres em cargos da gestão municipal representa a quase totalidade dos gestores municipais, embora não tenhamos encontrado todos os cargos indicados no portal da Prefeitura:

Tabela 2: Presença das Mulheres na Gestão Municipal

Nº	SECRETARIA	SECRETARIA/O
01	Administração	Thays Marjunny de Sousa Coelho Campos Araújo
02	Agricultura	Domingos Coelho de Sousa
03	Assistência Social	Simone Maria Coelho Vilanova
04	Desporto, Lazer, Cultura e Juventude	Elziane dos Santos Pereira Miranda
05	Obras	José Wlisses Beserra Lima
06	Fazenda	Maria Alice de Sá Lima
07	Políticas para Mulheres	Elizamar Lima Sá
08	Educação	Não identificado
09	Pessoa com Deficiência	Não identificado

Fonte: Portal da Prefeitura de São João dos Patos.

Este é um dos municípios que têm uma Secretaria Municipal da Mulher e uma Secretaria de Políticas para pessoas com deficiência, fato que merece ser considerado, tendo em vista os poucos recursos que recebem os municípios brasileiros. Notamos também o esforço da prefeita em criar um ambiente adequado para o desenvolvimento de políticas para as mulheres com a inauguração de uma nova sede da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Aliás, é importante mencionar que São João dos Patos criou sua Secretaria de Políticas para as Mulheres em 2006, quando as políticas estava sendo iniciadas no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.



Inauguração da nova sede da Secretaria de Políticas para as Mulheres

Fonte: <http://saojoaodospatos.ma.gov.br/prefeita-gilvana-evangelista-inaugura-nova-sede-da-secretaria-de-politicas-para-as-mulheres/>

Os eventos organizados pela Secretaria da Mulher denotam a preocupação com a questão da violência e a geração de emprego e renda, conforme visita à Secretaria, onde foi possível verificar os vários cursos realizados para atrair mulheres; porém, não percebemos por parte do poder mu-

nicipal e nem nas ações da Secretaria da Mulher alguma discussão sobre a participação política das mulheres no município (SECRETARIA, 2017).

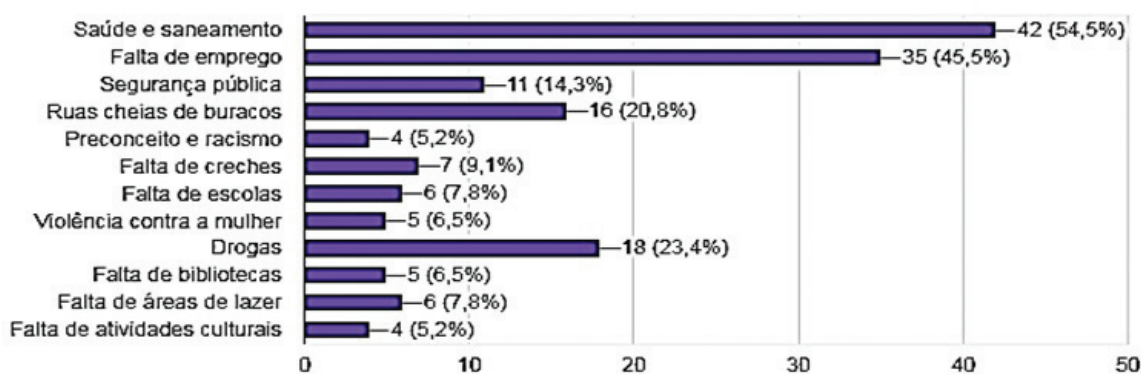
É importante lembrar que o/a prefeito/a exerce um papel importante no gerenciamento dos problemas dos municípios. Sua função é pensar e desenvolver ações que melhorem a cidade e a vida da população. É dever dele/a desenvolver serviços públicos de qualidade, que garantam o direito dos cidadãos e melhore sua realidade. É perceptível, diante das respostas coletadas, que a atuação da atual gestora não tem atendido à necessidade da população e, logo, precisa melhorar as políticas e criar canais de diálogo com a população.

Os vereadores/as possuem quatro funções principais: a função legislativa, a função fiscalizadora, a função de assessoramento ao executivo e a função julgadora. Diante disso, perguntamos aos entrevistados o que seria, na concepção deles, o papel de um/a vereador/a. Muitos não souberam responder e, dentre os que responderam, uma parcela considerável atribuiu esse papel às ações assistencialistas.

Gráfico 6 – Principais problemas enfrentados pelo município

3.7 Dos problemas listados, quais os principais que seu município enfrenta?

77 respostas



Fonte: Ferreira. Relatório de Pesquisa, 2019.

Pedimos aos entrevistados que, mediante alguns problemas listados, eles apontassem os principais enfrentados pelo seu município. 54,5% apontaram que os principais problemas são a falta de saúde e saneamento e 45,5% apontaram a falta de emprego. Através das falas dos entrevistados, podemos perceber que a falta de emprego tem afetado uma grande parcela da população, fato que não pode ser considerado apenas relativamente a São João dos Patos, haja vista que a crise do desemprego afeta hoje todas as economias do mundo. Porém, esse problema no município se torna grave em virtude da falta de perspectiva da população e da ausência de uma política mais global para os municípios maranhenses, que possa ser pensada em médio prazo como saída para a crise estrutural. Desse modo, é importante que o governo do Estado amplie o debate com os municípios para que se possa encontrar caminhos para amenizar o problema.

5.2. A visão da população sobre as mulheres

Por muito tempo, as mulheres foram consideradas seres invisíveis, de natureza sensível e com funções determinadas, ligadas à procriação. Essa visão perdurou por séculos e lhes aprisionou ao

mundo privado. As lutas e resistências das mulheres para saírem da clausura até conquistarem o status de cidadãs foram intensas, mas há muito a ser transformado para que haja a efetivação da democracia do Brasil. Ao rememorarem as lutas femininas por direito e cidadania, Melo e Thome (2018, p. 54) enfatizam que:

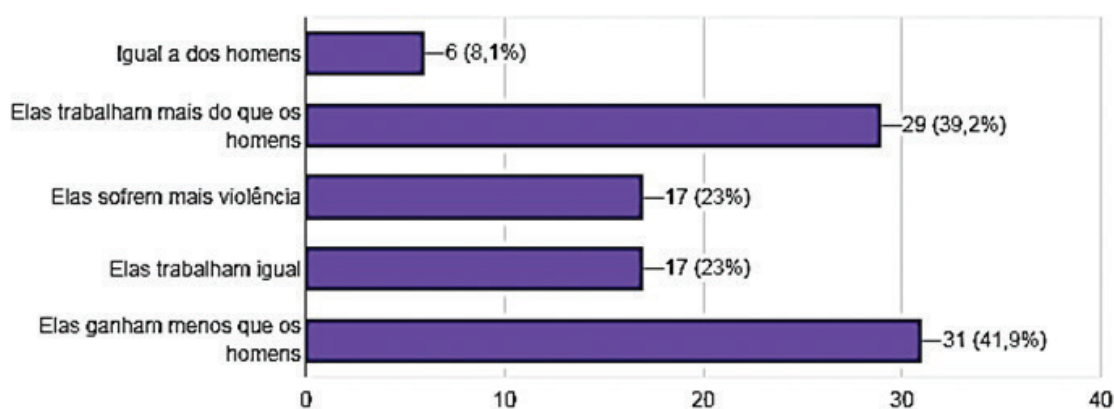
Os escassos registros mostram que as mulheres não estiveram ausentes das inúmeras revoltas que pontuaram a construção do Brasil: Insurreição Pernambucana (1645), expulsão dos holandeses (1654), Inconfidência Mineira (1798), a Balaiada (1838-1841), a Revolta dos Malês (1835), a Sabinada (1837-1838), Farroupilha (1835-1845), em todas elas mulheres anônimas lutaram e morreram, mas não foram registradas pela história oficial.

Mas observamos que, em São João dos Patos, a presença de Dona Noca é referenciada e associada como mulher desbravadora e destemida. São oitenta e quatro anos que separam estas entrevistas do período em que este município foi administrado por D. Noca, mas ela continua fazendo parte do imaginário político da cidade. Dentro do contexto da realidade vivida pelas mulheres, questionamos a população entrevistada sobre como eles analisavam a vida das mulheres em seu município: 39,2% afirmaram que as mulheres trabalham mais que os homens e 41,9% responderam que elas ganham menos que os homens. Assim, podemos perceber que, segundo a população, ainda há uma disparidade salarial e as mulheres ainda sofrem por conta da baixa remuneração. O conjunto da população considera que as mulheres trabalham mais e ganham menos que os homens. No Gráfico 7 é possível verificar com mais clareza as respostas.

Gráfico 7 – Análise sobre a vida das mulheres no município

4. Como você analisa a vida das mulheres em seu município?

74 respostas



Fonte: Ferreira. Relatório de Pesquisa, 2019.

Com relação à políticas/programas para beneficiar as mulheres, foi questionado se eles conseguiam perceber alguma política implementada no município em benefício das mulheres. 82,9% dos entrevistados responderam que não, não conseguiam perceber nenhuma política. Embora isso seja fato, entretanto, deve ser considerado o esforço do município de manter em funcionamento um organismo que pensa políticas para as mulheres. As respostas, contudo, refletem a necessidade

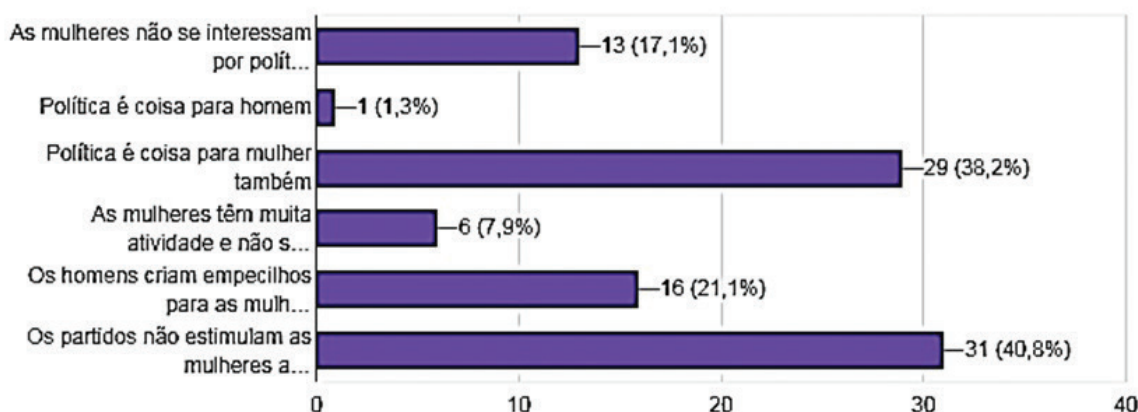
e urgência de fazer com que esse organismo atue mais próximo da população, em especial das mulheres, apresentando seu plano municipal de políticas para as mulheres para que as mesmas possam acompanhar o que será executado pelo município.

O percentual elevado de pessoas que não conseguem visualizar as políticas que estão sendo implementadas denota a pouca efetividade da política para as mulheres em São João dos Patos. O número elevado também revela a ausência de canais de interlocução com a população e, em especial, com as mulheres, no sentido de pensar e desenvolver ações que atendem às necessidades femininas. O fato de o município ser administrado por uma Prefeita coloca a gestão sob holofote, levando a população a questionar: o que está sendo pensado e executado para melhorar a vida das mulheres? Esse tipo de questionamento também cabe para a única vereadora do município: O que tem realizado para pensar projetos que possam melhorar a vida das mulheres? Esses questionamentos contribuem para despertar nas mulheres as responsabilidades com os mandatos, para que possam estar cientes de suas funções e de sua representatividade para atuar em favor das mulheres, trazendo para o cenário da política local as questões que perpassam o universo feminino e as desigualdades que as mantêm, em muitos lugares, confinadas.

Gráfico 8 – Porque as mulheres são poucas na política?

4.4 Na sua visão por que as mulheres são poucas na política?

76 respostas



Fonte: Ferreira. Relatório de Pesquisa, 2019.

Na visão dos entrevistados, as mulheres ainda são poucas na política. Diante de algumas opções listadas, 40,8% declaram que os partidos não estimulam a participação das mulheres e 38,2% afirmaram que política é coisa de mulher também. É perceptível que uma parcela baixa da população entende os espaços de decisões como um espaço pertencente às mulheres e possui clareza de que ainda há, nos partidos, uma resistência em incorporarem as mulheres. Mesmo com a chamada Lei das Costas garantindo a participação feminina nos partidos e o reconhecimento de que a política é um espaço de atuação feminina, ainda há um número baixo de mulheres que atuam na política formal.

Por fim, perguntamos se, hipoteticamente, ele ou ela se candidatasse, quais os projetos que iriam defender no município para atender à população feminina especificamente; neste item em especial, foi aberta possibilidade de mais de uma resposta. Os resultados apontam: 77,6% respon-

deram que defenderiam projetos de geração de emprego e renda e 65,8% responderam que defenderiam projetos para melhorar a saúde. Podemos perceber, por meio desses dados, que os maiores problemas enfrentados, segundo a população, pelas mulheres de São João dos Patos são a falta de emprego e oportunidade e falta de serviços que ofereçam qualidade de vida, principalmente no que se refere à saúde para as mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber, mediante as questões apresentadas, que, mesmo em meio às muitas conquistas, as mulheres ainda sofrem com as consequências de uma sociedade machista e patriarcal. Em São dos Patos, isso é visível nos partidos políticos que reproduzem práticas de exclusão e pouco fazem para alterar a hegemonia dos homens nos partidos. A política ainda continua majoritariamente masculina.

A sub-representação se apresenta como uma consequência de décadas de um machismo que se enraizou nas relações sociais, sendo as mulheres tolhidas de expressarem as suas ideias e de participarem das decisões, para definir as ações a serem tomadas em suas comunidades.

Percebemos que as mulheres entrevistadas ainda encontram dificuldades para exercerem suas lideranças, tendo em vista que a presença feminina nos partidos ainda é mínima e, mesmo ao participar dos partidos políticos, as mulheres acabam por não ocuparem os cargos mais altos nos diretórios.

Diante disso, há necessidade de elegermos mais mulheres, isso porque a presença feminina como candidatas a cargos eletivos sinaliza que o espaço político também é um espaço de atuação delas, o que incentiva o engajamento político das mulheres em direção à transformação social e à democracia plena. A pesquisa não se propôs a avaliar a gestão da prefeita, mas observa-se que, no segundo ano de seu mandato, o índice de insatisfação com sua gestão é elevado. Desse modo, é importante avaliar sob a ótica de gênero se a prefeita tem cumprido com suas promessas de campanha, se tem efetivado políticas de impacto sobre a vida das mulheres, considerando as demandas apontadas pelas mesmas, de geração de emprego e renda.

Uma preocupação que a pesquisa aponta é sobre o fato de que a maioria das lideranças entrevistadas não manifestaram desejo de se candidatar. Diferentemente dos municípios de São Luís, Duque Bacelar, Turiaçu e Morros, onde também foi desenvolvida a pesquisa, em que a maioria afirmou ter interesse em se candidatar. Este ponto deve ser tema de discussão dos partidos políticos em parceria com a Secretaria de Políticas para as mulheres.

Diante do exposto, vê-se a extrema importância de se desenvolver estudos que discorram sobre a temática da sub-representação feminina, o empoderamento e o protagonismo político feminino. Tais estudos devem balizar as ações das mulheres e tornarem-nas mais efetivas, além de serem um instrumento de superação do machismo, da discriminação e da violência contra as mulheres.

REFERÊNCIAS

A Revista do Globo. 1951, p.15

BERTOLIN, Patrícia Martins; KAMADA, Fabiana Larissa. Ausentes ou invisíveis? A participação das mulheres nos sindicatos. In: *Caderno Feminino*. Uberlândia. V. 25, n.1. p. 28-52, jan./jun. 2012.

CIDADE-BRASIL. *Município de São João dos Patos*. 6 de Abril de 2016. Disponível em: <<https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-sao-joao-dos-patos.html>>. Acesso em: 7 de agosto de 2018.

COSTA, Ana Alice A. *As donas do poder. Mulher e política na Bahia*. NEIM/ UFBA, Salvador- BA, 1998. Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/donasnopoder.pdf>>. Data de acesso: 05 de junho de 2018.

COSTA, Wagner Cabral da. A Raposa e o canguru: crises políticas e estratégia periférica no Maranhão. In: *Sob o signo da morte: decadência, violência, tradição em terras do Maranhão (1945/1970)*. Dissertação de Mestrado História. Universidade de Campinas, 2001. Disponível em: <<https://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/observamaranhao01.pdf>>

FERREIRA, Maria Mary. *Vereadoras e prefeitas maranhenses: ação política e gestão municipal com enfoque de gênero*. EDUFMA, São Luís, 2015.

_____. *Os Bastidores da Tribuna: mulher, política e poder no Maranhão*. São Luís: EDUFMA, 2010.

_____. *Mulheres, relações de gênero e protagonismo político: estudo, formação feminista e informação como estratégia de mudança na sociedade patriarcal: Relatório de Pesquisa*. São Luís: Departamento de Biblioteconomia, 2019. 236p.

FERREIRA, M.M; SÁ DIAS, M.J; PINTO, N. M. A; LEMOS S.T.F. *Direitos iguais para sujeitos de direito: empoderamento de mulheres e combate à violência de doméstica*. EDUFMA, São Luís, 2016.

FRAZER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. *Da fala do outro ao texto negociado: Discursões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa*. Paidéia, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf/>>. Acesso em: 06 de julho de 2018.

IBGE, Censo Demográfico, 2017. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 de agosto de 2018.

MELO, Hildete Pereira de; THOME, Débora. *Mulheres e poder: história, ideias e indicadores*. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

NOLASCO, L. G. *Mulheres na política: entraves e conquistas*. Revista Jurídica UNIGRAN, v. 12, n. 23, 2010. Disponível em: <http://www.unigran.br/revista_juridica/ed_anteriores/23/artigos/artigo05.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2018.

PESQUISA revela que compra de votos ainda é realidade no país. *Tribunal Superior Eleitoral*. 2 fev. 2015. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2015/Fevereiro/pesquisa-revela-que-compra-de-votos-ainda-e-realidade-no-pais>. Acesso em 23 mar. 2019.

PORTAL ODM. Acompanhamento municipal dos objetivos de desenvolvimento do milênio: site municipal dos indicadores sociais. 2014. Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

PRAUN, Andrea Gonçalves. *Sexualidade, Gênero e suas Relações de poder*. Revista Húmus, nº 1, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/download/1641/1302>>. Acesso em: 03 de agosto de 2018.

PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS. 2018. Disponível em: <<http://saojoaodospatos.ma.gov.br/>>. Acesso em: 15 de julho de 2018.

PREFEITA Gilvana Evangelista inaugura nova sede da Secretaria de Políticas para as Mulher. 12 de março de 2019. Disponível em: <<http://saojoaodospatos.ma.gov.br/prefeita-gilvana-e-vangelista-inaugura-nova-sede-da-secretaria-de-politicas-para-as-mulheres/>>. Acesso 12 de abril de 2019.

QUEIROZ, Rachel. Dona Noca. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 1950, p.122.

RABAY, G; de CARVALHO, M.E.P. *Mulher e política na Paraíba: histórias de vida e luta*. Editora Universitária da UFPB, João Pessoa-PB, 2010.

SAFFIOTI, H. I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SAMPIERE, Roberto H.; COLLADO, Carlos; LUCIO, Pilar Baptista. *Metodologia da Pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Mc Graw-Hill, 2006. 578p.

SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos. *Memória das passagens: (da Franca, dos Aranhins, da Manga, do Tuy, dos Picos, da Madre Deus, dos Patos, das Queimadas, do Tremedal e dos Pastos Bons) – Teresina: EDUFPI, 2006.*

SÃO JOÃO dos Patos foi o primeiro município maranhense a ter uma Prefeita. *Codó Notícias*. 16. Ou. 2017. Disponível em: <<https://www.codonoticias.com.br/2017/10/sao-joao-dos-patos-foi-o-primeiro-municipio-maranhense-a-ter-uma-prefeita/>>. Acesso: 30 fev. 2019.

SECRETARIA de Políticas para Mulheres realiza Roda de Conversa. *Portal da Prefeitura*. 5 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://saojoaodospatos.ma.gov.br/secretaria-de-politicas-para-mulheres-realiza-roda-de-conversa/>>.

SILVA, Francisca Sodré. *As mulheres no mercado de trabalho na cidade de Turiaçu –MA*. Faculdade Evangélica do Meio Norte, Coroatá - MA, 2017.

SOUZA, Sílvia Rita. *A mulher nos espaços de poder político*. Banco Mundial, Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de Igualdade de Gênero e Desenvolvimento, 2012. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/11291-1442-5-30.pdf>>. Acesso em: 28 de julho de 2018.

SPECK, Bruno Wilhelm. A compra de votos – uma aproximação empírica. *Opin. Publica*. Campinas. v.9 n.1 maio, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762003000100006>.

Uma Mulher Indígena: notas sobre a participação de Sônia Guajajara nas eleições presidenciais de 2018

Una mujer indígena: notas sobre la participación de Sônia Guajajara en las elecciones presidenciales de 2018

An indigenous woman: notes on Sônia Guajajara's participation in the presidential elections of 2018

Ananda Louzeiro de Souza
Ana Shirley Penaforte Cardoso
Otacílio do Amaral Filho

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo analisar a participação da indígena Sônia Guajajara na condição de candidata à vice-presidente da República brasileira nas eleições de 2018. Usando a metodologia de comunicação, faremos uma análise por meio dos comentários extraídos do *Twitter*¹, no período de março a outubro de 2018, tendo como referência a mediatização da política nos ambientes digitais, observando a participação feminina nos processos eleitorais e políticos. À luz da teoria sobre intersecção de gênero de Crenshaw (2002) e da discussão sobre feminismo comunitário e decolonial de Celentani (2014), a proposta visa revelar que as discriminações sofridas por Sônia nas eleições são específicas das mulheres indígenas, no sentido de serem vistas a partir de um olhar colonizado e atravessado por ideais evolucionistas ultrapassados.

Palavras-chave: Sônia Guajajara. Mulher Indígena. Interseccionalidade. Participação Política Feminina.

Resumen: Esta investigación tiene como objetivo analizar la participación de la indígena Sônia Guajajara en la condición de candidata a la vicepresidencia de la República brasileña en las elecciones de 2018. Usando la metodología de comunicación, haremos un análisis a través de los comentarios extraídos de *Twitter*, en el período de marzo a octubre de 2018, teniendo como referencia la mediatización de la política en los ambientes digitales, observando la participación femenina en los procesos electorales y políticos. A la luz de la teoría sobre la intersección de género de Crenshaw (2002) y de la discusión sobre feminismo comunitario y decolonial de Celentani (2014), la propuesta pretende revelar que las discriminaciones sufridas por Sônia en las elecciones son específicas de las mujeres indígenas en el sentido de ser vistas desde una mirada colonizada y atravesada por ideales evolucionistas superados.

Palabras clave: Sônia Guajajara. Mujer Indígena. Interseccionalidad. Participación Política femenina.

Abstract: This research aims to analyze the indigenous Sônia Guajajara's participation as a candidate for vice presidency of the Brazilian Republic in the 2018 elections. Using the communication methodology, we will make an analysis of the comments extracted from *Twitter* from March to October of 2018, with reference to the politics mediatization in digital environments observing women's participation in electoral and political processes. Considering Crenshaw's (2002) gender intersection theory and Celentani's (2014) discussion of community and decolonial feminism, this proposal aims to reveal that the discrimination suffered by Sônia in the elections is specific to indigenous women, a colonized look crossed by outdated evolutionistic ideals.

Keywords: Sônia Guajajara. Indigenous Woman. Intersectionality. Women's Political Participation.

¹ Rede social e servidor para *microblogging*, que permite aos usuários enviar e receber atualizações pessoais de outros contatos, em textos de até 140 caracteres.

Ananda Louzeiro de Souza – Graduanda em Comunicação Social-FACOM/UFPA. Bolsista de Iniciação Científica do Projeto de Pesquisa Espetáculos Políticos na Amazônia/CNPQ/UFPA. E-mail: anandalouzeiros@gmail.com

Ana Shirley Penaforte Cardoso – Doutoranda em Antropologia/UFPA. Professora Substituta da Faculdade de Comunicação da UFPA e professora da Faculdade de Estudos Avançados do Pará, FEAPA. E-mail: anaspenaforte@gmail.com

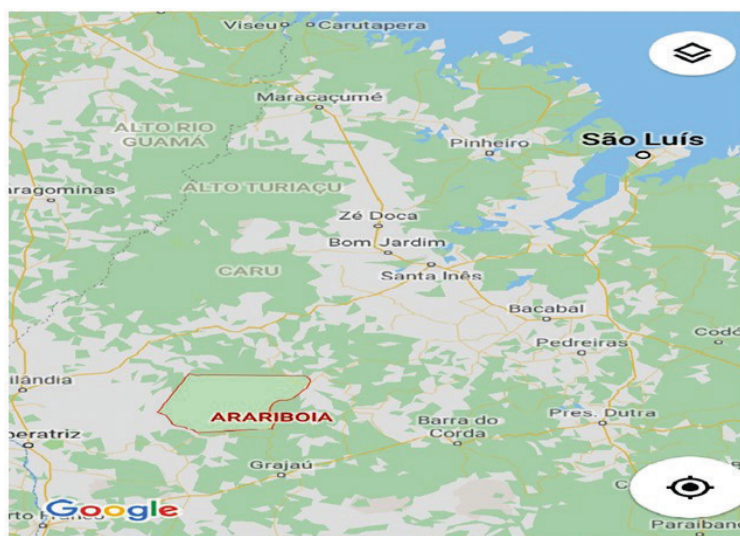
Otacílio do Amaral Filho – Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico úmido no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA/UFPA. Professor da Faculdade de Comunicação-FACOM/UFPA e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia. E-mail: otacilioamaralfilho@gmail.com

INTRODUÇÃO

Para todas, la negación de la historia de sus pueblos repercute negativamente en sus vidas de mujeres cuando se encuentran en el escenario de la sociedad nacional, donde la discriminación racista es constante, a la vez que las obliga a rescatar, mantener y reproducir la memoria colectiva en el ámbito comunitario, donde los patrones culturales y los procesos organizativos propios se nutren de la memoria de un pasado reciente y lejano, que orienta sus acciones en el presente (CELENTANI, 2014, p. 200).

Sônia Guajajara é uma mulher indígena e milita pelas causas indígenas e ambientais². Pertence ao povo Guajajara/Tenetehara, localizado na Terra Indígena Arariboia, no estado do Maranhão (Figura 01). Sônia Guajajara nasceu em 6 de março de 1974. Seu registro civil é Sônia Bone de Souza Silva Santos, mãe de Mahkai, Yaponã e Ywara.

FIGURA 01: Mapa da Terra Indígena Arariboia/MA, localizada, aproximadamente, a 530 km da Capital São Luís, pela Rodovia MA 006.



Fonte: *Google Maps*.

Com o apoio da Fundação Nacional do Índio, Funai, Sônia Guajajara, ainda criança, mudou-se para Minas Gerais para cursar o Ensino Médio e regressou para o Maranhão após a finalização da primeira etapa de seus estudos. Posteriormente, ela graduou-se em letras e enfermagem e pós-graduou-se em educação especial. Sua militância indígena e ambiental começou quando ela ainda era uma menina e já integrava os movimentos de base, que envolviam interesses coletivos de ordem cultural social e econômico de povos indígenas. O movimento cresceu a partir da criação de associações e federações com atuação regional e nacional. Sônia Guajajara iniciou sua trajetória política em instituições como a Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão, COAPIMA, fundada em 2003. Entre 2009 a 2013, trabalhou na Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia, COIAB. Posteriormente, passou a integrar a entidade de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, APIB.

² Atuou nos encontros estaduais indígenas do Maranhão, no movimento de ocupação da FUNASA, na interdição da Ferrovia Carajás-Vale, em 2005, no Conselho de Direitos Humanos da ONU e nas Conferências Mundiais do Clima (COP) de 2009 a 2017, e contra a PEC 215, etc.

No Congresso Nacional, foi linha de frente contra uma série de projetos - como a PEC da Demarcação, PEC 215³, Proposta de Emenda Constitucional que inviabilizava a demarcação de terras indígenas - que ameaçavam os direitos indígenas e o meio ambiente. Desde o início dos anos 2000, Sônia Guajajara defende o território indígena como um lugar de existência, para o qual a vida dos rios, das plantas e das pessoas se concentra e se conecta para além de se pensar uma terra produtiva com fins capitalistas. Ela conquistou a confiança de lideranças indígenas que a apoiaram significativamente, especialmente, por ser ela considerada entre os indígenas como uma “parente”⁴. Participou de vários eventos políticos para discutir a situação dos povos indígenas brasileiros. Em agosto de 2017, por exemplo, esteve reunida na Terra Indígena Alto rio Guamá, TIARG, com lideranças de povos como Nara Baré, uma das maiores ativistas femininas do movimento indígena brasileiro, durante a XI Assembleia da COIAB, a fim de debaterem sobre o meio ambiente e sobre a vulnerabilidade das políticas indigenistas que se desenhavam no cenário nacional. Momento que usou para solidificar alianças e expor suas estratégias políticas em benefício dos povos indígenas no país.

Ganhou projeção internacional pela luta travada em nome dos direitos dos povos originários. Em 2018, ela aceitou o convite do Partido Socialismo e Liberdade, PSoL, para compor a chapa do partido e se tornar candidata à vice-presidência do Brasil.

A participação de Sônia Guajajara nas eleições brasileiras de 2018 foi atravessada por múltiplos fatores de discriminação que vão além das desigualdades de gênero, que a diferenciava apenas pelo fato de ser uma mulher indígena. Estas desigualdades podem ser fundamentadas em relações de poder e nas imposições do patriarcado⁵. Fatores relacionados à construção da imagem simbólica dos povos originários do Brasil colocam as mulheres indígenas, que desconsidera as singularidades dos povos e das mulheres indígenas em si. Esta forma de homogeneização pode ser um dos fatores que contribuem para uma dupla ou tripla posição de subalternidade, a saber: raça, gênero e classe. Esta discriminação se constitui como lógica da colonização em forma de violência sistêmica, condicionando a resistência dos povos subalternizados ao longo do tempo.

Neste artigo, analisamos como as intersecções entre gênero e discriminação de raça e classe fizeram parte do período de campanha eleitoral de Sônia Guajajara. Para isso, utilizamos como campo de pesquisa a rede social da internet *Twitter*. Partindo de uma metodologia quanti-qualitativa, para análise de comunicação, extraímos de uma postagem na rede social *Twitter* 50 comentários a respeito da candidatura de Sônia Guajajara à Vice-presidência da República. O primeiro “tuite” “#MeuRacistaSecreto” foi “tuitado” pela própria Sônia Guajajara no dia 1 de outubro de 2018. Esta postagem, assim como as seguintes, nos deu base para o início da construção do nosso corpus de análise e para continuarmos a pesquisa. Assim, reunimos vinte e sete (27) comentários. No segundo “tuite”, desta vez, tuitado pelo Portal de Notícias G1 no dia três de março de 2018, foram colhidos 23 comentários.

³ Com base em dados do site da FUNAI (2005), a PEC 215/00 propõe a transferência de responsabilidades sobre a demarcação de Terras Indígenas (TI) do Poder Executivo para o Legislativo, e desrespeita a Constituição de 1988. A transferência dos poderes de decisão sobre as TIs pode deixar a permanência de sociedades em suas terras em situação de vulnerabilidade, especialmente porque estará sujeita às maiorias políticas de ocasião. Sabemos que, hoje, esta maioria representa interesses pessoais e financeiros e atua para que não seja demarcada nenhuma TI, reiterado por parlamentares que compõe a Comissão Especial da PEC 215/00.

⁴ Termo de tratamento usado frequentemente por indígenas.

⁵ O patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou, ainda mais simplesmente, o poder é dos homens. DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, H. *et al* (org.). Dicionário Crítico do *Feminismo*. Editora UNESP: São Paulo, 2009, p. 173–178.

Consideramos, nesta análise, a comunicação como lugar não apenas de percepção dos processos de sociação, como parte fundamental dos contatos e interações sociais de reciprocidade entre os indivíduos, como organização e participação na política comunitária, formação de lideranças políticas, ativismo nas redes sociais, mas, antes de tudo, como um ambiente paradoxal que envolve relações de diálogo e conflito no encaminhamento das questões sociais e políticas, o que nos leva a possibilidades outras de interpretação, considerando o ambiente midiático de grande publicização em que a midiaticização da política atinge um alto grau de importância, tanto no sentido da formulação do discurso como na sua prática, influenciando as estratégias de informação e as perspectivas de decisão, uma vez que a visibilidade determina, em larga escala, os resultados nos processos eleitorais, considerando tanto a imagem política formada quanto os atores políticos, especialmente, o eleitor na forma de engajamento e lógica de decisão.

Fazer, portanto, a análise de comunicação, neste caso, usando o *Twitter* da Sônia Guajajara no período eleitoral, nos permitiu entender a visibilidade política no fluxo de suas mensagens a partir da relação entre candidatos e apoiadores, como um processo de compartilhamento e participação, próprio das redes sociais, lugar em que se processa parte das relações dialógicas e conflitantes nas formas de sociação na contemporaneidade. Nesse sentido, é preciso considerar a comunicação como uma prática e a experiência de viver esta prática, por um lado, e a interação com o outro, questão fundamental da reflexividade (FRANÇA 2016, p. 159-161), ampliadas pelas tensões e resistências próprias da política.

1. Participação política feminina: breve histórico

Os estereótipos de gênero constituintes das sociedades ocidentalizadas, especialmente na América Latina, impõem, desde o início das colonizações do continente americano, qual o lugar social de mulheres e homens. Nesse sentido, enquanto ao homem compete a qualidade de ocupar os espaços públicos (cargos executivos, exercício do direito à tomada de decisões, lideranças, etc.), às mulheres caberia o dever de preencher o espaço privado (familiar). É preciso evidenciar que neste contexto se inserem as formas de resistência, que se mobilizaram na quebra de estereótipos, especialmente aquelas que dizem respeito aos direitos civis, o feminismo, o direito das minorias e dos movimentos sociais contemporâneos nas lutas pela emancipação. Para Adriana Medina Espino (2010):

La oposición entre las cualidades consideradas “propias” de los hombres y de las mujeres conformaría la separación simbólica del espacio público como un ámbito muy valorado (el espacio de la cultura), exclusivamente masculino, ocupado en su totalidad por los hombres; mientras que el espacio privado sería el ámbito inherente a lo femenino, el lugar “natural” de las mujeres, que se distinguiría por su subordinación real y simbólica frente a lo público-masculino. (ESPINO, 2010, p.16).

Essa desigualdade histórica de gênero vem tendo suas bases questionadas ao longo, sobretudo, dos dois últimos séculos, por meio da luta de mulheres que reivindicam para si o direito à participação em tomadas de decisão no âmbito do espaço público. No final do século XIX e início do XX, a exemplo, o movimento social de nível internacional, o “sufragismo”⁶, “que constituyó la

⁶ Movimento social, político e econômico de reforma, em que as mulheres reivindicavam o direito de decidir em assembleias políticas (o direito ao voto).

repuesta de las mujeres al monopolio masculino del espacio público” (ESPINO, 2010, p. 17), ocorrido inicialmente no Reino Unido, levantou muitos debates que envolveram questões de raça, gênero e classe, proporcionando, ainda, ampla discussão em torno da igualdade política entre homens e mulheres, a partir da luta pelo direito ao voto feminino – só efetivamente conquistado no final do século XIX, na Nova Zelândia, e, posteriormente, em outras localidades mundiais. De lá para cá, a luta travada pelas mulheres contra o monopólio masculino no direito à participação política aumentou gradativamente, como, por exemplo, o direito à licença maternidade, a criminalização do assédio sexual nas relações de trabalho, a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, no Brasil.

Na década de 1998, no Brasil, foi sancionada a lei⁷ de cotas feminina, a partir da qual os partidos deveriam ter pelo menos 30% das candidaturas destinadas às mulheres. Há, entretanto, de se salientar que a representação partidária⁸ feminina ainda tem um longo caminho a percorrer, em função dos mecanismos que os partidos utilizam para burlar a legislação de cotas e o fundo financeiro eleitoral, em prol de candidatos com mais chances de eleição e reeleição, tradicionalmente homens. Araújo (2005) frisa:

Assim, ao lado de posições ideológicas, são os cálculos eleitorais que influenciam na esfera organizacional, definem as estratégias partidárias e o lugar dos atores nessas estratégias, inclusive o recrutamento e os investimentos eleitorais (ARAÚJO, 2005, p. 194).

Em 2018, uma pesquisa realizada pelas professoras Malu Gatto⁹, da *University College London* (Reino Unido), e Kristin Wyllie¹⁰, da *James Madison University* (EUA), divulgadas pela *BBC News*¹¹, em 2019, revela quais os partidos políticos mais lançaram como candidatas à câmara dos deputados mulheres laranjas¹². As pesquisadoras revelam que, entre os 20 anos de existência da legislação, as candidaturas de laranjas mulheres saltaram de 18%, em 1998, para quase 50%, em 2014, do total de candidaturas de mulheres.

Esse aumento exorbitante de possíveis candidaturas de “mulheres laranjas” ao longo dessas duas décadas, também pode ser interpretado pelo fato de que, em 2009, a redação da lei que exigia que a reserva de 30% das vagas fosse destinada à candidatura de mulheres passou a determinar o preenchimento desse percentual. Desse modo, nas últimas eleições legislativas (2018), os partidos analisados lançaram candidaturas de fachada para burlar a lei de cotas e desviar recursos do fundo eleitoral, seja para beneficiar o partido ou redirecionar esse recurso financeiro para financiar campanha de políticos tradicionais, no caso, em sua maioria homens.

Essa adoção de candidaturas de mulheres “laranjas” ocorre, sobretudo, como justificativa ao fato de que “o sistema eleitoral está, também, relacionado a padrões de eleição e de reeleição de candidatos” (ARAÚJO, 2010, p. 195), isto é, historicamente o homem ocupa os espaços públicos de poder e tomada de decisão, desse modo, os partidos optam por investir em candidaturas masculinas. Araújo salienta, ainda, que: “O fato de esses lugares tradicionalmente serem ocupados por

⁷Lei 9504/1997.

⁸ Ver Clara Araújo - Partidos políticos e gênero: Mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política.

⁹ Professora Assistente no Instituto de Política Latino-Americana da *University College London*. Pesquisa sobre representação política com foco na América Latina.

¹⁰ Professora Assistente no Departamento de Ciência Política da *James Madison University*. Pesquisa sobre política comparativa com ênfase em Política Institucional e Representação na América Latina.

¹¹ Departamento de notícias da *British Broadcasting Corporation*, BBC, responsável pela área de jornalismo e notícias da corporação pública, e pela produção de seus programas de notícias, tanto para a televisão como para a rádio e internet.

¹² Candidaturas de fachada, usadas geralmente para burlar o sistema eleitoral e o fundo de financiamento eleitoral.

homens tende a gerar padrões de eleição e perfis com potenciais eleitorais também associados aos padrões masculinos” (2010, p. 196).

A tabela abaixo mostra os partidos que mais lançaram possíveis candidaturas de fachada em 2018. A metodologia utilizada pelas professoras, para apurar e diferir quais candidatas eram pouco competitivas e quais eram possíveis candidatas laranjas, foi realizada a partir da comparação entre a competitividade de candidatos homens e mulheres ao longo dos últimos 24 anos (1994-2018). “As pesquisadoras identificaram que ao passo que a lei de cotas femininas são ampliadas, por exemplo, com sanções mais severas, os partidos passam a indicar mais mulheres como candidatas, mas apenas para constar e evitar serem punidos por não cumprirem o percentual mínimo”.

TABELA 01

Candidatas laranjas por partido político, na eleição de 2018 para a câmara dos deputados			
Partido	Candidatas mulheres	% de possíveis candidatas laranjas	Quantidade de mulher laranja para cada homem laranja do partido
PSL	132	15,9%	24,1
PT	118	11%	2,48
PP	38	10,5%	5,54
MDB	109	14,6%	1,6
PSD	60	20%	13,7
PR	49	28,5%	4,25
PSB	72	12,5%	2,77
PRB	79	22,7%	2,78
PSDB	83	15,6%	4,85
DEM	49	22,4%	2,7
PDT	83	16,8%	2,67
SD	42	16,6%	1,72
PODE	59	35,5%	4,63
PTB	43	34,8%	3,79
PSOL	166	27,1%	1,18
PC do B	45	31,1%	3,8
PSC	56	37,5%	5,58
PROS	75	40%	1,99
PPS	38	15,7%	2,34
NOVO	77	2%	2,6

Fonte: *BBC News*.

Os dados da pesquisa em questão apontam para uma relação de poder entranhada, simbolicamente, na sociedade que valoriza as relações entre homens e exclui as mulheres de espaços políticos. Atitudes que se inter cruzam com alguns aspectos do movimento sufragista, já citado, quando somente os homens tinham direito ao voto. No entanto, a luta das mulheres por igualdade de direitos conquistou espaços relevantes, que resultou no fortalecimento das discussões e ações, até chegarmos, em 2010, à eleição da primeira mulher presidenta do país, Dilma Vana Rousseff, eleita com mais de 56% dos votos válidos e que contrariou o cenário político brasileiro, que, historicamente, excluiu as mulheres das posições de chefes de estado.

Após a visualização e análise dos dados apontados na tabela 01, acima, faremos um deslocamento para comparar, compreender e analisar a participação de Sônia Guajajara nas eleições à presidência da república brasileira em 2018.

2. Sônia e o cenário eleitoral de 2018

Quando Sônia Guajajara foi cotada como candidata à vice-presidência do Brasil, em março de 2018, tanto a política nacional quanto a sociedade se encontravam em uma crise moral e ética, provocadas por escândalos de corrupção disseminados pela grande imprensa. De um lado, havia um candidato à presidência da República, Jair Messias Bolsonaro, que tinha como discurso uma das falas mais emblemáticas contra os povos indígenas, a saber, “Se eu chegar lá [presidência da República] não terá um centímetro quadrado demarcado como terra indígena”¹³, afirmou ao desembarcar no aeroporto Marechal Rondon, em Várzea Grande, Mato Grosso, no dia 30 de março de 2017, e voltou a afirmar em outros momentos, como em novembro de 2018, em entrevista ao Programa Brasil Urgente, da Rede Bandeirantes¹⁴, além de discursar a favor da retirada de direitos das mulheres como evidenciado em sua entrevista ao Jornal ZeroHora, no dia 10 de dezembro de 2014, quando disse que a mulher, por engravidar, deve ganhar menos que o homem¹⁵, reafirmada em várias ocasiões posteriores, como em 2016, em entrevista à apresentadora Luciana Gimenez, na RedeTV¹⁶. Do outro lado, haviam aqueles que se identificavam com o discurso misógino e racista do candidato, sendo estes correspondentes a 1/3 do eleitorado nacional, a exemplo, o ocorrido no dia 30 de setembro de 2018, em que dois candidatos, ao cargo de deputado estadual, Rodrigo Amorim (PSL/RJ), e o deputado federal Daniel Silveira (PSL/RJ), quebraram uma placa em memória da vereadora do Rio, Marielle Franco, militante e ativista feminista negra e LGBTI e das minorias, assassinada, juntamente com o seu motorista, Anderson Gomes, em razão de sua atuação política. Conforme a denúncia apresentada pelo Ministério Público, MPRJ, à Justiça do Rio, TJRJ, o crime foi classificado como um “golpe ao Estado Democrático de Direito”¹⁷.

Além do cenário hostil que se encontrava a corrida presidencial – a disseminação de *fake news* e discursos de ódio nas redes sociais, a violência por motivações políticas como o assassinato do compositor e mestre de capoeira, Rômulo Rosário da Costa, Moa do Katendê –, Sônia Guajajara teve que enfrentar o fato de que nunca, na História do Brasil, uma mulher indígena havia chegado à candidatura de um cargo tão alto. No entanto, sua experiência como militante do movimento indígena, que luta por garantias de direitos ao território, à saúde, à educação e à cultura, manteve-a firme contra posicionamentos, muitas vezes, preconceituosos dos partidos adversários.

Sua candidatura foi de encontro ao padrão político, caracterizado por uma cultura hegemônica, na qual políticos eleitos para o exercício de mandato, tanto no poder executivo quanto no legislativo, são majoritariamente compostos por homens, e quando mulheres, brancas. Espino (2010) salienta:

¹³ Informação disponível em: <https://www.rdnews.com.br/executivo/para-bolsonaro-demarcacao-sufoca-economia-e-indio-quer-luz-e-internet/82989>

¹⁴ Informação disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/no-que-depender-de-mim-nao-tem-mais-demarcacao-de-terra-indigena-diz-bolsonaro-a-tv.shtml>

¹⁵ Informação disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Familia/Maes-e-Trabalho/noticia/2015/02/jair-bolsonaro-diz-que-mulher-deve-ganhar-salario-menor-porque-engravidada.html>

¹⁶ Informação disponível em: <https://www.redeTV.uol.com.br/superpop/videos/ultimos-programas/bolsonaro-diz-que-nao-pagaria-a-mulheres-o-mesmo-salario-dos-homens>

¹⁷ Informação disponível em: <https://www.bbc.news.com/portuguese/brasil-47539123>

Aun cuando el derecho al sufragio ha habilitado a las mujeres a participar en la política, no ha logrado superar las desventajas derivadas de su condición y posición de género, a las cuales se suman otras como la etnia, la edad, el grupo social de pertenencia, etcétera (ESPINO, 2010, p. 19).

O **Gráfico 1**, a fim de elucidar a problemática da debilidade da representação feminina no que diz respeito às desigualdades étnica e racial, traz a composição da Câmara dos Deputados para os próximos quatro (4) anos de mandato por gênero e raça/cor dos parlamentares.

GRÁFICO 1



Fonte: Gênero e Número (2018).

As cadeiras da Câmara dos Deputados (2019-2022) serão ocupadas pelo percentual de 85% (436 parlamentares) de homens, sendo 302 autodeclarados brancos, 132 negros e 2 amarelos. As mulheres ocuparão 15% (77 parlamentares) das cadeiras, sendo elas 63 autodeclaradas brancas, 13 negras e uma indígena, como mostrado no gráfico.

3. Mulher indígena e o debate interseccional

Desenvolvido pela teórica feminista estadunidense, Kimberlé Crenshaw (1998), o termo interseccionalidade caracteriza os marcadores sociais a que determinados grupos de mulheres estão sujeitas dentro das estruturas do patriarcado, tais como classe, raça e cor (Crenshaw, 2002). Estas categorias de vulnerabilidades e discriminações, invisibilizadas pelo feminismo eurocêntrico, afetam direta e/ou simbolicamente certos grupos de mulheres, tais como negras, indígenas, LGBTIs.

Em 1851, na convenção de direitos das mulheres em Akron, Ohio, Sojourner Truth¹⁸ fez o famoso discurso “Não sou eu uma mulher?”. Sojourner levanta o debate, por exemplo, sobre como a ideia de delicadeza e fragilidade é inerente às mulheres brancas, uma construção que não se aproxima das mulheres negras ou indígenas quando se leva em consideração o sistema de escravidão pelo qual elas passaram e as vulnerabilidades, como a exploração sexual, que esse sistema desenvolveu. Sobre isso, Angela Davis escreve:

¹⁸ Sojourner Truth (1797-1883) foi uma abolicionista afro-americana e ativista política pelos direitos das mulheres.

Obrigadas pelos senhores de escravos a trabalhar de modo tão “masculino” quanto seus companheiros, as mulheres negras devem ter sido profundamente afetadas pelas vivências durante a escravidão. Algumas, sem dúvida, ficaram abaladas e destruídas, embora a maioria tenha sobrevivido e, nesse processo, adquirido características consideradas tabus pela ideologia da feminilidade do século XX (DAVIS, 2016, p. 24).

Essas discussões indicam dimensões para se pensar a forma como as mulheres das várias etnias indígenas brasileiras vivenciam as discriminações concernentes às suas identidades sociais, muitas vezes associadas a estereótipos como mulheres selvagens, exóticas e sujas, desprovidas de educação e que falam errado. Partindo desse debate, as mulheres indígenas estão expostas a um sistema múltiplo de subordinação. Estereótipos de raça, origem e classe fazem parte do cotidiano dos povos originários do Brasil. Sobre isso, Crenshaw (2002) afirma:

Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são diferenças que fazem diferença na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres (CRENSHAW, 2002, p. 173).

Para elucidar a problemática das vulnerabilidades que afetam a vida cotidiana das mulheres indígenas, quando estas se encontram no cenário da sociedade nacional em especial, podemos observar como a questão dos múltiplos sistemas de opressão contra essas mulheres afetam sua inserção na lógica dessa sociedade. Quando Sônia Guajajara deixou sua comunidade para estudar em Minas Gerais, por exemplo, para além da discriminação de gênero enfrentada por ela seja na própria aldeia como na zona urbana, ela teve que enfrentar os estereótipos que pesam sobre o seu povo, no caso, “indígena tem que viver nas aldeias, caçando e pescando para sua própria subsistência”. Em entrevista (2006) para o *blog* do Instituto Socioambiental, ISA, Sônia Guajajara responde algumas questões que podem ser esclarecedoras sobre seu cotidiano como mulher e como ativista:

ISA - Para começar, quais são, na sua opinião, os principais desafios enfrentados pelas mulheres indígenas hoje?

Sônia Guajajara (SG): Primeiro, o principal de todos, é a garantia do território. Existe uma pressão do próprio Congresso Nacional em relação às ameaças legislativas que estão a todo instante tentando retroceder direitos constitucionais. Tem a questão dos grandes empreendimentos e seus impactos que aumentam a cada dia, além da flexibilização da legislação facilitando cada vez mais [a consolidação desses empreendimentos], a exemplo do próprio Licenciamento Ambiental. E eu acho que o outro desafio que talvez não apareça tanto, mas pra gente é importante, é a tentativa de ocupar espaços públicos do Parlamento, precisamos enfrentar isso e tentar avançar. São dificuldades muito grandes que a gente precisa superar.

ISA - Pode dar exemplos de diferentes realidades e problemas – saúde, educação, participação nas organizações indígenas, machismo?

SG: É um desafio diário, inclusive para a gente ocupar estes espaços de discussão. Como tem esta questão mesmo da cultura, do machismo. Embora tenham muitas lideranças ativas e empoderadas, ainda somos um número muito pequeno de mulheres que consegue ir além do espaço da aldeia. E a gente precisa cada vez mais tentar chegar mais junto e ocupar e fazer com que a voz da mulher seja escutada, não só dentro da nossa própria terra como fora também. As mulheres precisam se empoderar muito para se libertar disso.

ISA- E qual é o seu principal desafio, estando à frente da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que comanda as mobilizações de mulheres e homens indígenas em todo o Brasil?

SG: Acho que é continuar mantendo essa confiança e credibilidade junto aos povos indígenas. É muito difícil conseguir alcançar esta credibilidade sendo mulher. Hoje, embora possa haver críticas e divergências eu sinto muita confiança, força e motivação. Muita gente me diz: "Isso mesmo Soninha, estamos juntos, pode contar com a gente". (GUAJAJARA, 2016).

No contexto do pensamento de Celentani (2014), encontramos pontos convergentes no que diz respeito à discriminação, racismo e sexismo no cotidiano de muitas mulheres indígenas:

(...) Los modos de vivir de los pueblos indígenas no sólo desafían el tabú epistémico de la cultura hegemónica, sino que la confrontan con sus propias ideas y categorías filosóficas y políticas: igualdad, libertad, autonomía, democracia – y los muchos más peligrosos conceptos de desarrollo y progreso – se estrellan contra una resistencia cultural secular. La violencia con que se les reprime es propia de la frustración, pero no por ello es menos violenta y opresiva contra las concretas mujeres que son violentadas en instituciones y espacios públicos y privados por quien se autodefine como parte y portavoz de la cultura dominante (CELENTANI, 2014, p. 221).

Como pondera Celentani (2014), a análise abaixo busca evidenciar como os discursos racistas e de discriminações de gênero específicas contra as mulheres indígenas esteve presente no período de campanha eleitoral de Sônia Guajajara, em 2018.

4. Análise dos comentários no *Twitter*

Para esta análise da comunicação, dividimos os comentários em duas categorias: gênero masculino e gênero feminino. Levamos em consideração a foto do perfil e/ou o nome de usuário para classificar se o/a comentador/a era homem ou mulher. Por exemplo, classificamos como sendo do gênero feminino a seguinte usuária: “@comentadora”, e como do gênero masculino o usuário “@comentador”. Os comentários foram extraídos do próprio *Twitter* de Sônia Guajajara. Dentro desta categoria, nós subdividimos os comentários como sendo *Racistas/Classe/Estereótipos, Discriminação de Gênero* e *Outros Comentários* – os quais destes não se enquadravam em nenhuma das outras subdivisões –, de acordo com a tabela abaixo:

TABELA 02.

	Comentários Racistas/ Classe/Estereótipos	Comentários Discriminação de Gênero	Outros Comentários	Total de Comentadores
Comentários de Mulheres	4	0	8	12
Comentários de Homens	23	3	12	38
Total	27	3	20	50

Fonte: dados da pesquisa

Observamos a predominância de comentários de cunho racista ou de estereótipos de raça, sobretudo, por comentadores identificados como sendo do sexo masculino. Sônia Guajajara foi vítima de discriminação de gênero nas eleições, mas, principalmente, foi vítima de racismo. Como evidenciado nos comentários a seguir:

“Pro Bolsonaro exigiram que soubesse tudo de economia e para o Boulos e a vice (não esqueçam, povo, se acontecer algo, a vice assume) entende de quê, de mato? Cala-te boca!”. (@comentadora, 3 de março de 2018).

O comentário a respeito do lançamento de Sônia Guajajara como pré-candidata à vice-presidência da República pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), do Portal de notícia G1, tuitado por ela em 3 de março de 2018, evidencia alguns indicadores de discriminação de raça e classe sofridos por Sônia, mas que evidenciam, também, um olhar histórico e depreciativo sobre povos indígenas no Brasil, porque questionam e põe em dúvida os conhecimentos de Sônia Guajajara, apenas por ser uma indígena. O comentário evidencia a misoginia, uma vez que a cobrança sobre sua capacidade recai sobre a mulher, enquanto que os candidatos Guilherme Boulos ou mesmo o Jair Bolsonaro não sofrem maiores pressões do internauta. Apesar da ativista ter duas formações em nível superior e um histórico extenso de luta e participação na política nacional, o fato de ser indígena a coloca num lugar de subalternidade por parte daqueles que se dizem detentores do poder e do saber, desconsideram o conhecimento milenar incorporado na então candidata. O usuário do *Twitter* atualiza um discurso evolucionista e civilizatório ao tratar a cultura e os saberes ocidentais como superiores. Logo em seguida, a expressão “Cala-te Boca” corrobora com a realidade a que os povos indígenas estão imersos, no caso, ao processo danoso de silenciamento e à falta de políticas afirmativas que valorizem e reconheçam as questões culturais e as singularidades de cada povo. Para Celentani (2014), “o racismo, produto do colonialismo, este detentor do poder e do saber, se caracteriza como uma expressão inerente a uma cultura dominante quando esta exige o reconhecimento de sua hegemonia”.

“Índio não ter terra, mas índio ter internet de homem branco kkkkkk” (@comentador, 1 de outubro de 2018). O comentário acima foi extraído de um “tuite” de Sônia em sua página no *Twitter* (@GuajajaraSonia).

No comentário em questão, o personagem identificado como “@comentador” ironiza o uso da tecnologia por Sônia. A ideia de que o indígena não pode utilizar o aparato tecnológico desenvolvido pela cultura dominante, com a justificativa de que se perde a identidade, é predominante da cultura hegemônica, esta que se diz porta-voz do poder e do saber. Há de se pensar, por outro lado, que em toda e qualquer sociedade a cultura não é estagnada. Ela agrega novos conhecimentos e práticas, e Sônia utilizar uma determinada inovação tecnológica ou viver em uma sociedade urbana não muda o fato de ela ser indígena, pois continuará a sofrer discriminação de raça, devido à sua identificação cultural e aos seus fenótipos.

O comentário deixa ver algumas das contradições vivenciadas pelos povos indígenas, desde a invasão portuguesa e a apropriação de suas terras, que perpassa pelo domínio de tesouros, como ouro e outros produtos preciosos em troca de facões e espelhos. Passa pelo esquecimento de línguas e de rituais. O contato do indígena com o “homem branco” trouxe uma noção de hegemonia da cultura europeia “civilizada” em relação a outras culturas. Trouxe doenças para os indígenas, uma das causas de mortes e busca de médicos na cidade. O contato trouxe a necessidade dos indígenas aprenderem a língua e as leis “do branco” para defenderem seus direitos. Usar um tênis, um aparelho de celular, a internet, cursar uma universidade são ações políticas, que em nada vão interferir no ser indígena, mas são instrumentos de defesa e de luta por seus direitos e garantias para o futuro.

A palavra índio, que aparece duas vezes em um comentário construído por doze palavras, reflete uma espécie de padrão que uniformiza as sociedades indígenas, fortemente entranhado em nossa sociedade, vinculada à ideia de que o índio, para ser índio, tem que estar na floresta caçando. Índio é uma fabricação do “branco”. Para os povos indígenas, existem, entre outros, os Tenetehara, Kayapó, Terena, Suruí e os Guajajara. A escrita do internauta também desconsidera a língua de cada povo indígena e evidencia uma das imagens mais fortes e negativas construídas sobre o ser indígena, ‘sua fala errada da língua portuguesa’, como já destacamos anteriormente.

CONSIDERAÇÕES

A participação de mulheres indígenas e sua representação política partidária ainda tem um longo caminho a trilhar. O desafio está em superar o monopólio masculino dos poderes públicos e as discriminações e estereótipos de raça, entre outros.

As discriminações de gênero e vulnerabilidades de raça a que estas mulheres estão sujeitas foram muito bem evidenciadas quando analisamos alguns comentários no *Twitter*. A discussão gerada nessa plataforma digital contemporânea nos proporcionou analisar e categorizar os múltiplos fluxos discriminatórios que vitimam as mulheres indígenas quando estas estão no palco dos debates, sobretudo no que tange o cenário nacional. Avaliamos que as discriminações de gênero sofridas por Sônia Guajajara são específicas das mulheres indígenas, no sentido de serem consideradas, a partir de um olhar colonizado e atravessado por ideais evolucionistas ultrapassados, que elas são pessoas exóticas, selvagens e, por isso, devem estar no meio da floresta, não na cidade, em meio ao mundo “civilizado”.

Se considerarmos os ambientes midiáticos como lugares efetivos do discurso de poder, no seu alto nível de mediação, vamos observar que o processo de participação política e o compartilhamento leva à escolha de perfis discriminatórios, à evidência de conflitos, a formas estereotípicas de raça e gênero, revelando, de maneira exacerbada, os modelos conservadores e totalitários.

Em certo sentido, a política se volta contra o seu próprio discurso de liberdade, permitindo a entrada compartilhada das formas mais primárias da contra-política, que se baseia, principalmente, no conflito. Por esta lógica, podemos observar que a análise do *Twitter* nos levou a outras redes sociais, que, via de regra, reproduzem este modelo produzido pela mídiatização, oferecendo, em paralelo, um processo de engajamento político que influencia diretamente os resultados dos processos eleitorais, como o foi o caso das eleições de 2018 no Brasil.

Observamos neste trabalho que, apesar do extenso espaço temporal que nos separa da colonização europeia, dos processos históricos e políticos que atravessamos, assim como as revoluções tecnológica e industrial, algumas ideias equivocadas e colonizadas continuam presentes em nossa sociedade. E alguns discursos sobre sociedades indígenas, por exemplo, continuam a se propagar independente do suporte midiático utilizado, seja por meio dos livros didáticos, nas páginas dos jornais impressos, seja por meio da televisão, ou por meio de plataformas digitais, como o *Twitter*.

Outro ponto relevante observado no comentário em relação à escrita, é a forma sequencial da letra “K”, uma característica da linguagem utilizada no universo virtual das redes sociais na contemporaneidade e que está atrelada a uma ideia de ironia, algo engraçado, muitas vezes, de ordem depreciativa. Neste sentido, podemos deduzir que o internauta se referiu de modo irônico ao fato de Sônia Guajajara se candidatar à vice-presidência da República, visto que é uma indígena e “índio só sabe sobre mato”.

Acreditamos que a temática do gênero, raça e classe foram evidenciadas, a partir do nosso *corpus*, durante as eleições presidenciais de 2018, especialmente, no sentido de pensar a mulher indígena como um ser “sem” conhecimento relevante, exótico e que fala errado. Uma pessoa que deve morar na floresta e não deve usar elementos tecnológicos, porque são de uso “do homem branco”. No entanto, o discurso e o trabalho da militante estão ligados à busca pelo respeito e reconhecimento dos povos indígenas brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. *Partidos políticos e gênero: Mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política*. Curitiba: Revista de Sociologia e Política, nº 24, p. 193-215, jun. 2005
- CELENTANI, F. G. *Feminismo desde Abya Yala: ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América*. Ciudad del Mexico: Editorial Corte y Confección, 2014.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: *Revista de Estudos Feministas*. Los Angeles: Ano 10. 2002. P. 171-188.
- DAVIS, A. Y. *Mulheres, raça e classe*. 1. Ed. São Paulo: Boi Tempo, 2016.
- DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, H. et al (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 173–178.
- ESPINO, M. A. *La participación política de las mujeres: De las cuotas de género a la paridad*. México: Cámara de Diputados, LXI Legislatura: Centro de Estudios para el Adelanto de las Mujeres y la Equidad de Género, 2010.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO, FUNAI. Nota da Funai sobre a PEC 215/00. 28 de Out, 2005. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3494-nota-da-funai-sobre-a-pec-215-00>>. Acesso em: 23 de junho de 2019.

GUAJAJARA, S. A gente enfrenta o preconceito duas vezes, por ser indígena e por ser mulher. Programa: Povos Indígenas no Brasil. *Instituto Socioambiental, ISA*. 20 de abril de 2016. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/sonia-guajajara-a-gente-enfrenta-o-preconceito-duas-vezes-por-ser-indigena-e-por-ser-mulher>>. Acesso em 23 de junho de 2019.

MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (ORGs.) *Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas*. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2016.

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE, PSOL. Conheça Sônia Guajajara, primeira indígena em uma pré-candidatura presidencial. 14 de março de 2018. Disponível em: <<http://psol50.org.br/conheca-sonia-guajajara-primeira-indigena-em-uma-pre-candidatura-presidencial/>>. Acesso em: 22 de novembro de 2018.

PASSARINHO, N. *Candidatas laranjas: pesquisa inédita mostra quais partidos usaram mais mulheres para burlar cotas em 2018*. BBC News Brasil em Londres. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47446723>>. Acesso em: 21 de abril de 2019.

SODRÉ, M. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002.

Por Estudos Feministas Amazônicos e Anticapacitistas: ampliando percepções

Por Estudios Feministas Amazónicos y Anticapacitistas: ampliando percepciones

For Amazonic Feminist Studies and No-Ableism: expanding perceptions

Kamilla Sastre da Costa

Resumo: O presente trabalho teve como objetivo discutir e possibilitar reflexões acerca da deficiência e outros marcadores sociais da diferença, como o gênero e a raça, buscando compreender como as categorias de análise se articulam produzindo sentidos amplos. Enfatiza-se a importância da interseccionalidade como ferramenta metodológica capaz de construir novas percepções sobre como as opressões se entrelaçam e invisibilizam sujeitas, mais especificamente no contexto amazônico, onde o “ser negra” assume uma conotação representativa própria da região. As informações foram coletadas por meio de entrevista. Percebeu-se a influência da composição identitária de gênero, raça e classe na trajetória de deficiência, o que inclui a busca de tratamentos, o fechamento de diagnósticos e as formas de acesso e tratamento na rede pública de saúde.

Palavras-chave: Deficiência. Raça. Feminismo.

Resumen: El presente trabajo tuvo como objetivo discutir y posibilitar reflexiones acerca de la discapacidad y otros marcadores sociales de la diferencia, como lo género y la raza, buscando comprender cómo las categorías de análisis se articulan produciendo sentidos amplios. Enfatiza la importancia de la interseccionalidad como herramienta metodológica capaz de construir nuevas percepciones sobre cómo las opresiones se entrelazan e invisibilizan sujetas, más específicamente en el contexto amazónico, donde el "ser negro" asume una connotación representativa propia de la región. La información fue recogida por medio de una entrevista. Se percibió la influencia de la composición identitaria de género, raza y clase en la trayectoria de discapacidad, lo que incluye la búsqueda de tratamientos, el cierre de diagnósticos y las formas de acceso y tratamiento en la red pública de salud.

Palabras clave: Discapacidad. Raza. El feminismo.

Abstract: The present work aims to discuss and enable reflections about disability and other social markers of difference, such as gender and race, seeking to understand how the categories of analysis are articulated producing broad senses. Emphasis is given to the importance of intersectionality as a methodological tool capable of constructing new perceptions about how oppressions intertwine and make themselves invisible, more specifically in the Amazon context, where the "being black" assumes a representative connotation of the region. The information was collected through an interview. The influence of the identity composition of gender, race and class on the disability trajectory was perceived, which includes the search for treatments, the closure of diagnoses and the forms of access and treatment in the public health network.

Keywords: Disability. Race. Feminism.

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende discutir e fomentar reflexões acerca das intersecções ligadas aos estudos de gênero, com base em referenciais teóricos que apontam a relevância de conceber a deficiência como uma categoria também plausível de análise dentro desse campo, fazendo isto ao considerar, ainda, a importância de situar geograficamente e racialmente as sujeitas da pesquisa. Ser mulher, feminista e com deficiência, contribui para repensar o papel no mundo enquanto agente capaz de contribuir para a transformação da realidade social desses grupos sociais, mas, para que isso ocorra, necessitaria assumir certo desapego de crenças sobre o que supostamente se é, desvencilhando-se de medos concernentes ao envolvimento da pesquisa. Afinal, uma dúvida paira no ar: “[...] quais são os limites e as possibilidades de pesquisar aquilo em que se está profissional, emocional e existencialmente implicado?”¹ (SILVA, 2007, p. 99).

Tanto o movimento com deficiência quanto o campo da teoria feminista incitam a produção de práticas políticas centralizadas no engajamento para a transformação social. Até pouco tempo, era praticamente inexistente a “consciência feminista” sobre o fenômeno da deficiência, apontam Mello, Fernandes e Gross (2013). E isso resulta em uma falta de preocupação e interesse em ambos os lados, tanto do movimento feminista quanto do movimento de pessoas com deficiência, em não fomentar um diálogo mais amplo que os contemplem concomitantemente, fato justificado por não compreenderem que questões referentes a ambos os grupos estão interligadas (FERRI; GREGG, 1998; GARLAND-THOMSON, 2002), pois dar atenção e espaço a essas vozes no meio acadêmico é fundamental. O primeiro, por não considerar a existência de mulheres com deficiência no movimento; o segundo, por não contemplar as demandas específicas de mulheres. Isso gera uma lacuna tremenda no campo científico e político, uma vez que é inevitável a questão de gênero não atravessar a condição de deficiência em algum aspecto.

É justamente o fato de existirem pessoas que participam como acadêmicas e ativistas em ambas as correntes e movimento e, portanto, veem-se implicadas pessoalmente ora como mulheres ora como pessoas com deficiência nesses debates o que impulsiona o desenvolvimento de novos enfoques de investigação e novas interpretações sobre a complexa e multifacetada realidade das mulheres com deficiência. (MELLO; FERNANDES; GROSS, 2013, p.12).

Apesar de tudo, em muitos sentidos, investigação e ação caminham em orientações confluentes por parte das duas correntes de análises teórica e ativismo político: feminismo e movimento de pessoas com deficiência. Gonzáles (2007), porém, indaga também três temas em que a deficiência se confronta com as ideias e posições defendidas pelo feminismo, o que motiva a ausência das mulheres com deficiência nas reivindicações e pautas político-sociais do movimento feminista. São eles: a imagem social da deficiência em contraste com o modelo de mulher na perspectiva feminista, o desacordo em torno da questão da liberdade reprodutiva e prevenção, e a atenção na comunidade. Ademais, quando o feminismo explana a experiência de mulheres com deficiência como foco de investigação, geralmente o faz com teor negativo, o que desagradava ativistas com deficiência.

¹ A autora do trabalho tem deficiência física – monoparesia cural direito – em decorrência de sequelas provocadas pela doença neurológica esclerose múltipla. A pesquisadora atua na militância feminista e de deficiência.

1. Violências, dores e violações: sobre ser negra com deficiência na Amazônia

Cláudia², 43 anos, mulher negra amazônida, mora no bairro do Barreiro, área periférica de Belém. Durante a entrevista, observei que pontos relacionados às questões raciais foram evidentes, e contextualizar tornou-se indubitável, por isso o detalhamento e a necessidade de análises referentes a este tema.

Há uma gama de visões e modos de vida, na Amazônia, desrespeitados e ignorados em detrimento de abordagens universalistas (CONRADO; REBELO, 2012). A expressão **mulher negra amazônida** – adotada pelo debate muito atual por organizações negras de Belém, como o Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (CEDENPA) – diz respeito a uma representação das mulheres negras que vivem nas áreas rurais, urbanas e das florestas, considerando-as partes integrantes da luta por equidade, justiça social e garantia de direitos fundamentais, dentro de contextos específicos, marcadamente racializados pela negritude, local e situada, posto, amazônida.

Essas mulheres assumem identidades políticas distintas, a exemplo de mulheres quilombolas, trabalhadoras rurais, pescadoras, artesãs, ribeirinhas, urbanas e outras. Invisibilizá-las é reproduzir a lógica de subalternização, acoplada de um ideal colonialista de embranquecimento. O avanço no debate é uma realidade ocorrida, nos últimos anos, em nome da visibilidade frente aos efeitos do racismo e, também, pelo fato da composição étnico-racial na Amazônia ser diversa, sendo os japoneses, italianos, franceses, portugueses, partes da história do Estado e dessa composição (CONRADO; REBELO, 2012). O Pará, de acordo com o IBGE, é o Estado que tem a maior população negra em número absoluto, como citam as autoras.

Vale destacar que a interlocutora se vê como negra, mesmo que, em alguns momentos no diálogo, ela venha a se identificar como “morena”. Posto isso, depois de algumas leituras realizadas e participação de rodas de conversa, promovidas pela Rede de Mulheres Negras e pelo Negritato – ambos movimentos da UFPA –, decidi, pelo feito da autoclassificação, atribuir como mulher negra amazônida, mesmo a interlocutora não se identificando exatamente com esses referentes identitários ao ‘pé da letra’; contudo, penso ter sido a melhor forma de apresentar uma identidade negra local e não apagá-la nos desígnios deste trabalho.

Câmara (2017), em sua dissertação, tratou muito bem essa situação a partir do lugar da psicologia, acerca, justamente, dessa negritude amazônida travestida por uma suposta morenidade ligada a um estereótipo indígena, que recai em concepções territoriais colonizadoras firmadas, muitas vezes, na crença de que “na Amazônia só tem índio”. Onde estão os negros e negras então? E, afinal, **quem é negro no Brasil?** Tarefa difícil, apontou em entrevista, outrora, Kabengele Munanga (2004).

O fato de estarmos na Amazônia, por conseguinte, pode vir a dificultar a identificação com a negritude amazônica no momento em que a “morena”, assim como a “parda”, transforma-se num caminho mais fácil de aceitação e conforto assentado na negação do ser negro/a por meio de uma miscigenação que ganhou ar de morenidade. O discurso da morenidade sobressaiu-se em meio à própria confusão de identificação de si pela interlocutora que relata situações de racismo, porém, sem deixar de se afirmar, em certos momentos, como “morena”.

É sempre bom lembrar, dentro dessas configurações étnico-raciais, que “[...] quanto mais morena formos, menos negras seremos” (CÂMARA, 2017, p.160), e, dessa forma, há de lembrarmos nossa história, nossos ancestrais e as lutas de um povo que resiste diante uma borracha branca

²Nome fictício, a fim de preservar a identidade da interlocutora.

que apaga grupos minoritários que fogem à lógica branca homogeneizadora. Que morena é essa que sofre racismo e não se enxerga como negra?

Cabe enfatizar que a população negra, representada por pretos e pardos, compõe 76,7% da população paraense, como indica o mapa da Secretaria da Igualdade Racial e do IBGE de 2010. Dentro dessa porcentagem, 7,2% se consideraram pretos e os restantes 69,5%, pardos. O percentual restante é referente às pessoas que se autodeclararam branca, amarela ou indígena. O número bastante significativo de pessoas que se autodeclararam pardas pode ser justificado baseado na suposta identidade mítica indígena, visto que Belém, como afirmam poetas e músicos, é a “cidade morena”. No carimbó, ritmo fervente que marca a nossa região, é bastante comum o uso da palavra morena nas letras, sendo tocada, escutada e dançada por nós sem a consciência de que envolve uma falsa democracia racial escondida ao som do batuque.

O grande problema está em atentar para o que se esconde e mesmo se expressa de forma dissimulada nos discursos da morenidade romantizada quando da negação de uma negritude na região Amazônica. Quais são os enquadres que guiam as classificações, uma vez que não são fenômenos ontológicos, mas são construídos na base arbitrária do social no sentido de garantir uma inteligibilidade? (CAMARA, 2017, p.162).

Conrado e Rebelo (2012, p. 226) pensam a invisibilidade social como produto histórico de uma sociedade brasileira que quis e quer, a qualquer custo, ser branca. “[...] Ela dá crédito à morte social, que é a essência da discriminação, o que precede a morte física precoce e/ou em condições precárias por violação de direitos sociais básicos, fundamentais”.

2. “Aonde eu coloco minhas dores, doutor?”

A dificuldade no diálogo com diferentes médicos/as que se contradiziam em argumentos e visões, além da falta de um tratamento específico, são fatos que dizem muito acerca da condição social e racial de Cláudia. Por esse e outros motivos, então, surge a necessidade de criar uma Política Nacional de Saúde da População Negra, objetivando “[...] promover a saúde integral dessa população, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS” (POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO NEGRA, 2013, p.19).

Quando o tema é saúde, as dificuldades são gritantes. A população negra enfrenta no acesso aos serviços de saúde mais risco no que diz respeito à mortalidade e morbidade, em consequência de doenças que podem ser prevenidas e evitadas, tais como anemia falciforme, mortalidade infantil de crianças até um ano de idade, diabetes, hipertensão arterial e miomatoses. (CARNEIRO apud CONRADO; REBELO, 2012, p.23).

Cláudia é surda, como ela mesma se denomina, tendo perda total bilateral na sua audição. Após ter ido a uma consulta, que considerou desagradável, não queria marcar nenhum encontro, muito menos participar de entrevista. Desejava apenas o recolhimento. E eu respeitei sua vontade de permanecer introspectiva. “[...] É terrível você dormir e acordar surda”, ela escreveu na mensagem. Li, fazendo o exercício de me colocar no lugar dela. Nunca serei ela, porém, naquele

momento, me tomei mergulhada na sua história, nas suas palavras e, de forma consciente, respeitei sua vontade de ficar em silêncio.

A surdez, por ser uma “deficiência invisível” em que a dificuldade na comunicação e da interação com os não-surdos pode ser considerado o principal obstáculo encontrado no cotidiano destes/as sujeitos/as, o desconhecimento e a falta de informação sobre as necessidades e características específicas de cada pessoa surda é algo que ainda precisa ser mais comentado, tanto nos trabalhos sobre deficiência quanto na vida cotidiana em geral. As barreiras sociais devem ser rompidas através da conscientização e sensibilização no plano social e efetivo dos direitos. É de suma importância entender e enfatizar:

Las personas Sordas son heterogéneas, multitud de factores internos y externos que hacen que sean muy diversas entre si. Esto conlleva que cada persona se la trate en su individualidad, como “caso único”, y las generalizaciones que se realicen al grupo o colectivo sean matizadas respetando siempre la variabilidad que existe en el. (MARTÍNEZ, 2004, p. 96).

Eu e Cláudia marcamos um encontro. Conversar através de sinais, gestos e escritas, por meio de um ritmo próprio entre interlocutoras, foi algo desafiador e de enorme aprendizado. Nossos ritmos entraram em sintonia. Eu a entendia, escutando o que dizia, e ela me compreendia por intermédio de leitura labial³ e expressões gestuais. Foi nessa relação dialógica que fluiu nossa conversa

“[...] Não se preocupe, depois de 30 dias tudo volta ao normal. Ela só tá fingindo [...]” (informação verbal)⁴ – disse um médico após ter feito uma cirurgia de apêndice em Cláudia, por ela ter se queixado de fortes dores de cabeça depois de um dia normal de trabalho. Não pediu nenhum tipo de exame e nem a encaminhou para um *otorrinolaringologista* ou neurologista ou outra/o especialista para avaliação. Ela foi encaminhada diretamente para a cirurgia. Após o feito, Cláudia amanheceu com surdez e não conseguia mexer as pernas. Ela levou 21 pontos e tomou anestesia geral.

Cabe salientar que, na visão de Cláudia, ela já estava surda antes da cirurgia. Comenta que “[...] ele (o médico do pronto socorro) sabia que eu estava surda e mesmo assim me sujeitou a fazer a cirurgia” (informação verbal)⁵. Com isso, depreendo que a violência institucional carrega estratégias cotidianas de opressão de corpos, violentando-os física ou/e simbolicamente, tendo impacto direto na vida dos/as sujeitos/as. O voltar ao normal era uma frase que não se conseguia mais ouvir, não por Cláudia estar “fingindo”, mas por ter sido vitimada por erro/negligência médica. As dores físicas e emocionais só aumentavam.

Tal situação explicita o biopoder (FOUCAULT, 1979) institucionalizado nas relações sociais quando se analisa a relação entre os indivíduos, neste caso, médico/paciente, cujas diferenças entre estes perpassam por mecanismos que regulamentam poder, arraigado nas estruturas sociais e por elas legitimado. Este dispositivo atravessa todo o tecido social e configura as próprias relações entre os indivíduos. E, de acordo com a análise foucaultiana, estes poderes não estão localizados em um lugar específico, mas sim estão distribuídos nessa rede de trocas na sociedade (DINIZ; OLIVEIRA, 2014).

A cirurgia piorou o estado de saúde de Cláudia e, desde então, ela continuou a sentir fortes dores de cabeça, e passou a ter crise de desmaios, a sentir tonturas, visão dupla e até mesmo de-

³ Cláudia estabelece comunicação por meio da oralização e não faz uso das linguagens de sinais – LIBRAS. Isso demonstra o quanto o próprio grupo de pessoas surdas é heterogêneo, o que se estende a todo o grupo de pessoas com deficiência que apresentam características específicas e demandas próprias relacionadas aos seus anseios.

⁴ Entrevista Cláudia (Fevereiro, 2017).

⁵ Idem, id.

pressão. Tudo isso adicionado à falta da audição. Cláudia diz que, em uma época, o desespero foi tão grande que chegou a tentar tirar a própria vida. “[...] Quebrei a casa todinha [...] A depressão, o choro e a crise eram muito grandes” (informação verbal)⁶. Tudo isso reflexo da cirurgia a que foi submetida.

[...] Na ressonância constatou uma doença desmielinizante chamada esclerose múltipla. Ela (a médica) fez um ponto de interrogação e disse que era uma doença irreversível que não tinha cura. Não me explicou a doença. Chegando em casa o desespero foi maior. O choro, a depressão. Eu não sei o que seria de mim daqui em diante. A vontade de viver eu já tinha perdido. (informação verbal)⁷.

A reação de Cláudia ao diagnóstico não é considerada muito diferente do que é comumente esperado, vinda de outras pessoas envolvidas nesse contexto. Das queixas quanto as fortes dores de cabeça (antes da cirurgia que anteriormente foi explicada) até a sensação de fadiga, tonturas, dificuldade para andar, fraqueza, chegando à perda auditiva, foi dito por um médico em uma consulta particular – paga por sua tia – ocorrida no mesmo ano, em 2004, que todos estes sintomas sinalizavam para a doença esclerose múltipla; entretanto, Cláudia precisaria fazer outros exames para confirmação. E fez, e confirmou. Porém, um único médico não concordava com o resultado, e esse foi o grande impasse na busca de tratamentos de saúde.

Em relação aos seus relacionamentos com família e amigos/as, Cláudia comenta: “[...] As pessoas passaram a se afastar de mim. As amigas que eu tinha totalmente se afastaram. Teve uma amiga que não foi em casa porque pensava que a doença era contagiosa. Desprezo total” (informação verbal)⁸. Isso indica além de um desconhecimento informacional acerca da doença, também mostra certo nivelamento segregador e de exclusão na relação com outras pessoas de grupos raciais e classe distintos. Como fiz rápida alusão anteriormente, Cláudia é negra.

Reconhecer os efeitos nefastos do racismo e do sexismo tornam-se fundamentais para a consolidação da importância de ações governamentais direcionadas a esses segmentos, com vista a favorecer a pluralidade e a participação social de sujeitas negras, além da não negação de direitos, inclusive o de existir e de viver com dignidade.

As mulheres negras, além de serem as maiores vítimas de negligência médica pelo sistema público de saúde, também fazem parte de um contingente de assassinadas, sendo a taxa de homicídios de mulheres negras 2,25 vezes maior do que a taxa de homicídio de mulheres brancas em todo o país. No Brasil, enquanto houve uma redução de 9,3% dos assassinatos de mulheres brancas, no mesmo período (entre 2002 e 2013), os assassinatos de mulheres negras tiveram um aumento de 54,2% em 10 anos (DOSSIÊ, 2016).

Esses dados indicam a iniquidade referente não somente à violência de gênero, mas do próprio racismo que ampara este número. O Dossiê também aponta que assassinatos de lésbicas, travestis e transexuais negras é uma crescente muito preocupante, porque muitos casos nem chegam a ser notificados.

Violências e violações são frutos de um racismo patriarcal heteronormativo, oriundo da nossa herança escravista colonial sexista. Indica, também, um modo de definir o racismo atuante no

⁶ Idem.id.

⁷ Idem, id.

⁸ Idem, id.

Brasil e seus modos de atuação diferenciada a partir do sexismo e das fobias LGBT, e chama atenção para os diferentes processos que atuam na subordinação dos indivíduos e grupos.

Sob o racismo patriarcal heteronormativo, processos de subordinação, violência e inferiorização das pessoas negras adquirem ferramentas que atingem de forma específica todas as que se situam em posições consideradas “femininas” dentro do espectro das identidades de gênero (DOSSIÊ, 2016, p.11). Impossível não pensar em racismo, sexismo e capacitismo na vida de mulheres negras com deficiência, analisados de modo inter-relacional.

“Aonde eu coloco as minhas dores, doutor?” é a fala de Cláudia, uma espécie de pedido de socorro, desabafo sobre sua experiência com profissionais da área médica, que dificultou o início de um tratamento específico, além de acelerar a progressão de sequelas.

Sobre diagnósticos, doenças:

Quando falamos de diagnósticos, falamos sempre de algo indesejável? E quando falamos de doença, falamos também de cura? Inevitavelmente, lamentamos as doenças e desejamos um mundo livre de pestes e diferenças funcionais. Os mais religiosos oram por milagres. Os mais céticos buscam nas ciências curas e explicações. Os que passam pela experiência de ter uma diferença biológica, seja uma doença ou deficiência, buscam um significado coerente para conviver com aquilo que passa a fazer parte do seu dia a dia, desde a luta contra o diagnóstico à busca para aprender a viver com ele. (SILVEIRA, 2016, p. 28).

Sublinho que o objetivo ao colocar essas questões não é avaliar a conduta médica, questionando se este profissional agiu corretamente ou não, mas verificar como, pela paciente, a experiência do atendimento e acompanhamento médico foi percebida e sentida. O fato de não saber o que tinha tornou seus dias angustiantes e dramáticos. “[...] Ele é o único neuro que não fechou meu diagnóstico. Diz que é uma infecção que tive lá atrás. Fez um laudo que diz que eu conto história. Quer dizer que minha vida toda foi uma história?” (informação verbal)⁹ – questionou Cláudia, afirmando que ele tomou essa atitude por conta de um exame que fez inicialmente que identifica que a esclerose múltipla deu negativa.

Mas, em seguida, ela comentou: “[...] Ele nunca me encaminhou pra fazer exame. [...] Me passou vários remédios controlados. Eu nunca tomei. Eu tomava medicação sim de outros médicos. Ele me tratava como uma doida, ele pensava que eu era doida” (informação verbal)¹⁰. Ficou evidente que a crítica de Cláudia em relação ao tratamento do médico denota uma não-passividade em relação ao que lhe cerca. Mulher negra com deficiência, consciente e firme quanto à sua posição, protagonista de sua história, decidida a ser o que é, a fazer o que quer. Afinal, **nossos passos vêm de longe** e logo “[...] estamos diante de diferentes agentes históricas e políticas – as mulheres negras – intensas como toda a diversidade” (WERNECK, 2010, p.153).

O que foi relatado por Cláudia é um retrato da forma do tratamento recebido por mulheres negras da rede pública cotidianamente. A dificuldade em se fechar um diagnóstico, a superficialidade nos atendimentos, a negligência médica, tornam seus corpos, suas vidas ainda mais invisíveis. A história de Cláudia assemelha-se a outras vidas negras que lutam por sua (sobre)vivência diariamente e incansavelmente, em meio às injustiças demarcadas socialmente.

⁹ Idem.id.

¹⁰ Idem, id.

A década de 80 foi um período marcado de inserções do tema da Saúde da População Negra aos olhares do sistema público em algumas esferas. O Movimento Social Negro, ao lado de outros movimentos, em especial o Movimento pela Reforma Sanitária, e vários outros órgãos e entidades participaram ativamente da 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, importante marco que instituiu a saúde como direito universal dentro dos princípios da cidadania e concebida como dever de Estado. O Movimento das Mulheres Negras, nesse contexto, foi bastante atuante nas propostas que conferiram maior visibilidade à saúde das mulheres negras, especificamente às questões relacionadas à saúde sexual e reprodutiva. (POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO NEGRA, 2013, p.10).

Segundo as fontes do IPEA (2017), dados recentes sobre o Retrato de Desigualdades de Gênero e Raça, cuja pesquisa domiciliar foi feita no período de 1995 e 2015, mostrou que a ocupação das mulheres negras ainda é referente ao trabalho doméstico remunerado, correspondendo a 18%, e das brancas, 10%. Mesmo a renda das mulheres negras ter tido aumento, elas ainda são a base da pirâmide.

Ao longo da conversa, Cláudia comentou a respeito da dificuldade em ser vista como mulher com deficiência, justamente por não se encaixar, à primeira vista, nos estereótipos que se têm desse grupo. Quem a olha de longe não sabe da sua surdez, geralmente a julga pela aparência sem ter conhecimento que sua deficiência, por ser auditiva, não é visível. Além de ser surda é uma mulher negra, e tais marcadores sociais não podem ser desconsiderados dentro dos espectros racistas e capacitistas existentes na sociedade. Como Ruth Frankenberg (2004, p.309) dissera em relação aos efeitos da branquidade, “[...] os estereótipos seriam banais, se não fossem letais, tão contundentes em termos físicos, emocionais, afetivos e espirituais”. Exemplificando essa assertiva, Cláudia comentou que, um dia, pessoas foram em sua casa e disseram: “[...] como pode uma menina tão bonita tá surda... Que pena isso! Isso acabava comigo! A palavra pena é uma palavra muito forte para quem ‘tava’ passando por uma situação como aquela” (informação verbal)¹¹. Justamente por não se enquadrar nos padrões categorizados como “normais” nascem, segundo Foucault (2001), “os anormais”, vistos também como “desqualificados”, sujeitos de aberrações, “monstros”, e, por possuírem tais características, são marginalizados e excluídos da vida social.

O que de fato importa sublinhar é que nós, pessoas com deficiência, não precisamos de sentimento de pena e comiseração por parte de outros indivíduos, só queremos respeito no trato das relações sociais. Relações existentes nessa sociedade corponormativa, onde os “normais” querem ditar as regras e fazem dessas regras suas leis e verdades. É essa ideologia da normalidade dos corpos que está em jogo quando almejamos combater o capacitismo e as várias formas de discriminação em relação às PcD; portanto, o não esforço de disseminar o pensamento capacitista, impregnado no nosso modo de ser, viver e ver o mundo, gera o aumento dos contrastes sociais, a segregação e a invisibilidade desses agentes.

O combate ao capacitismo é uma premissa básica na luta por equidade e seus efeitos atingem diversos indivíduos ao produzir injustiças sociais e exclusão. Posso dizer ser uma ideologia que traduz, em práticas discriminatórias e paternalistas, ideias de normas corporais quanto a um corpo

¹¹ Idem.id.

particular aprovado socialmente. A reprodução de padrões não leva em consideração as especificidades físicas, sensoriais e/ou intelectual dos diferentes indivíduos. A naturalização da estrutura de dominação que voga em primazia o biológico em detrimento do social, não respeita as diferenças existentes entre os corpos, inclusive para serem aceitos socialmente e respeitados dentro dessa lógica de omissão e segregação de vidas que são invisibilizadas por detrás destes corpos.

3. O Racismo Institucional na esfera da saúde

Perguntei à Cláudia se ela considera que sofreu racismo institucional diante de toda sua experiência na relação médico-paciente. Ela respondeu:

[...] Sim, eu acho que sofri racismo. Ele (o médico) não acreditava. E isso que é o pior. Eu acho que tudo tem o seu tempo. Com o passar do tempo tirei meus laudos, minhas carteirinhas. Passei a andar e ter discriminação no ônibus tanto com motorista quanto cobradores, entendeu? [...] Me criticavam e diziam que eu não tinha direito porque pra ter Passe Livre não tinha que ter visão, tinha que andar de bengala. Eu acho que se a pessoa vive uma situação dessa eu jamais iria brincar com isso. [...] Eu digo que a minha deficiência é pequena perto de muitas que estão lá fora. Eu não vou dizer que eu aceitei. Não, eu não aceitei! (informação verbal)¹².

Continuou explicitando o seu posicionamento, trazendo exemplos:

[...] Eu senti que o doutor (cita o nome do médico) nunca fala de frente comigo. Ele sempre fica atrás de mim porque sabe que leio os lábios, entendeu? Ele tava atrás de mim pra falar com os acadêmicos. [...] Aí eu peguei, quando percebi que ele tava falando eu virei rapidinhos pros lábios dele. Aí eu disse: “O que o senhor tá falando?”. E ele não falou nada. Puxou a cadeira pra frente de mim e disse que queria ver minha ressonância. [...] Ele olhou e disse que constava uma doença desmielinizante. Disse tá ótimo e não me encaminhou pra nada. (informação verbal)¹³.

O racismo é baseado na exclusão de certos grupos que são avaliados e julgados de forma “negativa” por conta da constituição biológica e cultural que apresentam. Por sua vez, o racismo existente nas instituições contribui para a recusa, a indiferença e a abnegação de mulheres e homens negros/as que sentem seus efeitos por meio da reprodução do processo de dominação traduzido na desumanização dos povos dominados.

Zélia Amador de Deus (2008), em sua tese *Os herdeiros de Ananse: movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros na Universidade*, evidencia o papel das ações afirmativas, especificamente o sistema de cotas, que representou uma mudança significativa de avanço ao grupo beneficiado, no caso estudantes negras e negros. Em contrapartida, a despeito da importância da medida, houve controversas quanto a sua implementação por parte de grupos que não reconheciam sua hegemonia, no próprio âmbito acadêmico, se posicionavam de forma contrária e utilizavam como base argumentos inconsistentes e inócuos para deslegitimar a iniciativa, apesar de que, como assinala

¹² Idem, id.

¹³ Idem, id.

Amador de Deus (2008, p.265), “[...] a própria universidade se enriquece em seu pluralismo quando é constituída de grupos diversos”.

Dessa forma, não havia consciência racial, interesse e disposição para aceitar a proposta. Com efeito, o racismo institucional se manifesta de diferentes formas, no caso da instituição educacional, este é um exemplo. No caso de Cláudia, especialmente, o racismo sentido foi na esfera da saúde, causando-lhe marcas talvez incuráveis, em que feridas foram expostas, porém, não cicatrizadas.

Infelizmente, como aponta Mello (2009), os estudos antropológicos carecem de análises que abrangem e contemplem as narrativas de mulheres com deficiência acerca de suas trajetórias e formas de lidar com as opressões, sejam elas de caráter sexista e/ou capacitista. Essas assertivas denotam o quanto a deficiência se concatena a outras opressões, e uma abordagem conjunta entre os marcadores sociais é pertinente, a fim de ampliar a visão e o aprofundamento do debate acerca das violências às quais as sujeitas são submetidas.

CONCLUSÃO

A produção teórica de trabalhos que envolvem as categorias deficiência, raça, gênero é de extrema importância no campo das ciências humanas e sociais, pois levanta questões importantes que produzem interfaces analíticas que mapeiam relações e situações específicas, vivenciadas no contexto social por diferentes sujeitos políticos. Trazer à luz essas questões no meio acadêmico é o desafio, pois não somos ensinados/as a pensar de forma interseccional. Esse pensar de forma interseccional exige o desvencilhar-se das amarras que nos prendem às visões reduzidas, incompletas e essencializadas de determinados grupos sociais, dificultando a compreensão das violências que os cercam.

Gonzalez (1983) chama de neurose cultural brasileira as consequências do racismo na sociedade. A autora diz que as mulheres negras são vítimas de uma tripla opressão, que envolvem gênero, raça e classe social. Acrescento a isso que as mulheres negras com deficiência podem vir a suportar, além das condições de ser mulher, ser mulher negra e ser mulher de baixa renda, o aspecto da corporeidade, afinal, o lugar social, as experiências e as características físico-corporais condicionam suas trajetórias de vida, dentro de uma sociedade sexista, racista e capacitista.

Desse modo, este trabalho traduz-se em um pequeno exercício de tentar alcançar alguns pontos de análise existente entre as diferentes opressões que são compartilhadas por distintos grupos e, muitas vezes, são interceptadas pelo olhar colonial. Esse olhar que invisibiliza vidas, sujeita corpos e apaga histórias. Histórias sentidas e recontadas por quem vive e resiste.

REFERÊNCIAS

AMADOR DE DEUS, Z. *Os herdeiros de Ananse: movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros na Universidade*. Belém: UFPA, 2008.

CÂMARA, F. D. da Silva. *Mulheres negras amazônidas frente à cidade morena: o lugar da psicologia, os territórios de resistência*. 2017. 216 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.

CONRADO, M.P; REBELO, M. de N. O. Mulheres Negras Amazônicas: ação, organização e protagonismo nas práticas políticas. In: RIBEIRO, M. (Org.). *As políticas de igualdade racial: reflexões e perspectivas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012. p. 219-242.

DOSSIÊ a situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil: violências e violações, 2016. Disponível em: <www.criola.org.br/wp-content/uploads/.../Dossie-Mulheres-Negras-PT-WE3.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2017.

DINIZ, F. R. A; OLIVEIRA, A. A de. Foucault: do poder disciplinar ao biopoder. *Revista Scientia*, v. 2, n. 3, 2014 (p. 01-217).

FERRI, B.; GREGG, N. Women with disabilities: missing voices. *Women's Studies International Forum*, Pergamon, v. 21, n. 4, p.429-439, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Edições graal: Rio de Janeiro, 1979.

FRANKENBERG, R. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, V. (Org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 307-338.

GONZÁLES, M. L. Discapacidad y Género: estudio etnográfico sobre mujeres discapacitadas. In: _____. *Educación y diversidad*. Anuario Internacional de Investigación sobre Discapacidad e Interculturalidad. Madrid: Mira Editores, 2007. p.137-171.

GONZALEZ, L. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In: Ciências Sociais Hoje, 2 Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros Estudos ANPOCS, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *População no último censo: censo demográfico, 2010*. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Retratos das desigualdades de gênero e raça – 1995 a 2015*. Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br/dnfile/624-retrato-das-desigualdades-de-genero-e-raca-08-03-2017/pdf/publicacoes/1/retrato-das-desigualdades-de-genero-e-raca.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

MARTÍNEZ, A. I. La mujer sorda en la vida privada y pública. *Cuadernos de Trabajo e Investigación*, San Vicente del Raspeig, n. 10, p. 9-20, 2004.

MELLO, A. G. *Por uma abordagem antropológica da deficiência: pessoa, corpo e subjetividade*. 2009. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis.

MELLO, A. G.; FERNANDES, F. B. M.; GROSSI, M. P. Entre pesquisar e militar: engajamento político e construção da teoria feminista no Brasil. *Revista Ártemis*- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 10-29, 2013.

MUNANGA, K. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil: entrevista de Kabengele Munanga. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 51-66, 2004.

POLÍTICA Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS. 2. ed. Brasília: Editora MS, 2013.

SILVA, M. B. Reflexividade e Implicação de um “Pesquisador-Nativo” no Campo da Saúde Mental: sobre o dilema de pesquisar os próprios “colegas de trabalho”. *CAMPOS-Revista de Antropologia Social*, cidade, n. 8, v. 2, p. 99-116, 2007.

SILVEIRA, B. R. *Dor compartilhada é dor diminuída*: autobiografia e formação identitária em blogs de pessoas em condição de doença. 2016. 187 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre.

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *Revista da ABPN*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 08-17, mar./jun. 2010.

Gênero e Ciberespaço na Panamazônia: o caso da rede “CiberAmazonas” a partir de teorias feministas de ativismo transnacional

Género y Ciberespaço en la Panamazônia: la red “CiberAmazonas” a través de las teorías feministas de activismo transnacional

Gender and Cyberspace in the Panamazon: “CiberAmazonas” through the feminist theories of transnational activism

Brenda Moreira Marques

Brenda Thainá Cardoso de Castro

Resumo: O presente trabalho busca apresentar a atuação das “CiberAmazonas” na Panamazônia (2017-2018), rede (ciber)feminista formada durante o VIII Fórum Social Panamazônico (2017) por mulheres ribeirinhas, quilombolas, indígenas e urbanas, do Brasil, Colômbia, Equador e Peru, que lutam em defesa dos recursos naturais e da justiça de gênero. A partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, procura-se discutir a trajetória da rede a partir de um diálogo entre os modelos teóricos de ativismo e ciberativismo feminista (transnacional) de Gillian Youngs, Valentine Moghadam e as reflexões decoloniais de Roth (2011) e Gajjala & Mamiddipudi (1999). Entre os principais resultados, está o entendimento do diferencial das pautas feministas de mulheres panamazônicas frente às lutas socioambientais, as inadequações dos modelos teóricos tradicionais de análise e os modos criativos de engajamento das mulheres da região.

Palavras-chave: CiberAmazonas. Panamazônia. Ciberativismo Feminista.

Resumen: El presente trabajo busca presentar la actuación de las "CiberAmazonas" en la Panamazonia (2017-2018), red (ciber) feminista formada durante el VIII Foro Social Panamazónico (2017), por mujeres ribereñas, quilombolas, indígenas y urbanas, de Brasil, Colombia, Ecuador y Perú, que luchan en defensa de los recursos naturales y de la justicia de género. A partir de una investigación bibliográfica y documental, se busca discutir la trayectoria de la red a partir de un diálogo entre los modelos teóricos de activismo y ciberativismo feminista (transnacional) de Gillian Youngs, Valentine Moghadam y las reflexiones decoloniales de Roth (2011) y Gajjala y Mamiddipudi (1999). Entre los principales resultados está el entendimiento del diferencial de las pautas feministas de mujeres panamazónicas frente a las luchas socioambientales, las inadecuaciones de los modelos teóricos tradicionales de análisis y los modos creativos de compromiso de las mujeres de la región.

Palabras clave: CiberAmazonas. Panamazônia. Ciberativismo Feminista.

Abstract: The present article intends to present the trajectory of the "CiberAmazonas" in Panamazonia (2017-2018), a cyber feminist network formed during the VIII Panamazonic Social Forum (2017), by riverside-women, quilombola-women, indigenous and urban women from Brazil, Colombia, Ecuador and Peru, who are engaged to protect natural resources and promote gender justice. Based on a bibliographical and documentary research, it is sought to discuss the network's trajectory through a dialogue between the theoretical models of transnational feminist activism of Gillian Youngs, Valentine Moghadam and the decolonial reflections of Roth (2011) and Gajjala & Mamiddipudi (1999). The results suggest a new understanding regarding their feminist agenda that are related to environmental struggles, also, it is possible to identify the inadequacies of the traditional theoretical models of analysis and the creative ways panamazon women mobilize themselves.

Keywords: CiberAmazonas. Panamazônia. Feminist Cyberactivism.

Brenda Moreira Marques – Graduanda em Relações Internacionais, UNAMA e pesquisadora do GENERI (Grupo de Estudos de Gênero em Relações Internacionais. E-mail: brenda.moreiramarques@gmail.com)

Brenda Thainá Cardoso de Castro – MSc. Ciência Política (UFPA) e coordenadora do GENERI. E-mail: brendatcc@gmail.com

INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar, este artigo busca explorar a trajetória do projeto da Rede de Comunicação comunitária e alternativa “CiberAmazonas”, que foi desenvolvido no marco do **VIII Fórum Social Panamazônico**, em 2017, inspirado “no mito das Amazonas” e convocada como parte de dois projetos complementares (de comunicação alternativa na panamazônia): *La Nave* e *Mídia dos Povos*.

Tal rede se mostra relevante no contexto global de ativismos de mulheres, na medida em que corresponde a uma rede transnacional de comunicadoras panamazônicas: mulheres indígenas, quilombolas, urbanas e ribeirinhas, do Brasil, Colômbia, Equador e Peru, engajadas em lutas socio-ambientais dos povos amazônicos, as quais reconhecem a particularidade das experiências coletivas das mulheres da região, bem como seus protagonismos.

Por esta razão, este artigo aponta a importância de discutir tais redes transnacionais – no caso deste trabalho, as CiberAmazonas – dentro de uma ótica feminista nas Relações Internacionais, fazendo o uso das perspectivas teóricas já exploradas por autoras feministas contemporâneas como Valentine Moghadam (2015), Gillian Youngs (2015) e Roth (2011).

A primeira parte do trabalho discorre a respeito do panorama teórico sobre as perspectivas feministas nas Relações Internacionais; faz, também, uma comparação entre as teorias tradicionais de ativismo transnacional e as teóricas feministas de ciberativismos transnacionais; após isto, o trabalho introduz as críticas feministas pós e decoloniais sobre ciberativismos de mulheres.

Em sua segunda parte, os tópicos se dividem em: Redes de Comunicação transnacionais e ativismos de mulheres no contexto do VIII Fórum Social Panamazônico; a trajetória do projeto transnacional CiberAmazonas; analisando as “CiberAmazonas” através das abordagens feministas de ativismo/ciberativismo transnacional e de contexto pós-colonial; e considerações finais.

1. Das teorias feministas sobre ativismo transnacional às abordagens de ciberativismo de mulheres

Na era da globalização, percebe-se que se diversificaram as formas de mobilização política de grupos lesionados, nos mais diversos contextos do globo, com objetivo de chamar a atenção dos Estados e da sociedade civil para o atendimento de suas demandas, à medida em que podem pressionar atores violadores a modificarem seus comportamentos com o apoio da opinião pública local e internacional.

Isto posto, em princípio, entende-se que há uma vasta literatura produzida a respeito das formas de mobilização política que, com o efeito das tecnologias, a ampliação da participação de atores sociais para além do Estado e da possibilidade de conectividade, adquirem novas plataformas nas arenas políticas globais, entrando no que as teóricas precursoras Keck e Sikkink (1999) chamam de Redes de Ativismo Transnacional.

Tais redes correspondem às formas de ativismo que se dão através da coalizão de atores sociais (movimentos sociais, ONGs, Organizações Internacionais Governamentais, associações, cooperativas, personalidades públicas, entre outros) em torno de uma “rede”, cuja articulação e estratégias de atuação se combinam e ultrapassam as fronteiras dos Estados, em busca de um objetivo comum (ibidem).

Contudo, quando se fala em ativismos de mulheres feministas no cenário internacional, diversas intelectuais, como Moghadam (2015) e Gillian Youngs (2015), do campo das Relações In-

ternacionais, apontam a necessidade de reconstruir um modelo teórico adequado a estes formatos “alternativos” de ação coletiva organizada, que se distinguem em grande medida do que fora previsto nos modelos teóricos tradicionais de ativismo transnacional: a começar pelo fato de que redes ativistas transnacionais enxergam a realidade internacional em um contexto globalizado e de dominação capitalista – sem buscar, necessariamente, alterar o seu caráter sistêmico – enquanto que as redes feministas transnacionais partem da ideia que a estrutura internacional é patriarcal, neoliberal e de masculinidade hegemônica, sendo, por isso, necessário buscar a sua transformação social, não somente a modificação do comportamento do ator violador (Estado).

Nesta lógica, o trabalho da teórica feminista Moghadam (2015), na obra *The Oxford Handbook of Transnational Feminisms*, é um dos principais nomes que discutem a definição dessas novas formas de ativismo transnacional – definido como a forma de ativismo em coalizão de *atoras*, que ultrapassa as fronteiras dos Estados e que, de modo geral, busca punir e pressionar o comportamento de atores violadores de Direitos Fundamentais – liderados por mulheres no globo, nos mais diferentes contextos ao longo das últimas décadas, em seus modelos teóricos.

Segundo a autora, classificam-se como mobilizações feministas internacionais: “envolvendo grupos de mulheres de mais de um país ou região, que através de uma identidade ideológica coletiva, buscam melhorar as condições de vida das mulheres em determinado contexto ou sentido” (MOGHADAM, 2015, *apud* MARQUES, 2019, p. 67), as quais estariam difundidas dentro e contra a estrutura masculinizada e patriarcal do neoliberalismo do sistema internacional.

Em segundo lugar, a autora oferece classificações quanto às principais lógicas de articulação, padrões ideológicos mais comuns, tipos contemporâneos e níveis de influências, que podem ser vistos de forma mais específica abaixo:

As principais estratégias adotadas pelas redes feministas transnacionais são: (i) *grassroots organizing* - mobilizar pressões contra Estados através de coalizões regionais institucionalizadas; (ii) *Public advocacy and education* - participar de fóruns multilaterais e arenas políticas intergovernamentais; (iii) *Research and analysis* - criação de uma agenda de publicações e pesquisas, para denunciar/influenciar a ampliação de entendimento de um fenômeno ligado às mulheres; (iv) *Coalition building* - mobilizar, recrutar e treinar a participação da sociedade civil em diferentes esferas; (v) *Lobbying* - alcançar conquistas políticas internacionais a partir de lobbies feministas e na agenda de atores; (vi) *Public Protests* - protestos públicos para sensibilizar a sociedade civil; (vii) *Humanitarian action and International Solidarity* - ação humanitária prática (MOGHADAM, 2015, p. 65, tradução nossa).

Deste modo, percebe-se que os modelos teóricos estabelecidos por Moghadam (2013, 2015) trabalham a categorização das redes transnacionais feministas em torno de três princípios básicos: a identificação de uma insatisfação com a desigualdade de gênero; o reconhecimento das mulheres como categoria social sujeita a violências específicas; e a criação de estratégias de ação articuladas em diferentes níveis, buscando a pressão de transformação do comportamento de diversos atores, não somente o Estado.

Todavia, no que se refere aos estudos da própria sociologia dos movimentos sociais, conforme explica Alcântara (2016) no trabalho “Ciberativismo e a Dimensão Comunicativa dos Movi-

mentos Sociais: repertórios, organização e difusão”, ainda é oferecida pouca atenção às dinâmicas comunicativas dos ativismos de movimentos sociais, apesar da crescente importância dos ciberativismos, os quais emergem com grande força no cenário internacional e na América Latina.

Não à toa, dentro do campo de estudos de ativismos transnacionais, a bibliografia feminista de Moghadam apresenta grandes limitações quando é usada para analisar tais movimentos: pouco explora a classificação, impacto e novos modos de atuação dessas redes feministas propagadas nas plataformas digitais, cujo conteúdo, acesso e forma de mobilização atingem diferentes regiões no globo, abrindo margem para a necessidade de ampliar o modelo teórico em direção a essas novas realidades da mobilização social feminista no ambiente internacional, ao mesmo tempo em que exploram modos alternativos de democratizar, denunciar e cobrar ações efetivas dos atores sociais.

Se, por um lado, autoras internacionalistas como Moghadam (2015) e as teóricas Keck e Sikkink (1999) apresentam limitações na análise desse fenômeno de ativismo feminista no cenário internacional do século XXI, há, na prática, uma quantidade considerável de trabalhos brasileiros que têm abordado o surgimento de uma espécie de “quarta onda feminista”, cuja principal característica corresponde ao caráter digital em seu meio de comunicação/propagação e, conseqüentemente, às novas ferramentas proporcionadas pelo fenômeno do ciberativismo de mulheres, a citar: Rocha (2017) e Perez e Ricoldi (2018).

Por conseguinte, considerando que o foco da atual abordagem está nos (ciber)ativismos feministas em sua atuação transnacional, o presente artigo adota o uso do modelo teórico de Moghadam em diálogo com as ideias de Gillian Youngs (2015), em seu trabalho “Transformações digitais da teoria e prática dos feminismos transnacionais”. Isto porque Youngs (2015) parte da noção de que as NTICs (Novas Tecnologias de Informação e Comunicação) modificaram de forma decisiva a construção de espaços políticos e de engajamento transnacional para as mulheres, considerando que a tecnologia, a globalização e as redes sociais já demonstraram potencial positivo para desagregar e denunciar contextos dominados por homens, bem como as tradições masculinizadas e inferiorizantes desses ambientes.

A autora identifica nas NTICs uma espécie de “virada de jogo” a favor dos ativismos feministas, marcando uma nova era da luta de mulheres, uma vez que, para ela, grande parte dos meios de comunicação do passado seguiam padrões de produção de conteúdo e acessos verticalizados, contexto que mudou com a entrada das NTICs, que permitiriam a abertura horizontalizada (aqui chamada de *sociospacial*) da produção de conteúdo por mulheres e do alcance múltiplo e criativo desse conteúdo de forma amplificada – contra as normas sexistas no que se refere à produção de conteúdo e comunicação no sistema internacional, colocando assim, ao mesmo tempo, “mulheres em contato direto umas com as outras, seja local, nacional ou globalmente” (YOUNGS, 2015, p. 874).

As estratégias de engajamento e mobilização adotadas pelas redes feministas transnacionais passam a serem adaptadas na era das NTICs, em uma combinação de ações *offline* e *online*, que vão desde a comunicação em massa provocada pelas redes sociais – incluindo o serviço de e-mails e páginas da internet –, aos novos estilos visuais de linguagem explorados nas diferentes plataformas, de modo que as chamadas redes ciberativistas, isto é, as redes ambientadas nas ferramentas de NTICs, abrangem dois aspectos particulares do ativismo: informação e comunicação, mas não estão restritas a eles, o que nos permite afirmar que a entrada das NTICs na lógica do ativismo facilitou que muitas mulheres passassem a atuar “transnacionalmente” – através das fronteiras dos países (ibidem).

Com as NTICs, houve uma drástica mudança, também, nas características e condições da esfera pública e política para as mulheres, na formação do que Youngs (2015) nomeia de **esferas públicas digitais** (*digital public spheres*), que seriam uma nova ruptura na tradicional divisão público-privado para as mulheres, em direção a uma plataforma coletiva e desestabilizadora das estruturas de poder mundial, por estar aberta às vozes marginalizadas de outras atoras e atores sociais, para além dos Estados, das ONGs, das OIs e da diplomacia.

Neste sentido, em trabalhos prévios, Youngs (1999) aponta diferentes modos dessa ruptura de poder ao afirmar que as NTICs oferecem espaços de emancipação menos restritos à ideia de tempo e espaço – principalmente se formos pensar na dificuldade de acesso das mulheres a determinadas esferas, por terem uma extensa carga de trabalho dentro e fora de casa, questão que passa a ser flexibilizada neste novo contexto, já que, na esfera pública digital, as circunstâncias de acesso de espaços são mais flexíveis e de acesso móvel.

2. “Pode o subalterno falar no ciberespaço?”: Introduzindo críticas feministas pós-coloniais sobre ciberativismo de mulheres

Em se tratando das críticas e limitações dos modelos teóricos feministas de ciberativismo, Travers (2003) traz uma importante contribuição a esta discussão quando questiona até que ponto as redes ciberfeministas transnacionais têm uma atuação democratizada – em vez de limitada/elitizada –, considerando que nem todas as mulheres têm acesso igualitário à internet e redes sociais *online*.

As contribuições feministas pós e decoloniais aos estudos de ciberativismo de mulheres também se fazem necessárias porque as questões ligadas à construção do corpo – como gênero e raça – assumem diferentes papéis no mundo do ciberespaço; um exemplo está na proposta de Gajjala e Mamidipudi (2017): “Cyberfeminism, technology, and international 'development’”, quando sugere que se leve em conta as formas criativas com que as mulheres do hemisfério sul podem usar a internet para ampliarem suas vozes sem, contudo, ignorar que a internet já é um espaço permeado de construções sociais geopolíticas, o que pode incluir “bagagem da violência colonial” imposta sobre esses territórios e sobre as explorações de gênero naturalizadas nesses contextos.

Conforme Roth (2011) coloca: “o ciberespaço promete criar um espaço para re-mapeamento de corpos e identidades [...] na reestruturação das estruturas culturais e sociais [...]”, mas, apesar disso, persistem ali performances e representações coniventes com imagens racistas, heterossexualizadas, sexistas e dicotômicas sobre as mulheres do globo, razão pela qual se torna ímpar acrescentar à discussão de ciberespaço feminista um novo foco analítico, que seja capaz de discutir e problematizar essa nova variedade de representações patriarcais, engajamentos e atores.

Partindo da re-adaptação da pergunta da teórica pós-colonial Gayatri Spivak, Roth (2011) argumenta: “pode a subalterna falar no ciberespaço?”, colocando em pauta os limites e cenários colocados pelas NTICs em seu entrelaçamento e intervenções nas performances e construções de raça, gênero e de desestabilização de categorias monolíticas. Em outras palavras, e fazendo o uso de pressupostos feministas decoloniais (como o binômio de sistema-mundo moderno/colonial), a autora sugere que as noções neoliberais hegemônicas e popularizadas sobre a globalização reforçam desigualdades históricas e colonialidades no que se refere à participação, representação, reconhecimento e agenciamento, e, com isso, questiona até que ponto ou de que maneiras o ciberespaço não se encontra relacionado e marcado por essas constituições estruturais de poder nas *body politics* que cruzam o espaço *offline* para o espaço *online*.

Nas palavras de Roth (2011, p. 83, tradução nossa):

Especialmente os sujeitos marginalizados precisam de referências corporais e dependem de entidades estrategicamente essencialistas para expressar sua preocupação e reivindicar poder, reconhecimento e ação. Nos discursos pós-estruturalistas, a importância do orador ou autor e valores como experiência e subjetividade são radicalmente questionados. Grupos especialmente marginalizados, no entanto, dependem desses valores de uma maneira particular. Se uma voz é reconhecida e autorizada, depende de quem reivindica essa voz.

Assim sendo, de modo complementar, com base nos textos de autoras como Spivak e Mohanty, feministas do sul global – em especial latinas e negras – discordam da ideia de que o ciberativismo necessariamente seja o caminho de construção de uma identidade universal e coletiva a ser compartilhada pelas mulheres, e, em contraposição a essa ideia, argumentam que as coletividades criadas em identidades monolíticas e “presumidas”/generalizadas podem promover a exclusão de grupos e acentuar assimetrias de poder nas relações geopolíticas da produção e ativismo feminista norte-sul (HERNANDEZ, *apud* ROTH, 2011).

3. Redes de Comunicação Transnacionais e ativismos de mulheres no contexto do VIII Fórum Social Panamazônico

O VIII Fórum Social Panamazônico (FOSPA) foi um evento histórico, ocorrido entre os dias 28 de abril e 1º de maio, que reuniu em Tarapoto, no Peru, povos e grupos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, com o objetivo de fortalecer a luta pelos seus direitos, pela preservação e proteção da Amazônia de atividades predatórias. Mais especificamente, reuniram-se aproximadamente 1.500 pessoas de 9 países da Panamazônia e dos Andes, buscando manter como ponto central “debates sobre como colocar em prática modelos alternativos, vindos de baixo, de gestão sobre território da Amazônia no Brasil, Equador, Venezuela, Bolívia, República Cooperativa da Guiana, Suriname, Colômbia, Peru e Guiana” (AMAZONIA REAL, 2017, sp).

Tal evento pode ser considerado um importante vetor de articulações, criação de estratégias, contato entre diferentes povos, bem como de denúncias e de comunicação. No que se refere às plataformas ativistas de comunicação, foi enxergada a importância da comunicação panamazônica criada e disseminada pelas pessoas da região, por diferentes e múltiplos objetivos: proteger a memória dos povos, disseminar notícias relevantes, estabelecer alianças coletivas de luta e apresentar os problemas vividos no território amazônico.

Assim, o evento apresentou características diferenciadas no campo da comunicação e no incentivo de formatos de mídias elaborados pelos povos, iniciativas que vão desde a estrutura do evento, que contou com a exibição ao vivo 24 horas na plataforma *Youtube* (TV Canal Fospa), o apoio de divulgação visual da sua conta de *Instagram* (@fospaperu) e o projeto radiofônico e ciberativista chamado Mídia dos Povos (2015) (*ibidem*).

De modo mais específico, entre as principais manifestações de resistência difundidas no FOSPA no campo da comunicação ativista está a Nave Rádio, espaço onde os grupos e indivíduos compartilharam suas histórias, lutas e experiências coletivas, no programa “Vozes da Amazônia”, com participantes do projeto Mídia dos Povos, cobertura pela Agência de Notícias Pulsar, La Nave (rede radiofônica exibida durante todo o evento e formada por 30 comunicadores panamazônicos/as da floresta).

Por esta razão, é fato que a comunicação esteve entre os principais eixos temáticos do FOSPA, principalmente no que se refere às resistências de mulheres, já que houve uma grande preocupação com a organização e a programação do evento para tornar visíveis as vozes das demandas e da atuação das mulheres de forma transversal nas discussões de descolonização, megaprojetos, soberania, segurança alimentar, mudanças climáticas, educação e cidades; por esta razão, durante a edição de 2017, “no Fórum, além de terem um espaço específico, elas ainda estiveram de forma transversal em todos os espaços”, sendo uma das novidades a realização do Tribunal de Justiça e Defesa dos Direitos das Mulheres Amazônicas e Andinas e o fortalecimento das Mídias e ciberativismo de mulheres panamazônicas desde a criação da página do *Facebook* #MujeresEnElVIII Fospa (Fig. 1).

Figura 1 - Página do *Facebook* #Mujeres En El VIII Fospa (2017), criada para divulgar as discussões, produção de mídia e engajamento de mulheres panamazônicas.



Fonte: Página do *Facebook* *Mujeres en el VIII Fospa* (2017).

Além das mídias #MujeresEnElVIII Fospa, o evento contou com a participação de mulheres pertencentes a mais de 60 movimentos e organizações sociais (Articulación Feminista Marcosur, Centro de La Mujer Peruana Flora Tristan, Instituição DEMUS, Comunidad Mawidanche Alto Antiquina, ONG GRUFIDES, Proyecto Andino de Tecnologías Campesinas - PRATEC, OXFAM, SINDSEP/AP, IDECA, Movimento Xingu Vivo para Sempre, ONAMIAP, entre outras), além de ter sido o evento propulsor da articulação da rede CiberAmazonas (AGÊNCIA PULSAR, 2017).

4. Surgimento do projeto transnacional “CiberAmazonas” (2017 - 2018)

O projeto da Rede de Comunicação comunitária e alternativa “CiberAmazonas” foi desenvolvido no marco do VIII Fórum Social Panamazônico, em 2017, inspirado “no mito das Amazonas” e convocadas como parte de dois projetos complementares (de comunicação alternativa na panamazônia): La Nave e Mídia dos Povo. Ademais, esta corresponde a uma rede transnacional de comunicadoras panamazônicas: mulheres indígenas, quilombolas, urbanas e ribeirinhas, do Brasil, Colômbia, Equador e Peru, em sua maioria articulistas, artistas, blogueiras, jornalistas e cineastas (AGENCIA PULSAR, 2017).

No Portal Pororoça de Comunicador@s Amazonic@s (2017), as CiberAmazonas se definem como uma organização (feminista) em rede que emprega o ciberespaço como instrumento de lutas que também são comunicacionais e que surge como plataforma para mostrar ao mundo quem são as mulheres, meninas e jovens e suas experiências nos territórios amazônicos, longe dos meios de comunicação tradicionais e de predominância patriarcal-masculinizada.

Desta maneira, a atuação das CiberAmazonas é pautada não somente no empoderamento, protagonismo de mulheres panamazônicas e o exercício de luta pelos seus direitos humanos e os direitos da natureza amazônica, mas também em princípios básicos da luta antipatriarcal, contra a violação (física e cultural) de seus corpos-territórios, em defesa da sua memória coletiva, da transmissão de seus conhecimentos ancestrais e medicinais e dos valores e rituais da vida para seus filhos e filhas; em segundo lugar, apresenta-se como uma rede descolonizadora, anti-capitalista e anti-extrativista, engajada na luta contra os efeitos nocivos de atividades como a mineração, monocultivos, atividade petroleira e megaprojetos hidrelétricos; e, por fim, coloca-se como uma rede intercultural, que respeita a interação e a visibilidade das cosmovisões, saberes e idiomas dos povos panamazônicos, sem hierarquias culturais, crendo na justiça de gênero e no poder das alianças (ibidem).

Neste caso, os meios de atuação ciberativista da rede se dão em diferentes espaços: radiofônico, no site Pororoça Rede de Comunicador@s Amazonic@s e na página do *Facebook* CiberAmazonas, a qual será analisada mais a frente e, por outro lado, a partir da participação e cobertura de eventos de resistência de mulheres e de povos panamazônicos, sendo importante citar 4 participações em sua trajetória: marchas e atividades no VIII Fórum Social Panamazônico (2017), em Tarapoto, no Peru; La Cumbre de La COICA (2018); II Encontro de Mulheres Amazônicas, em Macapá, no Brasil e o IV Encontro de Mulheres Rurais do Equador (2018), na cidade de Esmeralda (RED POROROÇA, 2018).

5. Analisando as “CiberAmazonas” através das abordagens feministas de ativismo e ciberativismo transnacional

Em primeiro lugar, tanto o contexto de surgimento da rede CiberAmazonas (2017-2018) durante o VIII FOSPA quanto seus métodos de atuação nos permitem classificá-la como uma rede ativista transnacional, conforme a definição clássica sugerida por Keck e Sikkink. Todavia, a sua autoidentificação com a luta e o termo “feminismo”, incluindo seus princípios básicos de luta, a construção de pautas específicas ligadas ao protagonismo de mulheres e a advocacy pela desestabilização de estruturas de poder de masculinidade hegemônica e de caráter eurocêntrico na panamazônica, classificam a rede, também, como uma rede (ciber)feminista transnacional, segundo o modelo teórico de Moghadam (2015), no qual as redes feministas transnacionais são aquelas formadas por mulheres de mais de um país ou região que se mobilizam dentro da solidariedade coletiva para lutar pela melhoria da condição de vida das mulheres.

Cabe chamar a atenção para o fato de que diversas teóricas feministas, a exemplo de Youngs (2015), advertem que tanto as NTICs (Novas Tecnologias de Informação e Comunicação) quanto o ciberespaço podem ser enxergados através de três abordagens, no que se refere ao ativismo de mulheres: (i) a internet como um espaço estritamente “técnico” e portanto masculino (androcêntrico); (ii) a internet em seu potencial para produzir contra-esferas públicas de fácil

acessibilidade para mulheres e a aproximações de solidariedade; e (iii) a internet como um espaço sem corpo (*bodiless space*), que ultrapassaria as construções binárias homem-mulher. Portanto, o presente artigo adota a segunda noção, à medida que atenta que a luta ativista das mulheres panamazônicas (da rede CiberAmazonas) percebe os espaços de comunicação digital *online* como espaços de ação que serão permeados pela suas corporalidades, experiências específicas, emoções e crenças interculturais, em nome dos direitos das mulheres amazônicas, suas comunidades e da natureza que protegem.

Não à toa, a rede coloca em seus Fundamentos Comunicacionais no *site* Red PororoCA Comunicador@s Amazônic@s (2017, sp): “transmitimos con lenguaje de género (...). Incorporamos la visión de género que es mostrar cómo todo afecta de manera diferenciada y desigual las vidas de las mujeres, proponiendo (...) nuevas formas de pensar y hacer”, enquanto acrescenta que “las producciones de cualquier tipo, multimediales, no serán neutrales ni imparciales. Son resultado del compromiso con los pueblos, las mujeres amazónicas y la Madre Naturaleza”.

Isto porque, à grosso modo, em 2017, a rede foi formada por 45 mulheres de origem indígena, quilombola, urbanas, rurais e de comunidades tradicionais de diferentes países panamazônicos (Brasil, Colômbia, Equador e Peru), que viram nos meios de comunicação comunitários e alternativos ferramentas para “denunciar e transformar realidades que são injustas para mulheres, suas famílias e suas comunidades” (no formato radiofônico, participação de eventos e produção de conteúdo na página do *Facebook* “CiberAmazonas”), partindo do reconhecimento que, no território panamazônico, as mulheres têm em comum a naturalização de três tipos de violência: sobre seus corpos, seus territórios e sobre suas culturas.

Figura 2 - Página do *Facebook* das CiberAmazonas.



Fonte: *Facebook* das CiberAmazonas (2018).

Destarte, no que se refere à Página de *Facebook* da rede transnacional CiberAmazonas (Fig. 3) – que, atualmente, tem 353 curtidas –, foram observados elementos generificados, a exemplo da ênfase das postagens próprias na cobertura do protagonismo de mulheres amazônidas em eventos e divulgação de convocatória para mulheres indígenas, intensificaram-se ainda mais quando foram avaliados os conteúdos ligados às cinco *hashtags* de uso mais frequente na página: #Alerta, #ComunicaciónAmazonica, #Peru, #Justicia e #Colombia (Tabela 1).

Tabela 1 - Categorização em torno do uso das cinco *hashtags* mais frequentes na página CiberAmazonas (2018).

HASHTAG	FORMATO	TIPO	CONTEÚDO
#Alerta	Texto (espanhol) (7), vídeo (1)	Matéria, campanha (1)	Delitos ambientais; denúncia para a proteção de áreas amazônicas; violência contra mulheres defensoras da natureza; questões climáticas; relato de solidariedade aos povos; violência contra líderes comunais; violência contra vidas awajún.
#Comunicación Amazonica	Vídeo (1), Fotos (1), Texto (espanhol) (2)	Matérias	Comunicação Sapara; Saúde emocional na comunicação amazônica; comunicadores indígenas em defesa do território.
#Peru	Vídeo (1) Texto em Espanhol (1)	Matéria; Campanha	Campanha para remediação de áreas e comunidades impactadas pela atividade petrolífera na Amazônia; importância do rio Wachik para a comunidade Shuar.
#Justicia	Vídeo (1), Texto em espanhol (2)	Matérias	Assassinato da liderança Olivia Arévalo; Assassinato da liderança Juana Raymundo na Guatemala; Assassinato da liderança María Del Carmen Moreno.
#Colombia	Textos em espanhol (2)	Matérias	Empoderamento de mulheres dos povos originários Okaína, Huitoto, Muinane y Bora de La Chorrera; Assassinato a líder comunal; comunicado de apoio à Organização Nacional Indígena da Colômbia

Fonte: elaboração própria.

Através das *hashtags*, notou-se a recorrência das temáticas que entrelaçam questões de luta ambiental à segurança alimentar e atuação protagonista de mulheres panamazônicas, bem como as denúncias de mega projetos predatórios e luta contra a violência de ativistas mulheres da região. Tais dados complementam os princípios comunicacionais das CiberAmazonas (2017), que afirmam que seu ativismo atua desde uma forma própria de produzir comunicação, levando em conta diversos elementos:

[...] As emoções das mulheres, da vida concreta e cotidiana, das vozes silenciadas, do sofrimento pela alteração da existência de suas famílias e comunidades devido a novas invasões e exploração de recursos naturais como petróleo, mineração, palma de óleo, megaprojetos e outros que os privam de seus lugares ancestrais. Para as guerras e pós-guerras que não levam em conta a situação de violência contra as mulheres, meninas exploradas sexualmente, tráfico de pessoas, tráfico de drogas. [...] A rede denuncia as violações ao nosso corpo-território onde a violência do sistema patriarcal que subordina as mulheres toma lugar. E as do território-lugar, espaço da memória coletiva, da subsistência, dos rituais de vida e morte, da transmissão do saber medicinal ancestral, da continuação da vida de nossos filhos e filhas. Onde forjamos nossas identidades [...] (RED POROCA, 2017, sp, tradução nossa).

Esse posicionamento das CiberAmazonas se mostra importante, porque, como colocam as teóricas feministas pós-coloniais Gajjala e Mamidipudi (1999) em seu artigo “Cyberfeminism, technology, and international 'development'”, diversas representações online e de ciberativismo ainda alimentam as falsas dicotomias do discurso “mundo desenvolvido/mundo subdesenvolvido”, o qual está carregado do legado colonial que justifica a busca por um modelo linear e, por vezes, predatório de desenvolvimento pelos países e regiões; questão que se mostra particularmente preocupante quando se considera o histórico de exploração nos países da panamazônica, na lógica de implementação dos chamados “Mega Projetos” e os seus impactos violadores no modo de vida das populações tradicionais.

Em consequência, a rede feminista CiberAmazonas faz uso e se dissemina justamente devido ao que Gillian Youngs (2015) chama de criação de “esferas públicas digitais” em contraposição às esferas públicas tradicionais, ambientes políticos altamente dominados por homens (ainda que em níveis menores que no passado). O ciberativismo feminista dessa rede, portanto, se situa no fortalecimento da “ocupação” e dos trânsitos de mulheres dentro das esferas públicas digitais, para que tais mulheres (aqui neste caso, as de origem panamazônica) passem a se conectar umas com as outras, com a sociedade civil e, com isso, acabam transformando drasticamente os padrões comunicativos no sistema internacional na lógica binária norte-sul, em que apenas mulheres brancas e classe alta têm acesso e domínio do discurso ativista.

Pelo contrário, ao evocar a divulgação de conteúdo das mulheres panamazônicas por elas próprias, as CiberAmazonas assumem um compromisso político com potencial para erodir as generalizações identitárias e as colonialidades estereotípicas que são negativamente impostas sobre mulheres da região – “exóticas, ignorantes, domésticas, passivas, selvagens, sexualizadas”, como bem questiona Chandra Mohanty (2008) –, entre outros imaginários sexistas coloniais presentes na panamazônia.

Neste âmbito, as postagens das CiberAmazonas contribuem na criação e disseminação da própria ideia das mulheres da região como pessoas políticas, engajadas e fora dos estereótipos impostos no imaginário ocidental – que inferioriza suas tradições culturais, cosmovisões e noções de desenvolvimento comunitário pluricultural (termo utilizado pela rede).

Mais detalhadamente, durante a presente pesquisa, foram filtradas todas as postagens que fizeram o uso do termo “mulher” (ou mujer), para identificar o conteúdo possivelmente generificado dessas postagens e os assuntos prioritários da página do *Facebook* CiberAmazonas, que foram: (i) participação das CiberAmazonas em eventos do continente latino; (ii) denúncias de violência contra a mulher amazônica (em contexto mineiro, petrolero e de luta agrária); (iii) empoderamento e visibilidade da arte de mulheres indígenas; (iv) mulheres defensoras da natureza; (v) convocatória de oportunidades para mulheres indígenas; (vi) mulheres na defesa das línguas originárias e da cultura; e (vii) casos de luta ativista no globo.

Logo, considerando as complexidades da agenda das CiberAmazonas, que compartilha grandes semelhanças com as pautas de luta das mulheres da América Latina e da Panamazônia, é possível observar uma quantidade relevante de limitações teóricas no modelo das Teorias Feministas Transnacionais de Moghadam (2015), uma vez que a autora oferece em seu modelo apenas 4 tipos contemporâneos de Redes Feministas Transnacionais (RFT), que pouco levam em conta esses desafios regionais expostos pelas CiberAmazonas. Assim, entre os 4 tipos de RFT da autora, estão: (i) aquelas que têm como alvo a agenda da política econômica neoliberal; (ii) as que enfocam o perigo

dos fundamentalismos e insistem nos direitos humanos das mulheres, especialmente no mundo muçulmano; (iii) grupos de paz das mulheres que visam a luta em contextos de conflito internacional e guerras; e (iv) redes engajadas no humanitarismo feminista e na solidariedade internacional.

Em contrapartida, na luta das CiberAmazonas, em sua complexidade de pautas e diversidade étnica, observa-se que as mesmas apresentam níveis de influência pouco explorados nos modelos teóricos feministas tradicionais, como o de Moghadam (2015), já que estes trazem poucas ferramentas para tratar dos significados simbólicos da produção de conteúdo ciberativista. Contudo, apesar de tais limitações, foram identificados níveis de influência do tipo *grassroots organizing* – em mobilizações contra Estados violadores, através de coalizões regionais; construção de coalizão, visando mobilizar, treinar e recrutar a sociedade civil na luta ativista; de solidariedade internacional e de protestos públicos (Tabela 2).

Tabela 2 - Formas de atuação das CiberAmazonas

NÍVEL DE INFLUÊNCIA DA REDE FEMINISTA	CIBERAMAZONAS (2017 - 20 18)
<i>Grassroots organizing</i> - mobilizar pressões contra Estados através de coalizões regionais.	X
Pesquisa e Análise - criação de uma agenda de publicações e pesquisas, para denunciar/influenciar a ampliação de entendimento de um fenômeno ligado às mulheres.	-
<i>Lobbying</i> .	-
<i>Public advocacy & education</i> - participar de fóruns multilaterais e arenas políticas intergovernamentais.	-
Construção de coalizão - mobilizar, recrutar e treinar a participação da sociedade civil em diferentes esferas	X
Ação Humanitária.	-
Solidariedade internacional.	X
Protestos públicos.	X

Fonte: Elaboração própria, conforme modelo teórico da Moghadam (2015).

Em continuidade a estas limitações, nos princípios das CiberAmazonas está o fato de que a rede “desenvolve sua proposta comunicativa de modo horizontal, de acordo com o pensamento próprio de cada uma e da coletividade. Estabelece uma aliança com outras redes, mulheres ou mistas (...)”. Explica-se que tal rede atua dentro do formato sociospatial de Youngs (2015), processo no qual as NTICs (Novas Tecnologias de Informação e Comunicação) abrem possibilidades de relacionamento político e comunicacional em caráter horizontalizado para as mulheres ativistas, contrariando a restrição vertical (e masculinizada) dos processos de comunicação no globo. Logo, enquanto estruturas geospaciais enfatizam tendências verticais de poder de cima pra baixo, as configurações sociospaciais coadunam para formas de ação e comunicação, podendo ser possíveis perturbadoras de estruturas de poderes patriarcais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo de caso de resistência da rede feminista ciberativista das CiberAmazonas, é reiterada a ideia de que, dentro de suas limitações, as NTICs podem fortalecer o empoderamento de mulheres, ativistas, favorecendo o reconhecimento da solidariedade transnacional e de identidades coletivas entre mulheres, de modo a conduzir para o centro discussões que estavam marginais nas esferas públicas tradicionais e construir alianças entre mulheres, instituições, projetos e campanhas atuantes em diferentes (ou múltiplos) países.

Todavia, ressalta-se aqui a relevância do diálogo teórico realizado entre as abordagens feministas tradicionais de Moghadam (2015), as reflexões de ciberfeminismo de Youngs (2015) e as teorias feministas pós-coloniais de mulheres do sul global – uma vez que os dois primeiros apresentam vastas limitações das interpretações dessas manifestações de resistência.

Ademais, o caso das CiberAmazonas denuncia, à grosso modo, que é possível transpor as barreiras de acesso no meio digital e tratar as lutas ativistas reconhecendo formas de opressão que se entrelaçam a outras problemáticas muito além da tríade raça-gênero-classe social no contexto da Panamazônia.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA PULSAR, 2017. *Protagonismo das mulheres e democratização da comunicação estão entre os destaques da carta de tarapoto*. Disponível em: <<http://brasil.agenciapulsar.org/mais/politica/brasil-mais/protagonismo-das-mulheres-e-democratizacao-da-comunicacao-estao-entre-os-destaques-da-carta-de-tarapoto/>>. Acesso em: 26 de jan. 2019.
- ALCÂNTARA, Lívia M. Ciberativismo e a Dimensão Comunicativa dos Movimentos Sociais: repertórios, organização e difusão. *Política & Sociedade*, Florianópolis - Vol. 15, 2016.
- AMAZÔNIA REAL, 2017. *Escutar o chamado da floresta: VIII Fórum Social Panamazônico*. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/escutar-o-chamado-da-floresta-viii-forum-social-panamazônico/>>. Acesso em 28 de jan. 2019.
- FOSPA, 2017a. *Mira el canal de tv del fospa*. Disponível em: <<http://www.forosocialpanamazonico.com/pt/mira-el-canal-de-tv-del-fospa-24-horas/>>. Acesso em: 26 de jan. 2019.
- FOSPA, 2017b. *Tribunal de mulheres julga casos emblemáticos de violações no Fórum Social Panamazônico*. Disponível em: <<http://www.forosocialpanamazonico.com/pt/tribunal-de-mulheres-julga-casos-emblematicos-de-violacoes-no-forum-social-panamazônico/>>. Acesso em: 26 de jan. 2019.
- GAJJALA, Radhika; MAMIDIPUDI, Annapurna. Cyberfeminism, technology and International development. *Gender and Development*, vol. 7, nº 2, 1999.
- MARQUES, Brenda. A atuação do movimento Ni Una Menos como rede (feminista) de ativismo transnacional na luta contra a violência de gênero na Argentina (2014 - 2016). *Fronteira: Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais*. Belo Horizonte, Vol. 18, nº 35, 2019.
- MOGHADAM, Valentine. Transnational Feminist Activism and Movement Building. In: BAKSH, Rawida; HARCOURT, Wendy (Org). *The Oxford Handbook of Transnational Feminist Activism*. Oxford: Ed. Oxford, 2015.

- MOHANTY, Chandra Talpade. “Bajo los ojos de occidente”. In: NAVAZ, Liliana Suarez; HERNÁNDEZ, Aída. *Descolonizando el feminismo: Teorías y prácticas desde los margenes*. Madrid: Editora Cátedra, 2008.
- OLÍVIA, Perez; RICOLDI, Arlene. A quarta onda do feminismo?. *42º Encontro Anual da ANPOCS, GT8 - Democracia e desigualdades, Caxambu - MG, 2018*.
- RED POROROCA, 2018. *CiberAmazonas en la IV Cumbre de La Coica*. Disponível em: <<http://pororoca.red/es/2018/06/17/ciberamazonas-en-la-iv-cumbre-de-la-coica/>>. Acesso em: 26 de jan. 2019.
- RED POROROCA, 2018. *Principios da rede CiberAmazonas*. Disponível em: <<http://pororoca.red/es/ciberamazonas/principios-de-la-red-ciberamazonas/>>. Acesso em: 26 de jan. 2019.
- ROCHA, Fernanda de Brito Mota. *A quarta onda do movimento feminista: o fenômeno do ativismo digital*. Dissertação (Mestrado), Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da UNISINUS, São Leopoldo - RS, 2017.
- ROTH, Julia. A legible face on facebook? Decolonializing gender and race in cyberspace. *Belgian network for gender studies*, Bruxelas, 2011.
- SIKKINK, Kathryn; KECK, Margaret E. *Activists beyond borders: advocacy networks in international politics*. Ithaca e Londres: Cornell University Press. 1999.
- TRAVERS, A. Parallel Subaltern Feminist Counterpublics in Cyberspace. *Sociological Perspectives*, Canadá, Volume 46, No. 2. 223-237, 2003.
- YOUNGS, Gillian. Digital Transformations of Transnational Feminism. In: BAKSH, Rawida; HARCOURT, Wendy (Org). *The Oxford Handbook of Transnational Feminist Activism*. Oxford: Ed. Oxford, 2015.
- YOUNGS, Gillian. Virtual Voices: Real Lives. In: HARCOURT, Wendy. *Women@Internet*, Londres: Ed. Zed, 55–68, 1999.

Educar para Igualdade de Gênero em Projeto de Extensão Universitária: a experiência do grupo Zo'é em Castanhal – Pará

Educar para la Igualdad de Género en Proyecto de Extensión Universitaria: la experiencia del grupo Zo'é en Castanhal - Pará

Education for Gender Equality in a University Extension Project: the Zo'é group's experience in Castanhal - Pará

Lilian Silva de Sales
Danila Guedes Azevedo
Daniela Araújo Santos

Resumo: O projeto Educar para Igualdade de Gênero realizou-se como extensão universitária pela Universidade Federal do Pará - Castanhal, biênio 2016/2018. Objetivou organizar grupo de estudo com professores da rede pública de ensino do município de Castanhal, bem como pessoas da comunidade interessadas em igualdade de gênero, visando formação, trocas de experiência e produção de materiais didáticos. Organizou-se a partir de comunidade de formação (Grupo Zo'é), a qual se baseou na “comunidade de sala de aula” de bell hooks (2013), na qual se articulam saberes teóricos/práticos, valoriza-se a experiência dos que participam através do “lugar de fala”, e intersecciona-se gênero com outros marcadores sociais. Hoje, o grupo organiza-se como um coletivo feminista, atuando de forma independente e ativa na luta pela igualdade de gênero no referido município.

Palavras-chave: Gênero. Feminismos. Formação Política. Educação.

Resumen: El proyecto Educar para la Igualdad de Género se realizó como extensión universitaria por la Universidad Federal del Pará - Castanhal, bienio 2016/2018. El objetivo de este trabajo fue organizar grupos de estudio con profesores de la red pública de enseñanza del municipio de Castanhal, así como personas de la comunidad interesadas en igualdad de género, visando formación, intercambios de experiencia y producción de materiales didáticos. Se organizó a partir de comunidad de formación (Grupo Zo'é), la cual se basó en la "comunidad de aula" de bell hooks (2013), en la que se articulan saberes teóricos/práticos, se valora la experiencia de los que participan a través del "lugar de habla" e intersecciona género con otros marcadores sociales. Hoy el grupo se organiza como un colectivo feminista actuando de forma independiente y activa en la lucha por la igualdad de género en el referido municipio.

Palabras clave: Género. Feminismos. Formación Política. Educación.

Abstract: The project Educating for Gender Equality was carried out as a university extension by the Federal University of Pará - Castanhal, biennium 2016/2018. The objective was to organize a study group with teachers from the public-school system of the municipality of Castanhal, as well as people from the community interested in gender equality, seeking training, exchanges of experience and production of didactic materials. It was organized from a training community (Grupo Zo'é), which was based on the "classroom community" of bell hooks (2013), in which theoretical/practical knowledge is articulated, experience gained of those who participate through the "talking place" is validated, and intersects gender with other social markers. Today the group organizes itself as a feminist collective acting independently and actively in the fight for gender equality in the said municipality.

Keywords: Gender. Feminisms. Political Formation. Education.

Lilian Silva de Sales – Professora adjunta II da Universidade Federal do Pará, mestre em Antropologia e doutora em Ciências Sociais. E-mail: liliandesales@gmail.com

Danila Guedes Azevedo – Graduada em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Pará. E-mail: danilaguedes16@hotmail.com

Daniela Araújo Santos – Bibliotecária da Secretaria Municipal de Cultura de Castanhal, Bacharel em Biblioteconomia e Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Pará. E-mail: danielaarasan@gmail.com

INTRODUÇÃO

A extensão universitária compõe, juntamente com o ensino e a pesquisa, o tripé de sustentação do trabalho de uma universidade. Com a extensão, as universidades (re)afirmam o seu compromisso com a comunidade de entorno e com a sociedade em geral, promovendo ações nas quais as/os estudantes serão envolvidas/os em trabalho direto com a comunidade externa à universidade, aprendendo e ensinando, no convívio compartilhado, formas de atuação profissional fundamentadas na práxis.

Nessa perspectiva de atuar dentro e fora da universidade referendadas/os numa práxis que possa construir uma educação socialmente igualitária para os gêneros, pensou-se no projeto *Educar para igualdade de gênero*, o qual se realizou como um projeto de extensão universitária, ao longo do período de junho de 2016 a junho de 2018. O referido projeto foi aprovado e desenvolvido pela Universidade Federal do Pará, Faculdade de Educação Física, Campus de Castanhal e coordenado Pela Prof^a. Dra. Lilian Silva de Sales, atualmente membro do grupo Zo'é.

O objetivo principal do projeto era organizar grupos de estudos com professoras/es das redes públicas de ensino do município de Castanhal, bem como pessoas da comunidade interessadas na temática da igualdade de gênero, com vistas à formação continuada, trocas de experiências e produção de materiais didáticos que possibilitassem o trabalho com a diversidade de gêneros em experiências com educação formal e não formal.

Formou-se, então, um grupo de estudo denominado comunidade de formação, que objetivava estudar sobre a produção acadêmica nos estudos de gênero e feministas. O grupo recebeu o nome de Zo'é¹.

No final de 2017, as mulheres que compunham a comunidade de formação Zo'é iniciaram a discussão sobre a necessidade do grupo se desatrelar da instituição UFPA. Sendo assim, em 2018, o coletivo deixou de ser uma comunidade de formação vinculada ao projeto de extensão universitária e passou a ser um grupo de mulheres feministas atuando como movimento social. Com o fim da vigência do projeto em junho de 2018, o projeto de extensão não é mais reeditado, mas o grupo continua em funcionamento, agora, com encontros frequentes e laços de irmandade cada vez mais fortes.

Atualmente, o grupo continua com algumas mulheres que outrora o integravam desde sua formação inicial assim como acolheu, também, novas figuras femininas, dispostas a debruçarem-se nos estudos de cunho feminista e a participarem das ações políticas, organizadas pelo grupo. Hoje, o Zo'é funciona como um grupo feminista independente da instituição UFPA. Dessa forma, continua replicando intensamente as ações de formação para igualdade de gênero no município, bem como ocupando espaços institucionais como os do conselho da mulher, do referido município.

1. A Construção da Igualdade na Formação da Práxis Política

O projeto Educar para a Igualdade de Gênero desenvolveu uma metodologia de trabalho inspirada nas “comunidades de sala de aula” de bell hooks (2013), que são grupos de estudo e for-

¹ Os Zo'é são um grupo da família linguística tupi-guarani que habita o interflúvio Cumunapanema/Erepecuru (atual Terra Indígena Zo'é), noroeste do estado do Pará. Atualmente, totalizam 267 indivíduos, distribuídos em 14 aldeias. Eles se subdividem em diferentes grupos locais (-wan), identificados com determinadas áreas territoriais, onde estão as aldeias ancestrais, suas roças, seus acampamentos, antigos e novos. Mas as famílias pertencentes a esses grupos frequentemente convivem nas mesmas aldeias, alternando períodos de aproximação e outros de dispersão nas áreas de ocupação que lhes são próprias (<http://www.funai.gov.br/index.php/zoe/2025-quem-sao-os-zo-e> - acesso <http://www.funai.gov.br/index.php/zoe/2025-quem-sao-os-zo-e> em 07/11/2018).

mação nos quais são articulados discussão teórica e prática, valorizando a experiência daquelas/es que participam da comunidade através do lugar de fala.

A opção por essa metodologia de trabalho se justifica na medida em que, segundo bell hooks (2013), é nas comunidades de sala de aula o lugar no qual as/os alunas/os e a/o professora/or podem exercer o direito à fala. Nessa troca de saberes, mediada pela produção teórica feminista, as/os envolvidas/os podem compartilhar suas experiências e, também, ouvir as das outras pessoas, num processo de ouvir e falar dialógico.

Para essa autora, “Essa estratégia pedagógica se baseia no pressuposto de que todos nós levamos à sala de aula um conhecimento que vem da experiência e de que esse conhecimento pode, de fato melhorar nossa experiência de aprendizado” (hooks, 2013, p, 114). Com isso, fornece um exemplo da importância de se construir espaços onde as pessoas possam falar sobre as suas experiências, bem como possam ouvir as experiências das outras.

Nessas comunidades, as/os alunas/os são estimuladas/os a relatarem suas vivências, marcadas pelas diferenças e pelas desigualdades de gênero, classe, raça, entre outras. Essa estratégia pedagógica se fundamenta na necessidade do reconhecimento de cada uma e cada um presente em sala de aula para o sucesso do processo de aprendizagem. Segundo hooks (2013, p. 17-18):

[...] Na comunidade da sala de aula, nossa capacidade de gerar entusiasmo é profundamente afetada pelo nosso interesse uns pelos outros, por ouvir a voz uns dos outros, por reconhecer a presença uns dos outros. Visto que a grande maioria dos alunos aprende por meio de práticas educacionais tradicionais e conservadoras e só se interessa pela presença do professor, qualquer pedagogia radical precisa insistir em que a presença de todos seja reconhecida.

É importante destacar que essa característica na produção do conhecimento, na qual a discussão teórica tem como ponto de partida as vivências das/os envolvidas/os no processo e tem, como fundamento teórico metodológico, o diálogo, a valorização da fala dos sujeitos e o acolhimento afetivo da presença de todas/os, está marcadamente presente no feminismo negro.

A ênfase na experiência em bell hooks (1990, 2000, 2013), que convida a afirmar a presença dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem, também possibilita considerar o seu lugar de fala como ponto de referência das reflexões teóricas, pois expressam não somente suas visões de mundo, mas as diversas posições que ocupam na dinâmica de sua vida pessoal e profissional.

Patricia Collins (2000) demarca as principais diferenciações entre as Ciência e Filosofia Clássicas e a Epistemologia Feminista Negra; entre as diferenças apontadas, está a concepção em torno de como o sujeito conhece. Para esta autora, diferente da Ciência e da Filosofia Clássicas, nas quais o conhecimento é fruto da iluminação, da visão, do ato de enxergar; na Epistemologia Feminista Negra é resultante do falar e ouvir, do diálogo que articula duas dimensões: o saber, oriundo da experiência vivida; e o conhecer, adquirido ao longo do percurso acadêmico das intelectuais negras (COLLINS, 2000).

O falar e o ouvir no diálogo encerra a expressão de duas subjetividades que estão em interação, uma relação em que uma/um se coloca à disposição da/o outra/o, se abre ao que a/o outra/o tem a dizer. Nesse sentido, o diálogo é uma ação de empoderamento daquelas/es que falam e que são ouvidas/os. O diálogo pressupõe o movimento de ir e vir da palavra, do relato da experiência daquela/e que conhece a realidade que viveu.

Ao considerar o falar e o ouvir (no diálogo) como elemento equalizador da produção do conhecimento, tomando como base a articulação dos saberes da experiência cotidiana e do percurso acadêmico, a Epistemologia Feminista Negra permite repensar a dicotomia hierarquizada entre sujeito e objeto de conhecimento, além daquela que separa teoria e prática.

Além do mais, é também na experiência das pessoas que interagem dialogicamente que se expressam as articulações entre os diversos e diferentes marcadores sociais da diferença – gênero, raça, sexo, classe, dentre outros –, que se interseccionam constituindo estruturas de dominação básica que estabelecem diferentes e desiguais posições sociais.

Para Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177), a interseccionalidade se define por aquela que:

[...] busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

A perspectiva interseccional permite perceber como os marcadores sociais da diferença, principalmente gênero e raça, se imbricam na produção de discriminações e opressões. Nesse aspecto, considerando as identidades raciais e de gênero, para Crenshaw (2002, p.173):

[...] a incorporação do gênero no contexto da análise do racismo, não apenas traz à tona a discriminação racial contra as mulheres, mas também permite um entendimento mais profundo das formas específicas pelos quais o gênero configura discriminação também enfrentada pelos homens.

Essa perspectiva aprofunda ainda mais a crítica às percepções binárias de gênero, possibilitando vislumbrar não somente a mulher como sujeito único universal, mas compreender que, no jogo das intersecções entre os marcadores, a opressão atinge, também, outros sujeitos.

Ao explicar o que entende por cada um dos elementos que ordenam as identidades sociais, a definição de Shields (2008), de interseccionalidade, permite compreender como os diversos marcadores não só se relacionam, mas, ainda, se modificam quando se interseccionam. De acordo com Shields (2008), considerando o processo de identificação social do indivíduo, cada uma das categorias de identidade interseccionadas tem seu significado relacionado àquela outra com a qual está em intersecção, essas são formadas e mantidas a partir de um processo dinâmico, em que o próprio indivíduo está ativamente engajado.

Compreendo que, a partir da explicação de Shields (2008), o processo de construção das identidades sociais ocorre nessa articulação imbricada de múltiplas categorias identitárias, portanto, essas categorias vão sendo acionadas, revisitadas e recriadas à medida que nos relacionamos com as/os outras/os e com o mundo que nos rodeia. Todas essas categorias, em relação interseccional, influenciam na forma como nós nos percebemos, como somos percebidas/os pelas/os outras/os e, também, como nós nos situamos no jogo das opressões/privilégios sociais.

É importante compreender que a interseccionalidade não cria apenas opressões, cria também oportunidades; portanto, uma posição interseccional pode encontrar-se em desvantagem em relação a um grupo, mas em vantagem em relação a outro (SHIELDS, 2008). Assim, de acordo com a perspectiva interseccional, não faz sentido pensar em superposição de opressões ou privilégios, e sim compreender as complexas articulações entre os marcadores na produção de espaços e posições sociais.

Pensar interseccionalmente é, portanto, buscar compreender a fluidez e a multiplicidade com que os sujeitos sociais produzem as complexas relações com a sociedade em que estão inseridos; é romper com a ideia naturalizada e essencializada de identidade social, percebendo as dinâmicas articulações entre os diversos marcadores da diferença na constituição identitária, influenciando nas posições assumidas pelos indivíduos e pelos grupos.

No que tange à prática docente, recentes pesquisas no campo de gênero (SALES, 2016; PAZ, 2014; GRÖSZ, 2008) indicam que um dos obstáculos à efetivação do trabalho com gênero nas escolas se deve à ausência de debates com a temática nos currículos de formação inicial e continuada.

Em pesquisa que realizou no doutorado, Sales (2016) identificou a ausência do debate de gênero na formação de professoras/es através da análise do relato de 123 professoras/es, expresso através de documento de avaliação do projeto de formação do qual estas/es docentes participaram e de questionário aplicado ao longo do período de coleta de dados. A autora aponta, na mesma pesquisa, que docentes da grande região metropolitana de Belém (Belém, Ananindeua, Marituba e Benevides) e do município de Castanhal indicaram a presença de vários obstáculos ao trabalho pedagógico com a temática da igualdade de gênero, racial e o respeito à diversidade sexual. Algumas/uns das/os professoras/es se referem, de maneira significativa, que as discriminações e o preconceito existentes no espaço escolar onde atuam constituem as dificuldades encontradas para incluírem o debate sobre gênero e raça nas escolas.

Porém, apesar de indicarem o preconceito como o problema eminente, há dificuldade em identificar a que tipo de preconceito elas/es se referem. Isso reforça uma compreensão de que há, ainda fortemente enraizado, um discurso do senso comum ao falar de preconceito como algo generalizável, sem definir exatamente a que tipo de preconceito se refere e que tem contornos bem definidos, em que tudo ganha a mesma denominação ao 'engolir' suas especificidades (SALES, 2016). O fato de não terem uma compreensão aprofundada sobre o problema estrutural da desigualdade de gênero, racial e sexual que se faz presente nas escolas, expresso pela identificação genérica do preconceito sem se reportar, no entanto, aos substratos estruturais produtores de desigualdades específicas e diferentes, se reverte, conseqüentemente, na dificuldade dessas/es para identificarem, nas ações cotidianas, o que se refere ao âmbito das percepções individuais e o que está relacionado a um problema estrutural de desigualdade existente no país.

Guimarães (1995), ao se reportar à agenda antirracista ocidental, importada dos Estados Unidos para outras sociedades, como a brasileira, fornece uma análise para que se entenda como a utilização desse modelo, no trato das relações raciais no Brasil, limita e invisibiliza o grave problema da desigualdade racial no nosso país.

Diferenciando "preconceito" de "discriminação", à maneira do que faziam os norte-americanos, e colocando o primeiro no reino privado do arbítrio individual, negando-lhe, portanto, uma dimensão propriamente social, o anti-ra-

cismo erudito de então operou muitas vezes, de fato, funcionalmente, como um esforço ideológico de obscurecer o verdadeiro racismo nacional. (GUIMARÃES, 1995, p.28).

Mas a presença de diversos preconceitos institucionalizados nas escolas, trazidos como pauta pelos comentários de professoras e professores, mostra que a prática pedagógica não é neutra, mas, como disse Paulo Freire (1979), é uma ação política, encerrando, portanto, uma tomada de posição sobre a realidade.

Há, também, indicação nos relatos referidos de uma resistência por parte das famílias e das/os funcionárias/os das escolas para que as assimetrias de gênero possam ser debatidas e superadas nas experiências pedagógicas, há o fato da grande influência das religiões de matriz cristã, presentes no cotidiano das escolas. Esse poder de “resistência”, do modelo institucionalizado ao debate sobre gênero, aumenta na medida em que as experiências pedagógicas ocorrem no interior de escolas ligadas a instituições religiosas (SALES, 2016).

A presença marcante de uma ritualística católica, além de ameaçar a laicidade que é garantida constitucionalmente, impõe valores e comportamentos baseados em modelos cristãos para professoras/es, alunas/os e demais pessoas que fazem parte da comunidade escolar, como catequese (SALES, 2016). Compreende-se que a presença tão marcante do catolicismo ou de qualquer religião de matriz cristã em instituições que devem manter, legalmente, o seu caráter laico nesse assunto, se constitui em expressão de valorização do que alguns autores chamam de branquitude (WARE, 2004; D’ÁVILA, 2006; FRANKENBERG, 2004). Do mesmo modo, é perceptível tal valorização, na medida em que não se abre espaço para os conhecimentos das religiões de matriz africana na escola ou se inferioriza esses conhecimentos, dando-lhes um tratamento folclorizado de alto cunho discriminatório, destituindo-lhe de seu significado histórico, social e cultural (SALES, 2016).

Sales (2016) traz, também, relatos de professoras/es que indicaram a ausência ou a superficialidade quando se refere aos estudos de gênero e feministas nos currículos que formam professoras/es licenciadas/os e pedagogas/os; isso interfere diretamente no trabalho pedagógico, considerando-se as dimensões de aprendizagem, do ensino, da avaliação e das relações humanas que se efetivam no interior das escolas.

Apesar do debate sobre as temáticas de gênero e raça na formação universitária serem imprescindíveis para a formação de uma consciência de convivência e respeito às diferenças nas escolas mencionadas pelas/os professoras/es, acredita-se que a mudança de postura dos sujeitos em relação as/aos outras/os e ao mundo depende de um processo que envolve outras experiências formativas, principalmente aquelas que possibilitam articulação com a própria experiência de cada uma e cada um.

É necessário enfatizar que o debate sobre a diferença precisa atingir não somente a prática pedagógica de professoras/es, mas, também, as diferentes naturezas de trabalho pedagógico (gestão, supervisão e orientação escolar). Há necessidade, ainda, de que essas formações privilegiem a relação teoria e prática, e que esses profissionais da educação possam trazer para o debate suas experiências pedagógicas como base para a construção de novos fazeres pedagógicos. Construir espaços de visibilidade e positividade das diferenças na escola e fora dela é respeitar os direitos humanos.

A possibilidade de considerar a experiência das pessoas e dos diferentes grupos como base fundamental da produção de conhecimento, possibilita entender com maior amplitude as dife-

rentes dimensões da vida em sociedade e dos lugares de opressão e de privilégio que os sujeitos ocupam no contexto das relações sociais.

2. A construção do grupo Zo'é

Como referido anteriormente, o projeto de extensão foi, inicialmente, pensado para ser desenvolvido com professoras/es das redes públicas de ensino do município de Castanhal. Nesse sentido, articulou-se com algumas professoras, que outrora já haviam participado de outros projetos e atividades ligados à universidade. Depois disso, foi agendada a primeira reunião com um grupo pequeno de cinco professoras, as quais iriam funcionar como articuladoras dentro dos espaços de ensino que atuavam.

Nessa reunião, o projeto foi apresentado; em seguida, discutiu-se sobre a necessidade de mobilizar outras professoras/es para uma segunda reunião. Então, na tarde de 11 de junho de 2016, ocorreu a segunda reunião com a presença de dez mulheres, nem todas professoras – como projetado no início –, porém, dispostas a se qualificar para compreenderem melhor seu lugar social.

Na mesma reunião, ficou acordado construir a comunidade de formação como um **grupo somente de mulheres**, considerando a demanda de todas que dele participavam. O intuito foi criar uma atmosfera na qual todas pudessem se sentir confortáveis, tendo liberdade para discutir os mais variados assuntos, os quais intimidar-se-iam, caso houvesse a presença masculina.

Por seis meses, o grupo se reuniu para estudar sobre feminismos, relacionando as leituras com suas vidas concretas, compartilhando experiências e estreitando laços de irmandade. Nesse período, não se realizou nenhuma ação política, porém, as reuniões de estudo aconteciam com frequência. Mas, por vezes, as mulheres que ocupam o grupo participavam juntas de ações que ocorriam no município, como as reuniões de estudos que foram realizadas durante as ocupações das universidades federais e estaduais pelas/os estudantes no ano de 2016, as manifestações de rua contra o golpe de 2016, entre outras.

Como parte dos encontros do grupo, muitas vezes nos reuníamos para tomar um café à tarde; cada uma, dentro da sua possibilidade, levava algo gostoso para compartilhar e ficávamos conversando sobre nossas experiências pessoais, mas sempre articulando com algum texto lido nas outras reuniões de estudo. Num dos encontros, possibilitamos um momento com danças circulares, proporcionado em articulação com uma professora de danças local. Esses momentos de maior relaxamento tinham objetivos de criar uma atmosfera mais íntima e prazerosa entre as participantes, bem como estreitar os laços de afeto e irmandade.

Depois desse período de gestação do grupo, começou-se a projetar o que denominamos de “primeira onda feminista de Castanhal”, que aconteceu em 08 de março de 2017, a primeira intervenção como comunidade de formação de caráter feminista em Castanhal. Em seguida, elencamos algumas das atividades desenvolvidas pelo projeto de extensão – grupo Zo'é: **O curso de formação** que se estrutura a partir dos encontros de estudos de textos sobre a temática de gênero e feministas, articulada às vivências das mais diferentes mulheres envolvidas no projeto. **Primeira Onda Feminista**, cujo tema **Uma Onda Feminista no dia 08 de março: para além dos batons e das flores**, foi a nossa primeira ação política no município depois da criação da comunidade de formação.

Fotografia 1 – Encontro de estudo



Fonte: dispositivo móvel Jhulie

Figura 1 – Logo da I Onda



Fonte: Ilustradora Ana Mauê

Nessa atividade, organizamos a “onda” feminista para além dos batons e das flores, um evento em que pudéssemos apresentar às mulheres e homens de castanhal outras demandas das mulheres, as múltiplas formas de atuarem no mundo e de construírem redes de apoio mútuo e de luta.

Fotografia 2 – Primeira onda feminista



Fonte: Lilian Sales

A **Segunda Onda Feminista**, cujo tema **Nenhum Direito à Menos** foi fruto do compromisso com a ampliação do debate sobre a conjuntura política pós-golpe de 2016 e de como as mulheres são as mais vulnerabilizadas, num contexto de crise econômica e política. Considerando que o contexto de crise no qual vivemos ameaça brutalmente o conjunto de direitos já conquistados pelas mulheres, bem como aqueles que ainda se busca conquistar, o grupo decidiu apresentar esse tema da segunda onda do dia 08 de março de 2018.

Figura 2 – Logo de divulgação da II Onda



Fonte: ilustradora Ana Mauê

A **Terceira Onda Feminista**, realizada em 08 de março de 2019, teve como tema **Mulheres articulando com os movimentos sociais**, compreendendo que a luta por igualdade de gênero precisa empreender diferentes e amplas frentes de luta, nesse sentido, a necessidade de articular-se a diferentes movimentos sociais.

Figura 3 – Identidade visual III Onda



Fonte: Ilustradora Morghana

Rodas de conversa “Ocupando as Ocupações de Estudantes” foram propostas e organizadas pelo grupo como demanda do movimento estudantil², com o objetivo de dialogar sobre feminismo e a luta histórica das mulheres.

As/os estudantes socializaram suas visões acerca da data, bem como leituras que debatem o feminismo e a organização das mulheres. Nesses encontros, também aproveitamos para mobilizar as/os estudantes para a primeira onda feminista.

3. A luta pela equidade continua sob novas perspectivas

Hoje, com o projeto **Educar para a Igualdade de Gênero** já finalizado, o grupo feminista de ação política Zo'é segue sua vocação de contribuir com a formação política feminista das mulheres castanhalenses.

Figura 4 – Identidade visual do Grupo Zo'é



Fonte: Ilustradora Ana Mauê

Além da tarefa de ampliar e qualificar a atuação política das mulheres, de visibilizar o trabalho delas em diferentes campos de atuação, tem uma importante missão que se constitui em compor o conselho de direito das mulheres do município, ocupando assento nesse imprescindível espaço de acompanhamento das implementações de políticas públicas de proteção às mulheres de Castanhal.

Fotografia 3 – Posse no CMDCF



Fonte: dispositivo celular da Tatiana Moura

² Estudantes do Instituto Federal de Educação do Pará e Universidade Federal do Pará Campus Castanhal, bem como pelos estudantes secundaristas de escolas estaduais que estavam em ocupação dessas instituições no ano de 2016.

REFERÊNCIAS

- COLLINS, P. Black feminist epistemology. In: COLLINS, P. *Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2000. p. 269-290.
- CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 10, p. 171-188, 2002.
- D'ÁVILA, J. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945*. Tradução de Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- FRANKENBERG, Ruth. A Miragem de Uma Branquidade Não Marcada. In: FRANKENBERG, Ruth (org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 307-338.
- FREIRE, P. *Educação e mudança*. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GRÖSZ, D. M. *Representações de gênero no cotidiano de professoras e professores*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Políticas Públicas e Gestão na Educação da UNB, Universidade de Brasília, Brasília.
- GUIMARÃES, A.S.A. Racismo e Anti-Racismo no Brasil. *Novos Estudos*, n. 43, p. 26-44, nov.1995.
- hooks, B. *Yearning – race, gender, and cultural politics*. Boston: South end Press, 1990.
- hooks, B. Black women: shaping feminist theory & Feminism: a movement to end sexist oppression & the significance of feminist movement. In: hooks, B. *Feminist theory: from margin to center*. New York: South and Press Classics, 2000. p. 0-42.
- hooks, B. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.
- hooks, B. Escolarizando Homens Negros. Tradução de Alan Augusto Ribeiro e KeishaKhan Y. Perry. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 677-689, set./dez.2015.
- SALES, L. *Experiências de Professoras/es “Em Formação” e articulações de Gênero e Raça nas Escolas Públicas da Região Metropolitana de Belém – 2016*. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA, Universidade Federal do Pará, Belém- PA.
- SHIELDS, S.A. Gender: An Interseccionalidade Perspective. *Sex Roles*, n.59, p.301-311, 2008.
- WARE, V. O poder duradouro da branquidade: “um problema a solucionar”. In: WARE, V (org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 30-52.

Mulheres no curso de Licenciatura Integrada em Matemática e Física da Universidade Federal do Oeste do Pará: mapeando trajetórias sob a perspectiva de gênero

Mujeres en la Carrera de Formación de Profesores en Matemáticas y Física de la Universidad Federal del Oeste del Pará: investigando trayectorias bajo la perspectiva de género

Women in the Teacher Formation Course on Mathematics and Physics of the Pará's West Federal University: mapping life trajectories under the perspective of gender

Amanda Cantal
Glauco Pantoja

Resumo: As mulheres são, atualmente, maioria nas universidades no Brasil, de acordo com o último Censo da Educação Superior. Porém, é comum perceber em campos como a Física e a Matemática a presença majoritária de profissionais homens. A partir de relatos colhidos em entrevistas realizadas com acadêmicas matriculadas no curso de Licenciatura Integrada em Matemática e Física (LIMF) da Universidade Federal de Oeste de Pará, buscamos evidenciar alguns obstáculos referentes à escolha profissional enfrentados por essas alunas antes de ingressarem no curso. Foi possível perceber que a compreensão cultural de que componentes biológicos determinam aptidões específicas para cada um dos sexos é fator predominante na constituição dos obstáculos relatados, contribuindo para a chamada exclusão horizontal das mulheres nas áreas de ciências exatas.

Palavras-chave: Gênero. Mulheres. Ciências Exatas. Obstáculos.

Resumen: Las mujeres son la mayoría de los estudiantes de nivel superior en Brasil, pero, se suele notar en campos como la física o las matemáticas, la existencia de una mayoría de profesionales masculinos. A partir de narraciones recogidas en entrevistas conducidas con cinco alumnas de un curso de formación de profesores de matemáticas y física de la Universidad Federal del Oeste del Pará, se buscó evidenciar algunos obstáculos relativos a la elección profesional enfrentados por esas mujeres antes de ingresaren en la carrera. Fue posible percibir que la comprensión cultural de que componentes biológicos determinan aptitudes específicas para cada uno de los sexos es factor predominante en la constitución de los obstáculos descritos, contribuyendo para la exclusión horizontal de las mujeres en el área de las ciencias exactas.

Palabras clave: Género. Mujeres. Ciencias Exactas. Obstáculos.

Abstract: Women are majority in Brazilian universities according to the last Higher Education census. However, in fields like physics, and mathematics, for example, the existence of a majority of male professionals is often perceived. From narratives collected in interviews conducted with female undergraduate students enrolled in a teacher formation course on mathematics and physics, we sought to evidence the main obstacles related to professional choice faced by these women before accessing Higher Education. It was possible to perceive that the cultural comprehension that biological components determine specific aptitudes for each sex is a major factor in the constitution of described hindrances, contributing for women's horizontal exclusion in careers of exact sciences.

Keywords: Gender. Women. Exact Sciences. Hindrances.

Amanda Cantal – Graduanda do curso de Bacharelado em Antropologia da Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: mandacantal@hotmail.com

Glauco Pantoja – Doutor em ensino de Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor adjunto III da Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: glaucopantoja@hotmail.com

INTRODUÇÃO

De acordo com o último Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, as mulheres são maioria no Ensino Superior no Brasil, sendo elas 55% dos estudantes ingressantes, 57% dos matriculados e 61% dos concluintes dos cursos de graduação no ano de 2017 (INEP, 2017). Porém, é comum perceber em áreas como a Física, as engenharias e a Matemática, por exemplo, a presença majoritária de profissionais do sexo masculino. Quatro vezes mais meninos do que meninas planejam seguir uma carreira profissional em engenharia ou informática, segundo o relatório “The Abc of Gender Equality in Education: Aptitude, Behaviour, Confidence” da OECD (Organisation for the Economic Co-operation and Development). Essa diferenciação por gênero e áreas de conhecimento, que já é notória desde a idade escolar, pode ser compreendida como reflexo de uma sociedade que define papéis para cada um dos sexos.

O número reduzido de mulheres que atuam nas áreas da Ciência e Tecnologia (C&T), mais particularmente nas ciências exatas, é resultado de um processo de exclusão socialmente construído ao longo dos séculos. Lowy (2009) nos diz que a ciência não é neutra do ponto de vista do gênero. Ela é constituída em grande parte por homens, foi criada com base em suas visões de mundo e opera através de um modelo excludente que se ampara, muitas vezes, em explicações biológicas para justificar a segregação. Porém, esse tipo de determinismo biológico tem sido contestado há algum tempo, principalmente pelos movimentos feministas. A partir da década de 60, feministas passaram a criticar com mais veemência a utilização do termo “sexo”, apropriando-se do conceito de gênero e demonstrando que “não são propriamente as características biológicas que definem as desigualdades, atribuem e determinam funções sociais a serem desempenhadas por mulheres e homens, mas sim os modos pelos quais características femininas e masculinas são representadas” (SILVA, 2012, p.57).

Utilizando-se da categoria gênero como uma forma de ir além dos discursos biologizantes que naturalizam o masculino e o feminino, torna-se possível tecer entendimentos sobre como se constroem significados culturais para as diferenças percebidas e como essas diferenças são hierarquizadas. Nesse artigo, procuramos levar em conta a preocupação em compreender como os sujeitos aprendem a ser homens ou mulheres em nossa sociedade, e como esses aprendizados atravessam as trajetórias de cinco acadêmicas da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), matriculadas no curso de Licenciatura Integrada em Matemática e Física (LIMF), ofertado na cidade de Santarém-PA. Para isso, foram realizadas entrevistas com as alunas Samira, Ananda, Rebeca, Júlia e Bete. Cada uma das entrevistas se iniciou de forma não estruturada, quando foi pedido que falassem um pouco sobre sua trajetória de vida. Posteriormente, foram introduzidas perguntas com base em um questionário-guia, sem ordem específica, que duraram cerca de 60 minutos e foram realizadas na própria Universidade. Aqui, atribuo pseudônimos a cada uma das entrevistadas, com o objetivo de preservar suas identidades.

Samira, filha mais nova de pais separados, cujo pai abandonou a família quando ela tinha seis anos. Cerca de dois anos após a partida do pai, sua mãe começou a apresentar sintomas de esquizofrenia, sendo diagnosticada, um pouco depois, como portadora da doença. Samira e seus dois irmãos mais velhos passaram a morar com a avó materna. Um de seus irmãos faleceu quando ela ainda era criança, e sua avó materna também, logo, ela foi morar com uma tia, irmã de seu pai. Em seguida, passou um tempo morando na cidade de Alenquer-PA com sua avó paterna, mas precisou voltar para a casa da tia, em Belém-PA, onde concluiu seus estudos no Ensino Fundamental e Médio. Ela

sempre gostou de matemática e de ensinar, destacando-se na escola com suas boas notas e ensinando seus próprios colegas de sala. Optou por estudar em Santarém após passar no processo seletivo da UFOPA, por influência de sua irmã mais velha, que já morava aqui e estudava na universidade.

Ananda, filha mais velha de uma enfermeira e um mestre de obras, desde cedo se destacava na escola com notas altas, principalmente, em disciplinas de exatas. Quando estava no Ensino Médio, foi ganhadora de um concurso que premiava os melhores alunos de escolas públicas. O concurso consistia na indicação de um aluno por escola (eram escolhidos pela diretoria a partir de suas notas), estes realizavam uma prova e os três melhores eram premiados de acordo com o seu desempenho. Ananda ganhou primeiro lugar geral dentre todos os alunos indicados pelas escolas participantes e foi premiada com um computador e uma bolsa de estudos em um cursinho preparatório para o vestibular. Quando ainda estava no Ensino Médio, ela pretendia cursar vestibular para Engenharia ou Arquitetura, mas depois mudou de ideia e decidiu fazer Medicina. Quando estava próximo do vestibular, ela decidiu que queria se inscrever para o curso de LIMF, e, apesar dos seus pais acatarem sua escolha, no começo, ofereceram resistência à sua decisão.

Rebeca, natural da cidade de Monte Alegre-PA, filha de uma técnica em enfermagem e um profissional autônomo, possui um filho de apenas 6 anos. Gostava de matemática desde quando era criança, por influência de professores que admirava, e se destacava desde cedo nas provas e trabalhos que envolviam cálculos. Quando decidiu cursar LIMF, enfrentou resistência principalmente por parte do pai. Atualmente, mora com sua mãe, está no último semestre do curso e pretende fazer mestrado e doutorado para atuar como professora do Ensino Superior.

Júlia é a quarta pessoa da sua família a cursar o Ensino Superior. Possui 3 primas, também formadas em áreas de exatas, e um tio químico, que já faleceu. Atualmente, está no último semestre do curso; seu pai é caminhoneiro e sua mãe camareira, e possui dois irmãos. Mãe de um menino de 12 anos, ela engravidou durante o Ensino Médio e, após concluir, decidiu não tentar vestibular por conta das dificuldades da gravidez. Não teve o apoio dos pais, que estavam separados na época. Em 2013, quando o filho completou 7 anos, ela soube, através de sua prima, que a UFOPA concedia bolsas e decidiu prestar vestibular para o curso de LIMF, pois sempre sonhou em cursar Matemática. Ela costuma afirmar que “a física veio no pacote” e que uma de suas maiores dificuldades no curso são as disciplinas que tratam de física.

Bete, natural da cidade de Monte Alegre; sua mãe tem o Ensino Médio completo, mas seu pai não teve a oportunidade de concluir. Foi criada por sua avó que é analfabeta. Bete é a terceira de sua família a ingressar no Ensino Superior (possui duas tias graduadas), e prestou, primeiramente, vestibular para o curso de Matemática na Universidade do Estado do Pará (UEPA), mas decidiu abandoná-lo por ser no campus de Altamira, distante de sua família. Decidiu, então, prestar vestibular para o curso de LIMF na UFOPA, em Santarém, entrando no ano de 2014. Começou a gostar de matemática na 6ª série, mas foi no Ensino Médio que passou a ficar encantada com as aulas de sua matéria e com o ensino. Na época em que decidiu prestar vestibular para a UEPA, se inscreveu, primeiramente, no curso de Enfermagem, mas antes de pagar o boleto, no último prazo, trocou para Matemática.

1. Por que menos mulheres?

Dados atuais sobre o gênero nas áreas da Ciência e Tecnologia (C&T) evidenciam que, apesar de a presença feminina nessas áreas apresentar uma curva de crescimento ao longo do tempo, este

processo mostra-se lento e as mulheres ainda são extremamente sub-representadas. O relatório *The Global Gender Gap Report*, do Fórum Econômico Mundial de 2017, revela a pouca representação feminina nas áreas de Engenharia, Indústria, Construção e Tecnologia. No Brasil, a presença delas nas ciências exatas é inferior, mesmo sendo escolarizadas mais cedo e maioria como ingressantes e concluintes nas universidades. Dados do Censo da Educação Superior 2016 nos mostram que na Enfermagem, por exemplo, 82,1% das matriculadas são mulheres, enquanto na Engenharia Mecânica elas representam apenas 10,5%.

Segundo a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da UFOPA, a universidade contava, no ano de 2017, com 5.919 alunos ativos, dentre eles 3.254 mulheres e 2.665 homens. Apesar de as mulheres serem maioria matriculada na instituição, quando se trata do curso de LIMF, a presença feminina é bem menor que a masculina desde a primeira turma ingressante, em 2011. De 285 alunos que ingressaram entre 2011 e 2017 no curso, apenas 85 eram mulheres e, dentre elas, 15 cancelaram, 16 trancaram, uma se formou e 54 estão ativas. No caso dos homens, temos um total de 199 ingressantes, 38 trancados, 34 cancelados e 127 ativos.

Em seu artigo “O labirinto de cristal: as trajetórias de cientistas na Física”, Betina Stefanello Lima narra acerca de sua teoria sobre o que seria o “labirinto de cristal”, pois, para ela, o conceito de “teto de vidro” (metáfora utilizada para tratar dos obstáculos que impedem mulheres de ascender em suas profissões) não abarcava a profundidade do problema:

Durante meu percurso de pesquisa quando comecei a entrevistar cientistas de diversas áreas, percebi que esse conceito, ainda que ilustrasse parte importante do problema, não era adequado para dimensionar a complexidade dos obstáculos dispostos no decorrer da carreira científica. Por meio da pesquisa realizada e da literatura sobre a temática, é possível perceber que as barreiras, ainda que não formais, são muitas e diversas, localizadas ao longo da carreira e não apenas no “topo”. A imagem de um teto nos transmite a ideia de que existe apenas um tipo de barreira e uma única etapa da carreira, no caso, localizada no topo, para ascender a postos de poder. Pode-se ter a errônea percepção de que não há obstáculos para as mulheres até que desejem ascender na profissão. O labirinto de cristal, conceito proposto durante a especialização e aprofundado no mestrado, indica que os obstáculos encontrados pelas mulheres, simplesmente por pertencerem à categoria “mulher”, estão dispostos ao longo de sua trajetória acadêmica, e até mesmo antes, na escolha da área de atuação. (LIMA, 2013, p.885).

A teoria da autora engloba os obstáculos ocorridos antes, durante e depois que já se está na profissão. Porém, não há um enfoque que trate profundamente dos obstáculos iniciais, que estão diretamente ligados ao fato das mulheres adentrarem áreas de exatas em menor número ou à chamada exclusão horizontal¹.

O que faz as mulheres não optarem por certas áreas na mesma proporção que os homens? Não se pode, diante de tantos dados alarmantes, ignorar que não se trata apenas de identificação, ou pior, que essa identificação por si só não esconde problemas culturais e sociais muito mais profundos.

¹A literatura sobre a temática define dois tipos de exclusão das mulheres nas ciências: a) exclusão vertical, que se refere ao menor número de mulheres em cargos superiores e/ou ascendendo profissionalmente; b) exclusão horizontal, que trata do desequilíbrio entre o número de homens e mulheres em determinadas áreas do conhecimento (LIMA, 2013).

A compreensão cultural de que as mulheres são naturalmente pertencentes aos espaços domésticos nos dá pistas quanto a isso. Não é surpresa que elas sejam grande maioria, por exemplo, nos cursos de Enfermagem (cuidado, assistência, saúde) e Pedagogia (ensino de crianças), profissões que são muito relacionadas ao que ainda é considerado “feminino” em nossa sociedade. Isso pode ser associado à forma como as mulheres são socializadas, ensinadas, e passam a enxergar-se à medida que crescem. No relato de Rebeca:

Na minha turma tinha 32 alunos e a maioria era mulher, mas se tinha uma que se saía melhor em matemática, virava comentário. Eu lembro que teve um seminário que eu fechei a parte de exatas todinha e isso virou repercussão na escola, as pessoas diziam: “ah, ela conseguiu, mas o fulano que estudou não conseguiu.” Eu senti que era como se ele tivesse que conseguir só porque era homem. Os homens são de fato de exatas e pra mulher não é comum. Na sala de aula sempre foi assim.

Ela menciona uma situação que demonstra essa divisão entre esferas que separam o que é “natural ao homem” e o que é “natural à mulher” quando se trata de áreas de conhecimento.

Antropólogos têm buscado, ao longo do tempo, compreender fatores que expliquem a recorrente subordinação feminina. Muitas das explicações encontraram uma referência em questões biológicas – que conformam sistemas de ações e definem articulações sociais. Por exemplo, limitações relacionadas à maternidade e ao cuidado com as crianças como explicação para as mulheres serem responsáveis pela esfera doméstica, que, por sua vez, não possui o mesmo prestígio social da esfera masculina extra doméstica, pública e jurídica. Partindo de um pressuposto biológico universal que molda lógicas sociais, poderíamos, também, explicar o porquê de as mulheres estarem mais presentes em cursos de Pedagogia do que de Física, ou, como sintetiza Touraine (2007), serem compreendidas como inferiores aos homens na capacidade de sistematizar conhecimentos. Mas quando nos utilizamos de fatos biológicos na busca por uma “essência” que explique a definição de espaços para cada um dos sexos, ignoramos que somos nós, seres humanos, que damos significados sociais a esses fatos. De acordo com Rosaldo (1995, p.22)

Da mesma forma que não temos motivo aparente para procurar fatos fisiológicos quando tentamos entender as mais familiares desigualdades na vida social humana – tais como liderança, preconceitos raciais, prestígio e classes sociais – e assim, parece que seria interessante pensar o sexo biológico tal como raça biológica, como uma desculpa ao invés de uma causa para todo o sexismo que observamos.

Para a autora, uma busca por origens universais que permitam compreender a opressão de mulheres ao longo da história pode gerar ideias precipitadas de que “nossos sistemas de gênero são primordiais, trans-históricos e essencialmente imutáveis nas suas raízes” (ROSALDO, 1995, p.15). Ignorando as especificidades históricas das vidas das mulheres, supõe-se que essas vivenciam situações semelhantes em qualquer tempo e lugar, apenas por suas similitudes fisiológicas, e que, mais uma vez, é a biologia quem define lógicas sociais, quando, na verdade, os sentidos que damos para características biológicas a partir da nossa interação social é quem definem essas lógicas.

Mulheres comumente crescem sendo enquadradas em espaços definidos a partir de suas características biológicas, mesmo que elas, futuramente, não exerçam sua capacidade de gestar filhos, ou pretendam criá-los. E são essas mesmas mulheres que, muitas vezes, se identificam com áreas específicas que, coincidentemente, são as definidas como “próprias para mulheres”, ou vivem suas vidas a partir da referência que possuem sobre o que devem ser. Não pretendemos negar a capacidade de agência das pessoas no momento em que decidem suas profissões, uma vez que nossas interlocutoras adentraram um curso da área de exatas, a despeito de uma estrutura social que busca, constantemente, conformar a escolha profissional de muitas mulheres. O que procuramos, por hora, é mapear os principais obstáculos enfrentados por essas mulheres em seus processos de constituição como alunas do curso de LIMF, evidenciando, principalmente, suas percepções acerca das situações relatadas. Trato agora especificamente do “início do labirinto”, ou seja, quando elas ainda estavam no Ensino Médio, antes de realizar sua escolha profissional.

1.1. Resistência da família

Uma das principais barreiras que pude perceber diz respeito à oposição de parentes à escolha profissional de nossas entrevistadas:

Na sala de aula sempre foi assim: “ah por que tu não faz letras? Tem mais a ver contigo?”. Não podia matemática. Isso acontecia até dentro de casa, meu pai, por exemplo, não queria que eu fizesse matemática de jeito nenhum, não via matemática na minha vida. Podia ser até medicina veterinária, mas não matemática. (Rebeca)

Quando eu decidi fazer matemática e física, primeiramente meus pais disseram: porque você não tenta pra direito ou medicina? Por minha mãe ser formada em enfermagem, ela queria que eu seguisse a mesma área que ela, tanto que ela me levava em algumas aulas que ela ia na universidade. (Ananda)

A compreensão de que as mulheres não “combinam” com carreiras nas áreas de ciências exatas pode ocorrer devido a estas serem áreas compreendidas como diametralmente opostas ao que se define como doméstico. O imaginário do que se entende por “mulher cientista” é aquela que se dedica à carreira profissional de uma forma não conciliável com a construção de uma vida privada que inclua casamento e filhos. Durante conversas com alunas da LIMF, escutei histórias sobre um professor de física do curso que costumava repetir em sala de aula que mulheres com título de doutoras não serviam para se relacionar, pois eram mulheres “frias”. É perceptível nessas palavras o conflito sobre a “postura de feminilidade” e a dedicação à carreira científica. Sobre esses conflitos, Lima (2013, p.896) salienta:

Outra armadilha do labirinto de cristal é o conflito existente entre a forma de agir esperada dos cientistas e a esperada e construída como adequada para o feminino. A física é um campo masculino e exige uma postura masculina também daquilo que é considerado um discurso hegemônico sobre o masculino: ser agressivo, falar grosso, ir para o enfrentamento etc. As pesquisadoras socializadas para enfrentar as dificuldades de uma maneira dita como feminina – caracterizada pelos adjetivos: docilidade, diplomacia, tranquilidade –, ao ingressarem no meio acadêmico, sofreram um choque cultural, sofreram e ainda sofrem por te-

rem que se adequar aos comportamentos exigidos. Uma pesquisadora comparou esse processo de socialização de cientistas a um calejamento pelo qual se torna endurecida, insensível. Algumas também relatam que estas mesmas posturas, depois de aprendidas, transbordam para outros ambientes, como o familiar, no qual isso não é bem-visto.

O casamento e a maternidade ainda são vistos como um caminho natural para as mulheres, mesmo que tenham ingressado no mercado de trabalho, constituindo, assim, uma jornada “dupla” para elas. O que se espera de mulheres socializadas para “casarem e serem mães” é que essas não busquem carreiras que possam atrapalhar a construção e manutenção familiar (onde mulheres ainda são vistas como “pilares” e detentoras da maior parte das responsabilidades domésticas). Nesse sentido, o curso de Licenciatura Integrada em Matemática e Física assume um caráter de ambiguidade, pois, ao mesmo tempo em que é voltado para a formação de professores, também possui a característica de ser da área de ciências exatas.

O que pudemos perceber em alguns relatos é que, no que diz respeito à LIMF, ocorre uma maior associação do curso aos conteúdos específicos de física e matemática do que aos de ensino. Durante a entrevista com Júlia, ela me disse: “até hoje tem uma prima minha que fala que eu escolhi o curso errado. Pelo fato de eu gostar de libras², ela diz que era para eu estar fazendo pedagogia”.

Nota-se, também, que conteúdos específicos da física/matемática e conteúdos pedagógicos aparecem de maneira hierarquizada, onde os primeiros são compreendidos como mais difíceis ou mais importantes. Bete relatou:

Eu já ouvi de colegas, quando elogiei uma professora do curso, comentários do tipo: “mas também, ela fez mestrado e doutorado em educação... queria ver se ela tivesse feito na área de matemática pura ou física pura...” pareceu que, por ela ter feito pós-graduação em educação, ela é menos do que outros professores.

Entre os discentes, foi possível observar um discurso que atribui maior importância aos conhecimentos em física e matemática em detrimento dos conhecimentos em educação. Louro (2004) nos diz que a “feminização” do magistério no Brasil foi um processo que ocorreu concomitantemente ao processo de industrialização. Com a ampliação de oportunidades de trabalho para os homens, estes, que inicialmente eram a grande maioria na atividade docente, iniciada por religiosos jesuítas, passaram a ocupar cada vez menos as salas de aula:

Ao serem criadas as escolas normais, a pretensão era formar professores e professoras que pudessem atender a um esperado aumento na demanda escolar. Mas tal objetivo não foi alcançado exatamente como se imaginava: pouco a pouco, os relatórios iam indicando que, curiosamente, as escolas normais estavam recebendo e formando mais mulheres que homens. (LOURO, 2004, p.449).

Porém, ainda de acordo com a autora, o processo de feminização da docência não ocorreu sem resistências: muitos afirmavam ser “uma completa insensatez entregar a mulheres usualmente

²A dissociação entre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e cursos de licenciatura não é incomum. Apesar de ser de extrema importância para a formação de professores, independentemente da área, somente em 2005, a partir do decreto nº 5626/2005, que o ensino de Libras foi incluído obrigatoriamente na grade curricular das licenciaturas.

despreparadas, portadoras de ‘cérebros pouco desenvolvidos’ pelo seu ‘desuso’, a educação de crianças” (LOURO, 2004, p.450). Já outros apoiavam a ideia, utilizando-se do argumento que atrelava o ensino de crianças à maternidade:

Se o destino primordial das mulheres era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, a “extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna era visto como um filho ou uma filha espiritual. O argumento parecia perfeito: a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la, ou sublimá-la. (...) Esse discurso justificava a saída dos homens das salas de aula – dedicados agora a outras ocupações, muitas vezes mais rendosas – e legitimava a entrada das mulheres nas escolas – ansiosas para ampliar seu universo – restrito ao lar e a igreja. A partir de então passam a ser associados ao magistério características tidas como “tipicamente femininas”: paciência, minuciosidade, afetividade, doação. (LOURO, 2004. p.450).

A compreensão da categoria “educar” como uma prática feminina e da categoria “fazer ciência” como masculina, onde a primeira é inferior à segunda, torna-se evidente quando percebermos que, mesmo dentro dos cursos de graduação em exatas, as mulheres estão mais presentes nas licenciaturas do que nos bacharelados. E, ao ingressarem na pós-graduação, é comum que ocorra o chamado “efeito tesoura”, quando a presença delas passa a decair a cada etapa da carreira acadêmica.

1.2. Representatividade

A busca pela equidade de gênero nas áreas de ciências exatas perpassa por políticas que incentivem as mulheres a ingressarem nesses campos. Ao analisar a presença de figuras femininas em ilustrações de livros didáticos de física do Ensino Médio, Rosa e Silva (2015) concluíram que mulheres não são ilustradas na mesma proporção que homens. De 154 figuras analisadas pelas autoras, 121 imagens traziam representações masculinas e apenas 33 imagens traziam representações femininas. Além disso, nas imagens onde as mulheres eram retratadas, elas frequentemente apareciam em contextos relativos ao âmbito doméstico, enquanto homens apareciam ao ar livre ou realizando tarefas científicas. Para as autoras:

Uma das possíveis consequências dessa falta de imagens de mulheres nos livros, ou seja, a falta de modelos femininos, seria o afastamento de meninas nas ciências por não se enxergarem naquelas páginas. (...) nossa análise mostra que o livro didático de Física parece servir aos propósitos de manutenção de uma imagem de que ser mulher envolve cuidar da aparência física, da casa e das crianças. Dessa maneira, exerce a função de reprodução dos estereótipos em relação ao lugar de atuação da mulher. (ROSA E SILVA, 2005, p.96).

Em se tratando dos relatos que obtivemos em nossas entrevistas, pudemos perceber que a presença de um exemplo feminino que serviu como inspiração foi um fator comum:

Eu me lembro muito de uma professora do segundo ano, ela me dava aula de matemática e eu achava incrível as aulas dela, e foi nela que eu me inspirei. E a minha vizinha também era professora de matemática e dava aula na escola

que eu estudava e, sei lá, eu fui me encantando, pela matemática, pelo jeito que elas ensinavam... (Bete)

Minha avó que morava em Alenquer era professora, então foi principalmente ela que me influenciou. E minhas outras professoras de matemática, lembro principalmente da professora Inês. No fundamental eu tinha mais professoras mulheres, só tive um ano um professor de português e no outro ano um professor de inglês. No médio também, eu só tive 3 professores homens. Um de física, um de inglês e um de biologia. (Samira)

Na escola, no 2º ano, entrou uma professora de física que foi a porta de entrada pra eu entrar na física, mais precisamente. Ela é física, e como ela dava a matéria dela era fascinante. Como ela fornecia os conceitos, como ela aplicava tudo... (Ananda)

É evidente, nas narrativas acima, a importância de uma “inspiração” para a escolha de suas carreiras. O fato de terem exemplos de mulheres próximas que, de certa maneira, contribuíram na decisão de suas profissões, demonstra a importância da representatividade de gênero. A escolha do curso quase nunca acontece de maneira aleatória, ela é multifatorial. Um desses fatores pode ser o sentimento de capacidade para a realização de determinadas tarefas, ou seja, a autoeficácia do indivíduo. Bandura (1994, *apud* Barros & Santos, 2010) argumenta que uma das fontes de informação que compõe a crença na própria capacidade é a experiência vicária, que é a experiência adquirida através de modelos sociais. Perceber pessoas semelhantes sendo bem-sucedidas em determinadas atividades fortalece no indivíduo a crença de que ele também é capaz de dominar essas atividades. Com exceção de Ananda, nenhuma de nossas interlocutoras se lembrou de ter contato com alguma professora de física durante seu ensino básico. Porém, todas elas relataram contato com professoras de matemática, um fato que vai de encontro a outro ponto comum entre elas: todas, com exceção de Ananda, disseram estar no curso de LIMF por seu interesse pela matemática, e não pela física:

O meu sonho era a matemática, não era bem a física. Eu costumava dizer que a física veio no pacote e até hoje acho que a maior dificuldade pra mim é física. Apesar de eu ter melhorado bastante, ainda tenho dificuldade. (Júlia)

No curso de LIMF eu escolhi inicialmente pela matemática, mas quando a gente entra no curso, é matemática e física. Eu sei que gosto mais de matemática, mas eu tenho que aceitar a física que tem lá. Eu sempre tive mais afinidade com matemática e como eu queria ser professora, escolhi a licenciatura. (Samira)

Eu não estava nem aí pra física, entrei pela matemática. Física I, II, III, foi um terror. Eu já vim querer gostar de física agora, tô começando a entender quase no final do curso. (Rebeca)

Eu escolhi o curso principalmente pela matemática, a física é o meu calcanhar de Aquiles. Só comeci a gostar de física aqui no curso, porque pude entender os conceitos. Eu levo pra minha vida que a física foi um desafio pra mim, e vai continuar sendo. Como eu vou trabalhar no futuro e fazer meus alunos gostarem de física? Pra que eles não se tornem uma segunda Bete ou qualquer outro aluno que diz por aí que não gosta de física. (Bete)

Juntamente com a falta de representação feminina na física, que interfere diretamente no interesse pela disciplina, outro fator que pode influenciar meninas diz respeito a um ensino deficiente dessa matéria. De acordo com dados do Censo Escolar de 2015, fornecidos pelo INEP, quase a metade dos professores do Ensino Médio no Brasil, tanto em redes públicas como privadas, dá aulas de disciplinas para as quais não tem formação específica. No caso da Física, somente 27% dos docentes que dão aula no país possuem formação na área. É maior o número de professores de matemática dando aulas de física: 28,8%. Contudo, quando se trata de matemática os dados são menos alarmantes: 67,5% dos docentes que lecionam na área têm formação específica em matemática. Esses dados demonstram que as mulheres enfrentam uma dupla dificuldade no que diz respeito a se sentirem motivadas na área de Física, pois, além de precisarem ultrapassar os mais diversos obstáculos relacionados exclusivamente ao seu gênero, elas também enfrentam problemas com um ensino ainda precário dessa disciplina.

1.3. Professores e práticas sexistas

Durante a entrevista com Bete, um relato nos chamou bastante atenção:

No meu ensino fundamental eu percebia várias vezes professores de matemática dando preferência pra colegas meus que era bons em matemática, meninos. Eu sempre tive colegas meninas excelentes em matemática também mas parecia que elas eram só esforçadas e eles que eram os inteligentes. Eles eram exaltados e elas não.

Professores podem vir a moldar suas práticas em sala de aula a partir de visões estereotipadas que derivam de lógicas sexistas. Nesse relato, é possível perceber o não reconhecimento da capacidade intelectual de alunas, um dos fatores para o que se conhece na educação como profecia autorrealizadora: a expectativa de um professor a respeito do comportamento de seus alunos e alunas pode contribuir para que estes se comportem de acordo com o que se espera deles. Em se tratando de gênero, é um dos obstáculos comumente enfrentados por mulheres no início do labirinto, pois a expectativa dos professores e as relações que travam em sala de aula fortalecem ou prejudicam o desenvolvimento acadêmico dos discentes. Educadores que não possuem um conhecimento crítico sobre relações de gênero podem realizar uma espécie de boicote involuntário sobre o desempenho de meninas em áreas ainda compreendidas como “masculinas”. Dias (2014, p.1874) salienta:

Cabe questionar como no processo de ensino, homens e mulheres estão sendo influenciados pelo contexto e experiências escolares, a partir da internalização de valores sexistas incorporados à mentalidade nacional que tem nos professores/ um dos seus principais veiculadores e reprodutores. É necessário que o/a licenciado/a no processo formativo, bem como educadores/as que não tiveram acesso a esta temática, tenham consciência da existência dessa prática para que possam exercer criticamente sua atividade, em especial no que diz respeito à transformação do cotidiano da escola e ao questionamento das desigualdades de gênero.

Aliado à falta de representatividade e à ideia de que mulheres não são naturalmente predispostas a se destacar em disciplinas de exatas, esse tipo de boicote pode ser um dos fatores influenciadores para a menor presença feminina nessas áreas.

Propomos, então, um questionamento acerca do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de LIMF da UFOPA, que não possui nenhuma disciplina obrigatória sobre relações de gênero para a formação de professores. As alunas que entrevistamos também alegaram não ter conhecimento da oferta de disciplinas optativas que tratassem dessa temática. Apesar disso, um dos objetivos específicos que consta nesse projeto diz respeito a “formar professores com atitude crítica, científica e investigativa, além de despertar a capacidade própria de aprendizagem contínua” (UFOPA, 2015). Entretanto, uma formação crítica que não englobe o conhecimento sobre relações de gênero na educação se torna falha. Para Dias (2014), a escola pode ser compreendida como um microsistema da sociedade, que exerce influência direta sobre os sujeitos e sua forma de socialização. Educadores que partem das diferenças biológicas entre os sexos para reproduzirem um ideal de masculinidade e feminilidade que justifique a subalternidade alimentam desigualdades. Ao questionar minhas entrevistadas acerca de sua opinião sobre a inclusão de uma disciplina que trate sobre o tema na grade curricular, as respostas foram unânimes:

Eu acho que deveria ter uma disciplina sobre gênero aqui no nosso curso na universidade sobre como motivar as meninas lá no fundamental. Porque eu deixei de ir pro curso de engenharia por causa de uma opinião do meu pai, mas eu tinha as opiniões das minhas professoras que me incentivavam muito a querer um curso de exatas. Mas eu era uma única que queria e aí elas olhavam pra mim porque eu me destacava. Eu acho que chamar essas meninas que não estão tão envolvidas e influenciar elas lá no começo, é necessário. E não tem isso... os professores só fazem isso lá no fundamental com os alunos que se destacam. Aí dão um auxílio maior pra eles. Por isso que eu acho que a maioria das meninas do meu ensino médio ficaram pra trás. Ou nem entraram na universidade ou entraram em cursos como letras, por exemplo. Elas precisam muitas vezes de um apoio maior, um incentivo que em casa falta, pra fazer o que elas querem. Eu acho que a questão de gênero precisa ser debatida no curso. Falar sobre o machismo nas exatas dá um impacto sobre o que aconteceu e ainda tá acontecendo. É preciso também motivar a gente a motivar os nossos alunos. (Ananda)

Eu acho que até hoje, na pedagogia tem muito mais mulheres do que homens e na matemática muito mais homens do que mulheres. Eu acho que se colocassem pelo menos uma optativa que trabalhasse isso de gênero lá na LIMF, seria ótimo. Mas se for optativa talvez muitos homens não irão querer, então se viesse como obrigatória seria mais interessante. (Júlia)

Deveria ter disciplinas obrigatórias pra tratar de gênero na LIMF. Tem um colega nosso que é extremamente machista, ele não gosta de professora mulher, ele fez um estágio com a gente e detonava a professora do estágio. Ele dizia que não dava certo porque a professora era mulher. Ele é machista e intolerante. (Bete)

Eu acho que é muito importante ter uma disciplina de gênero no curso de LIMF, que mostre que essa área também é pra mulheres. Eu olho para as minhas professoras mulheres e vejo grandes exemplos. (Samira)

Partindo do pressuposto de que o ensino é também um ato político e não pode estar descolado da crítica social, compreendemos como essencial o debate sobre relações de gênero e educação

no curso de LIMF da UFOPA. Somente assim se torna possível visar uma formação de professores de matemática e física que sejam capazes de romper o ciclo reprodutor de papéis de gênero em nossa sociedade, através de uma docência, além de inclusiva, libertadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse artigo, buscou-se discutir sobre como certos obstáculos, aqui mapeados a partir das narrativas de cinco universitárias amazônídas, estiveram presentes em suas trajetórias antes de ingressarem na Universidade, e como podem ser relacionados à exclusão horizontal de mulheres em determinadas áreas de atuação profissional.

Percebemos tais obstáculos como provenientes de uma estrutura social sexista que tem, ao longo do tempo, submetido indivíduos a padrões específicos. Portanto, não basta apenas que mulheres adentrem espaços onde outrora não eram aceitas, torna-se preciso desconstruir o paradigma dominante de que para lograr êxito em áreas como as de ciências exatas é necessário possuir características associadas ao “mundo masculino”, excluindo a todos que não compartilham da masculinidade hegemônica ocidental.

Destacando as trajetórias dessas alunas, demonstramos que cada uma delas está situada em diferentes circunstâncias de vida, sendo fundamental considerar a variedade de identidades que interagem e influenciam diretamente na forma como os sujeitos são atingidos pelo exercício do poder. Aqui, a utilização da categoria “mulher” é necessária para um debate que trate sobre políticas representativas, porém, é preciso sempre ter em vista a problemática que envolve a utilização de categorias fixas ou universalizantes. Este artigo se constituiu através de um estudo de caso que trata de cinco alunas, diferentes entre si, e que não podem ser encaradas apenas como um “corpo de estudo”, destituídas de suas subjetividades.

A partir dos relatos obtidos, demonstramos, também, a necessidade de um debate aprofundado sobre relações de gênero, especificamente, no âmbito do curso de Licenciatura Integrada em Matemática e Física da UFOPA. Ao tratar de gênero, devemos compreendê-lo como inerente a todas as relações sociais, tornando-se, então, impossível situá-lo deslocado em tópicos “à parte”, referente apenas aos estudos feministas. Nesse sentido, repensar modelos de ensino que não levem em conta o debate sobre relações de gênero nos parece essencial.

REFERÊNCIAS

BARROS, Marizeth; SANTOS, Ana Cristina Batista dos. Por dentro da autoeficácia: um estudo sobre seus fundamentos teóricos, suas fontes e conceitos correlatos. *Revista Espaço Acadêmico*, v.10, n. 112, p. 1 – 9. Maringá, 2010.

DIAS, Alfrancio Ferreira. *Introduzindo a perspectiva de gênero na formação docente para uma educação não discriminadora*. 18º Redor. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife- PE, 2014.

GLOBAL GENDER GAP REPORT 2017. *Relatório do Fórum Econômico Mundial*. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2017.pdf>. Acesso em: 24 abril. 2019.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Notas estatísticas do Censo Escolar 2015*. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_do_censo_escolar_2015_matriculas.pdf>. Acesso em: 24 abril. 2019.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Notas estatísticas do Censo da Educação Superior 2017*. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf>. Acesso em: 24 abril. 2019.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Resumo Técnico do censo da Educação Superior 2016*. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2016.pdf>. Acesso em: 24 abril. 2019.

LIMA, Betina Stefanello. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física. *Revista Estudos Feministas*, v.21, n.3, p. 883 – 903. Florianópolis, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, p. 443 – 481. 2004.

LÖWY, Ilana. Ciências e gênero. In: HIRATA, H. et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, p.40-44. 2009.

OECD, *The ABC of Gender Equality in Education: Aptitude, Behaviour, Confidence*. PISA, OECD Publishing. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/97892264229945-en>>. Acesso em: 25 abril. 2019.

ROSA, Katemari; SILVA, Maria Ruthe Gomes da. Feminismos e ensino de ciências: análise de imagens de livros didáticos de Física. *Revista Gênero*, v.16, n.1, p. 83 – 104. Niterói, 2015.

ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da Antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Horizontes Antropológicos*, ano 1, n.1. Porto Alegre, 1995.

SILVA, Fabiana. *Mulheres na ciência: Vozes, tempos, lugares e trajetórias*. 2012. Tese de doutorado (Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande.

TOURAINÉ, Alain. *O mundo das mulheres*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA), Instituto de Ciências da Educação-Programa de Ciências Exatas. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Integrada em Matemática e Física do campus de Santarém, 2015*. Disponível em: <<http://www2.ufopa.edu.br/ufopa/arquivo/proen-cursos-portarias-ppcs/matematica-fisica-li-ppc/view>>. Acesso em 24 de abril de 2019.

Afeto e (Des)Humanização: a literatura negra lésbica como instrumento de luta*Afecto y (Des)Humanización: la literatura negra como herramienta de lucha**Affection and De(Humanization): the black lesbian literature as fighting tool***Agatha Leticia Eugênio da Luz****Juliana Damasceno de Miranda****Aiana Hana Sarges Silva**

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo discutir como as relações de poder são refletidas na literatura e contribuem para o apagamento e desumanização de sujeitos. Em especial, da mulher negra lésbica que usa a literatura como uma forma de humanização de seus afetos, negados por uma estrutura racista hetero-patriarcal. Além disso, trabalham-se as intersecções e atravessamentos que o corpo carrega e como elas produzem a partir da sua própria vivência. Como base teórica para o trabalho, trazemos a epistemologia feminista negra, a partir de autoras negras brasileiras e norte-americanas. Dessa forma, utilizamos como ferramenta metodológica a interseccionalidade, para explicar como os demarcadores sociais (gênero, raça e sexualidade) atuam em conjunto para desumanizar sujeitos. Por fim, afirmamos que a literatura se torna um instrumento de luta para mulheres que têm suas vivências postas à margem. Assim, utilizaremos as obras de Cidinha da Silva e Audre Lorde para exemplificar as formas de afeto expressas na literatura negra lésbica.

Palavras-chave: Lésbicas Negras. Afetividade. Literatura.

Resumen: El presente trabajo tiene como objetivo discutir cómo las relaciones de poder se reflejan en la literatura y contribuyen al borrado y deshumanización de sujetos. En especial, de la mujer negra lesbiana que ve en la literatura una forma de humanización de sus afectos negados por una estructura racista hetero-patriarcal. Además, se trabaja las intersecciones y atravesamientos que el cuerpo de las autoras carga y cómo ellas producen a partir de su propia vivencia. Como marco teórico, traemos la epistemología feminista negra, de autoras negras brasileñas y norteamericanas. Por lo tanto, utilizamos como herramienta metodológica la interseccionalidad para explicar cómo los demarcadores sociales (género, raza y sexualidad) actúan juntos para deshumanizar a los sujetos. Finalmente, afirmamos que la literatura se convierte en una herramienta de lucha para las mujeres que tienen sus experiencias al margen. Así, usaremos las obras de Cidinha da Silva y Audre Lorde para ejemplificar las formas de afecto expresadas en la literatura lesbiana negra.

Palabras clave: Lesbianas Negras. Afectividad. Literatura.

Abstract: The present work aims to discuss how power relations are reflected in the literature and contribute to the erasure and dehumanization of subjects. In particular, the lesbian black woman who sees in literature a form of humanization of their affections denied by a racist hetero-patriarchal structure. In addition, we work on the intersections and crossings that the body of the authors carry and how they produce from their own experience. As a theoretical framework, we bring the black feminist epistemology, from Brazilian and North American black authors. Thus, we use intersectionality as a methodological tool to explain how social demarcators (gender, race and sexuality) act together to dehumanize subjects. Finally, we affirm that literature becomes a tool for social change for women who have their experiences put on the sidelines. Thus, we will use the works of Cidinha da Silva and Audre Lorde to exemplify the forms of affection expressed in black lesbian literature.

Keywords: Black Lesbian. Affection. Literature.

Agatha Leticia Eugênio da Luz – Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGED-UEPA. Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia- UEPA. Graduanda em Psicologia/ UNAMA. Membro do Grupo de Pesquisa Saberes e Práticas Educativas de Populações Quilombolas - EDUQ/UEPA e Coletivo Sapato Preto. E-mail: agatha_letici@hotmail.com

Juliana Damasceno de Miranda – Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará. Militante do Coletivo Sapato Preto. Bolsista Voluntária do GEPEM/UFP. E-mail: julianadmiranda1@gmail.com

Aiana Hana Sarges Silva – Graduanda em Letras/Português - UNAMA. Associada ao GT Feminismo Negro: A Voz que Querem Calar. E-mail: aianahana30@gmail.com

INTRODUÇÃO

1. Por que falar de mulheres negras lésbicas?

Em 14 de março de 2018, em meio a tantos conflitos políticos, a vereadora e socióloga Marielle Franco foi assassinada. Marielle era uma mulher negra, mãe e lésbica que produzia sobre sua comunidade na Maré e instituiu o dia da visibilidade lésbica no calendário do Rio de Janeiro. Em 2016, Luana Barbosa, que, assim como Marielle, também era mãe, negra e lésbica, foi espancada ao tentar resistir a uma abordagem policial.

No Brasil, diariamente morrem Luanas e Marielles, não só atravessadas por balas, mas por diversos apagamentos e mortes sociais, incluindo o epistemicídio. A voz de Luana e de Marielle ecoa nos escritos de todas as mulheres negras lésbicas que sobrevivem diariamente a esse sistema. Falar sobre mulheres negras lésbicas, principalmente sobre afetos, é humanizar sujeitos que são apagados por uma estrutura racista e heteronormativa.

A literatura é um mecanismo que reflete as relações humanas, ora contribuindo para esses apagamentos, ora atuando como cura para esses corpos, quando os mesmos começam a falar sobre suas realidades e vivências.

2. Entre lesbianidade e negritude

Dentro da comunidade lésbica eu sou negra, e dentro da comunidade negra eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas negras é uma questão lésbica e gay, porque eu e milhares de outras mulheres negras somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão de negros, porque milhares de lésbicas e gays são negros. Não existe hierarquia de opressão (LORDE, 2012, p. 1).

A epistemologia feminista negra, sintetizada por Patricia H. Collins, na obra “Black Feminist Thought” (1990), abrange diversos conceitos. Entre os principais, trabalhados ao longo da construção do movimento feminista negro, encontra-se o conceito da interseccionalidade. Embora este tenha sido nomeado por Kimberlé Crenshaw na década de 80, em seu artigo “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex” (1989), muitas autoras (hooks: 1981; COLLINS: 1990; DAVIS: 2016) consideram que a prática da interseccionalidade já existia antes mesmo do próprio movimento de mulheres negras se auto-nomear enquanto feminismo negro.

Um dos principais exemplos – muito citado entre as intelectuais negras – é o discurso de Sojourner Truth “Eu não sou uma mulher?” (1851), apontado nos escritos de Ribeiro (2016); foi proferido na assembleia de direitos das mulheres por uma negra que vivenciou a escravidão no sul dos Estados Unidos e questiona, em seu discurso, os padrões da feminilidade branca, o qual não se vê representada, e aponta para a condição desumana que mulheres negras viviam, tanto por serem mulheres quanto por serem negras.

Angela Davis (2016) trabalha a partir desse discurso e de outros, de mulheres negras escravizadas, para afirmar que a ideia de feminilidade, ou melhor, da universalização do ser mulher não se aplica para mulheres negras, uma vez que esse grupo social não é nem visto como humano, devido ao processo de escravidão que mercantilizava e objetificava seus corpos. Dessa forma, sistematizava a noção de que a experiência de ser mulher é afetada pela racialidade, e a experiência da raça é afetada pelo gênero.

Para Crenshaw (1989), a interseccionalidade funciona como uma poderosa ferramenta de análise, e, em sua obra, buscou sistematizar a partir da necessidade do enfrentamento à violência sexual e doméstica contra as mulheres negras. Crenshaw observava que somente as políticas de combate e/ou as legislações existentes contra a violência sexual e doméstica, sem uma abordagem racial, não eram o suficiente. Ao analisar as violências sofridas por mulheres negras ou não-brancas – como a própria autora prefere nomear, já que o termo inclui outras racialidades –, é notável o cruzamento de mais de um demarcador além do gênero. Como mostra na seguinte passagem do seu texto em que conceitua a interseccionalidade:

Meu objetivo era ilustrar que muitas das experiências que as mulheres negras enfrentam não são classificadas dentro das fronteiras tradicionais da raça ou discriminação de gênero, uma vez que essas fronteiras são atualmente compreendidas e que a intersecção do racismo e do sexismo afeta as vidas das mulheres negras de maneiras que não podem ser capturadas completamente examinando as dimensões de raça ou gênero dessas experiências separadamente. (CRENSHAW, 2004, p. 08).

Trazendo para o contexto brasileiro, para melhor exemplificar, podemos analisar os dados de Waiselfisz (2015) do Mapa da Violência acerca dos demarcadores de gênero, e chegaremos à conclusão de que a maior parte das mulheres em situação de violência (seja doméstica, sexual, de origem LGBTQfóbica ou não) são negras. Mas, se tratando de violências sofridas por mulheres negras, não podemos nos ater apenas à morte física. O apagamento, principalmente, em representações em espaços de poder ou da própria história que é contada em livros.

O povo negro é nascido sob o signo da morte, como nos bem lembra Sueli Carneiro (2005) em sua tese de doutorado. A racialidade é um dos principais dispositivos de poder – não atuando nunca isolado dos dispositivos de gênero e sexualidade –, que denomina quem vive (e como vive) ou quem morre e, especialmente, quem se deixa morrer. Qual sujeito será apagado da história? E, como falado anteriormente, a morte não é somente física, e é na morte social que se apresenta o epistemicídio.

Este termo é necessário para que entendamos o apagamento de mulheres negras lésbicas de qualquer produção de conhecimento. O epistemicídio, aqui, deve ser compreendido como um instrumento que deslegitima a capacidade de produções epistêmicas por povos oprimidos (como negros e indígenas), o qual legitima a dominação ao reforçar que essas populações não possuem civilização, cultura e racionalidade. Dessa forma, este conceito corrobora para determinar quem está apto ao acesso e permanência em instituições de educação.

Para Sueli Carneiro,

Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc (CARNEIRO, 2005, p. 98).

Além disso, as ausências muitas vezes se constituem como apagamentos. Cabe a pergunta: onde estão as mulheres negras lésbicas? Estão produzindo sobre suas realidades e sendo apagadas? Não se trata da inexistência das suas obras, mas como suas epistemologias não circulam da mesma maneira que as de mulheres brancas heterossexuais.

Como um dos maiores exemplos de produção literária e epistemológica negra lésbica, temos Audre Lorde, cuja produção parte exatamente da sua condição enquanto mulher lésbica e negra. Em *Zami*, talvez sua obra mais audaciosa, busca-se reconectar com sua ancestralidade, como se fosse um espelho no qual mergulha em seu próprio reflexo.

Lorde autodenominou *Zami* como uma biomitografia que contém sua vida e mitos que remetem sua ancestralidade e seus sonhos. É importante para nos falar sobre afetos de mulheres negras, pois, em seu próprio nome, carrega essa essência, não apenas trazendo a sexualidade como emana o nome “lesbianidade”, mas, também, trazendo o amor entre mulheres negras. Pode ser entendido como a própria lesbianidade negra diaspórica.

A obra de Audre Lorde aponta diretamente para o seu próprio corpo, como se autodefinia: negra, lésbica, mãe, guerreira e poeta. Seu corpo-obra nos ensina que não existem problemas únicos a serem enfrentados, mas formas múltiplas de opressão que se atravessam e não podem ser hierarquizadas. Em muitos de seus textos e gravações, Audre Lorde fala sobre o que é ser uma mulher negra lésbica ocupando os mais diversos espaços e carregando tantos atravessamentos em seu corpo.

Ela nos remete à territorialidade quando fala a partir do seu lugar de mulher negra afro-caribenha vivendo em Chicago. No entanto, o eixo raça-território não é o único a definir sua experiência. Em uma de suas gravações também narrou o quanto era solitário ser lésbica em Chicago no meio LGBT branco, ou o quanto era difícil manter um diálogo sobre sua sexualidade dentro da própria comunidade negra em que cresceu.

Ainda que nunca tenha usado a palavra interseccionalidade, seus escritos e sua vida são exemplos significativos. A sexualidade e o afeto sempre foram presentes em suas obras, principalmente na poesia, em que debate os mais diversos temas, como a lesbianidade negra e a maternidade, buscando criar um feminismo negro realmente diverso, que abraça mulheres negras em sua total diferença.

A obra de Audre Lorde sempre foi escrita de um ponto de vista interseccional, já que buscava enfrentar as múltiplas opressões que seu corpo sofria, nunca esquecendo de denunciar o racismo do movimento feminista branco ou das organizações e produções intelectuais de mulheres lésbicas brancas, que também partiam de uma universalização da vivência do que é ser lésbica. Tal qual o gênero, a sexualidade também é afetada pela raça, e as produções de lésbicas negras apontam diretamente para a necessidade de se abraçar as diferenças e não ignorá-las.

Ainda que Audre Lorde e tantos de seus textos e poesias sejam tão importantes para a epistemologia negra lésbica, no Brasil, sua obra só foi traduzida, até o momento, em traduções livres, nunca tendo sido publicada por nenhuma editora. As autoras negras brasileiras também passam pela invisibilização na circulação de seus escritos.

De maneira geral, a literatura negra não é vista como literatura, menos ainda a produção de lésbicas negras. Esse apagamento impacta diretamente na construção das identidades positivas de mulheres negras lésbicas, que não se veem representadas em nenhum espaço, sofrendo total desumanização de seus corpos e afetos.

3. Afetos e corpos em diáspora

Pensar sobre afetos de um corpo em diáspora, marcado por tantas opressões que se entrecruzam em raça, gênero e sexualidade, é pensar na humanização de sujeitos que tiveram sua história, sobretudo seus amores, negados. Angela Davis (2011), em um artigo sobre o *Blues*, nos diz que a maior revolução após a libertação dos escravos nos Estados Unidos não ocorreu no âmbito social, nem econômico, mas sim nas suas relações interpessoais no que diz respeito aos afetos. Para a autora, finalmente, o povo negro que foi escravizado e destituído de qualquer traço de humanidade poderia formar laços familiares. Ela entende que o *Blues* era capaz de falar sobre liberdade nas suas mais diversas formas. Suas letras carregavam o erotismo numa época em que as músicas falavam sobre amores no sentido mais romântico possível, despidos de qualquer traço da sexualidade.

E um dos pontos principais do surgimento do *Blues* era a escrita de mulheres negras. A autora considera que o fato do *Blues* tratar da sexualidade e do amor de homens e mulheres negras em suas letras é um traço afro-americano, devido o legado da escravidão ter negado ou animalizado afeto e sexualidade.

Dessa forma, o negro ou negra escravizado/a não possuía nenhuma autonomia sobre seu corpo, sua sexualidade era tratada meramente como um meio de reproduzir outros escravizados, principalmente durante o período em que o tráfico de escravos foi proibido. A partir da sua libertação, os negros afro-americanos poderiam expressar sua sexualidade, escolher seus parceiros e formar famílias.

As mulheres negras que compunham no *Blues* desafiavam as normatividades do casamento e da heterossexualidade, em muitos casos, escrevendo não somente sobre suas relações com homens, mas também com mulheres. Como mostra bell hooks em “Vivendo de Amor” (2010), a escravidão tem um impacto direto no ato de amar, e nós, negras em diáspora, sofremos com essa consequência.

Mulheres negras lésbicas convivem diariamente com a solidão em diversos âmbitos: a falta de apoio nos grupos sociais em que estamos inseridas, como a família e local de trabalho; a ausência de mulheres negras lésbicas sendo representadas positivamente nas produções televisivas ou na literatura. As únicas representações de afeto entre mulheres nos meios de comunicação, geralmente, são brancas. E se mulheres negras, de uma maneira geral, não se sentem dignas de serem amadas, mulheres negras lésbicas são colocadas duplamente à margem do amor. Quando alcançam o afeto, precisam lidar com uma dupla resistência por parte do sistema racista heteropatriarcal, que não aceita nenhuma relação fora da norma.

Para Barbara Smith¹ (1998), uma das principais dificuldades de organizar a comunidade negra lésbica é o armário, pois a maioria dessas mulheres não quer ter sua identidade sexual revelada. Isso afeta diretamente os estudos sobre o acesso de mulheres lésbicas a direitos básicos, como saúde e educação.

O recorrente processo de desumanização de negras lésbicas perpassa não somente pela negação de direitos básicos, quando não podem revelar seus afetos por medo do extermínio que vem de todos os âmbitos. O lesbocídio em suas diversas formas (suicídio, epistemicídio e assassinato) não pode ser visto separado do genocídio da população negra. A morte social de lésbicas negras se

¹ Barbara Smith é uma ativista dos direitos das mulheres negras lésbicas dos Estados Unidos. Participou do grupo histórico *Combabe River Collective*, um dos pioneiros a organizar mulheres negras em torno da sua sexualidade.

transcreve em seus afetos negados e sufocados em uma sociedade que não consegue ver pessoas negras amando, principalmente quando se trata de mulheres negras.

A hiperssexualização dos corpos negros também é um fator determinante para a negação desse afeto. Se realizarmos uma simples busca em qualquer mecanismo de pesquisa na internet, colocando as palavras “lésbicas negras”, os primeiros resultados (mais pesquisados) serão de sites pornográficos. Dificilmente encontraremos imagens de mulheres negras demonstrando afeto. O impacto dessa ausência é direto na construção da autoestima de mulheres negras. O mesmo vale para busca de qualquer referência que envolva os dois termos: negra e lésbica. Os resultados envolvem hiperssexualização, logo, desumanização do corpo negro lésbico.

Ainda citando bell hooks (2010), o amor negro cura e, provavelmente, é o único capaz de cicatrizar as feridas abertas pela discriminação (e o processo de escravidão) e a lesbofobia diária. Por isso, a necessidade de se desenvolver artes – seja literatura, cinema ou música – que retratem imagens reais de nossos corpos.

4. Literatura enquanto sistema fundamentado nas relações de poder

Antonio Candido (2000, p.23) aponta que a literatura pode ser considerada como “um sistema de obras ligadas por denominadores comuns”. Estes denominadores comuns, além de comporem o sistema, distinguem-se entre si com características internas (língua, temas, imagens), e elementos de natureza social e psíquica que se manifestam historicamente e fazem da literatura um aspecto orgânico da sociedade.

Entres as distinções, temos: 1) a existência de um conjunto de produtores literários mais ou menos conscientes de seu papel; 2) um conjunto de receptores, sem os quais a obra não vive, e que formam os diferentes tipos de público; 3) um mecanismo de transmissão. Portanto, falar de Literatura enquanto sistema é entender que a reunião destes três elementos pode dar lugar à comunicação e à interação humana.

Falaremos aqui de como as relações de poder refletem no âmbito literário, sobretudo para a mulher que é negra e lésbica, pois o estudo que se organiza neste contexto traz um debate sobre como as raízes das relações de poder refletem no processo de formação do cânone literário brasileiro.

Há duas práticas de tendências mais conservadoras no contexto das relações sociais que ganham destaque: a primeira corresponde ao confinamento de uma arte de qualidade reservada a um público mais seletivo, isto é, a hierarquização da arte; a segunda corresponde à ideologia das diferenças e, conseqüentemente, à reprodução hierárquica das classes sociais, sendo diretamente ligada à formação moral e social do ser humano. Essa divisão pressupõe, portanto, que toda e qualquer atitude do indivíduo pertence a uma única base sociológica e filosófica, ou seja, pertence à distribuição desigual dos poderes aos indivíduos, independentemente de sua classe social ou etnia.

As identidades nacionais não são herdadas como parte de nossa genética, não nascem conosco, conforme explica o sociólogo Stuart Hall (2005). Da mesma forma, não podem ser tidas como uma essência, como traços definitivos. As identidades nacionais são narrativas constituídas por outras tantas narrativas sobre uma nação. Munanga (2012) pontua que a identidade de um grupo funciona como ideologia, que permite a seus membros se diferenciarem e se constituírem como sujeitos outros. No entanto, o autor não acredita que na questão da identidade negra o grau de consciência seja idêntico a de todos os negros, pois todos vivem em contextos socioculturais

diferenciados. Então, para ele, a perspectiva mais viável seria situar e colocar a questão da negritude e da identidade dentro de um movimento histórico, apontando seus lugares de emergência e seus contextos de desenvolvimento.

Partindo da compreensão sobre a importância da literatura como meio de propagação das narrativas que formam a identidade de um grupo étnico, questionar as relações de poder existentes na sociedade, a fim de romper com a hegemonia das forças, é tentar perceber quais são os motivos reais pelos quais personalidades historicamente excluídas dos grandes debates e decisões da sociedade ainda são sujeitos subjugados social e culturalmente – ainda que os negros e negras sejam a maioria da população, como mostra o IBGE, e vejamos que esses sujeitos têm uma raça e um gênero. Isso fica bastante evidente quando voltamos nosso olhar para a política partidária, para as artes ou para a academia e lançamos o seguinte questionamento: Onde estão as mulheres negras lésbicas?

O discurso considerado como universal traz em seu cerne essa marca de restrição à mulher negra lésbica. O estigma social e moral determinado por um pensamento masculino a impede de ser sujeito e de ter seu trabalho legitimado, apreciado e de tornar-se uma voz independente, narradora de sua própria história, livre das amarras do racismo e da lesbofobia.

De acordo com a pesquisa intitulada “A Personagem do Romance Brasileiro Contemporâneo”, realizada pela Dalcastagne (2005), mais de 70% da produção literária brasileira é escrita por homens brancos. A credibilidade de um trabalho produzido por mulheres ainda é uma problemática, sendo uma das grandes pautas de organizações e grupos feministas, que vêm levantando discussões acerca do que foi perpetuado e legitimado por muito tempo na Literatura Brasileira: o discurso falocêntrico e fortemente embasado nas relações de poder.

A produção de escrita feminina conhece de perto esse fato quando se compara uma literatura de autoria feminina com a masculina. Em razão disso, existe a formação de uma lista de escritores consagrados, constituída essencialmente por homens brancos, isto é, o cânone brasileiro. Pedreira (2006, p. 01) diz:

as mulheres sempre foram vistas como objetos e, desqualificados, portanto, sua maior luta seria mostrar-se como sujeito tão capaz quanto aquele que a objetivava e a inferiorizava através de um discurso considerado universal e neutro, racional, filtrado pela ciência e instituído como verdade absoluta.

Em sua etimologia, do grego *kanón*, o termo cânone compreende uma regra, norma ou modelo representado por uma obra ou poeta. De forma semelhante, a Igreja católica, por exemplo, no século IV, utilizou este termo para designar uma lista de livros e santos reconhecidos como dignos de autoridade.

Dessa forma, é possível entender que o cânone literário, desde a sua origem, vem correspondendo a uma extensão do discurso dominante com relações de poder fundamentadas em práticas burguesas, sendo, também, protegido por um esquema tradicional embasado no racismo e sexismo.

Investigar quais os reais motivos que coibiram a mulher negra lésbica de produzir literatura demanda, também, examinar a participação histórica de lésbicas negras na sociedade, como sua presença foi registrada pela história e por que seu corpo foi e ainda é estereotipado.

Ao problematizarmos o processo de formação do cânone literário, é possível fazer reflexões sob a perspectiva dos denominadores comuns que compõem o sistema literário proposto por

Antonio Candido. Quais produtores literários brasileiros escrevem sobre literatura negra lésbica? Essa literatura é consumida e propagada? Existe algum mecanismo de transmissão para que essa literatura seja (re)conhecida? Neste sentido, é possível compreender que a produção, propagação e transmissão de obras literárias escritas e/ou protagonizadas por lésbicas negras são capazes de suscitar a curiosidade do público em questionar os pilares que sustentam a história da literatura tradicional brasileira.

5. Escrita enquanto ferramenta de luta e humanização

A literatura é concebida como a arte da palavra. Quando executada por mãos negras, essa arte está para além do estético e do belo, pois estamos falando de uma escrita carregada de vivências, afetos e dores. É uma escrita atravessada, também, por histórias que um dia foram apagadas, silenciadas.

Há um termo simultaneamente forte e poético para designar justamente essa escrita, que é gestada a partir das lembranças do cotidiano e da experiência de vida pessoal e de todo um povo, chamado de “Escrevivências”. Com base no termo criado pela escritora negra, doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense, Conceição Evaristo (2017), em entrevista cedida para o jornal *Carta Capital*, diz que “aquela imagem de escrava Anastácia, eu tenho dito muito que a gente sabe falar pelos orifícios da máscara e às vezes a gente fala com tanta potência que a máscara é estilhada, e eu acho que o estilhamento é o símbolo nosso, porque a nossa fala força a máscara”. Consequentemente, a obra que contempla este segmento, além de ser ampla, tem como forte referencial diferentes histórias e diretrizes do povo negro para alavancar significativas reflexões, configurando-se como afirmação política e ferramenta de luta.

Embora o nosso objeto de estudo aqui não seja, especificamente, uma Sociologia da Literatura, e sim procurar entender como a literatura ocupa-se intensamente das relações políticas e sociais ao longo da história, é inegável como um ponto de vista se aproxima do outro, como nos explica Medeiros (2015):

Podemos falar tanto de uma crítica literária quanto de uma sociologia da literatura e, de certo modo, é este segundo aspecto que mais nos interessa nesta seção, no sentido de uma sociologia da literatura que não propõe especificamente a questão do valor estético de uma obra mas interessa-se pela origem social dos seus autores, pela relação entre as obras e suas ideias, a influência da organização social, política e econômica (MEDEIROS, 2015, p. 01).

Na literatura canônica, foi criada uma imagem animalizada e sexualizada da mulher negra, formando um estereótipo que refletiu na literatura brasileira, como se essas mulheres fossem dotadas ou só tivessem um valor sexual e heteronormativo atrelado à imagem da escrava heterossexual disposta a satisfazer os desejos sexuais do homem branco. Desta maneira, podemos pensar na mulher negra marcada por ser mulher, negra e lésbica.

A escritora negra e poeta, Miriam Alves, integrante do “Quilombhoje Literatura”, desde 1997, tem publicado a respeito do amor e do desejo entre mulheres negras. Após a publicação do primeiro conto lésbico assinado com seu nome próprio, a autora passou a utilizar o heterônimo Zula Gibi, depois de ter sofrido ameaça de um leitor que queria agredi-la fisicamente.

Partindo de constructos homoafetivos entre mulheres negras, o objetivo é mostrar que a literatura negra lésbica, além de ser uma grande ferramenta de luta, pode trabalhar a humanização desses sujeitos, sob a perspectiva de gênero, lesbianidade e raça. Raça, gênero e sexualidade não devem ser tratados como variáveis independentes, pois a opressão de cada uma está inscrita no interior da outra, de forma interseccional.

Repensando a construção da mulher negra e heterossexual, perceptível na maioria das produções literárias afro-brasileiras, procuramos analisar, através da narrativa de Cidinha da Silva, escritora negra lésbica, graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, em “Canções de Amor e Dengo”, o lugar de fala da lesbianidade e como a escrita é uma importante ferramenta de humanização.

“Canções de Amor e Dengo” é uma obra que versifica o afeto do ponto de vista da mulher negra lésbica imersa no cotidiano. Os poemas nos apresentam, com um texto afiado e sagaz, versos fluidos, melódicos e singelos. Acenando para a lírica amorosa, sem cair na melosidade excessiva ou no idealismo romântico do sublime.

A temática dominante é a do amor trazido para os aspectos mais corriqueiros em nome de uma poesia de voos e levezas, mas sem abrir mão da materialidade do corpo. Corpo que, ao mesmo tempo que é lírico, é político. Corpo que ama, sofre e goza. Corpo que celebra e manifesta as múltiplas matrizes da cultura afro-brasileira.

Nos poemas de Cidinha da Silva, o lugar de interseção dessa subjetividade negra e feminina jamais a limita, pelo contrário, abre-se em uma miríade de possibilidades poéticas, entre a vida cotidiana e a complexidade da existência de um corpo negro político, que experimenta as agruras não só do amor, mas também da vida. Como se humanizar e humanizar a outra quando temos nossa humanidade (re)negada pelo racismo, sexismo e pela lesbofobia?

6. Tessituras de considerações nada finais

(Re)Pensar a existência de corpos negros marcados por um demarcador de gênero e sexualidade, nos direciona para um giro antirracista, antilesbofóbico e antissexista; propõe o sair de construções da universalidade do ser e nos instiga à reformulação da racionalidade humana, pois aquelas que eram enquadradas como “o outro do outro” não se permitem estar em um entre-lugar e, por isso, necessitam negritar suas existências em dinâmicas transgressoras, dentro das fissuras que o orifício da máscara apresenta

Nesse lugar de fala, se apontam caminhos para anunciar a chegada de mulheres negras lésbicas, da dor das vivências negadas, silenciadas, de amores que muitas não puderam deixar fluir. A mulher negra lésbica tem essa marca e, se tratando do envelhecer, muitas acabam voltando aos armários, que cabe muito mais a intitulação de “porões”, os porões de dentro.

Assim, a literatura negra lésbica é um dos instrumentos de emancipação desses afetos/vivências, ao identificar a possibilidade de mulheres negras lésbicas serem vistas como vidas em movimento que, por vezes, se permitem constelar, amar, ser amada e romper com a marca ancestral da solidão que é carregada na intergeracionalidade; e estes demarcadores se constroem como representações para aquelas que estão a chegar.

A representatividade negra lésbica é urgente, por isso a escrita de mulheres negras lésbicas é tão necessária para o desenvolvimento de uma identificação e pertencimento, relevante para a quebra do não-lugar e a construção de uma nova narrativa de humanização desses corpos-sujeitos.

REFERÊNCIAS

- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia Ltda, 2000.
- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese (Doutorado em Educação: Filosofia da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 340, 2005.
- CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem*, p. 7-16, 2004.
- _____. emarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics [1989]. In: *Feminist legal theory*. Routledge, 2018. p. 57-80.
- COLLINS, Patricia Hill. Black feminist thought in the matrix of domination. *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*, p. 221-238, 1990.
- DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, n. 26, p. 13-71, 2005.
- DAVIS, Angela Y. *Blues Legacies and Black Feminism: Gertrude Ma Rainey, Bessie Smith, and Billie Holiday*. Vintage, 2011.
- _____. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial, 2016.
- EVARISTO, Conceição. *Conceição Evaristo: “Nossa fala estilbaça a máscara do silêncio”* [13/05/2017]. Entrevista concedida a Djamila Ribeiro. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaca-amascara-do-silencio201d>>. Acesso em: 27 de abril de 2019.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- hooks, bell. *Vivendo de amor*. In: Geledes, 2010, s/p. Disponível em: <<http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questoes-de-genero/180-artigos-degenero/4799-vivendo-de-amor>>. Acesso: 27 de março de 2019.
- LORDE, A. G. Não há hierarquias de opressão. In: LORDE, A. G. *Textos Escolhidos de Audre Lorde*. Heretica Difusao Lesbofeminista Independente, 2012. p. 5-6. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-da-populacao-lgbt/obras-digitalizadas/audre_lorde_-_textos_escolhidos_portu.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2019.
- _____. *Zami: A new spelling of my name: A biomythography*. Crossing Press, 2011.
- MEDEIROS, Alexsandro M. *Literatura e Política* [2015]. Disponível em: <<https://www.sabedoriapolitica.com.br/literatura-e-politica/>>. Acesso em: 09 de abril de 2019.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritude: uso dos sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- PEDREIRA, J. S. O Retorno do Sujeito: Entre a Crítica Literária, Cultural, Feminista. Santa Catarina: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 7*. 2006. Disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/J/Jailma_Pedreira_06.pdf>. Acesso em 21 de abril de 2019



RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. *Revista Internacional De Direitos Humanos*, v. 13, n. 24, p. 99-104, 2016.

SILVA, da Cidinha. *Canções de amor e dengo*. 1. ed. São Paulo: Me Parió Revolução, 2016.

SMITH, Barbara. *The Truth That Never Hurts Writings on Race, Gender, and Freedom*. 1998.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. Flacso Brasil, 2015.

A Trajetória de Vida de Mulheres Negras em Instâncias de Poder na Amazônia Paraense (1995-2015)

La Trayectoria de Vida de las Mujeres Negras en las Instancias de Poder de la Amazonia del Pará (1995-2015)

The Life Trajectory of Black Women in Instances of Power in the Paraense Amazon (1995-2015)

Maria de Nazaré Costa da Cruz

Resumo: Considerando a ausência de visibilidade de mulheres negras em diversos espaços da sociedade brasileira, este trabalho compõe um diálogo por meio da história oral que, valorizando a entrevista como recurso narrativo, possibilita-nos ouvir sujeitos historicamente silenciados, fomentando novas possibilidades analíticas, para além da escrita. Concentramos nossos estudos sobre a história de vida de três mulheres negras da Amazônia paraense, situadas em lugares considerados como instâncias de poder, ocupados por tempo determinado, com incidência de decisão numa construção hierárquica. O processo da escravidão deixou marcas profundas sobre as mulheres negras, construindo uma imagem – influenciada por estereótipos do Brasil Colônia – em que há lugares para negros e lugares para brancos. São mulheres, negras e da Amazônia que corporificam num mesmo corpo várias opressões. Buscamos compreender suas vivências através dessa interseccionalidade.

Palavras-chave: Mulheres Negras. Instâncias de Poder. Amazônia Paraense.

Resumen: Considerando la ausencia de visibilidad de las mujeres negras en diversos espacios de la sociedad brasileña, este trabajo compone un diálogo por medio de la historia oral que, valorizando la entrevista como recurso narrativo, permite escuchar sujetos históricamente silenciados, fomentando nuevas posibilidades analíticas. Concentramos nuestros estudios sobre la historia de vida de tres mujeres negras de la Amazonia (Pará), situadas en lugares considerados como instancias de poder, ocupados por tiempo determinado, con incidencia de decisión en una construcción jerárquica. El proceso de la esclavitud dejó marcas profundas en las mujeres negras, construyendo una imagen - influenciada por estereotipos del Brasil Colonia - en que hay lugares para negros y lugares para blancos. Son mujeres, negras y de la Amazonia corporificando en un mismo cuerpo varias opresiones. Buscamos comprender sus vivencias a través de esa interseccionalidad.

Palabras clave: Mujeres. Instancias de poder. Amazonia del Pará.

Abstract: Considering black women's lack of visibility in several spaces of Brazilian society, this work composes a dialogue through oral history that, valuing the interview as a narrative resource, gives voice to historically silenced subjects, fomenting new analytical possibilities that go beyond writing. We focused our study on the life history of three Black women from the Amazon (Pará), occupying spaces considered as Instances of Power for a determined amount of time, with incidence of decision in a hierarchical construction. The process of slavery left deep marks on black women, building an image - influenced by stereotypes from Colonial Brazil - where there are spaces for blacks and places for whites. They are women, black and Amazonian, who embody various oppressions. We seek to understand their experiences through this intersectionality.

Keywords: Black Women. Instances of Power. Paraense Amazon.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa parte da seguinte indagação: como se dá a trajetória de vida de mulheres negras em instâncias de poder na Amazônia paraense, entre os anos de 1995 a 2015? Procuramos demonstrar como a história de vida dessas três mulheres constrói o percurso até elas chegarem nessas instâncias, bem como suas dificuldades e superações. A temporalidade histórica tratada (1995 a 2015) concentra marcos de efervescência para o cenário de Mobilização Nacional do Movimento Social Negro. Em 1995, temos a Marcha Nacional pelos 300 anos de Morte de Zumbi dos Palmares em Brasília, com o tema: Zumbi pela Cidadania e pela Vida; e, em 2015, ocorre a Marcha Nacional de Mulheres Negras, contra a Violência e pelo Bem Viver, organizado e protagonizado, exclusivamente, por mulheres negras.

No intervalo dessas duas décadas, consolidam-se ações decisivas no que tange à luta e efetivação por políticas públicas voltadas à população negra, que vai desde o reconhecimento pelo Estado brasileiro de que existe racismo até a aprovação das Cotas Raciais no serviço público federal, passando pela criação da Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial – SEPPPIR-2003, aprovação da Lei 10.639/03, aprovação da Lei de Cotas em universidades federais.

Em diversos momentos da história de luta do povo negro, as mulheres negras estiveram presentes, porém, suas pautas foram apagadas, invisibilizadas e silenciadas. Isso as levou a provocar discussões densas no interior do Movimento Negro e no Movimento Feminista; assim, buscamos compreender como as mulheres negras que estão em instâncias de poder, lidam com essas opressões. Procuramos investigar como se dá a interseccionalidade de gênero, raça e classe na vida delas. Ouvimos suas histórias de vida, dentro das instituições nas quais atuam; procuramos perceber onde essas trajetórias se aproximam e onde se distanciam; partimos de um ponto comum de que as três entrevistadas são mulheres negras, da Amazônia paraense e estão em espaços considerados como instâncias de poder, dentro das instituições pesquisadas, a saber: Partido dos Trabalhadores – PT; Central Única dos Trabalhadores – CUT; e Universidade Federal do Pará – UFPA.

Elas têm em comum: serem mulheres, negras e amazônidas, estarem na luta política organizadas em sindicato, partido e universidade, apresentam trajetórias diferentes no decorrer de suas vidas. São consideradas mulheres comuns que trilharam caminhos diferenciados, que as levaram a um outro fator comum entre elas: acessaram espaços considerados de “poder”, onde elas se tornam excessões, por serem lugares negados (ou pouco acessados) por outras mulheres negras.

A presente pesquisa segue balizada por eixos teóricos reflexivos, alinhados pela contextualização histórica sobre a presença das mulheres na historiografia, quando esses estudos se iniciam no Brasil, ora esboçando como as mulheres negras são representadas, ora como elas se definem na história brasileira e na Amazônia. Analisamos as entrevistas sobre suas trajetórias de vida a partir do aporte teórico do feminismo negro, cujas bases epistemológicas tangenciam sua fundamentação, referenciando, prioritariamente, intelectuais negras e algumas autoras da historiografia que estudam gênero. Finalizamos fazendo uma reflexão sobre como se dá a atuação dessas mulheres no interior das instituições pesquisadas.

Como suporte teórico-metodológico, utilizamos a história oral através de entrevistas. As fontes partem, inicialmente, do campo teórico da história, mas não se limitam a ela. Tecemos um caminho interdisciplinar, como propõe José de Assunção Barros (2016), o que possibilitou um diálogo entre vários campos da ciência, como Antropologia, Filosofia e Ciências Sociais. Utilizamos artigos e teses nos quais autoras debatem sobre os conceitos analisados, como os de interseccionalidade,

raça, classe, feminismo negro, Amazônia paraense. Destacamos a importância de utilizar-se dessas fontes na pesquisa devido partirem das vivências epistemológicas de mulheres negras, possibilitando um processo de decolonialidade na construção de um saber histórico.

1. Mulheres na Historiografia

As mulheres fazem parte da construção do conhecimento, assim como da construção da história das humanidades. Contudo, sua aparição na historiografia como sujeitos sociais históricos é bem recente, em decorrência dos papéis que lhes foram atribuídos durante os séculos.

Assim, foi atribuído para o homem um *status* de poder, e, para as mulheres, um papel secundário. A escolha de olhar para essas relações de poder entre homens e mulheres será classificada como uma categoria de análise chamada gênero, pela historiadora Joan Scott (1989), “O gênero é um elemento construtivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 21), ou seja, se refere às identidades sociais subjetivas para definir os papéis que homens e mulheres podem desempenhar a partir dos contextos sociais.

A história das mulheres recebe influências do movimento feminista. As feministas acreditavam que essas pesquisas transformariam paradigmas e trariam novos temas, demonstrando que as mulheres estavam presentes no decurso na história. Mesmo depois de terem provado que as mulheres participaram politicamente dos grandes acontecimentos históricos, tais como a Revolução Francesa, por exemplo, ou a Revolução Bolchevique, alguns historiadores afirmavam que as feministas deveriam apenas produzir histórias sobre sexo e família.

Minha compreensão da Revolução Francesa não mudou quando eu descobri que as mulheres participaram dela, “as mulheres têm uma história separada da dos homens, portanto deixemos as feministas fazerem a história das mulheres, que não nos concerne necessariamente” ou “a História das mulheres trata do sexo e da família, e deveria ser feita da história política e econômica. (SCOTT, 1989, p. 5).

No Brasil, as produções historiográficas sobre as mulheres e pelas mulheres surgem na década de 1970, relacionadas às pressões do movimento feminista, bem como à maior presença de mulheres na academia (mulheres brancas, vale ressaltar). Neste contexto, as historiadoras brasileiras começam a produzir estudos abordando a história das mulheres.

Durante o primeiro momento, a temática abordada reduz-se à mulher no mundo do trabalho. Os estudos dessa categoria de análise ganham ebulição a partir da década de 1980, com estudos sobre a participação das mulheres em vários contextos sociais, como cita a historiadora Margareth Rago (1995):

Ao longo da década de 1980, porém, que emerge o que se poderia considerar uma segunda vertente das produções acadêmicas sobre as mulheres. Aí floresce um conjunto de estudos preocupados em revelar a presença das mulheres atuando na vida social, reinventando seu cotidiano, criando estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multifacetadas de resistência a dominação masculina e classista (RAGO, 1995, p. 82).

2. Do Atlântico à Brasília

O Brasil é um país construído e estruturado sobre uma égide patriarcal e escravagista; país que, pela sua formação política, econômica e cultural, silenciou a participação das mulheres como sujeitos sociais na sua construção histórica. Este silenciamento tomou dimensões mais severas e violentas para as mulheres negras, já que estas, até certo tempo, não eram vistas nem como pessoas humanas, eram objetificadas.

No contexto da escravização de mulheres negras, os senhores detinham o controle, inclusive, sobre seus corpos, como demonstra a autora Sônia Giacomini (1998):

A lógica da Sociedade Patriarcal e escravista parece delinear seus contornos mais brutais no caso da mulher escrava. A apropriação do conjunto das potencialidades dos escravos pelos senhores compreende, no caso da escrava, a exploração sexual do seu corpo, que não lhe pertence pela própria lógica da escravidão. (GIACOMINI, 1998, p.153).

As representações da mulher negra na historiografia brasileira são discutíveis. Durante o período Brasil Colônia, elas são reduzidas às negras escravizadas que trabalhavam na lavoura, às amas de leite na casa grande, às curandeiras ou, ainda, às mulheres de cama (aquelas violentadas pelo senhor de engenho).

Para a historiadora Lélia Gonzáles (1981), o projeto de Nação pensado para o Brasil não incluía a população negra, pelo contrário, ele a deixava na marginalidade. Para a autora, esse modelo é reforçado pelo mito da democracia racial, defendido por Gilberto Freyre, na sua obra *Casa-Grande & Senzala* (1975), onde ele faz estudos culturais sobre a integração do negro, do índio e do branco, dizendo que vivem em harmonia. Beatriz Nascimento (1977) contesta essa tese perguntando “se somos parte integrante de uma democracia racial, por que nossas oportunidades sociais são mínimas em comparação com as dos brancos?” (NASCIMENTO, 1977, *apud* RATTS, 2007, p.108). Para ela, a tese serve para camuflar os privilégios e o racismo da elite brasileira.

Após a abolição da escravatura, não houve uma política de inclusão do negro na sociedade brasileira. No momento em que a sociedade passa de escravista para capitalista, importa a mão de obra assalariada do imigrante europeu em detrimento dos novos libertos. Para Hélio Santos (2014), “o quatorze de maio é o dia mais longo da História, pois perdura até hoje”.

Nesse contexto, as mulheres negras assumem o cenário econômico de sustentação da família negra, seja pelas vendas nas ruas como quituteiras ou trabalhando nas casas, fazendo os serviços domésticos, continuando nas cozinhas das ex-sinhá. Beatriz Nascimento (1977, *apud* RATTS, 2007) diz que elas foram trabalhando nos lugares com as mais baixas remunerações. Esse lugar de trabalho doméstico ganhou marca, cor, gênero e classe social na sociedade brasileira. As mulheres negras foram transformadas nas empregadas domésticas, categoria de trabalho que até 2013 não tinha seus direitos trabalhistas regularizados.

As mulheres negras trouxeram consigo os conhecimentos atravessados pelo Atlântico, guardaram saberes e se reinventaram nas terras *brasilis*. Para Zélia Amador de Deus (2018), elas são as guardiãs dos conhecimentos e saberes ancestrais. Diante desse contexto de superação, elas se reinventam, lutam e (re) existem, seja trabalhando na casa-grande, nas lavouras, seja ajudando

nas fugas, nas formações dos quilombos, liderando revoltas – como Luiza Mahin, na Revolta dos Búzios; Dandara e Akotirene, no Quilombo dos Palmares; Maria Felipa Aranha, nos Mocambos do Pará.

Apesar de serem silenciadas, algumas mulheres negras conseguiram superar esses desafios e acessaram esses lugares, destacando-se por tornarem-se exceções num país desigual, onde essas mulheres acumulam opressões sociais que se cruzam num único corpo: o de mulher negra. Trata-se do que a professora de Direito afro-americano, Kimberlé Crenshaw, chama de interseccionalidade,

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002b, p. 177).

Para a filósofa estadunidense Angela Davis, para se entender a dinâmica de opressão sobre mulheres negras, tem que se considerar que raça conjuga classe e classe conjuga raça. Não tem como se definir qual a maior opressão: essas duas categorias estão interligadas, pois o capitalismo se sustenta sobre esses dois pilares.

Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é maneira como a classe é vivida. A gente precisa refletir para perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras. (DAVIS, 1997, p.8).

De acordo com Patrícia Collins (2000), “o pensamento feminista negro, é uma episteme construída por mulheres negras, que leva em consideração teoria e prática”. O feminismo negro vem para responder aos anseios e angústias das mulheres negras, aos quais o feminismo branco não consegue responder por pensar a mulher como uma categoria universal, fixa e imóvel, sem levar em conta marcadores raciais, sociais e regionais.

3. Negras dos campos, das florestas, das águas e da cidade. Existe o Brasil e existe a Amazônia

A Amazônia também é negra, oriunda do processo de colonização e escravidão, processos marcadores de povoamento desse território no início do século XVII. Há neste território uma tentativa de negar ou invisibilizar a presença negra, desconsiderando sua contribuição não só para o povoamento como, também, para a formação econômica e cultural, como bem nos afirma o historiador Vicente Salles: “na Amazônia, contudo, a contribuição cultural do negro é sistematicamente diminuída e até negada, no conjunto de seus valores constitutivos” (SALLES, 2005, p.93).

É uma região historicamente marcada pelo distanciamento do centro do país, e vista como a “periferia do Brasil”, tanto no que tange ao que chamam de desenvolvimento econômico como na produção intelectual. É dentro desse contexto que se encontra o Pará, segundo maior Estado do país em extensão territorial. Os dados do último censo do Instituto Brasileiro Geográfico Estatístico (IBGE, 2010) trazem o Pará como o maior Estado negro da Região Norte, com 76,7%, onde 69,5% pardos e 7,2% pretos.

Apesar dessa identidade ser evidente a “olho nu”, ela não se reverbera nas construções de identidade do cotidiano paraense, visto que, aqui, se construiu dois marcadores: que são a “morenice” e o “caboclo amazônico”. São sujeitos miscigenados, que não se identificam especificamente com nenhum grupo étnico; não são negros, também não são indígenas e, muito menos, brancos, seriam frutos do processo de miscigenação. É uma categoria de identidade construída para se negar a presença negra e indígena. Não é à toa que Belém é chamada de “Cidade Morena”. Porém, é um fator bastante relevante para se entender a identidade das mulheres negras na Amazônia, como pontua a pesquisadora Flávia Câmara (2017):

Contudo, apontar que enquanto mulheres negras residentes/nascidas na Amazônia temos outras configurações históricas, demográficas, que ao não reconhecer se a instabilidade da sujeita política mulher negra, as quais, tratando-se de Brasil, grande parte das produções e teorizações tem sua concentração no eixo sul –sudeste-nordeste, acabam por colonizar as múltiplas experiências de mulheres negras amazônidas, que são tratadas ou como extensão das subjetividades de um “ser negra brasileira” ou negadas quando ergue se o mito do indígena e a morenidade enquanto identidade da Amazônia (CÂMARA, 2017, p.191).

Ou seja, a identidade negra na Amazônia segue outras referências que são diferentes do restante do país. Precisa-se entender que essa construção das identidades é dinâmica, que tem fatores culturais e regionais, e que influenciam na aceitação ou negação. Vejamos o que nos dizem os pesquisadores Mônica Conrado, Marilu Campelo e Alan Ribeiro (2015), a partir de uma pesquisa realizada em uma escola pública de Belém-PA.

Ser negro (a) no Pará, e porque não dizer na Amazônia, não é o mesmo que nas outras partes do país. Pelo processo histórico, a presença negra na região foi mitigada e relegada a segundo plano. A região tem a marca das hipérboles e dos mitos e essa marca condicionou a forma como a população negra foi tratada nas análises acadêmicas e como teve a sua identidade “sufocada” na metáfora do ser moreno/morena até os dias atuais (CONRADO, CAMPELO & RIBEIRO, 2015, p.2).

Segundo Amador de Deus (2018), as mulheres negras no Pará são diversas e constroem suas identidades das mais diversas formas. Das ribeirinhas, quilombolas; do campo, da floresta; negras urbanas; trabalhadoras rurais. São negras onde quer que estejam, a identidade racial não se desloca de seus corpos.

Diante desse contexto, vamos apresentar a história de vida de três mulheres negras afro-amazônicas paraenses que estão em instâncias de poder, em espaços diferentes de atuação. Para compreendermos como se deu essas trajetórias pessoais e públicas nesses espaços, utilizaremos como metodologia entrevistas compostas de questões abertas e dirigidas. As entrevistas serão sobre suas histórias de vida e suas trajetórias nesses espaços públicos de visibilidade política.

4. Mulheres Negras: entender que muitas vieram antes e que outras virão depois

No âmbito dessa pesquisa, foram coletadas entrevistas com três mulheres negras em instâncias de poder. São elas: Janaina Oliveira, Secretária Nacional LGBT do Partido dos Trabalhadores - PT,

que representa a instância partidária; Carmen Helena Foro, Vice-Presidenta da Central Única dos Trabalhadores - CUT, que representa a instância do Sindicato; e Zélia Amador de Deus, Professora Doutora da Universidade Federal do Pará que representa a instância da universidade, a academia.

4.1. As Insubordinadas

Janaina Barbosa Oliveira, 35 anos, mulher negra, lésbica, da Amazônia, ativista do Movimento LGBT, graduanda em Direito. Atualmente, é Secretária Nacional LGBT do PT, onde compõe a Executiva Nacional. É militante da Rede Afro LGBT, mora em Brasília, nascida em Belém, morou parte de sua infância no Estado do Maranhão, voltou com a família para Belém na adolescência no final da década de 1990.

Inicia sua militância no movimento estudantil em 2002, e, em seguida, se aproxima da pauta do movimento LGBT; a partir de 2007, começa a inserir-se no Movimento Negro e, em 2008, consolida sua militância através do Fórum Nacional de Juventude Negra (FOJUNE). Em 2009, filia-se ao Partido dos Trabalhadores - PT, no qual passa a militar na Pauta Étnico Racial e LGBT.

Em sua trajetória de militância, passou por diversos espaços de construção social, foi coordenadora do Grêmio do CEFET, coordenadora do Fórum Nacional de Juventude Negra pelo Estado do Pará, membro da Executiva Nacional da Juventude do PT-JPT, coordenadora Estadual e Nacional do Setorial LGBT do PT, vice-presidenta Nacional do Conselho dos Direitos LGBT, coordenadora da Gerência de Diversidade na Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM, Secretária Nacional LGBT do PT, membro da Executiva Nacional do PT.

Carmen Helena Foro, 53 anos, mãe de seis filhos, cabocla Amazônica, trabalhadora rural, vice-presidenta Nacional da Central Única dos Trabalhadores - CUT. Carmen nasce às margens de um Igarapé, às proximidades do Rio Moju, na cidade do Moju-Pa, na qual vive com a família, trabalhando como agricultora. Passa a infância tendo que remar até a cidade mais próxima, no caso, Igarapé Miri, para poder estudar e vender os produtos da roça.

Inicia sua militância no Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR, de Igarapé Miri, como estagiária, filia-se ao sindicato e torna-se dirigente e, depois, presidenta, coordenadora do Movimento de Desenvolvimento da Região Tocantina-MODESTO, coordenadora do Movimento de Energia para a Região Tocantina, secretária de Mulheres da Federação de Agricultura do Pará - FETAGRI, dirigente da CUT - PA, secretária Nacional de Mulheres da FETAGRI, coordenadora Nacional da Marcha das Margaridas, dirigente Nacional da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, vice-presidenta Nacional da CUT.

Zélia Amador de Deus, mulher negra da Amazônia. É Professora Doutora da Universidade Federal do Pará - UFPA, onde trabalha há 40 anos. Nasceu em Soure, na Ilha do Marajó, e veio morar em Belém no primeiro ano de vida. Foi criada pela avó em Belém do Pará, é ativista do Movimento Negro, considerada uma das maiores intelectuais negra do Brasil.

Zélia é graduada em Licenciatura Plena em Língua Portuguesa - UFPA, Mestrado em Estudos Literários - UFMG, e Doutorado em Ciências Sociais pela UFPA. Além de ser atriz e diretora de teatro, foi coordenadora de Centro, chegando a ser vice-reitora da UFPA. Foi presidenta da Associação de Pesquisadores Negros - ABPN, compôs a Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros - CADARA, co-fundadora do Centro de Estudos do Negro no Pará e Grupo Afro Amazônico - GEAN.

Para Lucília Delgado e Maria Ferreira (2014), vamos fazer uma “visita ao passado recente”, no bojo da história do tempo presente, partindo de uma temporalidade próxima, numa ordem cronológica inversa, revisitando memórias recentes das entrevistadas. Neste sentido, começaremos pela geração mais recente, e assim sucessivamente.

4.2. A menina negra da Amazônia

Janaina é militante partidária do PT, Partidos dos Trabalhadores, fundado em 10 de fevereiro de 1980, durante o processo de redemocratização do país. Partido esse que tem trinta e oito anos, com mais de dois milhões de filiados e filiadas. Considerado o maior partido de esquerda da América Latina, ele tem como uma de suas principais lideranças públicas o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O PT está organizado através de Diretórios Estaduais nos 26 estados e mais o Distrito Federal, possui um processo hierárquico de direção, onde é representado pelas seguintes instâncias: setoriais, secretarias setoriais, executivas distritais, zonais, municipais, estaduais e nacionais, com seus respectivos diretórios.

A partir do relato da entrevistada, foi possível pontuar as dificuldades encontradas em sua trajetória de mulher negra da Amazônia. Ela tem uma trajetória de militância no PT desde 2009, onde passou pela Secretaria Nacional de Juventude - JPT, como membra da executiva, foi coordenadora do Setorial LGBT e ajuda a transformá-lo em Secretaria, torna-se a primeira secretária eleita dessa instância. Em 2015, passa a compor o Governo Federal, através da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres - SPM, onde coordena uma Diretoria de Diversidade.

As dificuldades aparecem desde a infância, nos lugares pensados e naturalizados para as mulheres negras como uma herança histórica.

[...] e eu tô dizendo isso porque faz parte de uma trajetória que me faz entender o meu papel de mulher negra no futuro, que eu sempre brinquei com as minhas amiguinhas, com as minhas coleguinhas e o papel que eu sempre desempenhei nas nossas brincadeiras de casinha sempre foi de **empregada doméstica** [...] (informação verbal, grifo meu).

[...] a militância do movimento negro...que me apresenta inclusive o debate étnico-racial do reconhecimento, da autonomia, de se visualizar enquanto mulher negra, da resistência de entender o processo de racismo, e já me consolido também na questão de dizer abertamente para as pessoas quem eu sou, qual é minha orientação, qual é a luta que eu defendo [...] (informação verbal).

Para Nilma Lino Gomes (2006), o processo de construção da identidade negra passa pela experiência de aceitação do corpo negro, é um processo de tornar-se negro, levando-se em conta toda a construção negativa que fora feita com esse corpo negro desde a escravidão.

Nesse sentido, o movimento negro cumpre um papel importante na vida de homens e mulheres negras, que é o de, também, ser um movimento educador. Para Gomes (2017, p.42), “ele organiza e sistematiza saberes específicos construídos pela população negra ao longo de sua experiência social, cultural, histórica, política e coletiva”. Ajuda a pensar as outras representações dos lugares em que estão inseridos, outros marcadores, geracionais regionais e sociais.

[...] mas é no movimento negro que eu tenho uma percepção do espaço que eu estou, o fórum da juventude negra me gerou muitas oportunidades, primeiro de você conhecer outros cenários do Brasil de dialogar com outras pessoas sobre seu papel, mas me fez perceber também a percepção que as pessoas têm da Amazônia, a Amazônia é um espaço de grande biodiversidade, que proporciona uma série de coisa pro restante do país, mas não é uma região prioritária na disputa de ocupação de espaço né, tu passa a perceber o conflito que é norte e nordeste com o centro-sul do país [...] (informação verbal).

Ser mulher negra da Amazônia a coloca em lugar de subalternidade nas disputas por ocupação dos espaços, um marcador que a difere das demais regiões. Não bastasse já existirem estereótipos introjetados de que existem lugares para negros e lugares para não negros, como cita Nascimento (1976, *apud* RATTTS, 2007), principalmente nos espaços políticos, hegemonizados por homens brancos e de meia idade: “Numa sociedade como a nossa, onde a dinâmica do Sistema econômico estabelece espaços na hierarquia de classes, existem alguns mecanismos para selecionar as pessoas que irão preencher esses espaços.” (RATTTS, 2007, p.104).

De acordo com Matilde Ribeiro (2009), as mulheres negras são desaforadas, e vão procurando novas formas de organização, sejam elas nas organizações mistas do movimento negro ou em organizações somente de mulheres negras. Para Djamila Ribeiro (2017), as mulheres negras são capazes de compreender a importância da representatividade assim como o lugar de fala de cada sujeito social, levando em consideração as experiências, vivências e opressões de cada um. Isso é bem representativo na fala de Janaina:

[...] e quando a gente teve a oportunidade... de fazer ela, eu lembro que eu levei um companheiro gay pro fórum da juventude negra, levei outro companheiro jovem da rede afro LGBT, levei uma mulher negra, matriarca, lésbica do cangaço, então assim quando a gente começou a montar essa atividade com a presidenta Dilma, eu tive a preocupação de ter a certeza de quem nós teríamos a nossa representatividade lá naquele espaço. [...] (informação verbal).

[...] foi na fala da mãe da diversidade que a Dilma fez o primeiro gesto de carinho conosco, ela levantou e abraçou aquela mãe, a gente não sabe o que ela falou, ela falou muito baixinho no ouvido daquela mãe por que ela tava segurando uma bandeira que ainda tinha respingo de sangue da morte do filho e ela ouviu daquela mãe lá de Pernambuco, daquela mulher negra, a dor de ter perdido seu filho” [...] (informação verbal).

O racismo no Brasil é estrutural, está nas estruturas das instituições, o que impede a ascensão de muitos negros em diversas instituições, e que os coloca numa situação de isolamento, é o que a entrevistada vai narrar no espaço do Governo Federal e na Secretaria LGBT do PT.

[...] e aí eu vou pro governo, eu passei muito pelo processo de racismo institucional, muito, muito, muito.... eu vivi racismo do tipo de me sugerirem o cabeleireiro da empregada doméstica, por que se incomodavam com as tranças do cabelo, eu fui em várias reuniões que eu... a ministra mandava eu ir pras reuniões representando o ministério, eu não ia representando a minha pasta, eu ia representando o ministério pra falar com um conjunto de gestores, e eu chegar

no ambiente e a pessoa não perceber, e a pessoa dizer que chegou o carro do ministério e a pessoa perguntar pra mim: cadê? [...].

[...] não é fácil ser secretária, não é fácil, mas diferente daquela época da coordenação, eu, primeiro que eu tenho mais firmeza de ser uma mulher negra lésbica da Amazônia, eu sempre faço questão de dizer tudo isso e todas as reuniões que eu tenho que tomar decisões importantes eu faço questão de dizer quem eu sou e da onde eu estou falando [...] (informação verbal).

As mulheres negras se reinventam e (re)existem, e se autoajudam na luta coletiva, sabendo que não estão sós. Raimunda Nilma de Melo Bentes (2017), a idealizadora da Marcha Nacional de Mulheres Negras, diz que “a história mostra que as mulheres negras sempre estarão dispostas a lutar contra as injustiças, pela equidade”. Elas tecem redes de articulação política e fortalecem a militância, foi isso que a Marcha das Mulheres Negras em novembro de 2015, em Brasília-DF, demonstrou.

[...] eu vi as mulheres negras marchando com uma pauta, com disputa ideológica, com posição política de reunir com os gestores da política pública do governo federal, mas foi importante ver a nossa voz, ouvir, era uma adversidade de mulheres negras, não só regional, mas de concepção, geracional, religiosa, tradicional, eu tive do início ao fim, eu fiz esse exercício de ir do início ao fim da marcha pra ver essa diversidade [...]

[...] mas foi lindo, foi lindo, você tem um outro marco da sua vida, você tem as mulheres negras dizendo pro Brasil e pro mundo, nós estamos aqui, nós existimos, nós resistimos, nós estamos na luta, nós vamos fazer o enfrentamento, nós estamos aqui pra cobrar política pública, nós estamos aqui pra fazer um projeto de defesa socialista de esquerda, isso tem muito também, acho e espero que a Dilma tenha entendido, que aquele momento foi um momento importante não só pras mulheres negras, mas inclusive de defesa dela como mulher branca [...] (informação verbal).

[...] a institucionalidade me impedir de viver aquele momento enquanto mulher negra, por que assim, eu tava no ambiente institucional de governo, mas eu não tinha deixado de ser uma mulher negra, isso não impediu que o racismo institucional acontecesse, nunca impediu que acontecesse, mas eu era impedida de participar de atos por uma questão institucional, foi lamentável por que eu sabia que a partir naquele momento eu disse: pow, mas eu não posso participar por que eu tô numa estrutura institucional, mas essa estrutura institucional não impediu que eu vivesse um processo de racismo, dentro da estrutura de governo (...) (Janaina Oliveira).

A Marcha Nacional de Mulheres Negras é citada pela entrevistada como um grande encontro da diversidade, contrariando a lógica do racismo que transforma o negro numa homogeneidade.

4.3. A Desaforada

Carmen Helena Foro é vice-presidenta da Central Única dos Trabalhadores - CUT. É a primeira mulher negra, trabalhadora rural e da Amazônia a ocupar essa instância. A CUT foi

fundada em 1983, é uma organização sindical de massa e de classe, surge no processo do “novo sindicalismo”, com objetivo de representar a luta dos trabalhadores do campo e da cidade. Está organizada nos 26 Estados e no Distrito Federal. A CUT é a maior Central Sindical da América Latina e a 5ª maior do mundo.

Carmen tem uma trajetória na CUT que vem das ramificações de base, vem do sindicato de trabalhadores rurais, depois, para a FETAGRI, passando pela CUT Estadual, CONTAG, até chegar à Executiva Nacional da CUT, como vice-presidenta. Em sua trajetória na militância sindical, optou por se organizar enquanto mulher trabalhadora rural, buscando fortalecer a luta dessa categoria.

Nessa trajetória, marcada por vários momentos de dificuldades e superação, que vem desde a infância de ser uma criança ribeirinha, “então tive uma infância onde o rio era minha rua, na beira do rio, e pra mim aprender a ler e escrever, primeiro tive que aprender nadar, como condição de sobrevivência mesmo”, diz a entrevistada, até a chegada no espaço da CUT Nacional.

A tomada de consciência de classe é essencial para a organização dessa categoria, porém, é um processo que se constrói ao longo da história, porque vai depender das experiências individuais e coletivas de cada indivíduo e do grupo no qual vive. Primeiro, precisa entender-se enquanto classe para, depois, ter-se a consciência de classe, como nos diz Edward Thompson (1998):

Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao seu redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os que as exploram), identificam os nós dos interesses antagônicos, se batem em torno desses mesmos nós e no curso de tal processo de luta descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta de sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real (THOMPSON, 1998, *apud* MATTOS).

Por outro lado, a presença das mulheres nos sindicatos enquanto sujeitos sociais nem sempre foi uma constante, como relata a entrevistada Carmen Foro, “observei primeiro que não tinham quase mulheres e as mulheres falavam muito pouco no sindicato”. As campanhas nacionais realizadas no fim da década de 1980 pelas centrais sindicais pelos direitos das mulheres incentivaram e ampliaram a participação e organização de várias mulheres, desde a formação de associações até a disputa pelas direções sindicais, com a tônica de dar visibilidade à presença feminina e “implementar as políticas das mulheres de maneira transversal em todas as áreas das centrais” (SOARES, 2016, p. 4), bem presente na fala da entrevistada:

[...] e o material que mais me chamava atenção era o material da secretaria de mulheres da CUT, não era secretaria na época, era comissão nacional de mulheres da CUT que mandava um boletim que era: “igualdade de oportunidades na vida no trabalho e no movimento sindical”, foi uma campanha que a CUT teve muito importante pra trazer, filiar mulheres, garantir o reconhecimento da nossa participação nos espaços sindicais [...] (informação verbal).

Além de ter que lidar com a questão de ser mulher na luta sindical, um espaço dominado pela presença masculina, e, principalmente, a CUT, que tem mais homens como dirigentes, ainda tem que lidar com o fato da descoberta de ser mulher negra: “eu primeiro me percebi mulher lá no sindicato, foi depois que eu fiz essa conexão entre ser mulher e negra”, afirma Carmen Foro. E como os olhares se direcionam para esse corpo negro subjugado sexualmente.

Para Beatriz Nascimento (1976, p. 106), a representação baseada em estereótipos sobre o corpo da mulher negra de que “sua cor funciona como atrativo erótico” a faz mais “ser destemida sexualmente”, o que permite que homens exerçam suas dominações sem serem censurados.

[...] e uma coisa que sempre me incomodou muito, era o olhar masculino sobre nós mulheres negras, quando somos mais jovens, mesmo em espaço político, é como se nós fôssemos um objeto do desejo, da satisfação deles. Era assim, há um interesse muito grande por você essa coisa da sexualidade, essa coisa de uma mulher negra chama muita atenção. Eu comecei a me perceber mulher negra nessa perspectiva. Quando eu percebi as abordagens, e até parece que não fariam isso com as outras. Era muito mais comigo [...] (informação verbal).

[...] hoje eu tenho certeza que minha vida é muito mais dura, sempre foi muito mais dura porque eu sou negra. Eu vejo e comparo, o que é ser uma dirigente sindical branca e o que é ser uma dirigente sindical negra. Como que isso é expresso de forma silenciosa, como se a branca tivesse muito mais valor do que as mulheres negras. Isso é muito doloroso, porque nós velamos cotidianamente. Isso é velado no dia a dia, nos espaços que nós estamos. Ou você grita, ou você se submete. Se silencia. Quando grita ainda dizem: “está se fazendo de vítima!”, eu tenho vivido muito isso, e quando eu acho que na CUT a minha presença só o fato de existir, ser negra, ser da Amazônia, causa sim um desconforto, na maioria do histórico processo daquela central sindical de 35 anos dirigida por homens (Carmen Foro).

O fato de ser uma dirigente mulher negra Amazônida a faz ter outras percepções, um despertar para a identidade negra que não necessariamente tem ligação com a militância orgânica dos movimentos negros tradicionais. Mas que consegue perceber a relevância da militância das mulheres negras em diversos espaços. Sueli Carneiro (2003) considera que o movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena as contradições de raça, classe e gênero,

Promove a síntese das bandeiras de luta levantadas pelo movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras (CARNEIRO, 2003, p. 3).

(...) aí eu olho a marcha das mulheres negras, que inclusive muitas delas vinham do interior, do interior do Brasil, que estavam lá nos quilombos, em lugares muito distantes, na condição de mulheres negras, que ocupam o último lugar em qualquer espaço da sociedade, pra mim 2015 foi um momento assim, muito revolucionário, a mulherada negra se levantar, acho que no Brasil a gente tá vivendo um momento muito rico, têm mulheres negras se organizando, na sua condição de mulher negra, com sua pauta, na sua trajetória histórica (Carmen Foro).

[...] então assim, a Carmen, a vice-presidenta da CUT, não é uma aventura dela, é fruto de um processo coletivo de muito tempo (...) (Carmen Foro).

4.4. A herdeira de Ananse

Zélia é professora da Universidade Federal do Pará – UFPA desde 1978¹. Zélia foi aluna da UFPA do curso de Licenciatura Plena em Língua Portuguesa, e, depois, torna-se docente nessa mesma instituição. É nesse espaço de trabalho, mas também de militância, que ela vai traçar sua caminhada na luta contra a discriminação racial e por políticas de ação afirmativa.

O fato de saber que era negra desde a infância contribui para trilhar o caminho da educação como lugar de superação. “Minha avó dizia o tempo todo: ‘Tu és preta!’, eu não fiquei me enganando achando que eu podia ser morena”, relata Zélia. Considera que o estudo a tirou da extrema pobreza, “sou filha de mãe solteira, fui criada pelos meus avós, no meio da pobreza, na verdade, o que me tirou da pobreza foi ter estudado, da extrema pobreza”. Isto contribui para sua militância, ainda na juventude, em plena ditadura civil e militar. Já estava inserida na luta antirracista, e foi através do teatro que essa militância reverberou, como aponta:

[...] resolvi que tinha que fazer teatro, o teatro me ajudou muito na vida, eu era uma pessoa muito tímida, eu digo que o teatro foi a minha terapia, sou outra pessoa depois que eu fiz teatro [...].

[...] eu entrei na UFPA no período Médici, saí em 74, na graduação. É, então, foi uma época dura, você só podia fazer política clandestino [...].

[...] falar de racismo na ditadura militar, significava estar atentando contra a segurança pública.

[...] falar de movimento negro e reivindicar, falar da existência do racismo e reivindicar política pública, era atentar contra a segurança nacional.

A trajetória de militância de Zélia no movimento negro se confunde com a própria trajetória política do movimento social negro. Ela vivencia os principais marcos históricos da luta do movimento negro, os quais ela ajudou a construir, desde a fundação das organizações tradicionais do Movimento Negro, passando pela participação na Conferência de Durban, na luta pela aprovação das ações afirmativas na UFPA e no Brasil.

No final da década de 1970, precisamente em 1978, surge o Movimento Negro Unificado Contra Discriminação Racial - MNUCDR, que mais tarde se transforma em Movimento Negro Unificado - MNU, nas escadarias do Teatro Municipal em São Paulo, com caráter político reivindicativo, o que influencia a criação de outras organizações do movimento negro, “aí surge o CEDENPA, nesse bojo e desde lá que a gente tá aqui, na luta enfim pela cidadania negra”, dentre elas o Centro de Estudos do Negro no Pará - CEDENPA, do qual Zélia é uma das fundadoras.

Durante sua carreira na Universidade Federal do Pará - UFPA, Zélia chegou a ser vice-reitora, de 1993 a 1997, até o presente momento, a única mulher negra a estar nessa instância. Ela diz que teve toda uma trajetória interna administrativa para poder chegar a esse espaço.

¹ A UFPA foi criada através da Lei: 3.291, de 02 de julho de 1.957, sua criação foi sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. É uma instituição Federal de Ensino superior, organizada sob forma de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação - MEC, através da Secretaria de Ensino Superior - SESU, tendo como princípio a integração das funções de Ensino, Pesquisa e Extensão.

[...] eu fui eu acho que a primeira e única até agora. Não espero ser a única, eu quero que venha mais, mas até agora só fui eu a única mulher negra. Mas eu vinha de uma trajetória que eu já tinha sido chefe de departamento, coordenadora de colegiado, já tinha uma prática administrativa e fui diretora do Centro que hoje é instituto. Então depois de diretora de Centro é que eu cheguei à Vice-reitoria (informação verbal).

[...] acabou que eu me transformei numa figura muito conhecida dentro da instituição, exatamente por causa das minhas posturas e luta [...].

Considera de muita importância a participação do movimento negro na preparação e na **III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância**, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), de 31 de agosto a 08 de setembro de 2001, em Durban, África do Sul, onde o estado brasileiro reconhece a existência institucional do racismo e se compromete a construir medidas para superação das desigualdades raciais. Entre elas, as ações afirmativas na educação, o que será chamado de **Políticas de Cota**. Para Gomes (2017, p. 34), isso provoca “mudanças internas na estrutura do Estado”, e na UFPA não foi diferente, como relata Zélia: “[...] a gente conseguiu o projeto de lei das cotas, não do jeito que a gente queria, mas de qualquer forma ampliou a presença negra dentro da universidade”.

O resultado da Política de Ações Afirmativas tem diversificado o perfil dos alunos nas universidades. Zélia fala como gostou do resultado das cotas na UFPA, que é adotado desde o ano de 2008,

[...] a gente tá ampliando digamos assim, o acesso de grupos que historicamente estavam fora da universidade, a UFPA sempre foi muito elitista, hoje em dia eu digo que ela tá criando uma nova cara, a Universidade Federal do Pará, está criando um novo perfil (informação verbal).

[...] uma universidade que seja capaz de abrigar todos os grupos que existem na sociedade brasileira. Não uma universidade que só receba e forme os mesmos, a universidade que forma sempre os mesmos, aquele da elite ou então classe média branca, essa universidade é uma universidade pobre, mas quanto mais a universidade recebe grupos diferentes, mais ela se enriquece, mais ela cresce como instituição produtora de conhecimento. [...].

Nilma Gomes (2017, p. 73) diz que o movimento de mulheres negras, através de suas ações, “constrói saberes e aprendizados políticos, identitários e estéticos corpóreos específicos”. É um movimento que ganha maior visibilidade com a Marcha das Mulheres Negras de 2015, sobre a qual Zélia também tece suas impressões.

[...] pra dar conta da pauta das mulheres negras, que eu digo que é, o instamento mais esmagado na sociedade, existe um racismo [...], uma hierarquização no último instamento, aquele mais esmagado, quem está lá são as mulheres negras. Por isso quando as mulheres negras se mexem eu digo que elas são capazes de mexer com todos, de trazer à tona todos os outros oprimidos pelo sistema, elas estão lá embaixo, elas se mexem os outros se mexem junto. Então a

marcha pra mim ela foi isso, ela foi o instamento mais esmagado pela opressão do racismo, esse instamento se organizou, veio pra cena, falou, teve voz, disse o que queria, e o que elas querem na verdade? Elas querem lutar contra o racismo, contra a violência, querem o bem viver. E o bem viver não é a boa vida ou a vida boa, o bem viver é viver numa sociedade livre de racismo, viver numa sociedade que não seja uma sociedade baseada no lucro e na exploração das pessoas. O bem viver é inclusive um conceito que o sociólogo Aníbal Quijano trabalha (informação verbal).

Angela Davis (2017) afirma que “quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”, pois ela está na base da pirâmide das opressões, traz à tona todas as demais pautas de outros grupos oprimidos na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São mulheres negras, pobres e da Amazônia, uma combinação que fortalece um elo de exclusão; interseccionam num único corpo as opressões de gênero, raça, classe e região. Elas partem do ponto comum de serem mulheres, negras e amazônidas, apresentando construção de identidades diferentes (morenas, caboclas amazônicas), pois são atravessadas por experiências singulares desta região. As mulheres negras são diversas em suas múltiplas experiências e vivências, se reconhecem pela afirmação desse território mas, também, por serem excessão nos lugares onde atuam.

A presença de mulheres negras em lugares de chefia ou de direção dentro das instituições pesquisadas ainda é uma exceção, que reforça os estereótipos concebidos historicamente, de que foram construídos lugares para não negros e lugares que os negros devem ocupar na sociedade brasileira. Para elas, as exigências são maiores, precisam ser duas, três vezes melhores no que fazem para chegarem nesses espaços. A elas é exigido terem traçado “uma carreira, ou militância” que as credencie a estar nessas posições, o que não se aplica, necessariamente, a outras mulheres não negras.

Constatamos que, na instância partidária e na atuação do Governo Federal, o racismo institucional é muito mais explícito e recorrente, atuando como fator de exclusão e impedimento da presença de outras mulheres negras neste espaço. Na CUT, o grande desafio é de se terem mulheres negras nos altos cargos de direções, pois ela é composta de 62.2% de homens nas direções estaduais (DIEESE, 2014). Precisa-se levar em conta a “*formação cultural dessa classe trabalhadora*” (THOMPSON, 1998, *apud* MATTOS), desde o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista, considerado o berço do “Novo Sindicalismo”, até o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Igarapé Miri - STTR, no Pará. Enquanto, na UFPA, o desafio é ter outras mulheres negras em instâncias de Poder – até a realização da presente pesquisa, o cargo mais alto ocupado por uma mulher negra, em sessenta e um anos de existência da Universidade, foi o de vice-reitor.

A cultura política do sindicato, do partido e, até mesmo, da universidade, é hegemonicamente branca e eurocêntrica, o que contribui para a ausência de mais mulheres negras em espaços de direção e tomada de poder dentro dessas instituições.

Percebemos que suas histórias de vida pessoal e de vida pública são atravessadas pelo racismo, num processo pessoal e coletivo de combate diário que, onde quer que elas estejam, as suas condições de serem mulheres negras e da Amazônia continuará sendo um marcador tatuado em seus corpos negros.

Procuramos demonstrar, através dessa pesquisa inicial, que a presença de mulheres negras em instâncias de poder conjuga vários fatores marcados na construção histórica do Brasil, como: racismo, machismo, preconceito regional; e que elas vão desenvolvendo estratégias de sobrevivência e fortalecimento nesses espaços. Elas travam lutas constantes para não serem as únicas nesses lugares, percebem a combinação das opressões em seus corpos negros e encontram formas distintas de enfrentarem tais opressões, que vão desde o apoio de outras mulheres até incidir, mais diretamente, na presença de outras mulheres negras nestes lugares, como a luta pela implementação de cotas raciais na UFPA. O fato de conseguirem ocupar cargos/lugares estratégicos não as livra de sofrerem racismo nem preconceito regional, o que reforça a tese levantada por vários autores e autoras – dentre eles, Kabengele Munanga (2004) – de que o racismo está introyetado na estrutura das instituições brasileiras.

A presença delas em espaços de luta coletiva contribui diretamente para que políticas, medidas e ações sejam desenvolvidas para ampliar a participação de outras mulheres negras nestes lugares.

Esperamos que essa pesquisa possa contribuir para o fortalecimento político do movimento de mulheres negras no Estado do Pará, e que possa inspirar mais mulheres negras a acessar instâncias de poder na Amazônia paraense.

REFERÊNCIAS

Bibliografia:

AMADOR DE DEUS, Zélia. *Hoje o Protagonismo vai ser feminista, negro e nortista*. Palestra realizada na Universidade da Amazônia-UNAMA, Belém, 2018.

BARROS, José D'Assunção. *História Oral e Metodologia de Pesquisa em História: Objetos, Abordagens, Temáticas: Teoria e metodologia da História: antigas e novas interdisciplinaridades*. Jundiá, Paco Editorial: 2016.

CÂMARA, Flávia Danielle da Silva. *Mulheres negras amazônidas frente à cidade morena: O lugar da psicologia, os territórios de resistência*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*. Nova York: Routledge, 2000.

CRENSHAW, Kinberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Los Angeles, 2002.

_____ (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista de Estudos Feministas*, v. 7, n. 12, p. 171-88.

DAVIS, Angela, 1994. *Mulheres raça e classe*. Tradução Henci Regina Candiani, 1.ed, São Paulo: Boitempo, 2016.

DELGADO, Almeida Neves, FERREIRA, Maria de Mores. *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. 316 p.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Perfil das/dos Dirigentes da CUT. Pesquisa Perfil Afirmativo. Março/2014.

GIACOMINI, Sônia Maria. Ser escrava no Brasil, *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, nº 15, Rio de Janeiro, 1998, p.145-170.

GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolo da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. *O movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. *A Questão Negra no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Global, 1981, (Cadernos Trabalhistas).

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem Conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: *Cadernos PENESB*. Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade brasileira. Niterói, Rio de Janeiro. n.5. p. 15-23, 2004.

RATTS, Alex. *Eu sou Atlântica: A trajetória de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007, 129p.

RIBEIRO, Djamilia. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte, Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Matilde. *Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing*. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v. 3 n., 2008, p. 446-457.

_____. *Políticas de Promoção de Igualdade Racial no Brasil (1986-2010)*,1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

SALLES, Vicente. O Negro no Pará sob o regime da escravidão. 3ed. rev. ampl.-Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*.1989.

THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Org. e trad. Antonio Luigi Nero e Sergio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

Entrevistas:

AMADOR DE DEUS, Zélia. A trajetória de vida de Mulheres Negras na Amazônia Paraense (1995-2015). Entrevista concedida a Maria de Nazaré Costa da Cruz. Belém, 15 de novembro de 2018.

FORO, Carmen Helena. A trajetória de vida de Mulheres Negras na Amazônia Paraense (1995-2015). Entrevista concedida a Maria de Nazaré Costa da Cruz. Belém, 30 de outubro de 2018.

OLIVEIRA, Janaina Barbosa. A trajetória de vida de Mulheres Negras na Amazônia Paraense (1995-2015). Entrevista concedida a Maria de Nazaré Costa da Cruz. Belém, 20 de setembro de 2018.

Fontes Eletrônicas:

BENTES, Nilma. *Mulheres Negras sempre estarão dispostas a lutar*. Belém, 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/especiais/nilma-bentes-historia-mostra-que-mulheres-negras-sempre-estarao-dispostas-a-lutar/>>. Acesso em 29 de novembro de 2018.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o Feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. SP, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>>. Acesso em 27 de junho de 2018.

Coletivo de Negras da Amazônia. Disponível em <<http://coletivodenegrasdaamazonia.blogspot.com/>>. Acesso em 22 de novembro de 2018.

CONRADO, Mônica; CAMPELO, Marilu; RIBEIRO, Alan. *Metáforas da cor: Morenidade e territórios da negritude nas construções de identidades negras na Amazônia Paraense*. Afro-Ásia, 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77050451007>>. Acesso em 24 de novembro de 2018.

CRENSHAW, Kimberlè (1989). *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics*. Disponível em: <<http://politicalscience.tamu.edu/documents/faculty/Crenshaw-Demarginalizing.pdf>>. Acesso em 22 de novembro de 2018.

DAVIS, Ângela, 1997. *As mulheres negras na construção de uma nova utopia*. Disponível em: <arquivo.geledes.org.br/atlantico-negro/movimentoslideres-pensadores/afroamericanos/10243-as-mulheres-negras-naconstrucao-de-uma-nova-utopia-angela-davis>. Acesso em 28 de novembro de 2018.

_____, 2017. *Quando uma mulher negra se movimenta*. Brasil. Disponível em: <https://brasil.elepais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html>. Acesso em 28 de novembro de 2018.

MATTOS, Marcelo Badaró. *E.P. Thompson no Brasil*, UFF. Disponível em: <<file:///C:/Users/ASUS%20X550C/Documents/TCC/thompson/Thompson%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em 01 de dezembro de 2018.

Pará tem maior percentual dos que se declaram pretos ou pardos. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/11/para-tem-maior-percentual-dos-que-se-declaram-pretos-ou-pardos-diz-estudo.html>>. Acesso em 22 de novembro de 2018.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995. Disponível em: <historiacultural.mpbnet.com.br/artigos.genero/margareth/RAGO_Margareth-as_mulheres_na_historiografia_brasileira.pdf>. Acesso em 11 de novembro de 2018.

SANTOS, Hélio. *Provocações*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qfouVRs-qLQ4>>. Acesso em 15 de novembro de 2018.

SOARES, José Luiz. As políticas de gênero no sindicalismo brasileiro contemporâneo. *40º Encontro Anual de ANPOCS - ST 34- Trabalho, trabalhadores e ação coletiva*. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=40+encontro+anual+da+anpocs+st+34+-+trabalho%2c+trabalhadores+e+ação+coletiva+as+políticas+de+genero>>. Acesso em 01 de dezembro de 2018.

Corpos Políticos: a importância da estética em meio à construção das narrativas de mulheres negras e gordas

Cuerpos Políticos: la importancia de la estética en medio de la construcción de las narrativas de mujeres negras y gordas

Political Bodies: the importance of aesthetics in the construction of the narratives of black and fat women

Maria Luiza Reis Mendonça

Resumo: O artigo busca trazer reflexões acerca da importância da estética junto à corporeidade negra e gorda e como esse processo de construção identitária reflete no caráter visual. Assim, a problemática abordada aqui é: como mulheres negras e gordas se dispõem da linguagem corporal para construir suas narrativas e ferramenta política na luta antirracista e anti-gordofobia. A pesquisa realizou-se através de um levantamento bibliográfico de estudos que se aproximem de tal temática, pelo contato com mulheres organizadas em coletivos, além da observação de perfis dessas mulheres em redes sociais. Logo, a estética como construção sociocultural influencia nosso parecer acerca do belo, atua nas relações de poderes, sobretudo, em relação a grupos historicamente marginalizados.

Palavras-chave: Estética Negra. Mulheres Negras e Gordas. Construção Identitária.

Resumen: El artículo busca traer reflexiones sobre la importancia de la estética con la corporeidad negra y gorda y cómo este proceso de construcción de identidad se refleja en el carácter visual. Por lo tanto, el problema que se aborda aquí es: cómo las mujeres negras y gordas tienen un lenguaje corporal para construir sus narrativas y herramientas políticas en la lucha contra el antirracista y la gordofobia. La investigación se realizó a través de una encuesta bibliográfica de estudios que abordan este tema, mediante el contacto con mujeres organizadas en grupos, además de la observación de los perfiles de estas mujeres en las redes sociales. Por lo tanto, la estética como construcción sociocultural influye en nuestra opinión sobre lo bello, actúa en las relaciones de poder, especialmente en relación con los grupos históricamente marginados.

Palabras clave: Estética Negra. Mujeres Negras y Gordas. Construcción Identitaria.

Abstract: The article seeks to bring reflections about the importance of aesthetics with black and fat corporeity and how this process of identity construction reflects in the visual character. Thus, the problem addressed here is: how black and fat women have body language to build their narratives and political tool in the fight against anti-racist and anti-gordofobia. The research was carried out through a bibliographical survey of studies that approach this subject, by the contact with women organized in groups, besides the observation of profiles of these women in social networks. Therefore, aesthetics as a socio-cultural construction influences our opinion about the beautiful, acts in the relations of power, especially in relation to historically marginalized groups.

Keywords: Black Aesthetics. Black and Fat Women. Identity Construction.

Maria Luiza Reis Mendonça – Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Membro da linha de pesquisa Culturas, Etnias e Identidades do Grupo de Pesquisa Amazônia: História, Culturas e Identidades. Atuou como estagiária no Projeto Arqueológico Carajás (PACA) no Museu Paraense Emílio Goeldi-Campus de Pesquisa (MPEG), em trabalhos de curadoria e análise de cultura material (cerâmica). Pesquisa sobre a construção da identidade étnica através da cultura material. Atuando em áreas de pesquisa com temas acerca da arqueologia amazônica, gênero e sexualidade, antropologia visual, estética negra e história e memória. E-mail: marialuizahist@gmail.com

INTRODUÇÃO

Atualmente, ser mulher e ser negra no Brasil ainda significa estar inclusa num ciclo de marginalização e discriminação social e racial. Tais fatores resultam de um longo processo histórico de formação da sociedade brasileira, que necessita ser analisado no intuito de buscar soluções equacionadoras para antigos e atuais estigmas e dogmas. Ser negro é o marcador de diferença crucial; agora, ser uma mulher negra, gorda e periférica – neste caso, moradoras de regiões periféricas –, serve de bagagem para que esse corpo seja marginalizado ainda mais em uma sociedade na qual a opressão, o racismo, a discriminação e a misoginia persistem. Ainda é evidente certa generalização de que os negros são todos iguais. Somos estereotipados a um grupo homogêneo, sem levar em consideração que cada corpo carrega em si uma territorialidade de negritude, isto é, a verdadeira negritude em movimento.

Diante de tais aspectos, é evidente como uma das principais formas sociais de afirmação identitária é a aparência, e, por meio do vestuário e da moda, reproduzimos formas estereotipadas de representação das identidades ou subvertemos essas mesmas normas arbitrárias (BARRETO & SILVA, 2015, p.41).

O interesse pela pesquisa, inicialmente, se sucedeu não somente por eu estar inserida em tal realidade, sendo mulher negra e gorda, periférica, mas, sobretudo, por ser uma questão atual de necessária ênfase para se romper com diversos estigmas enraizados quando se debate a interseccionalidade entre gênero, raça e classe, do qual muitas mulheres ainda lutam para serem reconhecidas de diversas formas como tais.

A relação com meu corpo tornou-se conflituosa desde cedo, com 11-12 anos já frequentava a sessão adulta feminina das lojas de departamento, o que me causou desconforto por um longo período, resultando em futuros transtornos, tanto alimentares quanto psicológicos. Crescer negra e gorda numa sociedade que padroniza os corpos a um ideal de beleza eurocêntrica não foi fácil, e sim doloroso, ainda mais em um ambiente familiar rodeado por homens e no qual a única presença feminina era uma mulher branca. Logo, tanto no ambiente familiar e social em que eu cresci, predominaram ideias de beleza branca; sendo assim, por vezes, meus traços étnicos não foram valorizados e a representatividade tornou-se ausente, ausência essa que foi reforçada ainda mais pelo canal midiático.

No ambiente escolar não foi diferente. Chacotas e piadas constantes sobre meu cabelo e cor da pele, aliadas ao meu peso, fizeram com que eu me mantivesse excluída e não reconhecesse a beleza que havia em mim. Foi um longo processo de negação e, posteriormente, autoafirmação diante das contínuas imposições sobre minha negritude. Tais aspectos, somados às vivências pessoais, me levaram ao interesse por tal temática, sobretudo por ter me reafirmado como mulher negra através da estética e como a mesma é fundamental na luta antirracista, nesse caso, também, na luta anti-gordofobia, no sentindo de se afirmar num corpo que é constantemente marginalizado, logo, utilizando-o como um instrumento político.

Durante a construção da presente pesquisa, foi notável a escassez de trabalhos referentes a tal temática – ainda mais quando se fala do corpo negro e gordo –, corpo este que, quando se afirma como tal, é vinculado a uma carga e poder excessivamente negativos, ou seja, uma construção negativa da identidade, do qual, quando se quer debater e se tomar decisões sobre nosso corpo, a gordura, por vezes, vem antes mesmo da nossa opinião, ou seja, uma questão ligada à gordofobia, que ainda é um tabu atual e dos quais poucas pessoas se atrevem a esclarecer.

1. A presença negra na região amazônica

Por muito tempo, quando foram discutidas questões acerca da constituição sócio histórica do papel dos africanos e afrodescendentes na formação da região amazônica, tornou-se presente e reforçada uma imagem mistificada de que na Amazônia não habitavam outros povos além de indígenas. É nesse sentido que obras como *O negro na formação da sociedade paraense* e *O negro no Pará sob o regime de escravidão* de Vicente Salles, entre outros, atuam no processo de desconstrução de tal imagem.

É inegável a contribuição sociocultural africana na Amazônia, contribuição essa que se manifesta nos chamados “folguedos”, na culinária, no vocabulário, ou seja, nos mais diversos aspectos da manifestação regional; no entanto, pelo menos no Pará, não se observa a sobrevivência de um culto puramente africano devido à convergência de elementos culturais que acabaram gerando um sincretismo (SALLES, 2015).

Qualquer amostragem de dados etnográficos e folclóricos comprovará que o negro contribuiu, em larga escala, para dar mais amplo embasamento à cultura regional. Uma prova disso é a lúdica amazônica, essencialmente negra. (SALLES, 2005, p.93).

Discutir os caminhos trilhados e estabelecidos pela comunidade negra na Amazônia é, antes de tudo, ter a consciência da diferenciação semântica dos termos africanos, negros e escravos. Sendo assim, o escravo é aquele que permaneceu ou permanece numa condição do qual acabam por submeter outros homens, isto é, escravos são homens escravizados, para que possamos evitar equívocos de se pensar que escravo é sinônimo de negro ou africano.

É fundamental não se ter a percepção de que esses caminhos se iniciam somente com o processo de colonização, do qual, devido a análises socioculturais acerca dos negros junto às suas africanidades remeterem a um itinerário desde seu continente de origem: a África, continente esse que, entre os séculos XV e XIX, foi consumido, tomado e configurado como lugar de mão-de-obra escrava, traficada pelas mais diversas nacionalidades, principalmente europeia.

O comércio negreiro que se estabeleceu na Europa, posteriormente, às Américas e, logo mais, no Brasil – que se tornou um dos principais consumidores dessa mão-de-obra –, também teve em Portugal um dos primeiros países nesse comércio, facilitado pelo domínio que detinha em torno de terras africanas.

E, dessa forma, se desenvolveria o esquema de subordinação, opressão e violência das mais diversas magnitudes em torno da captura de negros oriundos do continente africano, do qual foram carregados em navios tumbeiros, em péssimas condições de sobrevivência, em direção às colônias portuguesas brasileiras, justificado por Portugal como uma tentativa de defesa das posses de terra contra a ameaça estrangeira. Sendo assim, o tráfico negreiro desenvolveu-se com a essencial fonte de reabastecimento dessa mão-de-obra em meio à história de um Brasil, tanto colonial quanto imperial, marcado por controle, vigilância e punição a toda e qualquer maneira e ações que colocassem em risco o sistema vigente.

Dentre as comunidades negras que foram trazidas para o território brasileiro, acabaram se sobressaindo aqueles tipos tidos como fortes e de maior vigor, conseqüentemente, recepcionados como animais, objetos, nada além de mercadorias, muito menos considerados como integrantes de

uma sociedade, sendo que suas costas carregam o mais pesado e complexo trabalho, integrados à realidade brasileira, ausentes de direitos, no entanto, com muitos deveres.

Elucidar a presença negra na Amazônia é recorrer a trabalhos e perceber como, até o século XX, os estudos se restringiram ao negro nas regiões Sudeste e Nordeste, o que acabou gerando certa mistificação da inexistência e pouca representatividade da comunidade negra e quilombola. Assim, até meados da década de 60 do século passado, a Amazônia foi encarada como majoritariamente indígena, com uma população pouco numerosa e dispersa.

2. A questão da identidade negra

Segundo Bauman (2005), a compreensão de identidade é uma entidade abstrata, virtual e sem existência concreta. A identidade possui por significado uma dimensão conflitiva, no entanto é primordial como quesito de referência para os variados grupos sociais, por unir na diversidade e permanecer na mudança, ou seja, para este autor a ausência do conflito perde a importância da busca por um marco legal de territórios culturais onde é preciso reconhecer que as diferenças são importantes para que as transformações aconteçam. Dessa maneira, o conflito não é algo a se desprezar e sim o ponto de partida para que haja uma busca para o reconhecimento, pois a cultura e identidade são vivas, e não estáticas. Munanga (1994), ao falar sobre identidade, destaca:

(...) a identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (auto definição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA, 1994, p.177-178).

Dessa forma, o conceito de identidade, percebido como reconhecimento de pessoas ou grupos sociais, presume inconscientemente a concepção de alteridade, já que aquele só se constrói através desta. E se existe um “eu” e um “outro”, os fatores que possibilitem o conflito, ou disputa de poder, já estarão instalados.

No estudo de Gomes (2008), a autora afirma que entende a identidade negra como um movimento que não se dá apenas a começar do olhar de dentro, do próprio negro sobre si mesmo e seu corpo, mas, também, na relação com o olhar do outro, do que está fora; esta relação ela descreve como tensa, conflituosa e complexa.

Ainda são evidentes diversas implicações dissonantes da suposta democracia racial¹ brasileira além das teorias de branqueamento² de um Brasil colonial que resultaram em uma “indefinição racial” respaldada pela concepção de mestiçagem, posteriormente, em uma negação da diversidade,

¹ Democracia racial foi uma ideia muito difundida na metade do século XX, adotada inicialmente pelo antropólogo norte-americano Charles Wagley, do qual o sociólogo brasileiro Gilberto Freire, com o sentido de “democracia étnica” em seu livro *Casa Grande & Senzala*, aborda uma falsa ideia que não existiria conflitos raciais e sim que brancos e negros viveriam de forma pacífica e amistosa, nesse caso, entre senhores e escravos.

² A teoria do branqueamento ou do “embranquecimento” foi influenciada por teses eugenistas que vigoraram entre os séculos XIX e XX de que haveria um padrão genético de supremacia da raça humana, padrão esse representado pelo ideal branco, logo, diante do processo de miscigenação da população brasileira, a teoria do branqueamento seria uma forma de alcançar essa superioridade racial através de estágio, até eliminar, progressivamente, raças tidas como inferiores.

e, notadamente, da existência de uma negritude. Sendo assim, tal análise não deve recair em uma visão maniqueísta, frequentemente dita, na qual o negro brasileiro não se aceita.

No entanto, reconhecer e compreender que a devida postura reflete, em parte, décadas de exclusão e a conseqüente negação de todos e todas da população negra, principalmente, pela associação às representações pejorativas e constantemente ligadas ao que é ruim. Isto é, influenciada pelos mais variados tipos de racismos que se exprimem no cotidiano, nas experiências relatadas, levando-nos a refletir sobre a complexidade do identificar-se como negro, do qual Munanga (2004) expõe:

Parece simples definir quem é negro no Brasil, mas, num país que desenvolveu o desejo de branqueamento, não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não. Há pessoas negras que introjetaram o ideal de branqueamento e não se consideram como negras. Assim, a questão da identidade do negro é um processo doloroso. (MUNANGA, 2004, p. 52).

Dessa forma, se afirmar como sendo negro ou negra é, ao mesmo tempo, um longo processo doloroso individual e social. A questão do ser negro e ser negra, ainda que sejam experiências marcadas de formas semelhantes, possuem suas distinções, principalmente ao que se refere ao esquema corporal.

O que falar do corpo como uma linguagem própria que informa e dialoga? Corpo esse, como aborda Foucault, "é uma jaula desagradável, na qual terei que me mostrar e passear. É através de suas grades que eu vou falar, olhar, ser visto. Meu corpo é o lugar irremediável a que estou condenado" (2010, p.01). Sendo assim, é o principal meio do qual nos diferenciamos dos outros, por onde somos vistos, observados e conseqüentemente julgados; tomou-se um caminho pelo qual as sensações e percepções que possuímos de nós, das pessoas e das coisas que nos cercam se internalizam e, assim, se fundamentam como estrutura de definições que pré-estabelecemos sobre a diferença, ou seja, sobre o outro.

Gomes (2008) evidencia que não somente em outros processos identitários, mas também quando condiz à identidade negra, a mesma se constrói gradativamente, num movimento que envolve diversas variáveis. Já que a identidade negra é uma construção social, histórica e cultural, do qual o sujeito se reconhece na conjunção de um grupo étnico/racial por meio da sua história, cultura e relações estabelecidas com o outro.

Sendo assim, neste trabalho entendemos como identidade racial negra uma longa relação conflituosa na busca de afirmação e reafirmação diante de processos e interferências internas e externas do meio em que vivemos. O cenário das diferenças é primordial para análise que envolve toda esfera de comportamento humano, entendendo, assim, percepções culturais étnicas que demarcam territórios de existência.

3. A corporeidade de mulheres negras e o imaginário social da estética

No momento que nos posicionamos diante de espelho ou superfícies que refletem nossa imagem, nossa reação imediata talvez não seja compor reflexões sobre o que estaríamos enxergando, no entanto, a tendência é querer parecer/se sentir bem; esse "estar bem" pode levar a múltiplos sentidos dependendo do sujeito em questão. Estar bem para tudo que envolve o universo cotidiano.

Um simples gesto que ocasiona uma série de reflexões e indagações: como eu me vejo? Como eu me identifico? Como me veem? Nesse sentido, espelho parece ser o suporte inicial para entendermos algumas dessas questões, sobretudo o nosso próprio corpo como uma linguagem própria que informa e dialoga.

Segundo Mauss (2003) em *As Técnicas do Corpo*, estas são as maneiras através das quais as pessoas buscam “servir-se do seu corpo”, maneiras essas que estão inscritas em um conjunto de regras sociais que, em alguns contextos, podem ser chamadas de educação.

Pierre Bourdieu (1987), durante o processo das análises dos mecanismos que distinguem os indivíduos, alega que uma sociedade diferenciada não se estabelece somente por se diferir do que é comum, mas sim por agir diferencialmente; nesse sentido, a relação de distinção se encontra no corpo, sendo este um bem simbólico que recebe valores distintos de acordo com o mercado no qual está inserido.

É notável como o corpo negro, por longos períodos, foi associado a uma ideia de funcionalidade diante de uma estrutura social escravocrata, ou seja, um corpo que, acima de tudo, é um instrumento, um objeto de trabalho do qual não apresenta beleza a ser posta, muito menos apreciada. O que acabou por ocasionar uma concepção generalizada e aprisionada que reforça estereótipos que são apoiados na imagem de uma população negra, cuja realidade é reduzida ao trabalho, sobretudo, físico, negando-lhes o reconhecimento de sua estética enquanto bela. E é dessa marginalidade que desponta situações do qual o "medo" oferece o teor das relações socioculturais entre negros e brancos.

No caso da sociedade brasileira, é necessário investigar momentos históricos que nos ajudem na compreensão dessas maneiras, de servir-se do próprio corpo e como se estabeleceram. Nesse sentido, podemos direcionar, inicialmente, uma análise em torno do século XIX, um período onde muitas teorias racialistas se organizaram, isto é, a fase no qual o racismo científico³ deteve maior relevância, e também pela transição da população negra da condição de escrava para livre, com a abolição em 1888.

A exemplo dos resultados desse racismo científico, pode-se citar Sarah Baartman, a conhecida Vênus Negra, nascida numa região pertencente atualmente à África do Sul, do qual foi exposta como atração em circos, feiras e, posteriormente, em museus na França do século XIX. O caso de Sarah também ilustrou teorias racistas e eugenistas de que os negros se assemelham a macacos – além de ter seu corpo espetacularizado e coisificado, também foi tida como objeto de teorias médicas a fim de refutar a superioridade da raça branca, exemplificadas até mesmo depois de sua morte, em que seus órgãos foram expostos e comparados ao animalesco.

Os aspectos que envolveram o caso de Sarah Baartman foram devido a sua distinção simbolizada por atributos físicos diferenciados do padrão vigente europeu, sobretudo no que tange à sexualidade. Também, como apontou Braga (2015), aludindo à figura de Vênus, que no decorrer da história se tornou a representação do feminino, do belo e do corpo, deslocando-se do denominado belo na época. O corpo de Sarah era considerado distinto por apresentar nádegas consideradas desproporcionais e uma pele excessiva nos pequenos lábios, mas também por ser africana. Aspectos que a garantiam como atração exótica, quase animalesca.

³Os desdobramentos do racismo científico durante o século XVII, no Brasil, assim como suas consequências políticas e sociais se efetivaram no momento em que as teorias raciais deram status científico às desigualdades entre os seres humanos e, por meio do conceito de raça, puderam classificar a humanidade, fazendo uso de sofisticadas taxonomias (SCHWARCZ, 2015).

Sarah, como tantas outras mulheres negras em diáspora, trazia consigo no corpo as marcas particulares de um pertencimento racial e étnico. Assim como diversas mulheres negras, Sarah também foi posicionada no lugar do que é exótico; um entre lugar, por não ser feio, nem bonito, mas sim tido como o diferente.

É evidente que, diante das mais variadas formas de afirmação identitária, a aparência através do vestuário é fundamental nesse processo, é por meio dessa linguagem corporal que reproduzimos maneiras estereotipadas de representação das identidades, isto é, como percebemos o “outro e até mesmo subvertemos normas arbitrárias”.

Os padrões de beleza, sendo formas impostas de normatividade em torno do corpo alheio, se constituem como uma uniformidade do qual, por meio da repetição contínua, busca submeter os corpos a um regime de controle, que menos tem a ver com o que é considerado belo do que com o que é considerado aceitável.

É contra essa “padronização” que os mais diversos grupos que “fogem” a esse modelo se dedicam em alcançar posições sociopolíticas que os levem a uma redefinição de suas relações com os demais segmentos presentes na sociedade. E esse processo pode ser notável quando nos debruçamos à realidade da população negra.

A indústria da moda e seus diversos elementos ainda mantêm o negro e sua cultura na invisibilidade e legitima a exclusão da população negra em vários espaços, do qual todo o conjunto de símbolos e ícones de pertencimento dos mesmos é hostilizado, mas, quando são utilizados pelo branco, é sinônimo de estilo. Dessa forma, a referência sobre a cultura negra só existe quando é oportuno, não existindo um reconhecimento natural sobre ela.

É inegável como a miscigenação utilizada como um instrumento eficaz de embranquecimento através de hierarquias estatais configurou uma ausência identitária e, até mesmo, confusão racial. É através do aprisionamento de estereótipos sobre a comunidade negra que o racismo opera, se apontarmos como exemplo o canal midiático, campanhas publicitárias, isso é mais sólido. Sueli Carneiro evidencia:

Branco, não. São individualidades, são múltiplos, complexos, e assim devem ser representados. Isso é demarcado também no nível fenótipo, em que se valoriza de diversidade da branquitude: morenos de cabelos castanhos ou pretos, loiros, ruivos são diferentes matrizes da branquitude que estão perfeitamente incluídos no interior da racialidade branca, mesmo quando apresentam alto grau de morenidade, como ocorrem com alguns espanhóis, italianos ou portugueses, os quais, nem por isso, deixam de ser considerados ou de se sentir brancos. A branquitude é, portanto, diversa e policromática. A negritude, no entanto, padece de toda sorte de indagações. (CARNEIRO, 2002, p.70).

É nesse sentido que chegamos ao ponto crucial do presente trabalho: a estética como forma de agenciamento político. Debate esse que ainda gera muitas questões se a estética realmente é empoderamento, pergunta essa que diante dos grupos oprimidos que tiveram suas histórias apagadas, seus corpos marginalizados diante do mundo e espaço que é reservado para os racialmente hegemônicos, são mais do que confirmados e válidos: estética é sim empoderamento e instrumento eficaz na luta antirracista, mas, sobretudo, no caso das agentes citadas nesse texto, também na luta anti-gordofobia.

4. A importância da estética na construção e reafirmação de identidades

Inicialmente, é necessário ressaltar as noções sobre o que seria a estética, palavra essa que se origina do grego *aisthesis*, em linha geral, atribuída à sensação ou percepção, sendo uma das partes da Filosofia que estuda tudo aquilo que seremos ensinados a designar que seria tido como belo, carregando junto percepções e emoções que esse caráter do que é belo produz. Logo, sendo uma percepção construída por um caráter sociocultural, pode ser facilmente manipulada e questionada, resultando em ideais de beleza configurados ao longo da história, nesse caso, o eurocêntrico é tido como o exemplo a ser apreciado e atingido.

Quando se constrói padrões estéticos traçados por hierarquias, em qualquer âmbito que seja – nesse caso, por raça e gênero –, acaba por se estabelecer, também, outras formas de dominação e opressão, já que se cria o binarismo daquele que virá a ser aceito e aquele não será, ou seja, aqueles que serão admirados e os que serão excluídos, ocasionalmente ocorridos com o fenótipo negro, prevalecendo, assim, o ideal de beleza que é socialmente desejado: o branco, mas não somente branco, o magro também.

Desde pequenas, nossas imagens enquanto mulheres negras, sejam gordas ou não, são negativamente distorcidas; somos influenciadas pelo olhar colonizado, causando-nos, por vezes, um sentimento de inferioridade diante das diversas opressões intercaladas quando se é mulher negra, o que vai se agravando com a agregação de outros atributos, como ser negra e periférica e, também, orientação sexual, práticas religiosas, entre outros. Como explica Luiza Bairros em *Nossos Feminismos Revisitados*:

A experiência da opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social interceptam em diferentes pontos. Assim, uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista sobre o que é ser mulher numa sociedade racista e sexista. Considero essa formulação particularmente importante não apenas pelo que ela nos ajuda a entender diferentes feminismos, mas pelo que ela nos permite pensar em termos de movimentos negros e mulheres negras no Brasil. Este seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça) o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras: luta contra o sexismo ou contra o racismo? – Já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e das ações políticas uma não existe sem a outra. (BAIRROS, 1995, p.461).

O que falar, então, de um corpo que não é somente negro, mas também é gordo? Uma mulher negra e gorda vai ter a gordofobia potencializada pelo racismo. Fato esse observável em páginas criadas em redes sociais que ridicularizam a população negra, como “todo dia um negro passando vergonha”, do qual o discurso de ódio era mais forte quando as pessoas negras ali também eram gordas, sendo a grande maioria dos alvos mulheres.

Crescemos escutando sobre o quanto a ideia do estar bonita e atraente é fundamental, somos imersas em um padrão de beleza limitado que nos diminuem e desvalorizam as diversas outras be-

lezas existentes em detrimento de um referencial eurocêntrico, logo, a que é mais retratada. Existir apenas um tipo de representação contribui para o enfraquecimento da autoestima, justamente por olharmos os mais diversos canais midiáticos e cibernéticos e não reconhecer alguém que se assemelhe a nós, porque queremos nos ver, nos identificar. Desta forma, concordamos com Djamila Ribeiro em *O que é lugar de fala?*, quando ela diz:

É preciso perceber como o colonialismo reifica as identidades e como não é possível fazer um debate amplo sobre um projeto de sociedade sem enfrentar o modo pelo qual certas identidades são criadas dentro da lógica colonial. [...] O objetivo principal de confrontarmos a norma, não é meramente falar de identidade, mas desvelar o uso que instituições fazem das identidades para oprimir ou privilegiar. O que se quer com esse debate, fundamentalmente, é entender como poder e identidades funcionam juntos a depender de seus contextos e como o colonialismo além de criar, deslegitima ou legitima certas identidades (RIBEIRO, 2017, p.31).

Quando se deslegitima certas identidades em detrimentos de outras, especificamente quando se trata de mercado *Plus size*, se evidencia que esse mercado por vezes desconhece seu próprio público alvo e o trata de forma desdenhosa, isso é refletido quando entramos em lojas voltadas para tamanhos grandes e as vendedoras são magras e não são preparadas para tal atendimento; além do mais, os risos, cochichos, olhares de deboche são constantes quando aquele “maior tamanho” não entra no braço, no quadril.

Uma série de abusos diários em relação ao que se escuta sobre o que fica bom ou não em nossos corpos: “já que você não possui bumbum, essa calça deve servir”, “já que seu quadril é muito grande, esse short não vai caber”, “essa blusa aqui pode ajudar disfarçar a barriga avantajada”, “roupas em tons mais escuros vão favorecer a gordura que tu deves esconder”, “roupas listradas aumentam seu volume”, “não trabalhamos com seu tamanho”.

Logicamente, mulher gorda alguma irá se identificar com as mesmas mulheres magras que as lojas físicas insistem em manter. Sendo assim, um dos grandes erros de uma empresa é não procurar conhecer o mercado do público alvo que se pretende atender, já que os tamanhos que deveriam servir em um EXGG parecem mais PP, além da grade limitada e as campanhas com a ‘gordo padrão’, ou seja, existe a carência de identificação do público alvo, tanto em campanhas publicitárias quanto na escolha das vendedoras que nos atendem.

Quando se é uma mulher negra e gorda, essa falta de positividade é, por vezes, inexistente; é um corpo que é visível, mas, ao mesmo tempo, permanece na invisibilidade, diante de uma sociedade que constantemente se acha no direito de tomar as decisões sobre ele, como se fosse um favor permitir que o mesmo transite. Desde o ambiente familiar e através do bombardeamento midiático se reforça uma falsa ideia de que o valor de nossos corpos reside em nosso tamanho, em nossa aparência através de uma cultura nociva às mulheres diante de uma sociedade que incentiva a constante disciplina dos corpos, resultando, assim, uma decorrente higienização dos corpos.

O estigma da gordura recai fortemente sobre as mulheres, do qual ser gordo, apesar de ser uma característica física – assim como ser magra, alta ou baixa –, traz consigo uma carga simbólica excessivamente negativa, o que acaba por nos afetar, refletindo por vezes numa automutilação involuntária, com o intuito de se enquadrar no padrão vigente. É o anular e negar o próprio corpo, reagindo, também, negativamente no fortalecimento das estruturas psíquicas.

É por meio da estética também que muitas mulheres negras resistiram e resistem através da construção de movimentos de reafirmação da beleza negra além da valorização da autoimagem afro-brasileira, tornando-se, assim, uma maneira de resistência em meio à dominação hegemônica.

5. Os espaços cibernéticos e sua articulação no processo identitário e representatividade

Os pensadores Manuel Castells (1999) e Pierry Levi (2009) são duas referências no qual se baseia o estudo desse tópico, onde procuro entrelaçar visões de mundo adversos na relação dos grupos de coletivos sociais e novas formas de organização social onde as redes são os espaços de debates, interações e provocações.

Inicialmente, ao revisitarmos o intenso trabalho de Manuel Castells sobre sociedade em rede, nos deparamos com dimensões diversas nos debates sobre organização social em rede e, em especial, as redes de tecnologias sociais num mundo globalizado. Bem lembrado por Castells que viver em rede não é nenhuma novidade, pois, segundo o autor de *Sociedade em Redes*, as dimensões a que se refere em rede é bem mais antiga que pensamos, pois nas redes históricas, como ele mesmo remete ao termo, as comunidades já se organizavam de forma privada ou de forma primitiva. Ou seja, a sociedade em rede não estaria ligada, necessariamente, como conhecemos hoje – conectada tecnologicamente ou mediada por algum instrumento tecnológico –, e sim bastariam para isso que as sociedades estivessem organizadas seja numa feira, em um espaço ou até mesmo dentro de casa.

Uma rede, em termos gerais, pode ser considerada como um conjunto de pontos conectados entre si com o objetivo de fortalecer um sistema maior de compartilhamentos das características comuns entre os pontos. Sendo assim, as redes sociais a que me proponho estudar têm como pressuposto a organização de coletivos que possam dialogar com suas perspectivas de luta a partir da troca de informações, numa simbiose do espaço cibernético onde todos se fortalecem, e não num espaço de disputa ou marcação de territórios espaciais tomados no lugar comum das redes sociais.

É nesse sentido que tomo como exemplo os elementos que compõe as redes sociais, como *blogs*, canais no *Youtube*, páginas do *Facebook* e *Instagram*, que trancem a trajetória de mulheres negras e gordas e como muitas delas vêm sendo exemplo de representatividade para muitas outras através de suas vivências e criação de conhecimentos por meio de novas formas de narrativas e subjetividades.

Essas ferramentas do qual elas se dispõem são iniciativas individuais ou de uma parcela, de um grupo, mas que ao mesmo tempo podem ser vistas por todos e todas, num pequeno intervalo de tempo, e se viralizar. Tendo esse potencial de atingir toda uma massa, logo uma comunicação de massa, comunicação essa que não é comandada pela lógica do grande capital, sendo uma iniciativa autocomandada, independente de empresas; é o que Castells (1999) chama de comunicação de cima para baixo, a amplificação de pequenas redes baseadas em tecnologias da informação, ou seja, as redes horizontais.

É nesse sentido que essas redes são utilizadas como alternativas para desenvolver contra-hegemonias diante dos discursos que muitos dos *blogs*, redes, *sites*, canais de *Youtube* revelam e perpetuam: a busca por um corpo específico, modelado e que atenda aos interesses do mercado. Corpo esse que é estilizado e midiático, que se utiliza dos mais diversos artifícios que o mercado da saúde, da estética e, também, da tecnologia proporcionam, como aplicativos móveis (app) para dieta e exercício; as cirurgias de redução de estômago e afins. Os discursos também expressam essa urgência na busca pela transformação dos corpos gordos, corpos esses que, caso não se modifiquem, são sinônimos, diante desses canais, como inertes e ultrapassados.

É pensar, também, a ideia de representatividade nesses espaços, um conceito que carrega um sentido político e ideológico, cujo valor é notável pela qualidade e quantidade da sua interlocução com os representados, no sentido de ideias, opiniões que conduzem vontades e interesses dos mesmos, assim como a resolução de conflitos relacionados a determinado grupo que se manifesta através de reivindicações, propostas e lutas coletivas a fim de romper estereótipos e mudar as perspectivas.

Batalhas culturais são as lutas pelo poder da Era da Informação. São travadas basicamente dentro da mídia e por ela, mas os meios de comunicação não são os detentores do poder. O poder, como capacidade de impor comportamentos, reside nas redes de troca de informação e de manipulação de símbolos que estabelecem relações entre atores sociais, instituições e movimentos culturais por intermédio de ícones, porta-vozes e amplificadores intelectuais. (CASTELLS, 1999, p.89).

É notável, em muitas campanhas publicitárias, um padrão *Plus size*, logo, certo ideal de “corpo gordo” que passou a ser higienizado e padronizado, que é recorrente nas modelos utilizadas na maioria das lojas que dizem vender roupas para pessoas gordas. É um corpo que possui seios e quadris grandes, porém permanece com barriga, braços e rosto pequenos, além de uma surreal cinturinha. Ele existe para atender as regras de uma sociedade que, buscando vender um produto, precisa que ele não ameace as suas estruturas fundamentais – nesse caso, a gordofobia e o machismo. Assim, a moda *Plus size* se tornou um meio de segregar as gordas bonitas e “aceitáveis” daquelas que ainda são consideradas excessivas demais para terem seus direitos atendidos. Uma mulher negra e gorda, como ela realmente é retratada na capa de uma revista de grande publicação, ainda por cima trazendo à tona a questão da gordofobia, é algo que até tempo atrás não se via.

Pensar numa revolução tecnológica onde o mundo se ergue em direção ao crescimento de movimentos culturais e lutas por direitos, a Era da Informação acompanhada pelo crescimento da luta pelos direitos da mulher e, conseqüentemente, do feminismo, é também pensar formas de organização que se empoderam de reflexões acerca de seu papel diante do mundo digital ou do ciberativismo.

São em meio às redes sociais que a luta por visibilidade e representatividade desses corpos encontram articulação e se reverberam. Durante tal pesquisa, reuni uma série de postagens publicadas em grupos e páginas do *Facebook* de significativo alcance como o *Coletivo Gordas Livres*, *Gorda & Sapatão*, *Negrata Gordiva*, *Voz das Gordas*, *Relaxa aí*, *Fofa*, *Senhorita Gorda*, entre outras, a fim de recolher relatos, discussões, comentários e denúncias; e foi notável uma grande quantidade de postagens e relatos que giravam em torno da aceitação, mas também conflitos, além da gordofobia e do racismo *online*.

Gordas Livres é um coletivo *online* formado por quatro mulheres e desenvolvido por mulheres gordas para mulheres gordas, com o intuito de desconstruir a gordofobia e empoderar mulheres gordas. *Negrata Gordiva* é uma página que procura divulgar o empoderamento de mulheres gordas, tanto negras quanto brancas. *Gorda & Sapatão* é um *blog* pessoal com textos baseados na vivência de Jéssica Hipólito, uma mulher gorda, lésbica e feminista.

A metodologia utilizada para recolhimento desses dados no campo das redes sociais se desenvolveu, inicialmente, mediante uma pesquisa dos principais canais e redes de mulheres negras

que costumo acompanhar, nesse caso, já mencionado, nas plataformas do *Facebook*, *Instagram* e *Youtube*. Durante meses, foram recolhidas fotos, publicações, além da observação de relatos provenientes principalmente do *Facebook*, local esse onde as articulações em torno da estética costumam reverberar.

Um movimento que vem ganhando adeptos e notei em grande parte, se não todas, as pessoas gordas que venho seguindo nessas redes é o chamado “*body positive*”, expressão em inglês que, ao pé da letra, seria algo como “corpo positivo” ou “positividade corporal”, ou seja, um movimento que tem o intuito de fortalecer o amor próprio e pluralidade dos corpos, assim como suas belezas distintas.

Sendo assim, como a militância nos últimos anos com suas várias questões se instalaram, também, através de um novo ambiente de atuação, a internet, no qual a comunicação se estabelece por meio de diversas linguagens, sendo em texto, áudio, imagens, vídeo – esse último vem ganhando muito espaço, devido a ser uma das linguagens mais atrativas e de simples compreensão, no qual o *Youtube* acaba se tornando a plataforma mais utilizada.

6. Gordofobia e pressão estética na era virtual

Diante de uma sociedade de mercado, da qual a indústria do consumo vigora, padroniza, manipula, transforma e divulga imagens de sucesso e saúde associadas a corpos belos – nesse caso, associados aos corpos magros –, o corpo gordo, sobretudo do sexo feminino, tornou-se o alvo preferível de uma vigília constante.

Além do mais, o senso comum, sustentado e baseado em um discurso biomédico que valoriza a estetização da saúde – processo esse no qual são empregados critérios da medicina estética, da moda e da beleza construída nas academias como critérios para avaliar saúde –, acabam identificando o corpo gordo como obeso, corpo esse que é doente e que necessita ser emagrecido. Sendo assim, uma imposição que intensificam estigmas que prejudicam mais que a própria gordura.

O ambiente sociocultural e a mídia possuem forte influência acerca da imagem que nós sujeitos construímos sobre os próprios corpos e o corpo ideal que gostaríamos de ter. Nesse caso, se a imagem predominante e valorizada socialmente é vinculada ao corpo magro, emagrecer será o ideal de muitos, do qual aqueles que possuem dificuldades ou não conseguem alcançar tal ideal geralmente têm maior insatisfação e sofrimento, gerando uma série de conflitos.

A imagem corporal se constrói através do contato que o corpo adquiriu com experiências externas, corpo esse que acaba registrando e assimilando vivências, mas também marcas do tempo. Tal construção de imagem é uma experiência ativa, que se desenrola no decorrer do tempo, a partir das mudanças de olhar para o mundo, para os outros e para si mesmo.

Nesse sentido, explorar os discursos que viralizam em *blogs*, páginas e grupos de redes sociais e em de canais da plataforma *Youtube*, é dialogar com o universo subjetivo da gordura e revelar, elucidar sentidos naturalizados nas imposições, ditaduras e estigmas ao que concerne corpo. A escolha pelo espaço da internet foi justamente uma busca pelo que está sendo dito atualmente sobre o corpo gordo, discursos que excedem e repercutem nos mais diversos sentidos da linguagem atrelada à questão doença/saúde.

É necessário, ainda, ter noção da diferença de pressão estética e gordofobia, aquela remete a certo incômodo por aquela ‘gordurinha’ na barriga, se você vive um drama por conta de celulite, se

sente insegura por não parecer com as mulheres que aparecem na mídia no sentido de também se manter magra a qualquer custo e possui um medo constante de engordar. Já a gordofobia remete a um corpo preterido constantemente no decorrer de sua vida diária, sejam em oportunidades de trabalho, em suas relações nas mais variadas esferas sociais, devido à aparência. Uma batalha também no ambiente clínico já que, por vezes, médicos recusam-se a prestar o real atendimento daquele paciente, argumentando que o problema é devido ao peso, além de sugerir uma necessidade de emagrecimento. Assim, é recorrente pessoas se sentirem livres para questionar sua saúde, e, também, sua higiene e capacidade até mesmo intelectual.

O espaço cibernético exerce na contemporaneidade uma maneira de existência completa, por ser uma localidade de linguagem própria, munida de culturas e utopias, e possibilita o desenrolamento de um mundo imaginário dos mais diversos sentidos. Mundo do qual os limites são envolvidos e o corpo se torna invisível, uma espécie de zona de libertação das limitações do corpo, e a identidade permanece volátil.

É notável que em meio à Era das Imagens, nesse caso aquelas do fluxo das redes sociais, logo assim a imagem pessoal, ela se torna uma arma política do qual a internet ativa esse potencial. Uma rede social é feita por e para pessoas, sendo assim não permanece isenta do fenômeno da gordofobia, muito menos do racismo. A dimensão que a gordofobia opera no Brasil segue um tom sutil, que há algum tempo tem sido apontado e identificado por grupos organizados de militantes e intelectuais. Presente no ambiente *online*, o ciberespaço também tem se situado como um importante lugar de reação através de mobilizações e denúncias.

Um dos traços da gordofobia é a coisificação dos nossos corpos e a “fetichização positiva”, de modo que as grandes afetadas são as mulheres, e, se for pensar em mulheres negras, é notável uma hipersexualização já enraizada desse corpo, que é tratado como um brinquedo, como estepe, como um objeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessária a reflexão de que a experiência de ser mulher e gorda não é universal, sendo assim, a maneira que se desenvolve a opressão, além da desumanização e marginalização desses corpos, serão distintas, logo, a importância do respeito aos locais de fala e se considerar os recortes de gênero, sexualidade e racial principalmente por serem pessoas gordas diversas do qual se vivenciam também a gordofobia de maneiras distintas, mesmo que compartilhem situações gordofóbicas semelhantes.

Através de narrativas e relatos no meio virtual e de pessoas próximas, foi evidente como as mesmas utilizam seus corpos como uma linguagem política e eficaz instrumento na luta antirracista, mas, sobretudo, na luta anti-gordofobia e de resistência cotidiana. Diante do que foi retratado até aqui, o corpo gordo sendo público, no sentido de ser visível diante dos olhares excessivos e julgamentos, é ao mesmo tempo emergente na invisibilidade de uma sociedade que reforça a ideia de que corpos gordos merecem estar ocultos, como se suas curvas gerassem um mal social, não possuindo, assim, o direito de transitar.

É nesse sentido que percebemos a importância da estética para essas mulheres, que, antes de tudo, também são negras, que passaram por um processo de negação e posterior autoafirmação diante do projeto, desde os tempos coloniais, de uma miscigenação como um instrumento eficaz de embranquecimento por meio de hierarquias estatais, ocasionando uma ausência identitária e

até mesmo confusão racial. Diante do aprisionamento de estereótipos sobre a população negra, foi destacado a forma que o racismo opera, e como o canal midiático, assim como as campanhas publicitárias, reforçam esse caráter.

Nesse aspecto, abordou-se como tem sido recorrente a organização coletiva através das redes virtuais, nas quais muitas dessas mulheres encontraram meios contra-hegemônicos de apresentarem não somente outra imagem do que é a negritude, mas também o que é ser gorda. Evidenciam-se cada vez mais projetos em páginas de redes sociais, ensaios fotográficos, no meio artístico e produções culturais que investem na imagem positiva desses corpos.

Sendo assim, foi ressaltado como as noções em torno da estética, atribuídas à sensação ou percepção, nos ensina precocemente a designar o que será atribuído como belo, carregando junto percepções e emoções que esse caráter do que é belo produz. Logo, essa percepção construída e influenciada socioculturalmente também poderá ser facilmente manipulada e questionada, resultando em ideais de beleza configurados ao longo da história, nesse caso, o eurocêntrico é tido como o exemplo a ser apreciado e atingido.

Diante da construção de padrões estéticos delineados por hierarquias, nesse caso, por raça e gênero, se estabelecem formas de dominação e opressão, logo, aqueles que serão admirados e os que serão excluídos, ocasionalmente ocorridos com o fenótipo negro, prevalecendo assim o ideal de beleza que é socialmente desejado: o branco e magro. Nesse aspecto, a estética em torno das minhas entrevistadas cria identidades estratégicas de visibilidade e ressignifica um corpo, que no momento em que se intitula como tal, a sociedade os atribui a uma carga negativamente simbólica.

REFERÊNCIAS

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. *Estudos Feministas*, Ano 3, 2º Semestre, 1995.

BARRETO, Carol & SILVA, Leandro Soares da. *Moda: aspectos discursivos da aparência*. Universidade Estadual de Feira de Santana - número 31 -janeiro/junho 2015.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Artigo foi apresentado no Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero, organizado por Lolapress em Durban, África do Sul, em 27 – 28 de agosto. 2001

CASTELLS, Manuel. *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*, vol. 3, São Paulo: Paz e terra, 1999, p. 411-439

FOUCAULT, Michael. *O corpo Utopico*. Trad. Cepat. Página/12 (Buenos Aires), 29/10/2010 (1966). Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/38572-o-corpo-utopico-texto-inedito-de-michel-foucault#.Uc-c_xLbGa>

GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MAUSS, Marcel. As Técnicas do corpo. *In: Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Cosac Naify, 2003.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In: Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB*. Rio de Janeiro, 2003. *Anais*. Rio de Janeiro, 2004.

RIBEIRO, Djamilá. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Editora Letramento, 2017.

SALLES, Vicente. *O negro no Pará sob o regime de escravidão*. Belém, Pará: Programa Raízes, 2005.

----- . *O negro na formação da sociedade paraense*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2015.

“O resto é drag”: um estudo acerca da subversão da identidade das mulheres nos feminismos

“El resto es drag”: um estudo acerca da subversão da identidade das mulheres nos feminismos

“The rest is drag”: a study about the subversion of women’s identity in feminisms

Débora Passos de Oliveira
Milena Beatriz Fernandes Muraro

Resumo: Aqui, o objetivo é examinar os feminismos subvertendo a identidade do sujeito feminista, desconstruindo, assim, o conceito de gênero. A metodologia consiste em pesquisa qualitativa, bibliográfica e revisão narrativa. Desde a primeira onda, o movimento feminista se estrutura de acordo com as demandas que surgem. Porém, os modos de ser e tornar-se mulher não são mais os mesmos, assim, procurou-se entender como alguns seres se tornam e são mulheres, pois há sistemas de poder que ditam o que devemos e o que não devemos ser. Tais mecanismos decidem quem merece ou não viver. Dessa forma, alguns corpos se tornam abjetos e precisam resistir. Dessa forma, procurou-se defender feminismos que intercedam não apenas pelas mulheres normativas, mas por todos que tenham sua alteridade negada.

Palavras-chave: Feminismo. Gênero. Identidade. Mulher. Subversão.

Resumen: Aquí, el objetivo es examinar los feminismos subvirtiendo la identidad del sujeto feminista, desconstruyendo, así, el concepto de género. La metodología consiste en una investigación cualitativa, bibliográfica y revisión narrativa. Desde la primera ola, el movimiento feminista se estructura de acuerdo con las demandas que surgen. Sin embargo, los modos de ser y tornarse mujer no son más los mismos, así se buscó entender cómo algunos seres se tornan y son mujeres, pues hay sistemas de poder que dictan lo que debemos y lo que no debemos ser. Dichos mecanismos deciden quién merece o no vivir. De esa manera, algunos cuerpos se tornan abyectos y necesitan resistir. Así, se buscó defender feminismos que intercedan no solo por las mujeres normativas, pero también por todos que tengan su alteridad negada.

Palabras clave: Feminismo. Género. Identidad. Mujer. Subversión.

Abstract: Here, the goal is to examine feminisms by subverting the identity of the feminist subject, thus deconstructing the concept of gender. The methodology consists in a qualitative research, bibliographical research and narrative review. From the first wave, the feminist movement structures itself according to the demands that arise. However, the ways of being and becoming women are no longer the same, so we tried to understand how some beings become and are women, because there are systems of power that dictate what we should and should not be. Such mechanisms decide who deserves or does not live. In this way, some bodies become abject and need to resist. Thus, we sought to defend feminisms that intercede not only for normative women, but for all who have their otherness denied.

Keywords: Feminism. Gender. Identity. Woman. Subversion.

Débora Passos de Oliveira – Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC, professora do curso de Psicologia da Universidade de Fortaleza – UNIFOR. E-mail: deborapassosoliveira@gmail.com

Milena Beatriz Fernandes Muraro – Psicóloga formada pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. E-mail: muraromilena@gmail.com

INTRODUÇÃO

É possível pensar em feminismos que defendam várias identidades além da identidade da mulher normativa? E por que não pensar nas possibilidades plurais dentro dos feminismos? Há outros questionamentos que englobam essa discussão, por exemplo: o que é uma mulher? O que é gênero? Por que existe um discurso cristalizado e normativo em torno do gênero?

Mas o que é o feminismo? Uma definição formal que podemos encontrar no dicionário afirma que o feminismo é a “doutrina ou movimento em favor da ampliação e valorização do papel e dos direitos das mulheres na sociedade” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2015, p. 449). Presume-se, dessa informação, que existem apenas os gêneros feminino e masculino, e encerra-se a discussão aí, como se a cisgeneridade fosse a única identidade de gênero que acomete os seres humanos. A questão é que se acredita que o nosso gênero é definido de acordo com o sexo. Uma fêmea, anatomicamente, nasce com uma vagina, um útero, é capaz de gerar e parir filhotes, entre outras ocupações que a biologia declara que as fêmeas humanas são responsáveis. A mesma lógica é usada para os machos da nossa espécie: anatomicamente são machos porque nascem com um pênis, “essa excrescência, esse frágil caule de carne”, como afirma Beauvoir (2016a). E não somente as questões anatômicas denominam o gênero, segundo a normatividade: as roupas, o jeito de andar, a fala, o tamanho do seu cabelo, sua profissão, entre vários outros fatores são responsáveis por definir a que gênero um indivíduo pertence. Para Beauvoir (2016a), é por meio do contexto ontológico, econômico, social e psicológico que vamos esclarecer os dados biológicos, pois a humanidade não é uma espécie natural, é uma ideia histórica, e o ser humano toma consciência de si mesmo enquanto corpo submetido a tabus e leis. É em nome de valores que nos valorizamos, e não é a fisiologia que cria esses valores (BEAUVOIR, 2016a).

Para Butler (2017), a identidade do sujeito feminista (mulheres) não deve ser o fundamento da política feminista, pois a constituição do sujeito, tanto enquanto homem quanto enquanto mulher, é perpassada por um campo de poder que forma, define e reproduz o sujeito de acordo com suas próprias exigências. Esse sujeito é produzido por práticas que excluem e legitimam, o que faz com que as operações dessas práticas políticas sejam ocultas e naturalizadas. Junto à afirmação de Butler, temos, também, algo interessante sobre a língua:

A língua, com sua estrutura, suas práticas e suas convenções, é a expressão mais importante da herança simbólica que o sujeito recebe ao nascer, independente de qualquer possibilidade de escolha. A língua, e não a linguagem, é a mais rigorosa manifestação da Lei (KEHL, 2016, p. 19).

Ou seja, a língua está carregada de símbolos, representações formadas ao longo dos tempos para normatizar conceitos. Essa ideia pode ser levada para a discussão de gênero no âmbito da exclusão e da legitimação, também porque, para Kehl, a língua é a manifestação mais rigorosa do que representa a Lei, e a Lei (o Outro da psicanálise) afirma que existem apenas dois gêneros que se findam na anatomia. Nesse caso, a biologia seria o destino.

Ainda para Butler (2017), o gênero nem sempre se constituiu de forma coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, além disso, essa temática perpassa as modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Perpassando por essas várias modalidades, surgem as três ondas dos feminismos e as correntes feministas

que se originaram dessas ondas: feminismo negro, feminismo radical, feminismo *queer*, feminismo interseccional, feminismo marxista, feminismo liberal, feminismo amazona, feminismo cibernético, ecofeminismo, feminismo materialista, feminismo do terceiro mundo, entre outras. Todas essas vertentes fazem parte da história e constituição dos feminismos no mundo, cada uma, à sua maneira, explica a posição da mulher em diferentes aspectos.

As mulheres, há muito tempo, têm sido consideradas o Outro do Mesmo. Sendo sempre definidas em relação aos homens e através do olhar deles, conseqüentemente, sua singularidade era negada. A biologia não é apenas uma ciência, mas também um campo de poder utilizado para normatizar e naturalizar práticas, como é o caso do sexismo biológico: as mulheres são consideradas inferiores por terem útero, ovários e vagina.

A feminilidade foi uma criação de séculos anteriores para ditar como as mulheres deveriam se comportar para agradar e estimular a virilidade nos homens, além de promover não o casamento entre a mulher e o homem, mas o casamento entre a mulher e o lar, confinando-a, assim, em uma vida doméstica eterna, sem possibilidades plurais. Além disso, só seria considerada mulher de verdade a mulher que tivesse, em seu comportamento, a feminilidade.

Já a problematização sobre sexo, gênero e desejo afirma que existe uma conformidade entre esses três aspectos, uma normatização criada pelos mecanismos de poder que afirma que o ser que nasce fêmea é necessariamente mulher e heterossexual. Porém, a desconstrução proposta por este trabalho afirma que o ser que nasce fêmea não necessariamente se tornará uma mulher ou será heterossexual. Sexo, gênero e desejo são aspectos completamente diferentes na vida de um ser humano fora da norma. Além disso, essa discussão é utilizada para subverter a identidade do sujeito feminista.

Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo analisar os feminismos desconstruindo a noção de sujeito feminista unificado, por meio da análise do que a teoria feminista argumentava ser a mulher em seu início, a construção da feminilidade como uma forma de trazer um exemplo do que os sistemas de poder normatizam no comportamento das mulheres e a subversão do que é designado como sendo sexo, gênero e desejo.

Foram utilizados artigos e revistas que contemplam o tema pesquisado e autores que comentam os marcos teóricos do presente trabalho, como é o caso de alguns artigos da Revista *Cult* escritos por Djamila Ribeiro, Carla Rodrigues, Marcia Tiburi e Guacira Lopes Louro (todas servindo como base para entender os autores aqui utilizados); um artigo científico da autora Djamila Ribeiro (2013), *Para além da biologia: Beauvoir e a refutação do sexismo biológico*; o artigo, *Afinal, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e “a questão do sujeito” na teoria crítica feminista*, de Ingrid Cyfer (2015); e o guia técnico *Orientações sobre identidade de gênero: Conceitos e termos* (2012), de Jaqueline Gomes de Jesus (2012).

Sobre os principais marcos teóricos, foram contemplados: *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir (2016); *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*, de Judith Butler (2017); e *Deslocamentos do feminino: A mulher freudiana na passagem para a modernidade*, de Maria Rita Kehl (2016). A escolha por Simone de Beauvoir se aplica, aqui, em razão de ser uma autora que discute a posição das mulheres na sociedade. *O segundo sexo* é uma obra de estudo sociológico muito importante para os feminismos e um marco para o início da teoria feminista, apesar de não contemplar todas as identidades de mulheres existentes, pois centra-se mais na mulher branca europeia. Maria Rita Kehl questiona a feminilidade atribuída às mulheres desde inícios do século XVIII por meio da psicanálise, afirmando que essa mesma feminilidade sempre produziu adoecimento nas mulheres.

Judith Butler vem trazer uma discussão que faz parte da terceira onda do feminismo e continua bastante atual com o pós-feminismo: ela questiona a identidade do sujeito feminista, o que muitas vezes é visto como um trabalho que se aproxima da teoria *queer*.

METODOLOGIA

Aqui, a metodologia consiste em pesquisa qualitativa de cunho teórico, bibliográfica e revisão narrativa de literatura. A pesquisa qualitativa geralmente responde questões particulares e se preocupa com a realidade que não pode ser quantificada, ou seja, trabalha com os significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que equivale a um espaço mais marcado pelas relações, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos a variáveis (MINAYO, 2001), o que se encaixa perfeitamente na temática deste trabalho, pois, além de não haver métodos quantitativos na composição deste, foi estudada uma questão que diz respeito aos fenômenos subjetivos de determinados indivíduos, os quais são citados aqui como corpos abjetos.

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa é uma abordagem que se aprofunda “no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (p. 22). Porém, é importante ressaltar que a pesquisa qualitativa não se opõe à pesquisa quantitativa, pelo contrário, elas se complementam, pois a realidade captada por ambas as abordagens de pesquisa interage de forma dinâmica (MINAYO, 2001).

A pesquisa bibliográfica é um tipo de pesquisa exploratória, a qual normalmente ocorre quando não há muito conhecimento sobre o tema abordado, e busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, para torná-lo mais claro ou construir questões importantes para o trabalho (RAUPP; BEUREN, 2006). Nesse mesmo tipo de pesquisa, há o intuito de apresentar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito ou constituindo hipóteses; a pesquisa bibliográfica é feita com base em materiais já elaborados, como é o caso dos livros e artigos científicos (GIL, 2009). Tais recursos foram bastante utilizados na composição do presente trabalho, como é o caso de, em relação aos livros, *O segundo sexo* (de Simone de Beauvoir), *Deslocamentos do feminino: A mulher freudiana na passagem para a modernidade* (de Maria Rita Kehl) e *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (de Judith Butler). Essas obras, de grande importância para a temática abordada, não serviram apenas para expor a problemática deste trabalho, mas, também, para aprofundar a mesma, de modo que as autoras se complementam de uma forma brilhante, tratando de assuntos como a feminilidade, gênero, identidade, sexo, mulheres etc. Os artigos citados anteriormente, como os da Revista *Cult*, tiveram fundamental importância em se tratando de compreender melhor os livros já mencionados, por, de fato, serem obras com um vocabulário bastante acadêmico e não muito acessível para estudantes que iniciaram seus estudos nos feminismos e nas questões de gênero recentemente, apesar de serem trabalhos que datam de anos.

Um dos muitos objetivos da pesquisa de cunho bibliográfico é recolher informações e conhecimentos prévios sobre um problema que se procura resposta ou sobre uma hipótese que se quer experimentar, e, por ser de natureza teórica, a pesquisa bibliográfica é obrigatória, tendo em vista que tomamos conhecimento sobre a produção científica existente por meio dessa abordagem de pesquisa (RAUPP; BEUREN, 2006).

O material consultado na pesquisa bibliográfica abrange todo referencial já tornado público em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas,

boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, dissertações, teses, entre outros. Por meio dessas bibliografias reúnem-se conhecimentos sobre a temática pesquisada. Com base nisso é que se pode elaborar o trabalho monográfico, seja ele em uma perspectiva histórica ou com o intuito de reunir diversas publicações isoladas e atribuir-lhes uma nova leitura. (RAUPP; BEUREN, 2006, p. 87).

Segundo Gil (2009), “os livros constituem as fontes bibliográficas por excelência” (p. 44). São divididos em livros de leitura corrente ou de referência. Os livros de leitura corrente, utilizados nesta pesquisa, englobam obras de diversos gêneros literários e também as obras de divulgação, que são obras que proporcionam conhecimentos científicos ou técnicos; os de referência possibilitam uma rápida obtenção de informações requeridas ou a localização das obras que as contêm (GIL, 2009). Aqui, foram bastante contempladas as obras de divulgação, mencionadas acima.

Já a revisão narrativa de literatura se caracteriza por se encaixar em vastas publicações, é adequada para descrever e discutir certo tema sob um ponto de vista teórico ou contextual, sendo constituída, principalmente, de análise da literatura publicada em livros, artigos de revistas impressas e/ou eletrônicas, de modo que a análise crítica pessoal do autor também é considerada (ROTHER, 2007). É julgada apropriada para fundamentar teoricamente artigos, dissertações, teses e trabalhos de conclusão de curso (BIBLIOTECA, 2015), como é o caso aqui. Mais uma vez, lembro os artigos e livros utilizados para compor a teoria deste trabalho.

As bases de dados utilizadas foram *Google Acadêmico* e *SciELO*, sendo, também, aproveitado o buscador *Google*. No *Google Acadêmico*, um dos artigos foi direcionado para as páginas da *SciELO*, *Afinal, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e “a questão do sujeito” na teoria crítica feminista*, de Cyfer. O restante dos artigos tirados da *SciELO* foram encontrados no *Google*, o qual sempre redirecionava os trabalhos para página já mencionada¹.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No *Destino*, primeira parte do primeiro volume da obra *O segundo sexo*, Beauvoir (2016a) argumenta que a biologia, a psicanálise e o materialismo histórico não explicam o que é ser mulher. A biologia confina a mulher em seu sexo e o homem procura, na própria biologia, uma justificativa para sua hostilidade para com esse outro ser. Beauvoir (2016a) afirma que “a separação dos indivíduos em machos e fêmeas surge, pois, como um fato irreduzível e contingente” (p. 33). Por ter útero e ovários, a mulher é considerada inferior, em termos políticos, morais e até mesmo intelectuais. Essas significações colocam o ser mulher em lugar de desvalorização permanente perante os homens (RIBEIRO, 2013).

O termo ‘fêmea’ é pejorativo não porque enraíza a mulher na Natureza, mas porque a confina no seu sexo. E se esse sexo parece ao homem desprezível e inimigo, mesmo nos bichos inocentes, é evidentemente por causa da inquieta hostilidade que a mulher suscita ao homem; entretanto, ele quer encontrar na biologia uma justificação desse sentimento (BEAUVOIR, 2016a, p. 31).

¹ Este trabalho fez parte de um trabalho final de curso desenvolvido e concluído entre os meses de fevereiro e maio de 2018.

Ou seja, utiliza-se a biologia como base para a dominação da mulher. O sentido político, nesse caso, se dá porque a diferença biológica produz uma desigualdade que não é simples e unicamente biológica. Porém, os dados da biologia se comprometem, pois a perspectiva existencialista utilizada por Beauvoir afirma que nenhum ser é aquilo que é, nada é absolutamente fixo, tudo é capaz de se transformar em algo novo, ser fluido (RIBEIRO, 2013). Todas as afirmações que unem um vago naturalismo a uma ética ou a uma estética, que são mais vagas ainda, são ilusões (BEAUVOIR, 2016a).

Beauvoir (2016a) afirma, ainda, que “a mulher não é uma realidade imóvel, e sim um vir a ser; é no seu vir a ser que se deveria confrontá-la com o homem, isto é, que se deveria definir suas *possibilidades*” (p. 62).

Não é enquanto corpo, é enquanto corpos submetidos a tabus, a leis, que o sujeito toma consciência de si mesmo e se realiza: é em nome de certos valores que ele se valoriza. E, diga-se mais uma vez, não é a fisiologia que pode criar valores. (BEAUVOIR, 2016a, p. 64).

Portanto, é pelo contexto ontológico, econômico, social e psicológico que explicamos os dados da biologia, pois, mais uma vez, o corpo biológico de uma fêmea torna-se mulher a partir da cultura (RODRIGUES, 2015), e não de regras até então tidas como naturais, como a própria autora afirma em suas palavras:

É, portanto, à luz de um contexto ontológico, econômico, social e psicológico que teremos de esclarecer os dados da biologia. A sujeição da mulher à espécie, os limites de suas capacidades individuais são fatos de extrema importância; o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade; a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o *Outro*? Trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana (BEAUVOIR, 2016a, p. 65).

Partindo do questionamento de Beauvoir sobre o ser mulher se constituir como o *Outro*, a autora afirma que a mulher foi reduzida a esse lugar (de *Outro* do homem), sendo excluída do conceito aparentemente neutro e universal de o que é ser humano (RODRIGUES, 2015). Ser humano, nesse caso, abarcaria apenas os seres que nascem machos e legitimaria a ideia de uma humanidade universal, colocando a mulher no lugar de apenas aquela que não é homem.

Segundo Ribeiro (2015), a relação que os homens têm com as mulheres é de submissão e dominação, além disso, o ser mulher não seria definido em si mesmo, mas em relação ao homem e através do olhar dele, que confina as mulheres em um papel de submissão, e carrega conteúdos hierarquizados. É esse olhar que funda a categoria do *Outro* em Beauvoir. “A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o *Outro*” (BEAUVOIR, 2016a, pp. 12-13). Tal categoria é antiga e comum. Em antigas mitologias e sociedades primitivas, já se encontrava a dualidade entre o Mesmo e o *Outro*.

A categoria do *Outro* é tão original quanto a própria consciência. Nas mais primitivas sociedades, nas mais antigas mitologias encontra-se sempre uma dualidade que é a do Mesmo e do Outro. A divisão não foi estabelecida inicialmente sob o signo da divisão dos sexos, não depende de nenhum dado empírico: é o que se conclui, entre outros, dos trabalhos de Granet sobre o pensamento chinês, de Dumézil sobre as Índias e Roma. Nos pares Varuna-Mitra, Urano-Zeus, Sol-Lua, Dia-Noite, nenhum elemento feminino se acha implicado a princípio; nem tampouco na oposição do Bem e Mal, dos princípios fastos e nefastos, da direita e da esquerda, de Deus e Lúcifer; a alteridade é uma categoria fundamental do pensamento humano. Nenhuma coletividade se define nunca como Uma sem colocar imediatamente a Outra diante de si (BEAUVOIR, 2016a, p. 13).

Beauvoir entende que a mulher não é definida em sua originalidade, mas sempre em comparação ao homem e em detrimento dele; é vista e marcada pelo olhar masculino que é tomado por um caráter absoluto e sem reciprocidade; está intrincada na má-fé dos homens que a cobiçam como um objeto, o que se caracteriza como um dos maiores crimes: essa destituição da humanidade de outro ser humano (RIBEIRO, 2015).

O Outro é, então, no caso das mulheres, não um ser dotado de sua própria singularidade ou alteridade, é algo criado para ser submisso e dominado às vontades do Mesmo (os homens), desvalorizando sua condição de ser humano. O Outro é definido pelos homens através do olhar deles e, assim, seriam impostas várias características e comportamentos a esse ser (como é o caso da feminilidade) para suprir as necessidades do Mesmo. Sobre isso, Kehl afirma:

Nisso, [. . .] a feminilidade é um conjunto de atributos que a mulher precisa oferecer ao homem para sustentar, *nele*, a virilidade. Doçura, passividade, pudor sexual, certa inocência, uma disposição a servir e uma boa dose de espírito maternal são características que a educação precisa *desenvolver* nas mulheres, a fim de que elas se transformem em parceiras que não ameacem a masculinidade dos homens, tornando-se capazes de, ao mesmo tempo, domesticar e incentivar a sexualidade masculina (KEHL, 2016, p. 147).

Kehl (2016) afirma, ainda, que a família nuclear e o lar burguês criaram um padrão de feminilidade que sobrevive até os dias de hoje e tem duas funções: promover o casamento não entre a mulher e homem, mas entre a mulher e o lar; e a adequação entre a mulher e o homem a partir de uma posição feminina que sustentasse a virilidade do homem, como afirmado anteriormente. Importante ressaltar que os discursos constituidores da feminilidade tradicional fazem parte do imaginário social moderno, difundidos pela educação formal, pelas expectativas parentais, pelo senso comum, pela religião e pela grande produção científica e filosófica da época (sistemas de poder), que instituiu o que as mulheres deveriam ser para serem mulheres de verdade (KEHL, 2016).

Dessa forma, Beauvoir (2016a) conclui que é essa ambivalência do Outro que se refletirá na história e permanecerá, até os nossos dias, submetida à vontade dos homens, uma vontade ambígua que se expressa na dúvida do Mesmo de como fazer de sua esposa uma serva e uma companheira ao mesmo tempo. Tal atitude evoluirá através dos séculos, o que ocasionará, também, na evolução do destino feminino.

As *qualidades* impostas às mulheres enquanto Outro são exaltadas e perpassadas durante os tempos pelas sociedades como definitivas, destinos a serem seguidos. Dessa forma, com a fixação das mulheres em um lugar, o mundo não é a elas apresentado como deveria ser a todo indivíduo, com todas as suas possibilidades, o que faz com que haja frustração do projeto humano de autoafirmação e criação. Como essa condição é radicalmente diferente da dos homens, a ultrapassagem se torna mais difícil. Assim, tais definições, além das hierarquias sobre as mulheres, tornam-se opressões no campo político, problemas sociais e de saúde pública (RIBEIRO, 2015).

A desnaturalização do gênero feita por Beauvoir rompe com a visão determinista biológica, esclarecendo que os valores e comportamentos do ser que nasce fêmea são meras construções sociais (RIBEIRO, 2015), além de nos mostrar como a diferença sexual funciona como uma estrutura hierárquica nas relações sociais (RODRIGUES, 2015). Todavia, apesar de os estudos de Beauvoir serem de extrema importância, sua obra não explica a origem exata de onde viriam essas construções sociais. Além disso, esse importante estudo sociológico foca em um grupo de mulheres específicas: as mulheres brancas europeias. Portanto, não se pode afirmar que a obra de Beauvoir contempla todos os grupos de mulheres existentes, como é o caso das mulheres negras, indígenas, pobres, asiáticas, mulheres transgêneros, operárias, trabalhadoras, bissexuais, etc. (RIBEIRO, 2015).

A discussão sobre o ser mulher não é atual de forma alguma, como podemos ver. Muitos podem pensar que esse debate pode ter se iniciado com a publicação da obra de Beauvoir, porém, não, ele sempre existiu. No primeiro capítulo da obra de Kehl (2016), *Deslocamentos do feminino*, a autora faz um estudo sobre como surgiu a feminilidade no século XVIII e como essa concepção se alastrou até os dias de hoje, passando pelo século XIX e deixando sequelas nas mulheres dessa época, as histéricas, pela cobrança de uma feminilidade obrigatória e repressão da sexualidade nos seres humanos que nasciam fêmeas.

A cultura europeia dos séculos XVIII e XIX produziu uma quantidade inédita de discursos cujo sentido geral foi promover uma perfeita adequação entre as mulheres e o conjunto de atributos, funções, predicados e restrições denominado *feminilidade*. A ideia de que as mulheres formariam um conjunto de sujeitos definidos a partir de sua natureza, ou seja, da anatomia e suas vicissitudes, aparece nesses discursos em aparente contradição com outra ideia, bastante corrente, de que a “natureza feminina” precisaria ser domada pela sociedade e pela educação para que as mulheres pudessem cumprir o destino ao qual estariam naturalmente designadas (KEHL, 2016, p. 40).

O discurso massivo e insistente de pensadores e cientistas de que o único lugar digno para a mulher seria o lar e que sua tarefa mais inestimável seria a maternidade, cuja preparação foi dada pela natureza, pode ser visto, atualmente, como o início de uma desordem social esboçada no século XVII e que se tornou muito mais evidente no fim do século XVIII, época na qual a Revolução Francesa destruiu os limites que, no Antigo Regime, separavam a esfera pública da vida privada (KEHL, 2016).

Então, com a chegada da Revolução Francesa, a participação das mulheres nesse fato histórico foi evidente. Tal participação tem origem nos ideais de emancipação feminina do Antigo Regime, estimulados indiretamente pelas ideias filosóficas do Iluminismo, no qual a valorização da autonomia do sujeito, liberto dos grilhões da religião, atingia igualmente as mulheres, e não ecoavam somente entre as francesas (KEHL, 2016).

O que está querendo se expor, por meio da discussão sobre a feminilidade, é que a luta pela emancipação das mulheres não é atual, é muito antiga, existe há séculos. A criação da feminilidade em séculos anteriores pelos homens (que comandam os mecanismos de poder) foi uma mola propulsora para que alguns problemas fossem percebidos e escancarados. Exemplo disso, como explicitado anteriormente, foi a histeria das mulheres dos séculos XIX e XX que ajudou Freud a criar a psicanálise. As mulheres possuíam sintomas histéricos (até hoje possuem) causados por opressões e obrigações impostas a elas, principalmente pela repressão da sexualidade. Kehl (2016) afirma que a modernidade não “foi o primeiro e único período da história da humanidade em que a relação entre as mulheres e a feminilidade se desestabilizou” (p. 50). A autora afirma, ainda, que “essas estruturas vêm sendo constantemente construídas e abaladas, reconstruídas e novamente desestabilizadas ao longo da história” (p. 50).

Partindo dos estudos de Butler (2017), a teoria feminista tem presumido que existe uma identidade definida, a categoria das mulheres, que deflagra os interesses e objetivos feministas no interior de seu próprio discurso e constitui o sujeito em nome de quem a representação política é almejada. Por um lado, a representação serve para estender visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos; por outro lado, a representação é a função normativa de uma linguagem que revela ou distorce o que é tido como verdadeiro sobre as mulheres (BUTLER, 2017).

Para a teoria feminista, o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representar as mulheres pareceu necessário, com a finalidade de promover a visibilidade política das mesmas. Isso parecia importante, considerando a condição cultural na qual a vida das mulheres era mal representada ou, simplesmente, não representada. O próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes. Os domínios da representação política e linguística estabeleceram o critério que os próprios sujeitos são formados, assim, a representação só se estende ao que pode ser reconhecido como sujeito. Ou seja, as qualificações do ser sujeito têm que ser atendidas para que a representação possa ser expandida (BUTLER, 2017).

Os sistemas jurídicos de poder produzem os sujeitos que, posteriormente, passam a representar. As noções jurídicas de poder regulam a vida política em termos negativos, ou seja, por meio da limitação, proibição, regulamentação, controle e, até mesmo, *proteção* dos indivíduos relacionados à certa estrutura política, mediante uma ação contingente e retratável de escolha. Porém, como estão adestrados, os sujeitos regulados por tais estruturas são formados, definidos e reproduzidos de acordo com as exigências dela.

A formação jurídica da linguagem e da política que representa as mulheres como o sujeito do feminismo é uma formação discursiva, e efeito de uma versão política representacional. Dessa forma, o sujeito feminista é, na verdade, constituído discursivamente pelo próprio sistema político que deveria facilitar sua emancipação, o que seria politicamente problemático, se fosse possível demonstrar que esse sistema produz sujeitos com traços de gênero determinados em conformidade com um eixo diferencial de dominação, ou os produz presumivelmente masculinos (BUTLER, 2017).

O sujeito é uma questão crucial para a política, particularmente para a política feminista, pois os sujeitos jurídicos são produzidos por práticas de exclusão que não aparecem, uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política. Isto é, a construção política do sujeito se dá de acordo com certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento. O poder jurídico produz o que alega representar; conseqüentemente, a política tem que se preocupar com essa fun-

ção dual do poder: jurídica e produtiva. A lei produz e depois oculta a noção de *sujeito perante a lei*, legitimando a própria hegemonia reguladora perante a lei. A crítica feminista também tem responsabilidade em compreender como a categoria das mulheres, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder das quais se busca a emancipação (BUTLER, 2017).

Butler (2017) afirma, ainda, que há também um problema político que o feminismo encontra no qual o termo *mulheres* denota uma identidade comum. Não existe um significante estável que comanda o consentimento da descrição e da representação das mulheres. E nem deve existir.

Se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da ‘pessoa’ transcendem a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (BUTLER, 2017, p. 21).

Diante da discussão sobre os mecanismos de poder, entende-se que o feminismo criou um sujeito que o representa, o sujeito do feminismo: as mulheres. As práticas dos mecanismos de poder criam representações, identidades, afirmam o que é verdadeiro e o que é falso. O feminismo também se encontra enraizado nesse sistema que legitima, naturaliza e exclui identidades, sendo que o próprio movimento também procura desconstruir preconceitos, estereótipos e estigmas sobre as mulheres.

Sendo assim, segundo Butler (2017), a teoria feminista está presa a uma identidade que os sistemas de poder criaram, os mesmos sistemas de poder que aprisionaram as mulheres. Além disso, o problema político da identidade comum parece denotar a existência de um sujeito estável que representa todas as mulheres do mundo, ignorando as esferas raciais, classistas, étnicas, sexuais, regionais etc. Nas palavras de Cyfer (2015, p. 45):

Butler [. . .] sustenta que as noções jurídicas de poder que definem proibições, o incorreto e a exclusão não regulam a vida política apenas em termos negativos. Elas também produzem o padrão correto, os critérios de inclusão e inteligibilidade. Assim, os sujeitos não são apenas oprimidos ou regulados por essas normas, eles são também seu produto.

Dessa forma, a crítica feminista se encontra em um paradoxo, uma vez que a *mulher universal* representada pelo feminismo é, igualmente, um produto dos sistemas de poder que enfrenta (CYFER, 2015).

Há uma divisão que se introduz no sujeito feminista por meio da distinção entre sexo e gênero. Tal distinção, como afirma Butler (2017), foi concebida para questionar a concepção de que a biologia é o destino, e supõe que, apesar de o sexo ser intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: por consequência, o gênero não é resultado do sexo nem tão fixo a ele ou quanto ele. Dessa forma, para Butler (2017), se o gênero é uma constituição cultural assumida pelo corpo sexuado, não se pode afirmar que ele se origina de um sexo de alguma forma. Assim, a distinção entre sexo e gênero sugere uma ruptura radical entre os corpos sexuados e os gêneros culturalmente construídos. Nas próprias palavras de Butler (2017, p. 26):

Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de ‘homens’ se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo ‘mulheres’ interprete somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição . . . não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois.

A hipótese de uma binaridade dos gêneros encerra implicitamente a crença em um mimetismo entre gênero e sexo, em que o gênero reflete o sexo ou é restrito por ele. Então, quando o gênero é teorizado como independente do sexo, o próprio gênero se torna flutuante, fluido. Consequentemente, homem e masculino podem significar tanto um corpo feminino quanto um masculino, e mulher e feminino podem significar tanto um corpo masculino quanto um feminino (BUTLER, 2017). A exemplo disso, temos as *drag queens* e os *drag kings*, que utilizam o gênero como um tipo de performatividade e expressão artística. Não necessariamente são homens que “se vestem de mulher” ou mulheres que “se vestem de homem”, tudo é fluido e não há rigidez em tal performance. Contudo, o uso exagerado da maquiagem e o excesso de comportamentos ditos femininos em tais interpretações, principalmente nas *drag queens*, pode denotar uma crítica à feminilidade compulsória a que as mulheres são submetidas. Segundo Cyfer (2015):

A *drag* perturba a coerência do sujeito ‘mulher’ ou ‘homem’ porque confunde comportamentos associados ao masculino e ao feminino em uma mesma performance. Quando um corpo biologicamente identificado como masculino cumpre as normas sociais da feminilidade, a expectativa de coerência entre a dimensão prescritiva da identidade de gênero e sua realização é frustrada. Essa é uma performance que abala a certeza de que a feminilidade é um atributo natural de corpos anatomicamente femininos (p. 47).

Ou simplesmente são formas de representar, já que esse tipo de expressão está igualmente submetido à subjetividade de quem se apropria dela. Não há rigidez, como afirmado anteriormente. Nesse caso, performatizar seria uma forma de fazer gênero, indicando que o gênero não é da ordem do ser, não é estático nem previamente dado (RODRIGUES, 2015).

No entanto, a autora questiona o caráter imutável do sexo, afirmando que, talvez, ele também seja tão culturalmente construído como o gênero é; talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de forma que a distinção entre sexo e gênero seja nenhuma (BUTLER, 2017). Ou seja, o sexo não é natural, é também discursivo e cultural como o gênero, como afirma Rodrigues (2005). Porém, “tratar o histórico como natural é sempre estratégia do poder” (TIBURI, 2016, p. 10).

Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual a “natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura. (BUTLER, 2017, p. 27).

Em algumas explicações, a ideia de que o gênero é construído sugere um determinismo de significados do próprio gênero, inscrito em corpos diferenciados anatomicamente, sendo esses corpos entendidos como recipientes passivos de uma lei cultural rigorosa (BUTLER, 2017). Quando

a cultura normativa que determina o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, temos a ideia de que o gênero é tão determinado e fixo quanto na concepção de que a biologia é o destino, porém, nesse caso, a cultura se torna o destino, não a biologia (BUTLER, 2017).

Partindo da célebre frase de Beauvoir (2016b, p. 11), “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, Butler (2017) aponta que, para a autora francesa, o gênero é uma construção, mas há algo maior implicado em sua formação, um agente que, de algum modo, se apropria desse gênero, podendo, a princípio, assumir algum outro.

Não há nada em sua explicação que garanta que o ‘ser’ que se torna mulher seja necessariamente fêmea. Se, como afirma ela, ‘o corpo é uma situação’, não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais; conseqüentemente, o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva. Sem dúvida, será sempre apresentado, por definição, como tendo sido gênero desde o começo (BUTLER, 2017, p. 29).

Quando Butler afirma que o ser que se torna mulher não é necessariamente fêmea, nos remetemos aos casos de transgeneridade que tanto causam polêmicas atualmente. Segundo Jesus (2012), tais pessoas não se identificam com o gênero dado a elas quando do seu nascimento (se nasce fêmea, logo é mulher; se nasce macho, logo é homem), não se identificam com a cisgeneridade imposta a elas por meio de discursos de poder, os quais podem estar enraizados na lei, no estado, na religião, na educação, na família, na saúde, no capitalismo, entre outros. São a esses tipos de corpos abjetos que Butler se refere, por exemplo.

Nesse caso, Butler (2017) afirma que o corpo se apresenta como algo passivo sobre o qual se perpetuam significados culturais, ou como um instrumento pelo qual uma vontade de apropriação ou interpretação estabelece o significado cultural por si mesma, e se o sexo ou gênero são fixos ou livres, é papel de um discurso que procura estabelecer certos limites à análise ou preservar certos dogmas do humanismo como um pressuposto de qualquer análise do gênero. Dessa forma, os limites discursivos do gênero pressupõem e definem possibilidades de configurações imagináveis e realizáveis desse gênero na cultura (BUTLER, 2017). Assim, afirma Butler (2017):

Isso não quer dizer que toda e qualquer possibilidade de gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada. Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal. Assim, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero (p. 30-31).

Então, diante do exposto, Louro (2016) afirma que, para Butler, o gênero é uma contínua estilização do corpo, um conjunto de atos repetidos por um quadro regulatório altamente rígido que se cristaliza ao longo do tempo para produzir uma aparência de uma maneira natural de ser. O gênero nunca foi natural, nem mesmo o sexo. A partir de Beauvoir, pudemos ter uma ideia de que havia (e ainda há) papéis de gênero estabelecidos para homens e mulheres, mas essa discussão estava sempre em conformidade com uma binaridade homem/mulher.

Já em Butler (2017), pudemos entender que existem sistemas de poder que ditam o sexo e o gênero, existem práticas excludentes e reguladoras que naturalizam a binaridade homem/mulher e estabelecem como não naturais os corpos que não estão de acordo com tal conceito, e, apoiado em discursos de poder massivamente repetidos, a normatividade do gênero se estabeleceu. Não é o sexo que determina o gênero, ser mulher não é uma realidade biológica, mas uma realidade ontológica pré-determinada pelas normatividades. Além disso, as fêmeas humanas não necessariamente se tornam mulheres, nem os machos humanos necessariamente se tornam homens.

Não há como deixar de discutir aqui, também, mesmo que não profundamente, a heterossexualização do desejo que, segundo Butler, também faz parte das manobras dos sistemas de poder de controlar as vidas dos sujeitos. Essa tal verdade do sexo a que a autora se refere em seus estudos é produzida pelas práticas reguladoras que criam identidades coerentes mediante normas de gênero coerentes (BUTLER, 2017).

A heterossexualização do desejo institui a produção de oposições entre o “feminino” e o “masculino”, os quais são compreendidos como expressões de “macho” e de “fêmea” (BUTLER, 2017, p. 44), ou seja, os sistemas de poder afirmam que o ser que nasce macho é um homem, logo ele é heterossexual e sente desejo por mulheres, que são igualmente fêmeas e heterossexuais. A existência dos sujeitos nos quais as práticas do desejo não decorrem nem do sexo nem do gênero (*gays*, lésbicas, bissexuais, pansexuais, assexuais) se torna, do mesmo modo que os sujeitos transgêneros, abjeta.

Essa heterossexualidade institucional exige e produz, a um só tempo, a univocidade de cada um dos termos marcados pelo gênero no interior do sistema de gênero binário oposicional. Essa concepção do gênero não só pressupõe uma relação causal entre sexo, gênero e desejo, mas sugere igualmente que o desejo reflete ou exprime o gênero, e que o gênero reflete ou exprime o desejo (BUTLER, 2017, p. 52).

Dessa forma, a obrigatoriedade de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada impõe e controla o gênero como uma relação de binarismo em que o masculino se diferencia do feminino, sendo essa diferenciação desenvolvida por meio das práticas do desejo heterossexual (BUTLER, 2017).

Assim, a questão do gênero em Beauvoir e Butler é claramente diferente, mas, sem o trabalho de Beauvoir, o de Butler não teria sido possível. A autora francesa iniciou um debate sobre como a diferença sexual funciona como uma estrutura hierárquica nas relações sociais, em que papéis de gênero determinam funções, sentimentos, formas de vida e capacidades para homens e mulheres (RODRIGUES, 2015). Já Butler argumenta que a dualidade sexo/gênero submete corpos a normas que determinam quem pode ou não se tornar sujeito e atormenta certos grupos considerados abjetos, por não serem reconhecíveis dentro da norma, sendo que a heteronormatividade também está inserida no debate sobre as questões de gênero (RODRIGUES, 2015).

Então, a diferença entre sexo e gênero não seria mais o caminho nos feminismos, mas o respeito aos corpos cuja liberdade depende de serem livres do discurso que os constitui ou de, simplesmente, poderem existir em um mundo que os nega por um discurso que não é uma fala qualquer (TIBURI, 2016). Para Tiburi (2016), o feminismo de Butler é a defesa de uma descon-

trução de todo tipo de identidade de gênero que oprime as singularidades humanas que não se encaixam na norma, é um feminismo que defende, além das mulheres, todos aqueles que não se conformam com a natureza fixa do corpo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o que foi exposto nesta pesquisa, não existe apenas um feminismo, pois não existe um sujeito feminista que se encontra em conformidade com as muitas mulheres existentes no mundo. Por essa razão, é de fundamental importância o uso do termo *feminismos*, tendo a finalidade de contemplar todas as formas de ser mulher: mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres trabalhadoras, mulheres brancas, mulheres religiosas, mulheres trans, mulheres lésbicas, mulheres bissexuais, mulheres latinas, mulheres africanas, entre outras várias mulheres que lutam por sua existência em uma sociedade ainda patriarcal.

Mesmo após as contribuições de Beauvoir, as mulheres continuam sendo tratadas como o Outro. Muitas formas de violência, antigas e novas (estupro, violência doméstica, violência simbólica, violência psicológica, violência patrimonial, *mansplaining*, *gaslighting*, *maninterrupting*, *bropropriating*, etc.), se desenvolveram para que nossa singularidade não tivesse importância ou dignidade e para que nos colocassem em um lugar de objeto a ser usado e abusado. A criação da feminilidade como comportamento normativo para as mulheres se mostrou mais um mecanismo de controle, não que esse aspecto tenha que ser proibido, o que defendemos aqui é a fluidez e o consentimento.

Apesar de os feminismos terem sido criados por mulheres e para mulheres, a tendência de todas as coisas sempre foi evoluir com o passar dos tempos. A primeira onda do movimento, como a segunda e a terceira, teve sua importância no cenário mundial, mas devemos dar espaço às outras configurações do que é ser mulher, igualmente do que é ser homem, nos vários âmbitos do que isso possa significar. Temos que pensar no lugar de todos aqueles corpos que não se encaixam no padrão do homem branco cisgênero heterossexual, pois, assim como as mulheres, esses corpos também são considerados abjetos e marcados por um sistema que decide quem merece viver e quem merece morrer. E, apesar de tudo, resistimos.


REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: Fatos e mitos*. 3. ed. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: A experiência vivida*. 3. ed. Vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b.

BIBLIOTECA Prof. Paulo de Carvalho Mattos. *Tipos de Revisão de Literatura*. Faculdade de Ciências Agrônomicas – UNESP. Campus do Botucatu, Botucatu, 2015. Disponível em: <<https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*, 13 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.



CYFER, I. Afinal, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e “a questão do sujeito” na teoria crítica feminista. São Paulo, *Lua Nova*, n. 94, p. 41-79, Abr 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452015000100003&lng=en&nrm=iso>.

GIL, A. C. (2009). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4a ed.). São Paulo: Atlas.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. M. *Pequeno dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1a ed. São Paulo: Moderna, 2015.

JESUS, J. G. de. *Orientações sobre identidade de gênero: Conceitos e termos*. Brasília: EDA/FBN, 2012.

KEHL, M. R. *Deslocamentos do feminino: A mulher freudiana na passagem para a modernidade*. 2a ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

LOURO, G. L. Uma sequência de atos. *Revista Cult*, n. 6, volume único, p. 12-15, Jan 2016.

MINAYO, M. C. S. (Org.) (2001). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (18a ed.). Petrópolis: Vozes. Recuperado de <<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>>

RAUPP, F. M., & BEUREN, I. M. (2006). Metodologia da pesquisa aplicável às ciências. In: _____. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e prática*. São Paulo: Atlas.

RIBEIRO, D. Para além da biologia: Beauvoir e a refutação do sexismo biológico. *Sapere Aude-Revista de Filosofia*, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 506-509, 2013.

RIBEIRO, D. Figurações do outro. *Revista Cult*, volume único, n. 207, p. 18-20, Nov 2015.

RODRIGUES, C. Butler e a desconstrução do gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 179-183, Abr de 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2005000100012&lng=en&nrm=iso>.

RODRIGUES, C. Tornar-se mulher, devir feminista. *Revista Cult*, volume único, n. 207, p. 16-17, Nov 2015.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta paul. enferm.*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, Junho de 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002007000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

TIBURI, M. Judith Butler: Feminismo como provocação. *Revista Cult*, volume único, n. 6, p. 8-11, Jan 2016.

Quando e Quantos Filhos Ter? Lições a Partir de um Estudo Qualitativo entre Casais de Baixa Escolaridade em Machadinho d'Oeste (RO)¹

¿Cuándo y cuántos hijos tienen? Lecciones a partir de un estudio cualitativo entre parejas de baja escolaridad en Machadinho d'Oeste (RO)

When and how many children to have? Lessons from a qualitative study among low schooling couples in Machadinho d'Oeste (RO)

Angelita Alves de Carvalho

Laura L. R. Wong

Resumo: Este trabalho analisa o processo de planejamento por filhos, a fecundidade alcançada e satisfação com esse resultado entre casais de contextos rurais e com menor nível de escolaridade em Machadinho d'Oeste, no Estado de Rondônia. O estudo utiliza dados qualitativos oriundos de uma pesquisa de campo, na qual se entrevistou 20 casais. Parece existir uma convergência dos níveis de fecundidade no país para patamares reduzidos, contudo, as motivações para ter um número de filhos menor se diferem daquelas normalmente apontadas por casais de maior escolaridade e renda e de contextos de grandes cidades para uma baixa fecundidade. Além disso, as decisões sobre quando e quantos filhos ter ainda são de grande responsabilidade das mulheres, existindo pouca negociação nesse campo.

Palavras-chave: Planejamento por Filhos. Fecundidade Desejada e Alcançada. Metodologia Qualitativa.

Resumen: Este trabajo analiza el proceso de planificación por hijos, la fecundidad alcanzada y satisfacción con ese resultado entre parejas de contextos rurales y con menor nivel de escolaridad en Machadinho d'Oeste, en el estado de Rondônia. El estudio utiliza datos cualitativos oriundos de una investigación de campo, en la cual se entrevistó a 20 parejas. Parece existir una convergencia de los niveles de fecundidad en el país para niveles reducidos, pero las motivaciones para tener un número de hijos menores se diferencian de aquellas normalmente apuntadas por parejas de mayor escolaridad y renta en de contextos de grandes ciudades para una baja fecundidad. Además, las decisiones sobre cuándo y cuántos hijos tienen todavía son de gran responsabilidad de las mujeres, existiendo poca negociación en ese campo.

Palabras clave: Planificación por Hijos. Fecundidad Deseada y Alcanzada. Metodología Cualitativa.

Abstract: This research analyzes the process of planning to have children, the achieved fertility and satisfaction with this result among couples from rural backgrounds and with lower level of education in an area of agricultural border in Machadinho d'Oeste, in state of Rondônia. The study uses qualitative data from a field survey where 20 couples were interviewed. It is possible to say that there is a convergence of fertility levels in the country to reduced levels. Although the motivations that lead to the desire for a smaller number of children of these couples differ from those reasons usually pointed out by couples with higher schooling and income in areas of large cities with a low fertility. In addition, the decisions about when and how many children to have are still of great responsibility of the women, and there is little negotiation in this field.

Keywords: Planning for Children. Desired and Realized Fertility. Qualitative Methodology.

¹Trabalho apresentado no VII Congreso de la Asociación Latino-Americana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Foz do Iguaçu/PR – Brasil, de 17 a 22 de outubro de 2016.

Angelita Alves de Carvalho – Doutora em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG. Pesquisadora em informações geográficas e estatísticas pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas/IBGE. E-mail: angelita.carvalho@ibge.gov.br

Laura L. R. Wong – Doutora em Demografia pela London School of Hygiene and Tropical Medicine. Professora do Centro de Desenvolvimento e Planejamento da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: lwong@cedepplar.ufmg.br

INTRODUÇÃO

No Brasil, a Taxa de Fecundidade Total (TFT) sofreu reduções consideráveis nas últimas décadas do século XX, passando de 6,3 filhos por mulher, em 1960, para 4,4 em 1980, 2,4 em 2000, ficando abaixo no nível de reposição em 2004 até alcançar 1,77 filhos por mulher em 2013 (IBGE, 2010, p. 73). Contudo, essa transição da fecundidade se deu de maneira diferenciada entre as regiões geográficas brasileiras – devido às desigualdades sociais existentes nas diferentes regiões do país –, o qual também possui um caráter espacial acentuado, dada a elevada concentração da renda no território, levando, assim, a queda da fecundidade ocorrer em diferentes ritmos entre as Unidades da Federação. As Regiões Sul e Sudeste já apresentavam, desde a década de 1940, níveis de fecundidade mais baixos que as Regiões Norte e Nordeste (POTTER, *et al.*, 2010). Contudo, a oportunidade de efetivação do tamanho desejado da família em função da maior disseminação de práticas contraceptivas a partir da década de 1980, em especial a esterilização feminina, possibilitou uma redução da fecundidade mais significativa e acentuada nas Regiões Norte e no Nordeste do País (de, em média, 2,5 e 2,1 filhos por mulher em 2010), contribuindo para a diminuição dos diferenciais regionais da fecundidade (IBGE, 2010, p. 73).

Quando se analisa a evolução da fecundidade por nível de instrução das mulheres, observa-se uma convergência entre as taxas daquelas menos escolarizadas e mais escolarizadas, uma vez que está diminuindo a diferença entre as taxas de ambos os grupos, o que, a princípio, pode estar sendo influenciado por um efeito da melhoria da escolaridade das mulheres como um todo na última década, ou seja, por um efeito de composição populacional (CAMPOS; BORGES, 2015). Buscando eliminar esse possível efeito de composição, Berquó e Cavehanghi (2014 p.478) mostram que, após a padronização das taxas pela composição educacional, encontra-se um efeito de 84% da mudança na estrutura educacional sobre a queda das taxas de fecundidade. A renda também é importante para a caracterização dos diferenciais de fecundidade, contudo, com um efeito menor do que escolaridade. Apesar disso, ainda são elevados os diferenciais, pois entre aquelas com rendimento per capita de até um quarto de salário mínimo a fecundidade era alta (em média 3,3 filhos por mulher), e entre as mulheres com rendimento domiciliar per capita acima de um salário mínimo a taxa de fecundidade já era bastante reduzida, 1,3 filhos por mulher (BERQUÓ; CAVEHANGHI, 2014 p.479).

Estes diferenciais regionais e sociais encontrados nos níveis e padrão de fecundidade no Brasil são consequências da falta de políticas públicas direcionadas ao planejamento familiar conjuntamente ao processo de queda da fecundidade iniciado na década de 60. O acesso aos meios de regulação da fecundidade pelas mulheres, nesse período, foi feito de forma privada e seletiva. Sendo assim, o grupo mais pobre e de regiões mais longínquas não puderam comprar os métodos ofertados, ficando expostas “à gravidez não planejada, o aborto inseguro e a esterilização, como principal método contraceptivo” (CAETANO; AMORIM, 2012, p.23). Somente em 1996 foi, então, criada a Lei do Planejamento Familiar, a qual possibilitou o acesso às diferentes formas de contracepção, bem como de outros serviços relacionados ao pré-natal, parto, entre outros, por meio do Sistema Único de Saúde (COSTA, 2009). Contudo, nesse período, os níveis de fecundidade já se encontravam bastante reduzidos e, com isso, os “efeitos perversos” da falta de políticas de planejamento familiar já estariam presentes na sociedade brasileira.

Apesar da generalizada redução da fecundidade no país, ela não tem sido acompanhada da redução do número de filhos desejados. O que torna cada vez mais comum, também no contexto latino-americano, o surgimento de mulheres que desejam ter um número maior de crianças do

que efetivamente têm (WONG, 2009). No Brasil, os dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) de 2006 mostraram que o número médio ideal de filhos declarado para todas as mulheres brasileiras de 15 a 49 anos era de 2,1 filhos, e a fecundidade observada era de 1,8 filhos (BERQUÓ; LIMA, 2008, p. 2012). Carvalho *et al.* (2016, p. 90) revelam que, de 1996 à 2006, houve inversão na defasagem entre número de filhos desejados e tidos. Em 1996, cerca de 40% das mulheres ao final do período reprodutivo tinham mais filhos que o desejado e apenas 24% vivenciavam o inverso. Já em 2006, o percentual de mulheres que terminaram o período reprodutivo com menos filhos que o desejado passou a ser maior que o percentual daquelas que excediam o número de filhos desejados (34% contra 27%, respectivamente). Porém, o estudo destaca, ainda, a existência de diferenciais socioeconômicos e sugere que, apesar de uma tendência do aumento da fecundidade não realizada para o país como um todo, a fecundidade discrepante positiva permanece um problema de acesso à saúde reprodutiva por parte de algumas mulheres, especialmente aquelas de menor escolaridade, renda e residentes nas regiões Norte e Nordeste do país (CARVALHO *et al.* 2016, p. 100).

Essa coexistência dos dois tipos de discrepância de fecundidade demonstra como a implementação das preferências reprodutivas no Brasil continua comprometida e deficitária, ora por domínio precário de informações por parte dos usuários, ora por falta de provisão de recursos públicos ou pelas dificuldades de acesso a serviços de planejamento familiar. Não obstante a essas especificidades, autores (BERQUÓ; CAVENAGHI, 2014; CAMPOS; BORGES, 2015) afirmam a existência de uma tendência de convergência nacional dos padrões de fecundidade, em que todas as mulheres têm diminuído o número de filhos, apesar de ritmos e espaços diferentes.

Nesse contexto, o estudo das preferências reprodutivas torna-se relevante, uma vez que analisa os motivos que levam as pessoas a realizar ou não suas intenções de fecundidade (MORGAN; TAYLOR, 2006). Apesar do conhecimento acerca da importância desse tipo de estudo (RYDER, 1973), existem no Brasil poucos trabalhos que consideram o ponto de vista de ambos os parceiros, uma vez que, a maioria deles, pela disponibilidade da fonte de dados, baseiam-se apenas na visão das mulheres sobre as decisões reprodutivas (BECKMAN *et al.*, 1983; MORGAN, 1985; THOMSON *et al.*, 1990; THOMSON, 1997; THOMSON; HOEM, 1998). Logo, faz-se necessário entender como as motivações de fecundidade de cada um dos parceiros separadamente se interagem e se combinam, impulsionando uma ação conjunta, que é ter ou não filhos.

O conhecimento mais detalhado da influência do parceiro e as tensões geradas nesse processo de tomada de decisão por filhos e implementação das preferências reprodutivas entre casais de contextos rurais e de baixa escolaridade possibilitará aprofundar a análise da discrepância e satisfação de fecundidade no Brasil em diferentes grupos socioeconômicos². Bem como as relações de gênero que se tecem nesse processo de barganha de decisão por filhos. Pois, assim como destacado por Carvalho *et al.* (2014), estudos mostram que as discordâncias entre o casal quanto às intenções e desejos de fecundidade resultam em vários processos alternativos de negociação e tomada de decisão, os quais devem ser analisados para se compreender como ocorre a dinâmica reprodutiva conjugal. Nesse processo de negociação, existem várias possibilidades de solução, em que as divergências podem ser resolvidas pelo exercício do poder de gênero.

Além disso, faz-se necessário destacar que, apesar da rápida queda de fecundidade observada na região Norte, vários estudos têm mostrado que regiões de fronteira agrícola, como o município

²Entenda-se por fecundidade discrepante o desequilíbrio entre fecundidade desejada e fecundidade efetiva ou realizada, isto é, o número de filhos tidos nascidos vivos.

de Machadinho d'Oeste, apresentaram fatores diretamente relacionados às altas taxas de fecundidade (MERRICK, 1978; SYDENSTRICKER, 1990; PAN, 2002; SUTHERLAND *et al.*, 2004; CARR *et al.*, 2006). Assim torna-se importante entender se o processo de ocupação e desenvolvimento desta região e as “marcas” deixadas pelo seu contexto histórico ainda influenciam as preferências reprodutivas, o planejamento dos filhos e a satisfação com a fecundidade entre os casais que lá residem.

Neste sentido, questiona-se: como se dá o processo de formação dos desejos por filhos e o planejamento familiar entre casais de menor escolaridade desta região? Se difere do que acontece com indivíduos de outros contextos e de maior escolaridade? Como se dão as negociações entre os cônjuges para a decisão por filhos? Há evidências de discrepância entre fecundidade realizada e desejada para casais de baixa escolaridade residentes na região? Esses casais têm mais filhos do que desejam ou têm menos do que gostariam? Investigações que possibilitem refletir sobre estas questões são necessárias.

Este artigo busca entender como se dá o processo de formação dos desejos e intenções por filhos e a presença ou não de fecundidade discrepante entre casais menos escolarizados residentes no município de Machadinho d'Oeste (Rondônia, Brasil), e de que forma estes casais negociam seus desejos entre si. Buscou-se, ainda, avançar com as discussões realizadas por Carvalho (2018), que fez uma análise qualitativa sobre as preferências reprodutivas e fecundidade discrepante de casais de alta escolaridade de um contexto metropolitano.

Tudo isso possibilitará o apontamento de possíveis restrições à implementação das preferências reprodutivas e a satisfação dos casais quanto o seu número de filhos tidos, e, com isso, discutir estratégias e políticas públicas de planejamento da fecundidade e conciliação de trabalho-família que garantam o acesso e respeito aos direitos reprodutivos pelos casais.

1 - ASPECTOS METODOLÓGICOS

1.1 - Local de estudo, população, recrutamento e técnica de pesquisa

O local de pesquisa foi o município de Machadinho d'Oeste, localizado no estado de Rondônia, Brasil. Este local foi escolhido por ser o foco do projeto LUCIA³, ao qual este estudo se integra. O município de Machadinho d'Oeste tem peculiaridades importantes que são rapidamente comentados a seguir, uma vez que contextualizam os resultados apresentados mais adiante.

O município surgiu a partir do Projeto de Assentamento do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil, desenvolvido durante o regime de ditadura militar, ainda na década de 1980, com o intuito de colonizar a região a partir da concessão de terras a famílias, para a prática agrícola (CASTRO; SINGER, 2003). Segundo Sydenstricker (1990), esse projeto de assentamento seduziu um grande número de pessoas, especialmente famílias, fazendo com que a população de Machadinho fosse composta basicamente de migrantes. Estes vinham em grande parte de São Paulo e Paraná, e vislumbravam a possibilidade de receber terras que poderiam, além de garantir o seu sustento, possibilitar uma melhoria da qualidade de vida. Eram famílias compostas por indivíduos de baixa escolaridade, residindo, majoritariamente, em áreas rurais com uma

³ *Land Use, Climate and Infections in Western Amazonia* (LUCIA) e Dinâmica Demográfica e Uso da Terra na Amazônia: um Estudo Longitudinal para a Região de Machadinho, Rondônia, coordenados por pesquisadores do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e financiados, respectivamente, pelo *Inter-American Institute for Global Environmental Research* (IAI) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

infraestrutura precária de serviços e carência de mão de obra para o trabalho agrário, configurando, assim, um cenário bastante favorável para altos níveis de fecundidade (SYDENSTRICKER, 1990). Embora categorizada como área de fronteira, estudos em andamento levantam a possibilidade de ser uma fronteira já “consolidada”, caracterizada por mudanças estruturais no sistema de produção agrícola, acesso a padrões urbanos de consumo e aos meios massivos de comunicação moderna (GUEDES *et al.*, 2017).

A população de estudo foi composta por casais heterossexuais, casados legalmente ou unidos por pelo menos 1 ano. A mulher foi definida como âncora na escolha do casal, a qual deveria ter entre 30 e 49 anos, possuir, de preferência, até o Ensino Médio e ter até 3 filhos. A técnica de recrutamento foi por conveniência, em que as abordagens foram feitas tanto no comércio local como em domicílios localizados em sítios na região rural. Posteriormente, foi aplicada a técnica da bola de neve, em que os próprios participantes indicavam conhecidos que se enquadravam no perfil. Tentou-se manter o máximo de heterogeneidade das redes de convivência e de perfis socioculturais distintos.

Foram realizadas entrevistas individuais em profundidade com cada um dos cônjuges, uma vez que essa técnica fornece informações ricas das biografias, das experiências de vida, das opiniões, valores, atitudes e sentimentos. Além disso, as entrevistas em profundidade individuais permitem expressão mais livre do próprio ponto de vista do que quando são entrevistados conjuntamente (MAY, 2004). Estas entrevistas foram conduzidas pela primeira autora, a partir de roteiros semiestruturados e concebidos de forma a estimular os entrevistados a falarem minuciosamente sobre aspectos de suas preferências e comportamento reprodutivo, especialmente, sua inter-relação com os papéis de gênero. Estes roteiros, assim como todo o projeto, foram submetidos e aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais.

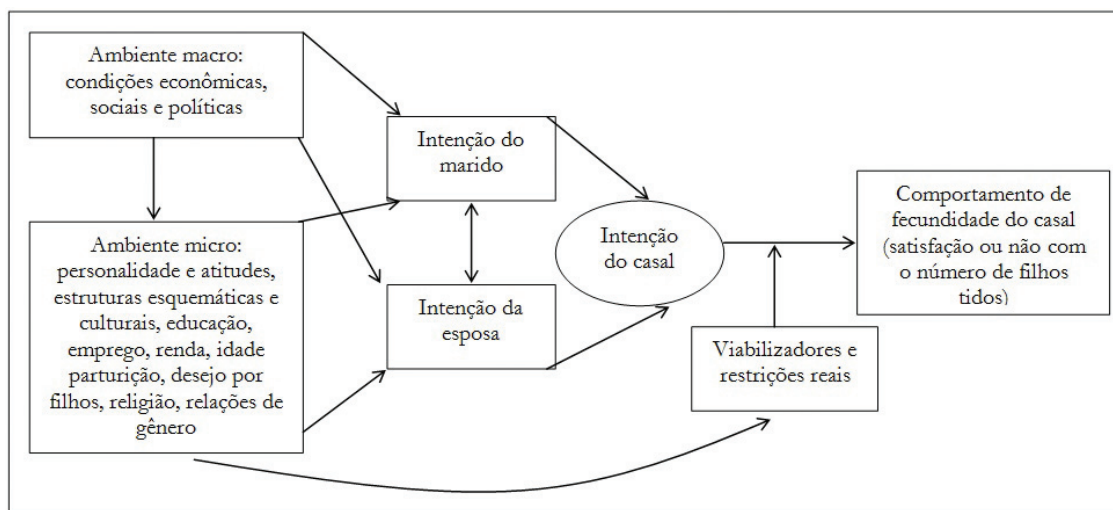
As entrevistas foram gravadas e transcritas, sendo os participantes identificados por meio de nomes fictícios, número de filhos e idade, de forma que o leitor tenha certeza de que as falas utilizadas refletem opiniões que vêm de diferentes pessoas, e não de uma única. As falas dos entrevistados no texto estão apresentadas sempre em itálico e entre aspas (ex. *“fala do entrevistado”*). Já as minhas interferências e questionamentos estão sinalizados entre colchetes (ex. [fala minha]).

Os dados foram tratados por meio da análise de conteúdo para sua interpretação. Especificamente, optou-se por utilizar a técnica de análise das redes de temas, sugerido por Attride-Stirling *apud* Simão (2005) e Carvalho (2014). Esta proposta analítica é uma forma de organizar a análise temática dos dados qualitativos categorizando os temas que surgem nos textos em diferentes níveis de interesse. A organização das sessões temáticas se baseia na junção das discussões teóricas realizados por Ajzen (1991), Miller *et al.* (2004), Johnson-Hanks *et al.* (2006), Klobas (2011) e Balbo e Mills (2011), para o processo de planejamento e implementação do comportamento reprodutivo entre casais.

A partir dos estudos destes autores, foi possível construir o arcabouço teórico apresentando na FIG.1, o qual será utilizado como pano de fundo nas discussões deste estudo. Nele, é possível verificar que tanto o ambiente micro quanto macro interferem na construção das intenções reprodutivas de cada cônjuge, em que estas sofreriam influência mútua das intenções um do outro. A partir da ação dos viabilizadores e/ou restrições reais, que podem ser, por exemplo, as relações de gênero existentes entre os parceiros, o poder de barganha de cada cônjuge, a percepção do casal da sua capacidade de tornar real a sua intenção reprodutiva, a influência positiva ou negativa da rede social do casal, entre outros; estas intenções podem ou não se tornar reais. Tudo isso, então,

levaria ao comportamento de fecundidade do casal, o qual pode ser tanto no sentido de terem uma fecundidade satisfeita ou insatisfeita, neste caso, tendo o número de filhos nascidos vivos mais ou menos do que desejavam.

FIGURA 1 – Esquema do modelo teórico da construção das intenções reprodutivas e variáveis que interferem no comportamento reprodutivo de casais



Fonte: Retirado de Carvalho (2014).

1.2 - Breve descrição do perfil dos entrevistados

Foram entrevistados 20 casais, com idade média de 38 anos, sendo que os homens tinham em média 42 anos (com as idades máximas e mínimas de 31 e 53 anos, respectivamente) e as mulheres tinham em média de 36 anos (com as idades máximas e mínimas de 30 e 48 anos, respectivamente). A idade média à primeira união foi bastante jovem entre os entrevistados (20 e 25 anos para mulheres e homens, respectivamente); notou-se que, entre as mulheres, algumas se uniram antes mesmo de completar 15 anos. Em consequência disso, a idade ao ter o primeiro filho também foi bastante precoce, uma vez que muitas se uniram justamente devido ao fato de estarem grávidas (a média de idade foi 22 anos para as mulheres e 26 anos para os homens), sendo que a idade mais jovem entre elas foi de 16 anos, e de 20 anos entre eles.

Quanto aos aspectos sociodemográficos, todos os entrevistados eram imigrantes do município e vieram, principalmente, de cidades vizinhas e do Estado do Paraná. Quanto à residência, 9 casais moravam na zona urbana do município, desempenhando funções, na maioria das vezes, ligada ao comércio (vendedor/atendente, donos de pequenos comércios, etc.) e/ou empregados públicos (prefeitura, principalmente); e 11 casais residiam na região rural, contudo, locais bastante próximos e muito integrados com a cidade, ao ponto de que alguns desempenhavam trabalho remunerado na zona urbana, tais como motorista de ônibus, professora infantil. Entre as mulheres, apenas 2 delas se declaram donas de casa e afirmaram não possuir renda. As outras, mesmo que residentes na zona rural, tinham participação nos lucros da venda de produtos do sítio, ou tinham parceria com o esposo no trabalho rural. A escolaridade ficou em torno do Ensino Fundamental para a maioria dos entrevistados, contudo, entre as mulheres, a maioria delas já havia concluído (mesmo que tardiamente) o Ensino Médio. Foi muito relatado entre elas a vontade de continuar a estudar, sendo que uma delas revelou já ter iniciado a faculdade de ensino à distância.

2 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

2.1- Formação dos desejos e intenções de fecundidade

Os desejos por filhos, para a maioria dos entrevistados, parecem surgir ainda na adolescência, como algo esperado do curso de vida. Essa vontade de alcançar a (pa)maternidade aparece mais cedo e mais forte entre as mulheres do que entre os homens, sendo um processo mais naturalizado para elas, como pode ser visto na fala da Marta. Para os homens, apesar do projeto de ter filhos existir no horizonte do ciclo de vida, esse aparece mais tardiamente, após um período no qual os homens já passaram pelas experiências típicas do imaginário masculino. Essas percepções de naturalização do processo de formação dos desejos por filhos também foram encontradas no estudo de Carvalho (2018).

“Olha, eu sempre tive na minha mente, assim, que eu queria ser mãe, queria ser mãe de dois filhos...” (Marta, 38 anos, 2 filhos).

“Eu pensava em casar, mas quando eu achar a pessoa que achasse que era certa, mas não tinha aquela pressa não, aquela vontade toda. Até os 27 anos eu só queria curtir a vida, não queria nem saber de filho...” (Adalto, 45 anos, 2 filhos).

Para outros entrevistados, exemplificado na fala da Raquel e Bárbara, ambas ainda sem filhos, houve a consciência de que esse desejo “natural” por filhos era resultado do ambiente familiar em que foram criadas, o qual influenciou os seus desejos para ter filhos, uma vez que foi passada a ideia de que era algo esperado das mulheres e devia integrar seus planos futuros. Esse apontamento revela uma tomada de consciência da influência das normas e valores vivenciados no ambiente familiar no processo de formação dos desejos e intenções por filhos por parte destas entrevistadas. Apesar do contexto ser bastante diferenciado, esta discussão se relaciona com a Teoria do Comportamento Planejado, a qual destaca o papel da percepção pelos indivíduos das influências das normas, valores e pressões sociais sobre ter ou não filhos em seus desejos e decisões reprodutivas (KUHNT; TRAPPE, 2013).

“Eu tinha um sonho, mas eu também acho que esse sonho já é do meio em que eu vivi, então eu não tinha essa... Eu não fui preparada para falar: ‘Você pode escolher, você pode não casar, você pode não ter filhos’. É desde pequena. Eu acho que já é algo que é colocado, porque eu acho que hoje é mais aberto. Mas eu acho que antes era mais colocado, não tinha opção, não se cogitava, falar: ‘Eu não vou casar. Eu vou só construir a minha carreira’” (Raquel, 31 anos, sem filhos).

“Vem desde criança. Eu acho que assim, é uma coisa mais imposta socialmente. Nunca teve esse: ‘Eu quero’. Parece que é uma coisa que já vem com a gente, parece que faz parte, é natural, parece que é quase uma coisa obrigatória, você vai casar, vai construir família e vai ter filhos, como se não fosse uma opção, como se fosse aquilo, como se você tivesse que viver aquilo, e não escolha” (Barbara, 32 anos, sem filho).

Para um outro grupo de entrevistados, o desejo por filhos se formou mais tardiamente, seja devido à busca de auto realização pessoal em um primeiro momento, como o caso de Samantha, ou, como apontado por Camila, por influência de suas experiências familiares, as quais a fizeram desejar se estabelecer profissionalmente primeiro a ter o filho. Nesses casos, o tamanho de família vivenciado (famílias grandes e com dificultadas financeiras) as motivou a desejar menos filhos, e/

ou de tê-los mais tardiamente, a fim de adquirirem melhores condições de vida previamente. Acha- dos similares foram encontrados no estudo de Barbosa e Rocha-Coutinho (2007), em que a busca por estabilidade profissional e financeira se apresentaram como um determinante importante no momento da decisão e planejamento por filhos.

“Não [queria ter filhos]. Nem casar, esse negócio de namorar, eu não tinha essas coisas, não. O meu negócio era trabalhar, ter o meu dinheiro, comprar a minha roupa, o meu sapato novo...” (Samantha, 48 anos, 2 filhos).

“Tipo assim, vendo a minha mãe, a minha família tendo bastante filho, a minha mãe é mãe de sete filhos, então eu nunca quis isso para mim. Eu sempre falei: ‘Quando eu casar, eu quero ter no máximo um casal. Mas se caso acontecer de eu ter mais um, só, no máximo estourando três filhos’” (Camila, 30 anos, 2 filhos).

2.2 - Medos e (in)segurança quanto à (pa)maternidade

O surgimento do medo e insegurança quanto à (pa)maternidade, para a maioria dos entrevistados, foi em decorrência de terem sido pais e mães muito jovens e sem planejamento. Essa falta de tempo para se preparar para o nascimento dos filhos, tanto financeira quanto psicologicamente, influenciou diretamente a percepção da capacidade de se tornar ou não mães/pais, o que, para a Teoria do Comportamento Planejado, seria um dos determinantes do processo de formação e intenções por filhos (AJZEN, 1991), pois sabe-se que uma gravidez não desejada/planejada em idade jovem traz consequências para toda uma vida. Isso porque, como referido por Arilha (1998), ter filhos é algo que os homens vinculam com o início de uma nova etapa na vida, em que se encerra a curtição e começa a vida familiar e a responsabilidade. Contudo, quando estas etapas não são bem planejadas, acontece o que relata o Marcelo.

“Medo de não dar conta, de deixar passar dificuldade, essas coisas. A gente via tanto pai com o menino sofrendo, né?” (Fernando, 46 anos, 2 filhos).

“Ah, filho é bom, mas dá muito problema, né? É difícil para mexer. Criança é muito bom, mas chega numa certa idade, começa a dar muito trabalho. E a gente novo também, né? Quando você tem uma certa idade para ter filho, você tem mais paciência, quando você é novo, você não tem tempo para filho. Você quer curtir a vida, você quer trabalhar e ganhar dinheiro, aí você não quer viver para o filho, você quer viver para você.” (Marcelo, 53 anos, 2 filhos).

Já entre as mulheres, a insegurança esteve mais relacionada às questões práticas, como o decorrer da gravidez em si e o momento do parto. Essa ansiedade e medos parecem ser uma preocupação bastante comum, como apontado por Merighi *et al.* (2007), com destaque para mulheres jovens que desconhecem as informações sobre o processo de parturição, as condutas de rotina da maternidade etc.

“Eu tinha medo de ter filhos (...). Então eu tinha medo da gravidez, eu tinha medo de passar por tudo isso, então eu não queria. E tinha medo também de ser mãe. Então eu não queria ser mãe. Inclusive, eu casei com ele até com essa condição” (Flávia, 35 anos, 2 filhos).

“Não. Eu nunca quis ser mãe. Achava que era difícil, tinha medo de ter filho na hora de nascer... Tinha medo de morrer no parto...” (Rosária, 36 anos, 2 filhos).

Uma outra parte dos casais – minoria deles – declararam que, por terem se planejado para ter os filhos, principalmente atingindo uma estabilidade e segurança financeira mínima, como terem casa própria e, conseqüentemente, também já não serem tão jovens, eles não se sentiram inseguros quanto à (pa)maternidade. Esses achados corroboram outros estudos que apontam para a importância da estabilidade tanto econômica quanto emocional para a decisão de se ter filhos (DE LIMA PARADA; TONETE, 2009).

“Evitamos sim, porque a gente estava desestabilizado, né? Então estava pagando terreno, construindo, não dava para pensar em ter filho, ia atrapalhar muito. “- Vamos segurar”. Quando eu estava com trinta, agora vamos” (Pedro, 49 anos, 3 filhos).

“Porque quando nós casamos não tínhamos nada, nem casa para morar, então eu pensava que tinha que ter alguma coisa para dar um conforto, pelo menos um lugar para morar” (Selma, 49 anos, 2 filhos).

2.3 – Processo de adequação dos desejos individuais em comportamento conjugal

Ficou bastante evidente que, para a maioria dos casais, a decisão sobre o número de filhos que o casal teria era de responsabilidade da mulher. Apesar de um discurso em que tendem a dizer que a decisão foi conjunta, no desenvolver das falas, percebe-se que tanto nas decisões que envolveram o uso de método contraceptivo para adiar o nascimento quanto, também, para a decisão do momento ideal para engravidar foram deixadas a cargo das parceiras. A justificativa para esse comportamento seria porque como é a mulher aquela que sofre as conseqüências da gravidez, então seria mais justo para elas decidirem sobre esse processo. Essa noção da decisão sobre filhos ser feminina é percebida pelos homens e também pelas mulheres. Essa visão, tida mais tradicional, se correlaciona com o que Oliveira (2007) acredita que tenha sido uma visão que predominou e ainda predomina para muitos indivíduos, baseados somente na questão biológica. Assim também revelou Nogueira *et al.* (2018, p. 246), os quais afirmam que ainda persiste “a visão construída socialmente e culturalmente sobre a responsabilidade da anticoncepção imposta e aceita pela mulher e a ausência do homem nesse processo”.

“A gente decidiu esperar um pouco, dar um tempo de pelo menos um ano, um ano e pouquinho, foi que ‘nós planejou’... Mas eu deixei mais por conta dela, né?” (Anselmo, 42 anos, 2 filhas).

“Ele nunca falou que não quer, né? [ter outros filhos]. Eu que optei assim, eu vou ter só essa mesmo” (Amélia, 35 anos, 1 filho).

“Hoje ele ainda fala: ‘Vamos adotar um neguinho’. Eu falo: ‘Não. Não quero mais, não’” (Tânia, 37 anos, 2 filhos).

“Por mim, ‘nós parava’ no que estava, mas ela queria, então vamos tentar (...) Deixo para ela decidir, porque o sofrimento sempre é mais da mãe, para mim decidir por mim e por ela não tem jeito.” (Adalto, 45 anos, 2 filhos).

“Eu acho vai [querer adotar], porque ele vive falando: ‘Vamos desligar esse negócio aí e fazer um filho’, mas eu digo ‘Por agora não’” (Karla, 33 anos, 2 filhos).

Interessante observar a fala do Júlio, o qual relata a grande influência que o desejo da parceira por filhos acarreta sobre os seus próprios desejos. No caso dele, ouve interferência dos dois lados, ou seja, uma interferência mútua dos desejos por filhos e, é claro, um acordo sobre as decisões. Esse é um exemplo do que Miller *et al.* (2004) chama de “círculo de efeitos”, em que os desejos e o comportamento verbal e não-verbal do marido afetam a percepção desses desejos, que influencia os próprios desejos da mulher, que, por sua vez, interferem no seu comportamento verbal e não verbal e na percepção dos desejos do marido, e assim por diante. Cada cônjuge comunica verbal e não-verbalmente para o seu parceiro os seus desejos e intenções por filhos e cada um dos cônjuges, por sua vez, interpreta o comportamento verbal e não-verbal de seu parceiro e faz suas inferências dos desejos, intenções e motivações do companheiro para ter ou não filhos (MILLER, 2011).

“Eu sempre falei que queria ter filhos, que eu queria ter uma família e tal, e não sei como foi exatamente, mas ela me disse que de repente desabrochou esse instinto materno. Eu não sei qual foi a razão, o que causou isso, porque antes ela não queria. (...) Depois que ele nasceu [o filho], eu não queria ter mais filhos. Mas a minha esposa queria muito ter uma menina, então nós decidimos. Ela me convenceu, me convenceu a tentar. Eu falei: ‘Então tá, mas o combinado é o seguinte, seja menino ou menina, é o último’” (Júlio, 31 anos, 2 filhos).

2.4 – Realização dos desejos e intenções por filhos e satisfação com a fecundidade alcançada

No que diz respeito à fecundidade desejada e realizada, observou-se que o número ideal de filhos entre os entrevistados permaneceu bem próximo da média nacional, em torno de 2,3 filhos, ligeiramente superior para os homens (2,5) do que para as mulheres (2,2). Por outro lado, o número de filhos nascidos vivos foi de 1,9, sendo de 2,2 para os homens e 1,8 para as mulheres. Ou seja, apesar de pequena, havia uma discrepância negativa de fecundidade neste grupo, a qual era maior entre as mulheres, pois muitos homens tinham filhos do relacionamento atual e também filhos de relacionamentos anteriores, fazendo com que sua fecundidade alcançada até mesmo ultrapassasse sua fecundidade desejada (em três entrevistados). De outro modo, observou-se que, dos 40 entrevistados, metade deles declararam um número de filhos desejados menor do que o número de filhos que tinham naquele momento. Em contrapartida, sete deles disseram ter mais filhos do que gostariam de ter e 13 disseram ter exatamente o número de filhos que pretendiam. Sendo assim, pode-se perceber neste grupo os dois tipos de discrepância, sendo que a maior parte dos entrevistados ainda não havia atingindo sua fecundidade ideal, o que corrobora com o estudo de Carvalho *et al.* (2016).

A preferência pelo sexo ficou bastante evidente nas falas dos entrevistados, os quais apresentaram uma preferência por um casal de filhos. Alguns entrevistados indicaram como esta preferência os levaria a ter um filho adicional (no caso dos que desejam dois, a possibilidade de terem o terceiro filho, antes não planejado), a fim de realizar o desejo de terem o casal, especialmente entre casais residentes na área rural. Interessante notar que, para a maioria dos homens, foi clara a importância do filho do sexo masculino, como pode ser percebido na fala do Marcos. Muitos estudos documentaram essa preferência masculina, a qual está ligada à crença de que os pais têm uma proximidade maior com o filho homem, especialmente quando este estiver adulto (BUSTAMANTE, 2005).

“Eu queria um casal, né? Eu falava: ‘Meu Deus, se vir um menino, eu vou ter que ter outro’. (E você teria outro?) ‘Eu não queria outro, eu queria só dois. Aí eu pedia muito

a Deus, que eu queria um casal. Ai graças a Deus veio o meu casalzinho.” (Maria Teresa, 35 anos, 2 filhos).

“Acho que todo homem tem vontade de ter um filho. Menina é muito bom, maravilhoso, mas todo homem tem vontade de ter um filho, acho que é aquela coisa de levar o nome, o legado, então eu tinha vontade de ter um menino. E graças a Deus eu fui contemplado com um casal” (Marcos, 41 anos, 2 filhos).

Interessante observar que o desejo por três ou mais filhos (somente 5 casos) foi presente, também, entre casais mais velhos que já tinham filhos adultos e independentes, e por isso sentiam falta da presença de crianças em casa e do afeto das mesmas, como revelou Juscelino. Já, na fala da Rosa, o desejo por mais um filho veio em decorrência do recasamento. O recasamento tem sido apontado, em outros estudos, como um fator que pode mudar as intenções reprodutivas dos casais (MARCONDES, 2008). Em ambos os casos, parece que houve arrependimento do fato das mulheres terem realizado esterilização precocemente (antes dos 30 anos), e novamente remetem à dificuldades de acesso ao planejamento familiar desta região e ao grupo de entrevistados.

“Se hoje eu não fosse laqueada, eu tentaria, né? [ter o quarto filho] Porque hoje eu casei de novo” (Rosa, 35 anos, 3 filhos).

“Como hoje eu me arrependo [de não ter mais filhos], assim, se ela não tivesse operado, se a gente pudesse ter mais um filho, eu queria (...) Porque é o seguinte, os bichinhos quando estão pequenininhos, uma certa idade, eles são tão amorosos, são tão cuidados, tem a gente como... A gente é tudo. Então, no fundo, no fundo, hoje a gente sente falta disso.” (Juscelino, 42 anos, 2 filhos).

Apesar das duas falas acima indicarem uma possibilidade real e física como motivos que não levaram os entrevistados a realizarem o desejo para ter mais de dois filhos, o motivo mais comum relatado por aqueles que não atingiram a fecundidade desejada foi a alegação do elevado gasto financeiro de criação dos filhos atualmente. Isto porque todos eles se mostraram bastante preocupados em investir na educação dos filhos, os quais, segundo eles, requer um grande investimento financeiro. Esses achados corroboram o estudo de Pereira Braz *et al.* (2005), que mostrou que famílias de classes menos favorecidas enfatizam a transmissão de valores relacionados à educação formal, o respeito e normas morais para seus filhos.

“Porque é o seguinte, o custo de vida é alto, o custo de vida para a gente é alto. Então você ter mais filho e deixar de qualquer jeito, fica ruim, então dois, para conseguir manter uma faculdade, um estudo, né?” (Sérgio, 43 anos, 2 filhos).

“Depois que eu tive a primeira, que é a Laís, aí eu mudei o meu pensamento, queria ter mais. Mas assim, depois vai vendo financeiramente, tem custo, é que nem eu falei para você, eu penso muito na escola dos meus meninos, eu quero o melhor para eles, entendeu?” (Paula, 32 anos, 2 filhos).

“Eu acho que a dificuldade hoje está mais pesada. Hoje para você criar e educar um filho está difícil, então nós resolvemos parar em dois só, para poder dar uma assistência boa para eles, né?” (Vicente, 50 anos, 4 filhos).

Apesar da questão financeira ser um forte determinante para fazer o balanço entre o número ideal e realizado de filhos, foi bastante claro entre estes entrevistados a rejeição à ideia de ter o filho único. Contrariamente ao estudo de Carvalho (2014), essa opção não foi apontada como algo bom por nenhum entrevistado, dada a importância que consideram em ter irmãos para a convivência e felicidade dos filhos, como demonstrado nas falas abaixo.

“Eu acredito que quando é um filho único, se sente muito só. Então dois é um número razoável, que você dá educação, qualidade” (Sandro, 32 anos, sem filhos).

“Não...nunca quis ter um só...Porque um eu acho que é muito triste, você não ter um irmão, não ter sobrinhos” (Amanda, 42 anos, 2 filhos).

E, assim, observa-se que, com relação à satisfação com a (pa)maternidade, muitos participantes demonstraram que, apesar da discrepância encontrada, a maioria está satisfeita com essa escolha e declarou que ter filhos contribuiu para a sua realização pessoal, trazendo um amadurecimento pessoal.

“Então, eu amadureci muito sendo pai, então eu vejo que se não fosse pai estaria perdendo um bocado de aprendizado. Eu vejo pessoas que não têm filhos falando a respeito de filhos, com ideias a respeito de filhos que eu tinha, e que eu vejo que são absolutamente incompatíveis com a realidade” (Júlio, 31 anos, 2 filhos).

“Sei lá. Quando você se torna mãe, você muda, você muda o jeito de pensar ou muda o jeito de ser, você esquece de você e lembra mais dele. (...) Então hoje eu acredito que uma família com base é você ver seu filho estudando, se formando, tendo um bom emprego, você tendo um bom marido, um companheiro, a sua casa... Para mim isso é a felicidade” (Francisca, 37 anos, 2 filhos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou qualitativamente o processo de formação e realização das preferências reprodutivas numa região de fronteira no Norte do Brasil entre casais de baixa escolaridade, a fim de se avançar no entendimento do processo de contínua queda da fecundidade nessa região.

Observou-se que o processo de formação do desejo por filhos surge na adolescência, em especial, entre as mulheres, e tem uma forte relação com a experiência familiar vivenciada pelos indivíduos. O grupo entrevistado mostrou duas tendências diferentes nesse processo: alguns buscaram, primeiramente, a estabilidade financeira e o planejamento para se ter filhos mais tardiamente, principalmente porque desejavam dar uma vida diferente da que tiveram para seus filhos. O outro grupo, mais representativo, teve filhos quando mais jovem e sem planejamento familiar, em decorrência, principalmente, da falta de acesso e de conhecimento sobre formas de uso dos métodos contraceptivos. As consequências desse não planejamento do primeiro filho foram inseguranças quanto à (pa)maternidade e dificuldades financeiras. Contudo, isso levou o casal a buscar orientação para adiar e planejar melhor os demais nascimentos. Esse planejamento por filhos e as decisões sobre quando e quantos filhos ter são claramente relacionadas ao universo feminino, ficando, na maioria das vezes, a responsabilidade a cargo delas. O que, como demonstrado por Nogueira *et al* (2018), por um lado pode ser considerado como um processo de empoderamento feminino, por outro lado, pune e culpabiliza as mulheres por possíveis resultados não planejados/desejados, como o caso de uma gravidez indesejada.

De modo geral, a discrepância de fecundidade encontrada foi negativa, pois a maioria dos casais entrevistados tinham menos filhos do que declararam desejar. Apesar disso, é importante destacar que, exceto nos casos que existia um arrependimento do uso da esterilização e daqueles que ainda não tinham nenhum filho, não foi perceptível que essa discrepância interferisse na satisfação com fecundidade alcançada pelos casais. Aparentemente, os entrevistados não pareciam dispostos a, de fato, implementar aquele número de filhos idealizado – na maioria das vezes 3 ou mais. A tentativa de oferecer uma melhor qualidade de vida para os filhos que já possuíam parece ser o principal motivo que levou os entrevistados a não realizarem o número de filhos anteriormente idealizado. A oportunidade de cursar uma faculdade (não acessível para a grande parte deles) foi apontada como sendo um objetivo para seus filhos. Isso revela que os entrevistados têm uma grande consciência da importância do controle do número de filhos e do planejamento entre um nascimento e outro.

Apesar da intenção baixa por filhos, foi bastante forte no grupo de entrevistados a negação ao filho único, a preferência por filhos homens entre os entrevistados do sexo masculino e a busca pela figura do casal de filhos (dois filhos de sexos diferentes). O que indica que, apesar da região apresentar uma taxa de fecundidade acima do nível de reposição e ainda ter uma preferência por filhos mais elevada em comparação com outras regiões do país, o comportamento dos casais entrevistados se mostra bastante parecido com aqueles mais escolarizados e que residem nas regiões mais desenvolvidas do país. Não se identificando atualmente, portanto, as particularidades do comportamento de fecundidade das regiões de fronteiras para o grupo de casais entrevistados.


Os resultados contribuem para reforçar a tese de uma convergência do comportamento reprodutivo dos casais brasileiros, com redução tanto do número de filhos desejados como tidos, nas diversas camadas sociais e regiões do país. O que não significa diminuição do valor e importância da criança na família dos entrevistados, os quais parecem, ainda, ter uma visão bastante familista. Isto se deve, na maioria das vezes, à vivência da infância destes entrevistados em famílias grandes e a busca por reaplicar este modelo às suas próprias famílias – com a adaptação possível ao meio ambiente atual. O que remete às ideias desenvolvidas por Áries (1980) sobre as diferentes motivações para redução da fecundidade, em que se pode concluir que a queda da fecundidade no grupo entrevistado parece seguir motivos ainda de uma cultura "orientada para a criança", o que leva a um enorme investimento sentimental e financeiro em prol dos filhos, oferecendo-lhes oportunidades que eles não tiveram. Quando comparados com casais de contextos metropolitanos e de maior escolaridade (Carvalho, 2018), percebe-se uma diferença importante destas motivações para redução da fecundidade, em que, no contexto mais desenvolvido, a vida não é mais planejada em termos das crianças e seu futuro, e ter filhos não é mais uma necessidade entre os casais. E, portanto, a baixa fecundidade realizada se relaciona às motivações ligadas à busca da realização pessoal, e não ao investimento na criança.

Particularmente na área de fronteira – talvez já consolidada, neste caso –, vislumbra-se um cenário de quedas ainda possíveis da fecundidade: num nível macro, é possível que aspectos como a mudança na estrutura agrária e a influência de padrões de comportamento mais urbanos (consumo, informação, tecnologia) desempenhem importante papel. Na esfera mais próxima aos casais, o acesso a diferentes formas de contracepção, a redução de falhas de uso dos métodos (fator ainda presente na região analisada), bem como melhor planejamento do tempo dos nascimentos, poderá, também, contribuir para reduções ainda maiores da fecundidade em um futuro próximo na região.

REFERÊNCIAS

- AJZEN, I. The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, v.50, 1991, p.179–211.
- ARIÈS, P. Two successive motivations for the declining birth rate in the West. *Population and Development Review*, v. 6, n 4, 1980, 645–650.
- ARILHA, M. Homens: entre a "zoeira" e a "responsabilidade". In: ARILHA, M. et al (dir.), *Homens e Masculinidades: outras palavras*, São Paulo: ECOS, Ed 34, 1998, p. 51- 77.
- BALBO, N. N.; MILLS, M. The influence of the family network on the realisation of fertility intentions, *Vienna Yearbook of Population Research*, v. 9, 2011, p. 179-206.
- BARBOSA, P. Z.; ROCHA-COUTINHO, M. L. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. *Psicologia Clínica*, vol.19, n 1, 2007, pp. 163-185.
- BECKMAN, L. J. et al. A Theoretical Analysis of Antecedents of Young Couples Fertility Decision and Outcomes. *Demography*, v.20, 1983, p.519-533.
- BERQUÓ, E; CAVENAGHI, S. M. Notas sobre os diferenciais educacionais e econômicos da fecundidade no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 31, n. 2, p. 471-482, 2014.
- BERQUÓ, E; LIMA, L. P. de. Intenções Reprodutivas e Planejamento da fecundidade. In *Relatório Final da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher 2006*, Brasília: Ministério da Saúde, 2008.
- BUSTAMANTE, V. Ser pai no subúrbio ferroviário de salvador: um estudo de caso com homens de camadas populares. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 3, set./dez. 2005, p. 393-402.
- CAETANO, A. J.; AMORIM, F. A. Classe social, reprodução e contracepção no Brasil contemporâneo. In Margareth A. et al. (dir.) *Diálogos transversais em gênero e fecundidade. Articulações contemporâneas*. Campinas: Librum, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2012.
- CAMPOS, M. B.; BORGES, G. M. Projeção de níveis e padrões de fecundidade no Brasil. In ERVATI, L.; BORGES, G. M. (dir.) *Mudança Demográfica no Brasil no Início do Século XXI*. Estudos e Análises Informação Demográfica e Socioeconômica, IBGE, n. 3, 2015.
- CARR, DL. et al. Declining fertility on the frontier: The Ecuadorian Amazon. *Population and Environment*, v. 1, n. 28, n.1, 2006, p. 17-39.
- CARVALHO, A. A. et al. Alice in Wonderland: Unrealized fertility and satisfaction with the number of children according to the couples' point of view in a city of Brazil. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 35, n. 1, 2018.
- CARVALHO, A. A. et al. Discrepant Fertility in Brazil: an analysis of women who have fewer children than desired (1996 and 2006). *Revista Latinoamericana de Población*, v. 18, 2016, p.83-106.
- CARVALHO, A. A. et al. "Foi nascendo a vontade": análise dos desejos de fecundidade de casais e suas influências mútuas. In: CAVENAGHI, S. M.; CABELLA, W. *Comportamiento reproductivo y fecundidad en América Latina: una agenda inconclusa*. Rio de Janeiro: ALAP, 2014.
- CASTRO M. C.; SINGER, B. *Migration, urbanization and malaria: a comparative analysis of Dar es Salaam, Tanzania and Machadinho, Rondônia, Brazil*. In Conference on African Migration in Comparative Perspective, Johannesburg, South Africa, June, 2003.
- COSTA, A. M. Participação social na conquista das políticas de saúde para mulheres no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 14, n. 4, 2009.

- GUEDES, G. R. et al. Ciclos de vida de la propiedad y del hogar, mercados y cambios en el uso y la cobertura de la tierra en la Amazonia brasileña. *Notas de Población*, v. 44, n. 104, 2017.
- IBGE (Instituto Nacional de Geografia e Estatística). Censo Demográfico 2010 - Resultados da Amostra: Nupcialidade e fecundidade, Rio de Janeiro, IBGE, 1-346p.
- KLOBAS, J. The Theory of Planned Behaviour as a model of reasoning about fertility decisions. *Vienna Yearbook of Population Research*, v.9, 2011, p. 47-54.
- KUHNT, A. K.; TRAPPE, H. Easier said than done: Childbearing intentions and their realization in a short-term perspective in Max Planck Institute for Demographic Research. *Working Paper*, n.2013-018, Rostock, Germany, 2013.
- MARCONDES, G. S. *Refazendo famílias: as trajetórias familiares dos homens recasados*. Tese de doutorado em Demografia, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2008.
- MAY, T. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 288 p.
- MERIGHI, M. A. B. et al. O processo de parto e nascimento: visão das mulheres que possuem convênio saúde na perspectiva da fenomenologia social. *Acta Paul Enferm*, v. 20, n. 4, 2007, p. 434-40.
- MERRICK, T. W. Fertility and land availability in rural Brazil. *Demography*, v. 15, n. 3, 1978, p. 321-336.
- MILLER, W. et al. A framework for modeling fertility motivation in the couple. *Population Studies*, v.58, n. 2, 2004, p. 193-205.
- MILLER, W. et al. Comparing the TPB and the T-D-I-B framework. *Vienna Yearbook of Population Research*, v. 9, p. 19-29, 2011.
- MORGAN, P. S. Individual and couple intentions for more children. *Demography*, v. 22, 1985, p. 125-132.
- MORGAN, P. S.; TAYLOR, M. G. Low fertility at the turn of the Twenty-First Century. *Annual Review of Sociology*, v. 32, 2006, p. 375-99.
- NOGUEIRA, I. L. et al. Participação do homem no planejamento reprodutivo: revisão integrativa. *Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental*, v. 10, n. 1, 2018, 242-247.
- OLIVEIRA, M. C. O lugar dos homens na reprodução. In: *Gênero, famílias y trabajo: rupturas y continuidades*. Desafios para la investigación política. GUTIÉRREZ, M. A. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. 2007.
- PAN, W. *Fertility determinants on the frontier: longitudinal evidence from the Ecuadorian Amazon*. In Annual Meeting of Association of American Geographers, Los Angeles, March, 2002.
- PARADA, C. M. G. L.; TONETE V. L. P. Experiência da gravidez após os 35 anos de mulheres com baixa renda. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, v.33, n. 2, 2009, p. 385-392.
- PEREIRA BRAZ M. et al. Relações conjugais e parentais: uma comparação entre famílias de classes sociais baixa e média. *Psicologia: Reflexão e crítica*, v. 18, n. 2, 2005, p. 151-161.
- POTTER, J. E. et al. Mapping the Timing, Pace and Scale of the Fertility Transition in Brazil. *Population and Development Review*, v. 36, n. 2, 2010, p. 283-307.
- RYDER, N. B. The process of demographic translation. *Demography*, v. 1, n. 1, 1964, p. 74- 82



SIMAO, A. B. *A Primeira Relação Sexual, o Primeiro Casamento e o Nascimento do Primeiro Filho: Um Estudo Quantitativo e Qualitativo de Duas Coortes de Mulheres em Belo*. Tese de doutorado em Demografia, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

SUTHERLAND, E. et al. Fertility and the environment in a natural resource dependent economy: evidence from Petén, Guatemala. *Población y Salud en Mesoamérica Revista electrónica*, v. 2, n. 1, Art. 2. Jul., 2004, p. 1-14.

SYDENSTRICKER, J. M. Família, fecundidade e as estratégias de assentamento em Rondônia: um estudo de caso. *Textos NEPO*, n. 18, 1990.

TAYLOR, B.; DE VOCHT H. Interviewing Separately or as Couples? Considerations of Authenticity of Method. *Qualitative Health Research*, v. 21, n. 11, Nov. 2011, p. 1576-1587.

THOMSON, E. Couple childbearing desires, intentions, and births. *Demography* v. 34, 1997, p. 343-354.

THOMSON, E. et al. Fertility desires and fertility: Hers, his, and theirs. *Demography*, v.27, 1990, p. 579–588.

THOMSON, E.; HOEM, J. Couple childbearing plans and births in Sweden. *Demography*, v. 35, 1998, p. 315-322.

WONG, L. R. Evidences of further decline of fertility in Latina America: Reproductive behavior and some thoughts on the consequences on the age structure. In: CAVENAGH, S. M (dir.). *Demographic transformations and inequalities in Latin America: Historical trends and recent patterns*, Rio de Janeiro, ALAP, Serie Investigaciones 8, 2009.

Um Retrato da Memória de Eneida em “Cão da Madrugada”

Una Representación de la Memoria de Eneida en “Cão da madrugada”

A Depiction of Eneida's Memory in “Cão da madrugada”

Evelim Mendes dos Santos

Resumo: Este artigo é parte de um programa de pesquisa que estuda e desenha Cartografias Poéticas da Amazônia, desenvolvido no Núcleo de Pesquisa Culturas e Memórias Amazônicas. A composição deste traço do mapa compreende o estudo das memórias subterrâneas presente em crônicas da escritora paraense Eneida de Moraes. De cunho bibliográfico e qualitativo, a pesquisa discorre acerca das principais concepções de memória, dentre elas, a memória subterrânea, referente aos excluídos e marginalizados socialmente. Compreende-se, então, o papel social da literatura, o que passou despercebido pela memória oficial vem à tona no texto memorialístico. O presente texto recorta do trabalho maior a apresentação de crônicas do livro *Cão da Madrugada* e divide-se em duas partes: a primeira apresenta traços biográficos da vida da escritora, essenciais para a compreensão da obra, e a segunda conta sobre as memórias referidas em crônicas da escritora.

Palavras-chave: Eneida. Memória. Cão da Madrugada.

Resumen: Este artículo es parte de un programa de investigación que estudia y diseña Cartografías Poéticas de la Amazonia, desarrollado en el Núcleo de Investigación Culturas y Memorias Amazónicas. La composición de este trazo del mapa comprende el estudio de las memorias subterráneas presente en crónicas de la escritora paraense Eneida de Moraes. De cunho bibliográfico y cualitativo, la investigación discurre sobre las principales concepciones de memoria, entre ellas la memoria subterránea, referente a los excluidos y marginados socialmente. Se comprende, entonces, el papel social de la literatura, lo que pasó que es inadvertido por la memoria oficial, viene a la superficie en el texto memorialístico. El presente texto recorta del trabajo mayor la presentación de crónicas del libro *Cão da Madrugada* y se divide en dos partes: la primera presenta rasgos biográficos de la vida de la escritora, esenciales para la comprensión de la obra, y la segunda cuenta sobre las memorias referidas en las crónicas de la escritora.

Palabras clave: Eneida. La Memoria. Cão da Madrugada.

Abstract: This article is part of a research program that studies and designs Poetic Cartographies of Amazon, developed in the Amazonian Cultures and Memories Research Center. This map's feature composition comprises the study of the underground memories present in chronicles of the Paraense writer Eneida de Moraes. From a bibliographic and qualitative perspective, the research addresses the main conceptions of memory, among them the underground memory, referring to the excluded and socially marginalized. It is understood, then, the social role of literature, what has been unnoticed by the official memory comes to the surface in the memorialistic text. The present paper takes, from the main work, the presentation of chronicles of the book *Cão da Madrugada* and is divided in two parts: the first presents biographical features of the life of the writer, essential for the understanding of the work, and the second accounts on the memories referred in chronicles of the writer.

Keywords: Eneida. Memory. Cão da Madrugada.

Evelim Mendes dos Santos – Graduada em Letras Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Monitora do Programa de Monitoria da UEPA. Bolsista Voluntária de Iniciação Científica no Projeto “Das cartas: a Belém de antigamente de Mário de Andrade” (FAPESPA/UEPA/PPGED, 2017) e Bolsista do Projeto “Da Literatura Brasileira de Expressão Amazônica ao Audiovisual: um convite à leitura de obras produzidas no anfiteatro amazônico (PIBIC/CNPq/UEPA, 2016). E-mail: evelim_mds@ymail.com

INTRODUÇÃO

1. Simplesmente Eneida

Eneida de Villas Boas Costa de Moraes, ou simplesmente Eneida, como ela mesma preferia ser chamada, nasceu no dia 23 de outubro do ano de 1903, em sua amada cidade Belém do Pará. Seu nome faz alusão à obra clássica do poeta Virgílio, foi uma homenagem feita pela sua mãe. Eneida foi jornalista, escritora, militante política, pesquisadora e uma das principais conhecedoras do carnaval brasileiro.

Veio ao mundo numa época de regalias do Ciclo da Borracha, desfrutando um berço privilegiado. Neste período, de acordo com Caetano dos Santos (2015, p. 131), “o porto da capital paraense servia de escoadouro para a embarcação da borracha que vinha de Manaus para a Europa e outros países”. A exportação tornou a cidade uma das mais prósperas do país. Eneida pertencia a uma família de classe média alta, sua mãe era professora e seu pai era um comandante de navios, que, como nos lembra Josse Fares (2012, p. 201), “singrava os rios amazônicos, onde mergulhava os olhos que retornavam encharcados de vivências ribeirinhas, repassadas, mais tarde, à filha”.

Por que não falar em meu pai, se ele foi um legítimo cidadão daquelas águas, comandando pequenos navios, vivendo uma a uma a clemência, a impiedade, a paz e a guerra daquele mar que era o seu rio? Para aquele caboclo que amava muito mais o rio do que a terra, ficar longe das águas, era olhar silenciosa e paciente o chão, como se duvidasse da existência de outra coisa fora do rio, dos igarapés, dos afluentes. (ENEIDA, 1955, p. 17-18).

A cronista nasceu na rua Benjamin Constant, numa casa que seu próprio pai mandou fazer especialmente para ela nascer. “O terreno era enorme – quase um quarteirão – com uma mangueira tão grande e tão gorda que prometia a todos e a todos dava, sombra, amor, acolhimento” (ENEIDA, 1989, p. 209). Com isso, ela mesma afirmou em depoimento realizado em 1967 e publicado em 2006, sob a organização de João Carlos Pereira, que, desde o nascimento, já foi gente grande, tinha orgulho de ter nascido no Pará “com toda a glória e honra”.

Neste mesmo depoimento, Eneida nos relata que sua infância em Belém foi muito bonita, na verdade, a mais bonita do mundo, pois toda a sua vontade enorme de viver estava baseada em sua infância, que foi absolutamente feliz. Para Eneida, todas as crianças do mundo mereciam ter a infância que ela teve. Isto porque teve uma grande mãe que a incentivou a ter o gosto pela leitura, e um grande pai que contava para ela as lendas amazônicas, como ela descreve em seu livro *Banbo de Cheiro*:

meu pai contando lendas: o boto, que nas noites claras se transformava em homem para seduzir donzelas, de calça branca e paletó preto; a iara chamando homens e mulheres para o fundo do rio; a boiúna viajando como um grande navio todo iluminado; o uirapuru anunciando felicidades. (ENEIDA, 1989, p. 214).

A escritora relembra, também, a sua professora de infância que se chamava Hilda. A mesma ensinava a geografia amazônica, falava sobre o rio Amazonas, o mais importante rio que banha o Pará, que nasce no Peru e vem parar em terras brasileiras. A menina adorava essas lições, adorava o rio Amazonas, gostava de estudar a geografia da sua região, era seu mundo de poesia e imaginação.

O Amazonas: se eu pudesse dizer, sem ser ridícula, que esse rio embalou meu sono de menina; se eu contar, sem parecer piegas, que meu pai, caboclo autêntico, desde que chegávamos à cidade de quatro anos começava a levar-nos para viajar com ele, esse rio que tanto amava; se eu pudesse relembrar que diante daquelas águas, aquele homem contava-nos lendas, falava-nos em volume, trajetória, afluentes, furos, igarapés, paranás. (ENEIDA, 1955, p. 17).

Quando Eneida foi para o seu primeiro colégio, já sabia ler, pois tinha muita vontade de ler e sua mãe sentiu que a curiosidade da menina precisava ser atendida, não se interessava mais em apenas olhar figuras, almejava ler, tanto que aprendeu aos quatro anos de idade.

Eunice Santos (2005, p. 100) observa que em 1910

o anúncio de um concurso de conto infantil, publicado na Revista Tico-Tico, chamou a atenção da pequena Eneida, então com sete anos. Sem que a família soubesse, inscreveu seu primeiro conto narrando a história de um lenhador – personagem simbólica do caboclo amazônico. Ganhou o primeiro lugar e um prêmio de vinte mil réis com direito a ter o nome impresso nas páginas da revista.

Aos dez anos, Eneida foi enviada para Petrópolis, no Rio de Janeiro, e estudou até os treze anos no Colégio de Sion, um internato bastante tradicional onde, atualmente, funciona um dos *campus* da Universidade Católica de Petrópolis. Para matar a saudade por causa da distância, a menina se comunicava com sua mãe por meio de cartas.

Nossas cartas eram longas e assíduas. Nunca me faltaram as dela; nunca lhe faltaram as minhas. Quando fui presa pela primeira vez em São Paulo – 1932 – a polícia tomou-me tudo o que então possuía [...] e também as cartas que minha mamãe escrevia para o internato, cartas dela e minhas que me acompanhavam como amigas sempre atentas, companheiras das quais parecia impossível a separação. Gostava de relê-las; era uma maneira de revivê-la em gestos, alegrias, risos, voz e beleza. (ENEIDA, 1989, p. 235).

Eneida voltou a Belém em 1918, época de profundas mudanças nesta cidade, como “o aparecimento de associações literárias, revistas e jornais; o ressurgimento da Academia Paraense de Letras; a fundação da Associação de Imprensa do Pará. É também o ano de circulação de duas importantes revistas locais: Guajarina e A Semana”. (SANTOS, 2005, p. 101).

Ao falar sobre sua participação na vida literária do Estado e sobre a influência do Modernismo nos homens de letras do Pará, Eneida (1967) afirmou que começou antes mesmo dos quinze anos, quando entrou para a revista *A Semana*, de Belém do Pará, como secretária. Desta forma, conheceu o movimento, os poetas, encantou-se. Com base em Eunice Santos (2005, p. 101), Eneida integrava a “Associação dos Novos, uma academia literária em torno da qual se aglutinaram estudantes, jornalistas e poetas como, entre outros: Peregrino Júnior, Bruno de Menezes, Paulo de Oliveira e Abguar Bastos”.

A partir de 1926, de acordo com Eunice Santos (2005, p. 102),

passa a grafar seus escritos apenas com o nome Eneida, excluindo o sobrenome do pai (Costa) e do marido (Moraes). Por essa época, colabora na Revista

Belém Nova, editada por Bruno de Menezes e Paulo de Oliveira, e no jornal Para Todos, dirigido por Álvaro Moreyra. [...] muitos paraenses, incluindo o próprio Abguar e Eneida, colaboraram na Revista Antropofagia. [...]. A experiência nas revistas citadas, a convivência nos círculos literários paraenses (e eventualmente no Rio de Janeiro) e a reconhecida performance de sua prosa facultaram à escritora o ingresso no jornal O Estado do Pará, dirigido por Affonso Justo Chermont e de tendência opositiva ao governo local.

Mais tarde, em 1930, publica um livro chamado *Terra Verde*, ao qual ela mesma considerou como fruto de sua fase de menina rica e inexperiente, como afirma em *Banho de Cheiro*:

um livro ingênuo, livro de menina rica, mas já afirmativo do amor que sempre senti pela minha terra, meu povo, minha gente. Desse livro não me arrependo; olho-o como se estivesse lembrando uma de minhas travessuras. Que poderia eu fazer naquela época senão um livro assim, apenas impregnado de amor? Que sabia eu – naquele tempo – dos grandes problemas do homem amazônico, da miséria sem fim, do abandono que ele vive, do violento choque entre a grandeza da floresta, a beleza do rio e a opressão do homem? Que sabia eu então, além do lado bonito da terra, as lendas, os pássaros, nossos hábitos, nossa paisagem sempre verde, o silêncio da floresta? (ENEIDA, 1989, p. 273).

Esse livro que Eneida considerava simplório e infantil lhe possibilitou conhecer os intelectuais de Belém da época. A partir deles, a escritora foi adquirindo curiosidade em conhecer o marxismo, a ideologia comunista. Primeiramente leu *Karl Marx: Sua Vida Sua Obra*, de Marx Beer, uma leitura demasiadamente difícil para ela. Depois, leu o *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, de qual Eneida (1989, p. 274) afirma: “aqueles dois homens diziam, numa linguagem especial, tudo o que eu queria saber, como se adivinhassem meus sentimentos, a maneira pela qual eu encarava a vida. Interpretavam o que eu sentia, sem saber definir-me”.

Ao conhecer o marxismo, Eneida largou tudo, seu casamento, seus filhos, e, como aponta Josse Fares (2012, p. 201), “deixou de lado a vida abastada e despreocupada e foi viver novamente no Rio de Janeiro, mas, desta vez, instalou-se na capital federal da época (Rio de Janeiro)”. Eunice Santos (2008, p. 69) lembra-nos que “seduzida pelas ideias socialistas, na década de 1930, integrou-se ao discurso proletário quando este se fez uma motivação radical, produzindo e distribuindo material de propaganda e jornais de célula”.

Nos anos seguintes, a escritora participou de forma permanente dos programas do Partido Comunista, engajou-se na luta pelos mais fracos e tornou-se uma efetiva opositora de Getúlio Vargas. Este foi o motivo de seu sofrimento no Pavilhão dos Primários, onde foi presa e conviveu com outros intelectuais brasileiros como Olga Benário, Sabo Berger, e o romancista Graciliano Ramos. Neste período, vivenciou a dolorosa perseguição política do Estado Novo.

Eneida foi repórter do *Diário de Notícias*, e, assim, conheceu a crônica. Escrevia crônicas todos os dias. “Não considero assim que eu tenha feito uma grande literatura, nem que seja um grande nome. Mas é aquela coisa, fiz o que eu podia fazer. Quer dizer, eu escrevo como falo e falo como vivo” (ENEIDA, 1967, p. 40, entrevista concedida a Dalcídio Jurandir e Miécio Tatti).

Após a Segunda Guerra Mundial, no ano de 1949, Eneida foi morar em Paris. Na década de 50, fez uma longa viagem pela Rússia, por alguns países socialistas e pela China. Desta jornada,

resultaria o livro *Caminhos da Terra*, o qual termina com um interessante relato da escritora: “Eu vi nos países socialistas, principalmente, crianças felizes, crianças sadias, crianças rindo. Isso, só isso me bastaria para amá-los e bendizer esta viagem” (ENEIDA, 1959, p. 156).

Mesmo viajando pelo mundo, Eneida não deixava de se importar pela realidade de seu país. Não parou de lutar pela justiça social e pela liberdade. Apaixonada pela cultura de seu povo, interessou-se pelo Carnaval. Foi presidente da Liga das Escolas de Samba do Rio de Janeiro, promotora do Baile do Pierrô, e escreveu a *História do Carnaval Carioca* em 1958.

A escritora faleceu na manhã do dia 27 de abril de 1971, no Rio de Janeiro, seu corpo foi transferido para Belém porque era seu desejo dormir eternamente na sua amada cidade Belém do Pará, que seu corpo servisse para dar seiva às mangas do Cemitério de Santa Isabel, todo arborizado de mangueiras.

Desta forma, seguem os títulos de algumas obras de Eneida:

Poesia:

Terra Verde, 1930.

Contos:

Boa Noite, Professor, 1965.

Crônicas:

Cão da Madrugada, 1954;

Alguns personagens, 1954;

Aruanda, 1957;

Banho de Cheiro, 1963;

Rancho de Cheiro, 1962.

Infantil:

Katé, 1953;

Molière narrado para crianças, 1965.

História:

História do Carnaval Carioca, 1958;

História dos Subúrbios, 1959.

Relato de vigem:

Caminhos da Terra, 1959.

Reportagem:

Romancista Também Personagens, 1962.

Livros inéditos:

O quarteirão, 1936;

Paris e outros sonhos, 1951;

Sujinho de terra, 1953.

2. As crônicas de Eneida e a obra *Cão da Madrugada*

Eneida foi uma excelente narradora de histórias. Histórias de vida, de gente, de alegria. Histórias que se aproximam do nosso cotidiano. Narrativas simples, belas, encantadoras e cheias de amor, verdades e memórias. Desde pequena, ressalta a autora, Eneida buscava a liberdade, suprimia preconceitos e odiava injustiças. Não gostava de bonecas, pois não tinha tempo para brincar com elas, esperava a maioridade, queria ser gente grande. Era, de acordo com a autora, uma mulher à frente do seu tempo, boêmia, amante da noite, atuante no carnaval, e escritora memorialista.

As crônicas, de acordo com Eunice Santos (2008, p. 70),

revelam muito das dificuldades que a escritora enfrentou, porque transgrediu os códigos patriarcais para exercer sua opção política, conquistar espaços e autonomia literária – a exemplo do que aconteceu com outras mulheres que também se infiltraram nos redutos masculinos, buscando desbloquear os interditos culturais ao seu gênero.

Nas obras de Eneida, Fares (1993, p. 6) evidencia a presença de um “lirismo matizado de social”, visto que a cronista paraense “vai tecendo com fios de nostalgia e memória um fino tecido de humanidade”.

A memória que guardou da infância e da experiência vivida no cárcere constituiu-se o leimotivo de suas crônicas. Portanto, estamos diante de uma obra marcadamente autobiográfica e memorialista. No seu tecido da memória, a cronista misturou os matizes da luz e da sombra, da alegria e da tristeza, do lirismo e da denúncia. (FARES, 2012, p. 201).

Para Fares (1993, p.6), “não existe narrador sem memória. E é da reminiscência que a escritora vai tirando o retrato de sua época, marcada pelo sombrio Estado Novo Getulista”. É mergulhando em suas lembranças que Eneida nos revela suas dores e torturas sofridas na prisão, sua luta em favor dos oprimidos, sua memória subterrânea.

Ao ler a obra da escritora, é impossível, de acordo com Moura (1993, p. 8), “deixar de admirar o valor contido na expressão de sua linguagem viva, colorida, sinestésica, dinâmica e sua inspiração na demonstração de um sentido poético da realidade”. Na sua obra, predominam as emoções, o estilo simples, linguagem coloquial, regionalismo equilibrado e período curtos. Tais recursos criam o aspecto pictórico da obra de Eneida.

Sem banalidade, a cronista Eneida pretende-se não o repórter da crônica fria e objetiva, mas o poeta ou o ficcionista do cotidiano, desentranhando do acontecimento sua porção imanente da fantasia. Como crônica literária, seu fazer oscila, assim, entre a poesia e o conto. (JACOB, 1993, p. 19).

O gênero crônica foi escolhido por Eneida por conta de sua busca em expressar os trechos de sua memória sobre a fase revolucionária que vivenciou, em uma linguagem mais acessível, mais próxima do leitor, permeando pelos jornais e pela literatura. Escrevia com simplicidade e conscientemente, sem pretensões a coisa nenhuma, estava ao lado do povo, a favor dos oprimidos e reprimidos pela sociedade. A maneira de a escritora interpretar o mundo, como nos informa Santos (2008, p. 70),

encontra-se registrada em vasta produção intelectual publicada em periódicos e livros – mecanismo que ela utilizou para veicular suas idéias em 50 anos de atuação no cenário político e jornalístico-literário brasileiro (1920-1970). No conjunto dessa obra, há que se destacar um número expressivo de crônicas “militantes” de conteúdo ao molde das teses marxistas-leninistas, conforme registrado nos livros que compõem a trilogia memorialista da escritora: *Cão da madrugada* (1954); *Aruanda* (1957) e *Banho de cheiro* (1962).

Entretanto, com base em Caetano dos Santos (2015), por mais que encontremos nas crônicas da escritora um importante registro literário e histórico sobre os subterrâneos das prisões do período ditatorial de Getúlio Vargas, tais crônicas não têm recebido o merecido destaque por seu valor estético e criativo ao tratar dos traumas e da memória, dos sentidos reprimidos e silenciados.

Cão da Madrugada é uma coletânea de 29 crônicas escritas por Eneida durante o segundo governo Vargas e publicada pela primeira vez em 1954. O cão da madrugada, de acordo com a própria Eneida (1955, p. 10), “sofre com o sofrimento dos humilhados; não se curva aos poderosos; não inveja riquezas”. Late na esperança de um dia melhor que vai chegar, ladra ao vulto que vem distante, porque não sabe, ainda, se é um amigo ou um inimigo, late porque não está de acordo com certos ruídos, nem com o pisar de certos pés.

Podemos entender, no cão da madrugada descrito por Eneida, uma simbologia do caminhar dos oprimidos em busca da esperança, em busca de dias melhores, visto que a madrugada significa a claridade que antecede o nascer do sol. Eneida afirma que o cão se alegra quando a madrugada anuncia um dia claro, mas se entristece quando ocorre o contrário, sofre com os humilhados, não se curva aos poderosos e não inveja riquezas.

O cão da madrugada late pelos que vivem da madrugada, como ela própria, pois revela, na primeira crônica do livro, *Falando da amiga morta*, que vivia da madrugada, escrevendo sobre política, literatura e arte. Seus próprios vizinhos reclamavam do barulho da sua máquina de escrever. O latido do cão é como uma proteção às pessoas da madrugada, como mendigos, moradores de rua e trabalhadores noturnos.

Na sua crônica *Ouçam o ruído dos jacumãs*¹, após ler telegramas de jornais sobre as enchentes que estavam ocorrendo no rio Amazonas, provavelmente do ano de 1953, em que o Amazonas sofreu a maior de todas as cheias ocorridas no Estado, Eneida se reporta com saudades à sua terra natal, lamentando o que estava ocorrendo e denunciando o descaso das autoridades. A autora relata, de forma triste, o estrago e destruição que as enchentes provocam na vida do caboclo amazônico.

Sempre foi assim desde que se entende: quando o rio enche leva casas, destrói moradias. Se lhe disserem que nunca houve uma enchente igual àquela, caboclo resmungará sorrindo incrédulo e talvez formule uma ironia. Sempre foi assim. Agora, como das outras vezes, caboclo sabe que deve é procurar outro lugar até outro dia, outra vez em que o rio volte à sua fúria e arrase, leve, carregue, arranque, arraste, avance. (ENEIDA, 1955, p. 18).

Por mais que os jornais da época retratassem aquela enchente como uma das maiores que já houvera, Eneida sabia que os ribeirinhos sempre enfrentavam enchentes terríveis como aquela,

¹ Segundo o minidicionário contemporâneo da língua portuguesa, de Aulete (2011), jacumã é um tipo de pá indígena usada como remo ou leme.

e que o estrago era tão grande que muitos eram obrigados a deixar suas casas e ir em busca de outro abrigo.

Ainda nesta crônica, Eneida conta o mito de origem do rio Amazonas (Surnizuno) e da ilha do Marajó (Nonhon),

Lembro de Tungurana, pai de Surnizuno, exigindo de Nunó – a lua – que derramava somente leite na boca de Paqueima – a madrugada – que fizesse também auroras sangrentas. Surnizuno, filho de Tungurana, depois se chamou Solimões, Maranhão e finalmente Amazonas. Isto tudo acontecia naquele tempo, quando deuses, rios, florestas e pássaros falavam, sentiam e agiam, eram gente. Surnizuno despertou o amor de Nonhon, a virgem que guardava em si os tesouros da terra e ela, um dia, cheia de amor, beijou-o na boca. O beijo de Nonhon não interessava Surnizuno porque ele não a amava; a carícia enfureceu-o, a ousadia irritou-o e assim, de sua tremenda cólera, surgiu a pororoca. Como castigo pela audácia que tivera, Capú transformou o corpo de Nonhon numa ilha: a do Marajó. (Não se beija impunemente o Amazonas). Sobre o corpo de Nonhon feito ilha, Paqueima teve ordem de realizar os desejos de Tunguragua: enfeitá-la com madrugadas sangrentas (ENEIDA, 1955, p. 19).

Em *Estão matando um homem*, a escritora discorre a respeito da prisão e torturas sofridas pelo líder revolucionário Odúlio Barthe, por causa de sua forte oposição ao governo ditatorial de Higinio Morinigo, no Paraguai. Eneida (1955, p. 79) afirma: “preciso unir minha voz a outras vozes, olhar de frente, reviver um caso urgente e triste, muito triste, onde há um homem que está sendo assassinado lentamente”.

A cronista sabia que as palavras de uma mulher simples como ela não teriam nenhum valor, mas não se importava, pois tinha certeza que sua voz tão fraca e tão rouca faria parte de um coro de vozes claras e sonoras. De acordo com a escritora, Odúlio Barthe pensava sempre em seu povo, clamava por Democracia, Liberdade e Independência. Tornou-se o chefe civil da Revolução Popular de Concepción em 1947, cujo objetivo era ter o direito público reconhecido pelo ditador Morinigo. Porém, foi preso. A narrativa de seu sofrimento pode ser lida no trecho abaixo:

olhos vendados, viagens através de desconhecidos lugares, aplicações de choques elétricos, unhas arrancadas, ameaças de morte, insultos e latidos de cães em noites sombrias. Água, pão, sono, tudo lhe foi negado; queimados os dedos de suas mãos, proibida toda e qualquer assistência jurídica. (ENEIDA, 1955, p. 81).

Há, na coletânea, outras crônicas que revelam o engajamento social de Eneida: em *Cuidado, muito cuidado*, a mesma escreve sobre as crianças que foram vítimas de granadas deixadas nos campos de combate pelos exércitos aliados e alemães, durante a Segunda Guerra Mundial; em *Lamentos por um fracasso*, a escritora contesta as medidas repressivas da Prefeitura do Rio de Janeiro contra vendedores ambulantes de folhas e flores; em *Na beira do abismo*, *Samba*, Eneida considera o Carnaval como representante da história social dos problemas do povo brasileiro.

De acordo com Pollak (1989), *memória subterrânea* é a da memória das minorias, isto é, dos marginalizados pelo discurso oficial. Perpassa pelas chamadas políticas de esquecimento e políticas de memória, abordadas por Soraia Ansara (2012). Enquanto aquelas visam estancar os sentidos,

estas contribuem para a preservação da memória do trauma. Nesse sentido, faz-se necessário reconhecer a memória de Eneida como uma memória subterrânea e refletir sobre a importância da construção da memória dos vencidos – aquela que irrompe dos subterrâneos da história –, além de atentar para a preservação dos lugares de memória, como, por exemplo, os textos memorialísticos, pois contribuem para guardar vestígios, testemunhos, imagens e discursos que passam despercebidos pela historiografia oficial.

REFERÊNCIAS

ANSARA, Soraia. *Políticas de memória x políticas do esquecimento: possibilidades de desconstrução da matriz colonial*. Psicologia política. São Paulo, n. 24, v. 12, p. 297-311, maio – ago. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v12n24/v12_n24a08.pdf> Acesso em: 27 abr. 2017.

CAETANO DOS SANTOS, Robson. Escudo de Perseu: as estratégias de narrar o trauma nas crônicas de Eneida de Moraes sobre a ditadura de Getúlio Vargas. *Revista ContraPonto*. Belo Horizonte, n. 7, v.5, p. 129-142, 2º sem. 2015. Disponível em: Ensino, Educação e Interdisciplinaridade Revista Cenas Educacionais, Caetité – Bahia - Brasil, v. 1, n. 1, p. 271-296, jan./jun. 2018. 295 <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/contraponto/article/view/11162>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

ENEIDA. *Cão da madrugada*. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1955.

_____. *Caminhos da terra: URSS, Tchecoslováquia. China*. Rio de Janeiro: Antunes Livreiros e Editores, 1959.

_____. *Eneida: depoimento [1967]*. Entrevistadores: Dalcídio Jurandir e Miécio Tatti. João Carlos Pereira, organizador. Belém: Unama, 2006.


_____. *Aruanda / Banho de cheiro*. Belém: SECULT; FCPTN, 1989.

FARES, Josse. *Eneida, o matiz social num tecido de lirismo*. In: *Asas da Palavra – Revista de Letras*. Belém: Unama, 1993.

_____. *De Porongas, cestos e palavras: vozes de ensinar e aprender*. Belém: s/e., 2012.

MOURA, Lucyrene Aranha. *Viajando com a linguagem de Eneida*. In: *Asas da Palavra – Revista de Letras*. Belém: Unama, 1993.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Tradução de Dora Rocha Flaksman. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.



SANTOS, Eunice Ferreira dos. *Eneida de Moraes: militância e memória*. In: Em tese. Portal de periódicos da Faculdade de Letras da UFMG. Belo Horizonte, v. 9, p. 99-106, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/emtese/article/view/3539>>. Acesso em: 14 maio. 2017.

_____. *Eneida de Moraes: Tons e Semitons do Exílio*. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceitos. Universidade Federal de Santa Catarina, 28, 29 e 30 de agosto de 2006. Disponível em: < http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/E/Eunice_Ferreira_dos_Santos_19.pdf > Acesso em: 01 out.2017.

_____. *Nas tramas da memória: a cronista e militante Eneida de Moraes*. In: Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, n.º. 32. Brasília, julho-dezembro de 2008, p. 69-76. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/1999>> Acesso em: 14 maio. 2017.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *História, Memória, Literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2003.

Bruxaria e Normalização: a perseguição às mulheres e ao conhecimento tradicional frente à hegemonia do discurso médico.

Brujería y Normalización: la persecución de las mujeres y de los conocimientos tradicionales hacia la hegemonía del discurso médico.

Witchcraft and Normalization: the persecution of women and traditional knowledge towards the hegemony of medical discourse.

Clara Gianni Viana Costa

Victória Santos de Faria Veloso

Ana Christina Darwich Borges Leal

Resumo: O presente artigo visa abordar os desdobramentos político-sociais do discurso médico, não raro apresentado como “neutro” e aquém de disputas discursivas. Além disso, será traçada a sua relação com o apagamento e colonização dos saberes tradicionais produzidos pelas mulheres, e a passagem dessas de sujeito de terminado conhecimento para meros objetos. Por fim, será analisado como tais tecnologias formam um discurso que se anuncia como “verdade”, especificamente, relacionando-o com o fenômeno da caça às bruxas, sendo este tratado não apenas como mero fato histórico, mas como prática recorrente de controle.

Palavras-chave: Medicina Social. Normalização. Feminismo. Caça às Bruxas.

Resumen: El presente artículo trata de abordar los desdoblamiento político sociales del discurso médico no raramente presentado como "neutro" y distante de disputas discursivas. Además será trazada su relación con el borrado y colonización de los saberes tradicionales producidos por las mujeres, y el paso de esas de sujeto de terminado conocimiento para meros objetos. Por último, se analizará cómo tales tecnologías forman un discurso que se anuncia como "verdad", específicamente relacionándolo con el fenómeno de Cacería de brujas, siendo este tratado no sólo como mero hecho histórico sino como práctica recurrente de control.

Palabras clave: Medicina Social. Normalización. Feminismo. Cacería de Brujas.

Abstract: The aim of this article is to examine the political and social unfolding of medical discourse often presented as "neutral" and out of discursive disputes. In addition, its relation with the erasure and colonization of the traditional knowledge produced by women will be outlined, together with the transition of women from subjects of knowledge to mere objects. Finally, it will be analyzed how such technologies create a discourse that announces itself as "truth", specifically relating it to the phenomenon of the Witch-hunt, treated not only as a historical fact but as a recurrent practice of control.

Keywords: Social medicine. Normalization. Feminism. Witch-hunt.

Clara Gianni Viana Costa – Graduanda do curso de Direito do Centro Universitário do Pará (CESUPA). Membro do Grupo de Pesquisa Corpos Indóceis: Sujeito, normalização e acesso à justiça. E-mail: cgianni232@gmail.com

Victória Santos de Faria Veloso – Graduanda do curso de Direito do Centro Universitário do Pará (CESUPA). Membro do Grupo de Pesquisa Corpos Indóceis: Sujeito, normalização e acesso à justiça (CESUPA). Pesquisadora estudante PIBICT 2019 do centro universitário do Pará (CESUPA). E-mail: victoria.sanroc@gmail.com

Ana Christina Darwich Borges Leal – Doutora em Ciências Humanas e Sociais com ênfase em Sociologia pelo instituto universitário do Rio de Janeiro (IUPERJ- Serviços Técnicos e Científicos³). Coordenadora do grupo de pesquisa Corpos Indóceis: Sujeito, normalização e acesso à justiça (CESUPA). Docente do centro universitário do Pará (CESUPA). E-mail: anadarwich@gmail.com

INTRODUÇÃO

1. Visão histórica da moderna medicina social

A instrumentalização do corpo feminino pode ser considerada como sua objetificação para fins de estudo científico, isto é, sua incorporação aos dados de conhecimento que compõem o saber específico, desconsiderando os dados que a própria mulher, como detentora deste corpo, tem a relatar acerca do mesmo. Em se tratando do saber médico, este corpo será assimilado como objeto de conhecimento através da chamada “medicalização”; a conclusão deste processo de assimilação tem como resultado a exclusão de outros saberes acerca do corpo feminino, constituindo o monopólio da prática médica nas explicações acerca dos fenômenos e questões que o permeiam.

Desta forma, práticas como o curandeirismo e a tradição das parteiras domiciliares, por exemplo, são paulatinamente deslegitimadas e excluídas pelo discurso da medicina, na medida em que não possuíam o mesmo rigor científico e metodológico, perdendo credibilidade – os próprios conhecimentos da mulher acerca do funcionamento de seu corpo estariam deslegitimados, neste esteio. Por consequência, a medicina seria a única apta e legitimada a fornecer respostas acerca deste corpo.

Para a melhor compreensão do processo de medicalização do corpo feminino e suas relações com o fenômeno da “caça às bruxas”, urge compreender e contextualizar, não apenas a gênese histórica desta medicalização especificamente direcionada à mulher, mas a medicalização em geral, e o próprio processo de medicalização do hospital, propiciados pelo apagamento e exclusão da mulher como sujeito na produção do conhecimento sobre seu corpo. Observados os pilares gerais deste processo, será possível compreender mais adequadamente seus desdobramentos específicos no que tange à condição feminina.

“Medicalizar” significa converter aspectos da vida cotidiana em objeto de estudo da medicina, de modo a estabelecer um padrão normativo deduzido deste estudo, uma conformidade às normas sociais, portanto. Tal conformidade social não se encontra evidente, de imediato, como objetivo, em função do próprio discurso científico sobre o qual se embasa o saber médico, que pressupõe uma suposta neutralidade (e imparcialidade) em relação ao objeto de estudo: “(...) o conhecimento na medicina (...) propõe-se a deduzir racionalmente leis universais da ocorrência de fenômenos, através da observação neutra, da qual se excluiria qualquer juízo de valor ou de subjetividade (KHIBIEHLER, FOUQUET, 1983 *apud* VIEIRA, 2014, p. 20).

É justamente esta proposta de neutralidade, contudo, que não permite entrever a utilização do saber médico como ferramenta de imposição das normas sociais vigentes, ou como ferramenta de normalização de certas práticas, fenômenos e comportamentos. O estabelecimento de um padrão de normalidade social, desta forma, encontra lastro em uma metodologia científica racional; a consequência, por outro lado, é a conversão dos comportamentos socialmente desviantes (no sentido de que fujam à regra social instituída) em patologias, doenças.

Entretanto, nem sempre a medicina esteve historicamente embasada no método científico experimental, ou gozou do extenso alcance demográfico e social como única solução para as problemáticas que se propõe a resolver.

Localizando, historicamente, o atual modelo de medicina social (isto é, aquele direcionado ao controle da força de trabalho das populações, por parte do Estado, por intermédio do saber médico), Foucault (2018) delimita os primórdios deste a partir de meados do século XVIII. Neste

período, o autor identificará a construção de uma medicina de Estado na região que atualmente corresponde à Alemanha. Muito embora a estrutura governamental necessária ao alcance da medicina social comece a se formar entre os Estados alemães, o modelo empregado para o controle das populações se manifestará em seus moldes modernos na Inglaterra do século XIX.

Comparada aos modelos alemão (qual seja, medicina de Estado) e francês (que se perfaz em fins de século XVIII, através da medicina aplicada aos grandes centros urbanos, e não necessariamente aos indivíduos que neles habitam), o modelo inglês é aquele que, efetivamente, busca exercer o controle direto sobre os corpos e sua força de trabalho através da medicalização. Enumerando as etapas superadas pela evolução da medicina social até que exercesse este controle de fato, dirá Foucault:

A medicina dos pobres, da força de trabalho, do operário não foi o primeiro alvo da medicina social, mas o último. Em primeiro lugar o Estado, em seguida a cidade e finalmente os pobres e trabalhadores foram objetos da medicalização (FOUCAULT, 2018, p. 164).

As estratégias empregadas pelo Estado, em sede do modelo inglês, se relacionam a duas abordagens: a primeira seria a ampliação dos serviços médicos à população em geral, especialmente, as classes mais pobres, que não poderiam pagar por profissionais particulares tais quais as classes mais abastadas. A “Lei dos Pobres”, de 1834, é um claro desdobramento desta medida, cujos objetivos são, não apenas ofertar cuidados a esta população, mas, também, resguardar as elites das potenciais doenças que os pobres porventura viessem a transmitir; interpretam-se tais medidas, portanto, como uma espécie de “cordão sanitário” a proteger as classes altas.

A segunda abordagem se perfaz em modelos de controle geral, difuso, principalmente através dos chamados *health services*, medidas que estabeleciam uma série de deveres e atribuições obrigatórias à população, como vacinação, contabilização de doenças e epidemias através de exames empregados por agentes públicos sobre os indivíduos contra suas vontades, bem como destruição de locais considerados insalubres – sendo a salubridade, em si, o conjunto de condições e qualidades de um ambiente que assegurem a boa saúde dos indivíduos que o frequentam.

O autor atribuirá o sucesso do modelo à sua flexibilidade, posto que incorpora tanto o controle social direto, através de políticas direcionadas especificamente aos pobres; um controle difuso, administrativo, para recolhimento de dados; além de comportar a medicina privada para aqueles que possuíssem condições de bancá-la. Desta forma:

Enquanto o sistema alemão de medicina de Estado era pouco flexível e a medicina urbana francesa era um projeto geral de controle sem instrumento preciso de poder, o sistema inglês possibilitava a organização de uma medicina com faces e formas de poder diferentes segundo se tratasse da medicina assistencial, da administrativa ou da privada, setores bem delimitados que permitiram, durante o final do século XIX e primeira metade do século XX, a existência de um esquadramento médico bastante completo (FOUCAULT, 2018, p. 170).

É este o modelo que será incorporado, com adaptações próprias, ao Brasil. O controle da população, da força de trabalho, como se verá em seguida, apresentará desdobramentos específicos à medicalização do corpo feminino, especialmente no que concerne ao parto. Para a adequada

compreensão de como se deu esta incorporação à prática médica e de que forma esta pôde se posicionar no monopólio do saber, faz-se necessário compreender a medicalização do próprio hospital e a hospitalização da medicina, etapa decisiva para o aperfeiçoamento da medicina social e do modelo inglês a ser empregado e difundido no Brasil, e em boa parte dos países Ocidentais e ocidentalizados.

1.2 Sobre a medicalização do hospital

Da mesma forma que, historicamente, a socialização da medicina e seus pressupostos científicos nem sempre constituíram uma realidade, também o hospital não se caracteriza como parte indissociável da medicina logo de imediato. Foucault (2018) posiciona a noção moderna dos hospitais como “fábricas de curar” a partir do final do século XVIII, compreendendo a medicalização do hospital como parte integrante da socialização da medicina como um todo. Diz-se que a ideia “de que o hospital pode e deve ser um instrumento destinado a curar aparece claramente em torno de 1780 e é assinalada por uma nova prática: a visita e a observação sistemática e comparada dos hospitais” (FOUCAULT, 2018, p. 171).

Observa-se que a incorporação do ambiente hospitalar à prática médica será decisiva ao processo de medicalização do parto, na medida em que se procede por uma retirada deste processo de seu ambiente domiciliar, até então tradicional, para incorporá-lo a um edifício especificamente projetado para a prática médica. Para que se procedesse pela deslegitimação das parteiras, portanto, o saber médico oporá uma estrutura diferenciada, e esta estrutura se materializará no hospital.

A princípio, o hospital é uma instituição destinada aos pobres, moribundos e miseráveis, local de origens religiosas relacionadas ao exercício da caridade, remontando à ideia de “morredouro”. Até o século XVIII, o médico é coadjuvante da prática hospitalar, subordinado ao pessoal religioso e a seus gerenciamentos. A outro giro, a medicina igualmente não se conjuga aos hospitais, a princípio, na medida em que o conhecimento médico não se adquire a partir de uma prática no trato dos doentes – prática esta futuramente associada ao ambiente hospitalar –, mas por estudos teóricos de compêndios, espécies de “jurisprudências médicas”, compilações de casos notórios a serem assimiladas, sem necessariamente o agrupamento técnico que se observará com o desenvolvimento da medicina social.

Com a incorporação da tecnologia da disciplina, oriunda das práticas militares, desenvolvem-se ferramentas de controle no ambiente hospitalar; paralelamente, o conhecimento científico sistematizado junta-se à medicina através de contato com métodos das ciências naturais que não necessariamente tratam do doente, mas do meio e dos elementos que compõem o ambiente em que este se encontra. Assim, há uma preocupação com a eficiência do tratamento das patologias, a criação de ambientes compartimentados para cada enfermo, cujas características (como temperatura, alimentação e higiene adequadas, por exemplo) se sujeitem às variações determinadas pelo médico.

Neste contexto de congregação entre a medicina e o hospital, o médico passa a ser a figura central deste último, no qual nada se altera ou se determina sem sua autorização. Apenas o médico capacitado pela própria instituição hospitalar poderá gerenciá-la, posto que é o único legitimado pelos rigores metodológicos da ciência. O médico legitima o hospital que, por sua vez, legitima o próprio médico. Perfaz-se, então, o hospital como uma “fábrica de cura”, e não mais um morredouro.

1.3 O processo tortuoso de medicalização e hospitalização do parto

O processo de medicalização do parto se insere neste contexto geral de medicalização do hospital, na medida em que o ato de retirar a prática de partejar da seara domiciliar para a hospitalar é, ao mesmo tempo, uma busca pelo monopólio da prática pelo saber médico sistematizado, que ainda se encontra em vias de se aperfeiçoar no Brasil durante o século XIX.

Vieira (2003) aponta para duas abordagens simultâneas, tendo em vista a incorporação definitiva do parto ao saber médico: despertar alerta quanto à necessidade de se hospitalizar o partejar, tendo em vista as questões de higienização em voga na época; bem como contínuo descrédito para com o saber tradicional das parteiras, “menos instruídas” nesta perspectiva.

Entretanto, o empecilho para a completa medicalização do parto diz respeito, justamente, ao processo incompleto de hospitalização da medicina no país: até o final do século XIX, os acadêmicos de medicina estudam Obstetrícia utilizando-se tão somente de bonecos que simulem a anatomia feminina, graduando-se sem jamais observar um parto real; além disso, há poucos hospitais filantrópicos destinados ao estudo universitário. O escasso conhecimento prático, por sua vez, origina-se na baixa incidência de partos hospitalares, geralmente ocorridos entre as camadas mais pobres, diminuindo, por consequência, a oportunidade de casos para estudo; o medo de se contrair infecções, bem como o antigo preconceito com os ambientes hospitalares – ainda vistos como “morredouros” –, são fatores que distanciam as classes mais altas da população, contribuindo com a manutenção dos partos domiciliares.

É apenas com o desenvolvimento da bacteriologia no diagnóstico de infecções como a “febre puerperal”, bem como o aperfeiçoamento da higiene e da profilaxia nos ambientes hospitalares, que a prática de partejar se transferirá, em definitivo, das mãos das parteiras para os médicos. Desta forma:

O saber que havia sido expropriado das parteiras resguarda-se, agora, na legitimidade de uma ciência e de sua suposta neutralidade, que através do poder médico pode exercer o controle social sobre o gênero feminino, em que pese o fato de até recentemente essa profissão ser eminentemente masculina em nossa sociedade (VIEIRA, 2003, p. 58-59).

O que se propõe, a partir de então, é compreender o silenciamento dos saberes tradicionais acerca do corpo feminino produzidos pelas próprias mulheres pelo discurso científico da medicina, e seu aperfeiçoamento entre os séculos XVIII e XIX, como produto direto do processo anterior da “caça às bruxas”, nos séculos anteriores. A relação se estabelece na medida em que os alvos majoritários das ferramentas repressivas empregadas pelo Estado e pela Igreja dizem respeito a mulheres ligadas a conhecimentos tradicionais como curandeirismo, herbalismo, bem como a tradição do partejar. Elizabeth Meloni Vieira, debruçando-se brevemente sobre o processo histórico de perseguição entre os séculos XVI e XVII, comenta:

Ehrenreich e English (1976) argumentam que a história da caça às bruxas e a extinção das curandeiras devem ser vistas como parte da história de exclusão das mulheres da ‘prática médica’, já que na Europa Ocidental havia uma antiga tradição de mulheres sábias – as curandeiras, as parteiras e as herboristas. Para as autoras, a caça às bruxas fez parte de uma estratégia do Estado e da Igreja para

monopolizar o saber acerca da cura das doenças e legitimá-lo como saber médico através das universidades criadas no renascimento. (VIEIRA, 2003, p. 48).

Procura-se compreender, portanto, a deslegitimação destes conhecimentos no contexto de desenvolvimento do capitalismo, bem como seus desdobramentos para a contemporaneidade.

2. A conceituação do patriarcado

Inaugurou-se, com as teóricas feministas, uma forma de análise e interpretação da sociedade que se propõe a levar em conta as mulheres como sujeito na equação social, a questionar sua posição e a denunciar a parcialidade e insuficiência do conhecimento de tendências universais e supostamente neutras, perpetrado a partir de uma lógica patriarcal, anteriormente protegida por uma valoração essencialista¹ que promulgava a naturalização deste fenômeno.

A compreensão de que a experiência de existência político-social foi moldada a partir de uma perspectiva masculinista sob os moldes patriarcais – ou seja, faz parte da linguagem de um dado momento histórico-político, e não de um destino natural – é, então, o primeiro passo para o desfazimento desse sistema, sendo de suma importância, na luta feminista, o (re)conhecimento de sua própria história.

O termo “patriarcado”, no campo dos estudos feministas, não é tratado de maneira conforme e unívoca. As abordagens se mostram bastante heterogêneas, tendo versões diferentes dependendo da vertente, da área do conhecimento ou teoria utilizada para embasá-lo. A amplitude de interpretações fez, inclusive, com que algumas teóricas abandonassem o conceito para utilizar outros, tais como “falocracia”, “androcentrismo” e “relações de gênero”, para referenciar a dominação masculina.

Para Carole Pateman (1993), tal abandono, em detrimento da utilização exclusiva de “relações de gênero”, por exemplo, significaria a perda do único conceito que se refere especificamente à subalternização das mulheres frente ao fato de homens terem direitos políticos apenas por serem homens, obscurecendo, assim, os papéis de dominação na dinâmica de poder entre os sexos. Portanto, é necessário nomear o problema fazendo uma história feminista do conceito de patriarcado, posto que “abandonar o conceito significaria a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada” (PATEMAN, 1993, p. 39).

Os corpos vêm a ser compreendidos como sexualmente diferenciados por meio de práticas sociais; e é por meio delas que as diferenças entre eles são investidas de significações valorativas. Tornar-se uma mulher consiste num processo histórico e cultural sempre incompleto (BEAUVOIR, 1980, p. 7).

A historiadora americana Gerda Lerner (1999), no livro “The Creation of Patriarchy”, trata o patriarcado como um sistema que institucionaliza a dominação masculina sobre os corpos de mulheres e crianças, estando no não reconhecimento desses sujeitos – de sua alteridade – e em práticas sociais hierárquicas o cerne lógico que concatena o sequestro reprodutivo, político e de linguagem que calca a civilização ocidental.

¹ “Valoração essencialista” está sendo usado para remeter ao fato de que a hierarquização entre homens e mulheres era tratada como fator natural derivado daquele determinado sujeito. Em um panorama masculinista e falocentrado, mulheres eram, e ainda são, em alguma medida, enxergadas como apêndice do poderio masculino, essencialmente amáveis, maternais, emocionais, pouco capazes em lidar com as exigências do raciocínio lógico, político ou ter posição de destaque no âmbito público.

Mulheres são essenciais e centrais na criação da sociedade; elas são e sempre foram personagens e agentes na história. Mulheres “fizeram história”, mesmo assim elas foram impedidas de conhecer a História e de interpretá-la, tanto a sua própria quanto a dos homens. As mulheres foram sistematicamente excluídas do empreendimento da criação de sistemas de símbolos, filosofias, ciência e direito. As mulheres não apenas foram privadas educacionalmente durante o tempo histórico em todas as sociedades conhecidas, elas foram excluídas da formação de teorias (LERNER, 1999, p. 5).

Há, então, uma importante movimentação feminista diante da suposta “neutralidade” e “universalidade” que permeia a construção do conhecimento, utilizando da premissa de desconfiança da universalidade para tanto, incluindo nessa construção, também, as ciências biológicas e médicas, que, não raro, se apresentam de forma neutra, desinteressada e aquém de discursos pré-estabelecidos. Partindo destas premissas, pode-se assim questionar a posição privilegiada concedida – por homens, para homens –, ao acesso e controle para fins de “docilização” desses corpos e de sua potência política.

3. O conhecimento feminino deslegitimado frente à acumulação primitiva de capital

Em seu livro, “Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação”, a historiadora e ativista feminista ítalo-americana Silvia Federici (2017) compila trinta anos de pesquisa em vista de que ponto o capitalismo e o patriarcado se cruzam quando se trata do controle dos corpos femininos, mais especificamente, a relação entre acumulação primitiva, pauperização e subalternização desse corpo.

A acumulação primitiva, descrita por Karl Marx (2017), é um conceito que pretende elucidar a gênese histórica do capitalismo, composta por disciplinas político-corporais e de concentração de renda, a fim de produzir corpos e matéria prima suficiente para servir à hegemonia capitalista do século XVII, possibilitando, assim, as grandes alterações econômicas da revolução industrial.

Federici (2017) remonta ao feudalismo, numa perspectiva pré-acumulação, para explicar como a acumulação primitiva e os avanços das relações predatórias capitalistas se deram sobre o corpo das mulheres e seus desdobramentos para a criação de uma nova organização social, de família e da divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres passam a ser subordinadas ao homem, a tempo em que o controle de seus corpos, sexualidade e potência reprodutiva passam a serem apropriados pelo Estado, originando uma política de regulação dos recursos humanos que demarca o papel social das mulheres no seio social.

Apesar das inúmeras disputas políticas e movimentações sociais feudais, as mulheres, entre parteiras, curandeiras, lavradoras, nutriam uma relação de autonomia – de sujeito – com os conhecimentos aqui chamados de tradicionais, que remontam a uma relação afetiva e íntima com os recursos naturais, os bens comuns², a terra, o corpo, principalmente sua forte relação com a vida (parto, conhecimentos curativos, plantas para consumo) e a morte (aborto, venenos naturais), além

² O comum remete às terras comunais, onde se produzia coletivamente para usufruto da comunidade, mas também tem relação (principalmente se tratando da América do Sul) com a narrativa dos povos tradicionais ameríndios e de seu trato com a natureza e os recursos naturais como sendo um bem de todos. Em “*Feminism and the politics of the commons*”, Federici alude à necessidade de uma análise feminista dos comuns ou comum, visto que a acumulação capitalista depende da livre apropriação de grande quantidade de mão de obra e de recursos que são mascarados como algo externo à política econômica e de mercado, apoiando-se, necessariamente, no trabalho doméstico não remunerado e no trabalho reprodutivo, acarretando resultados particularmente gravosos para as mulheres, e que devem ser levados em conta.

de serem frentes políticas reconhecidas, mulheres sábias, numa época em que a reprodução e a produção ainda estavam em compasso.

Com o avanço das relações capitalistas, as crescentes expulsões dos trabalhadores de suas terras³, da precarização e fomentação de uma mão de obra instrumentalizada e barata, os trabalhadores no geral foram pauperizados e afetados. As mulheres, porém, foram profanadas de uma maneira particular e gravosa, afetando sua participação na sociedade sobremaneira. Pouco a pouco, as mulheres foram afastadas do trabalho – assalariado – e tendo sua autonomia minada, dependendo de seus companheiros que passaram a trabalhar “fora” e a receber por isso, havendo uma separação entre reprodução e produção, e o rebaixamento falacioso do “privado” e “pessoal” da acumulação primitiva do capital.

A caça às bruxas, ocorrida em muitos países da Europa e nas regiões andinas nos séculos XVI e XVII, levando à execução de centenas de milhares de mulheres, foi fundamental para esse processo de afirmação capitalista, não só por delinear uma nova mudança histórica na organização do trabalho reprodutivo, social e interpessoal, que não poderia ocorrer sem um ataque direto ao poder social das mulheres, mas que produziu um sequestro narrativo, de desvalorização do conhecimento tradicional, antes sinônimo da autonomia e sabedoria das mulheres, passando a ser demonizado e rechaçado.

As bruxas, então, seriam todas as mulheres sábias, autônomas, líderes comunitárias em regimes de “bens comuns” que passaram a ser perseguidas justamente por representarem esse poder ancestral, agora proibido e invalidado. As mulheres tinham dois caminhos a seguir a partir de então: se recolherem ao lar e servir a seus maridos – e ao Estado, de maneira não reconhecida –; ou serem bruxas, que deveriam ser extirpadas da convivência comum – visto a estratégia propagandista, criada à época, de que as bruxas seriam impuras, demoníacas, más –, com o único fim de apagar os resquícios históricos de poder das mulheres e fomentar a naturalização da subalternização feminina.

Há, no estudo de Federici (2017), uma crítica importante ao modo como as origens do capitalismo foram retratadas sob um ponto de vista masculino até então, no qual os corpos eram homogeneizados no corpo “proletário assalariado”, logrando a segundo plano as complexidades hierárquicas entre os sexos, de como a exploração e hierarquização de homens proletários sobre as mulheres – também proletárias – mimetizava a própria intenção capitalista de lograr o trabalho doméstico e, mais especificamente o trabalho reprodutivo, a um espectro natural, separando a produção da reprodução.

Minha análise se afasta da de Marx por duas vias distintas. Enquanto Marx examina a acumulação primitiva do ponto de vista do proletariado assalariado de sexo masculino e do desenvolvimento da produção de mercadorias, eu a examino do ponto de vista das mudanças que introduz na posição social das mulheres na produção da força de trabalho. Daí que a minha descrição da acumulação primitiva inclui uma série de fenômenos que estão ausentes em Marx e que, no entanto, são extremamente importantes para a acumulação capitalista (FEDERICI, 2017, p. 3).

Segundo Federici (2017), a caça às bruxas não seria mais um fenômeno de um dado momento histórico, já superado e em vias de esquecimento, mas uma constante no sistema capitalista, e se

³Expropriações de terra são tratadas como fenômeno histórico, mas, também, como mecanismo político de exploração e pauperização dos camponeses, além de acarretar um domínio narrativo que perpassou por uma mudança latente na relação dos indivíduos com a terra, a comunidade e a propriedade.

repete, mesmo que com outras roupagens. Citando, como exemplo, as perseguições e constantes tentativas de desapropriação do conhecimento dos povos nativos na América e na África pelos colonizadores, assim como a escravidão, a crescente onda de violência contra mulheres, negros e LGBTIQs, retratando um fenômeno chamado por ela de “colonização global”. As constantes guerras, expropriações, crises econômicas, aparecem como pré-requisito da acumulação em escala mundial.

Assim, compreende-se a noção de “caça às bruxas” a partir de duas perspectivas: como o processo histórico ocorrido predominantemente entre os séculos XVI e XVII (levando em conta a acumulação primitiva de capital), a partir do qual o Estado estabelece as bases para o silenciamento da mulher enquanto sujeito do conhecimento medicinal, aqui tratado como tradicional – processo este que se aperfeiçoará em definitivo a partir dos séculos XVIII e XIX, com o avanço da socialização da medicina, a medicalização do hospital, culminando na medicalização do corpo feminino e da questão do parto –; a segunda perspectiva, por sua vez, diz respeito a esta constante histórica denunciada por Silvia Federici, cujo retorno, em tempos de crise, mostra-se frequente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos mencionados, há de se observar que o sequestro da linguagem e da potência política das mulheres perpassa por várias frentes, seja na medicalização desses corpos tendo em vista sua objetificação, convertendo-se em objeto de estudo e de um discurso médico masculinista que desconsidera conhecimentos para além dessa lógica – valendo-se dos processos de medicalização, bem como subsequente normalização de comportamentos e conhecimentos produzidos –, ou na remontagem da acumulação primitiva proposta por Silvia Federici, onde há a separação da reprodução da produção e a supressão da autonomia e poder social das mulheres, denominadas, posteriormente, como bruxas.

Cabe observar que tais frentes não são contraditórias, mas complementares: enfatiza-se a etapa de medicalização do parto, no século XIX, como momento decisivo de um processo iniciado a partir da acumulação primitiva de capital – e o conseqüentemente sequestro da autonomia reprodutiva feminina –, concretizando-se de forma mais evidente a partir do conhecimento médico oficializado – na medida em que tais práticas cientificamente validadas intentam suplantar, ainda, a esfera simbólica representada pelo conhecimento tradicional desenvolvido pelas próprias mulheres.

O monopólio do conhecimento obstétrico pela medicina masculinista ainda possibilita um controle acurado da reprodução e, conseqüentemente, da contabilização de dados de natalidade pelo Estado. O fim último, portanto, é o controle da reprodução a serviço do sistema capitalista, bem como exploração da mão de obra decorrente das políticas de natalidade, instrumentalizadas pela medicina social.

O entrelaçamento entre interesses capitalistas e patriarcais mostra-se evidente, partindo do pressuposto que ambos necessitam da subalternização feminina passiva, inculcada nas entranhas do seio social, para seu sucesso e avanço. Desta forma, na resistência aos ditames capitalistas, no (re) conhecimento da história, irmandade e potência feminina frente ao *status quo* patriarcal, encontra-se uma subversiva experiência de existência, a mais sincera forma de bruxaria⁴.

⁴ O termo “bruxaria” é ressignificado como uma forma de reivindicação e rememoração histórico-política do *status* ancestral de poder e irmandade entre mulheres que fora violentamente suprimido pela estruturação patriarcal capitalista.



REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. Feminism and the politics of the commons. *The Wealth of the Commons* [Online]. Disponível em: <<http://wealthofthecommons.org/essay/feminism-and-politics-commons>>. Acesso em: 20 de abril de 2019.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

LERNER, Gerda. *The creation of patriarchy*. Oxford University Press. 1999.

MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da economia política. O processo global da produção capitalista - Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

RANGEL, Lia. Silvia Federici: O capitalismo tenta destruir as nossas memórias. *Revista Cult*. Publicado em 02 de junho de 2017. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/silvia-federici-o-capitalismo-tenta-destruir-memorias/>>. Acesso em: 25 de abril de 2019.

VIEIRA, E. M. *A medicalização do corpo feminino*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

A **Revista Gênero na Amazônia** (www.generonaamazonia.ufpa.br/ www.generonaamazonia.com) é uma publicação semestral (julho e dezembro) do GEPEM/UFPA, indexada no International Standart Serial Number (ISSN). Com o objetivo de fomentar o debate sobre mulher e relações de gênero em diferentes manifestações e enfoques teórico-metodológicos, numa perspectiva inter e multidisciplinar; a revista recebe trabalhos **inéditos** sob a forma de artigos e/ou resenhas bibliográficas, assim também traduções, entrevistas, dossiês temáticos e outras manifestações intelectuais de autores/as brasileiros/as ou estrangeiros/as.

Neste sentido:

1 - Os textos devem ser enviados para: generonaamazonia@gmail.com no formato de arquivo doc, sem exceder a 1MB, incluindo as imagens; ou em CD-ROM e postado no Correio para: GEPEM – Cidade Universitária José da Silveira Neto (UFPA/IFCH – Altos) – Av. Augusto Corrêa, s/n – Guamá, 66075-110 – Belém/PA.

2 - Os trabalhos submetidos à publicação serão avaliados pelo Conselho Científico e analisados por pares (especialistas reconhecidos e de notório saber, de diferentes instituições e países), todos pareceristas *ad hoc*, os quais arbitrarão sobre a conveniência, ou não, de sua aceitação. O texto encaminhado aos avaliadores não terá identificação da autoria. Eventuais sugestões de modificação de estrutura ou conteúdo serão comunicadas ao/à(s) autor/a (es/s), com prazo para reapresentação.

3 - A informação sobre a origem do trabalho deverá ser fornecida pelos autores (apresentação em encontros e publicação em Anais) e será repassada aos pareceristas quando iniciar o processo de revisão por pares. Se o artigo for aceito para publicação, a informação será disponibilizada aos leitores.


4 - O/a(s) autor/a (es/s) e co-autores/as (se for o caso) de texto selecionado assinarão termo de cessão de direitos autorais, permitindo a publicação.

5 - No caso de artigos que mencionem o nome social de pessoa (física ou jurídica) e/ou depoimentos **ipsis litteris/ipsis verbis**, deve ser enviada uma declaração assinada pela pessoa citada no texto ou pelo/a seu/sua representante legal, autorizando a menção a quaisquer das exposições públicas referidas. As imagens originais só serão publicadas com autorização da fonte (autor/a) e das pessoas que eventualmente possam ser identificadas nas fotos.

6 - No caso de artigos e resenhas, o texto deve ser redigido em português ou em língua estrangeira (espanhol, francês, inglês) e formatado de acordo com as seguintes orientações:

5.1 - Artigos:

a) oito a vinte páginas (incluindo anexos) no tamanho A4; texto justificado, margens 2,5cm e parágrafos a 1 cm da margem; entrelinhamento 1,5; resumo/resumen/abstract (cada um em torno de **130 palavras/ 860 caracteres**, com espaço – tradução especializada em espanhol e inglês, incluindo os títulos do artigo), contendo três a cinco palavras-chave (substantivos citados no título e/ou no texto do resumo); nome(s) do/ a(s) autor(es)/a(s) e dados curriculares resumidos, incluindo e-mail que possa ser divulgado;

- 
- b) fonte Garamond: 12 (texto, título de seções e de tabelas); 11 (citações com mais de 3 linhas) e 10 (legendas e notas);
 - c) citações e figuras (máximo de 10) de acordo com as normas ABNT específicas;
 - d) referências: ao longo do texto, usar remissão ou sistema autor/data; ao final do artigo, listar segundo a ABNT (NBR 6023);
 - e) notas bibliográficas e/ou explicativas, em rodapé;
 - f) usar letras maiúsculas para indicação de anexos (Ex: Anexo A; Anexo B etc.);
 - g) exige-se severa revisão gramatical.

5.2 - Resenhas Bibliográficas:

- I) tratar de livro publicado nos últimos dois anos (considerar a edição da revista);
- II) não exceder a cinco páginas tamanho A4;
- III) digitalizado em fonte Garamond 12 (texto e seções); justificado com margens de 2,5cm e parágrafos a 1cm da margem; entrelinhamento 1,5;
- IV) conter os seguintes tópicos, respectivamente:
 - a) referências editoriais do livro, segundo a ABNT;
 - b) nome do/a resenhador/a e dados curriculares resumidos, incluindo e-mail que possa ser divulgado;
 - c) resumo informativo = descrição/enumeração sucinta da estrutura da obra: divisão e assunto dos capítulos;
 - d) resumo do conteúdo da obra = assunto tratado, abordagens essenciais e ponto de vista do/a autor/a do livro (perspectiva teórica, método, linguagem etc.);
 - e) comentários avaliativos = apreciações/percepções do/a resenhador/a sobre o enfoque, a qualidade do conteúdo, o modo como o texto está formulado/elaborado/constituído (recomenda-se evitar, ao longo do texto, inserções de trechos (citações diretas) da obra resenhada.

OBS: é recomendável que os itens **c**, **d**, **e** sejam apresentados em seção com título específico.